



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE TOCANTINS – UFNT
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA E
LITERATURA**

ROBERVÂNIA DE LIMA SÁ SILVA

**PALAVRAS DE DOR: ESTUDO LÉXICO-SEMÂNTICO DE VOCÁBULOS,
EXPRESSÕES E SENTENÇAS RACISTAS UTILIZADOS CONTRA ALUNAS E
SERVIDORAS NEGRAS DO *CAMPUS* CASTANHAL DO INSTITUTO FEDERAL
DO PARÁ – IFPA**

ARAGUAÍNA – TO

2022

ROBERVÂNIA DE LIMA SÁ SILVA

**PALAVRAS DE DOR: ESTUDO LÉXICO-SEMÂNTICO DE VOCÁBULOS,
EXPRESSÕES E SENTENÇAS RACISTAS UTILIZADOS CONTRA ALUNAS E
SERVIDORAS NEGRAS DO *CAMPUS* CASTANHAL DO INSTITUTO FEDERAL
DO PARÁ – IFPA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura – PPGL, Doutorado em Letras junto à Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, Campus Universitário de Araguaína, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor. Orientadora: Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade

ARAGUAÍNA – TO

2022

ROBERVÂNIA DE LIMA SÁ SILVA

**PALAVRAS DE DOR: ESTUDO LÉXICO-SEMÂNTICO DE VOCÁBULOS,
EXPRESSÕES E SENTENÇAS RACISTAS UTILIZADOS CONTRA ALUNAS E
SERVIDORAS NEGRAS DO CAMPUS CASTANHAL DO INSTITUTO FEDERAL DO
PARÁ – IFPA**

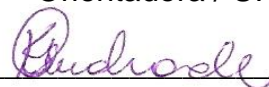
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras:
Ensino de Língua e Literatura – PPGL, Doutorado em Letras
junto à Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT,
Campus Universitário de Araguaína, como requisito parcial para
a obtenção do título de Doutor e aprovada em sua forma final
pela Orientadora e pela Banca examinadora

Data da aprovação: 01/09/2022

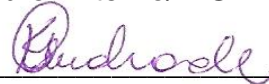
Banca Examinadora:



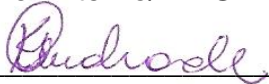
Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade
Orientadora / UFT



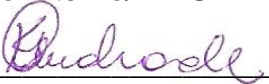
Profa. Dra. Maria Albenize Farias Malcher
Membro Externo/ PGERER/IFPA



Profa. Dra. Maria Célia Dias de Castro
Membro Externo/ PPGL-UEMASUL



Profa. Dra. Ana Cláudia Castiglione
Membro Interno/ PPGLLETRAS/UFNT



Profa. Dra. Greize Alves da Silva
Membro Interno/ PPGLLETRAS/UFT



Profa. Dra. Marley Antônia Silvada Silva
Suplente/ PGERER/IFPA

Araguaína- TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586p Silva, Robervânia de Lima Sá .
Palavras de dor: estudo léxico – semântico de vocábulos,
expressões e sentenças racistas utilizados contra alunas e servidoras
negras do Campus Castanhal do Instituto Federal do Pará – IFPA. /
Robervânia de Lima Sá Silva. – Araguaína, TO, 2022.

225 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em
Letras Ensino de Língua e Literatura, 2022.

Orientadora : Karylleila Dos Santos Andrade

1. Ciências do Léxico. 2. Racismo linguístico. 3. Mulheres negras.
4. Discriminação racial . I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

AGRADECIMENTOS

Entre todos os sentimentos que permeiam minha vida, neste momento em que escrevo esta parte de minha Tese (a última parte a ser elaborada), está a GRATIDÃO. São tantas coisas e tantas pessoas que merecem bem mais que uma muito obrigada, que fica difícil controlar a emoção.

Não poderia iniciar agradecendo outra pessoa que não fosse Deus. Aquele a quem devoto minha vida, meu ser e tudo que há em mim. A Ele a honra, a glória, o poder e a majestade pelos séculos dos séculos. Reconheço que, no meu caso, fazer um DOUTORADO só foi possível porque sirvo a um Deus todo poderoso que realiza sonhos! “Porque dele, e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amem.” (ROMANOS 11:36).

Além disso, Deus ainda colocou pessoas indispensáveis em minha. A decisão de cursar o doutorado não foi tomada de modo isolado, pois eu não gostaria de me dedicar sozinha a essa etapa tão importante. Na prática, tudo começou com uma pergunta básica: – *Meu bem, vamos fazer doutorado esse ano?* Foi meu esposo quem me olhou espantado e me disse: *Rum! Eu não tenho mestrado como poderia fazer doutorado?* Então eu disse: - *Quero fazer doutorado, mas não consigo sozinha, você faz comigo?* Ele sorriu e disse: *Vá em frente, moça! Conte comigo.* (Eu pedi apoio a minha família porque na minha cidade não há oferta de curso de doutorado. Estudar em uma cidade diferente da sua é muito difícil, exige viagens constantes, ausências e toda a carga emocional que tudo isso representa.)

Assim, a partir dessa conversa, em nenhum momento me senti sozinha. Em cada etapa do processo seletivo pude contar com a companhia da minha família. Na primeira prova, meu filho mais velho, Luiz Sérgio, teve o cuidado de viajar comigo. Na segunda prova, meu filho mais novo, Hallef e, nas demais, meu esposo. Até que o resultado feliz foi publicado. Faríamos doutorado! Nos dias de aula, havia um revezamento entre filhos e esposo. Enquanto eu ficava em sala de aula estudando, o “privilegiado” do dia perambulava pelo Campus aguardando o término da aula para voltarmos para casa. Todos eles tinham seus compromissos, mas cada um abria mão, na medida do possível e, não poucas vezes, do impossível, para me apoiar. Assim, dizer obrigada aos homens da minha vida é muito pouco. Cleomar, Luiz Sérgio e Hallef, simplesmente, não tenho palavras para agradecer e expressar toda gratidão e amor que sinto por vocês. Agradeço também aos meus pais, José e Maria Nilça. Cada

realização que alcanço em minha vida é fruto da oração intercessora deles, já que planejavam formar uma doutora desde que eu era criança.

Além da família, Deus colocou amigas mais achegadas que irmãs nessa jornada. Leicijane foi, literalmente, meu abrigo por diversas vezes. Quando não havia possibilidade de voltar para casa porque a disciplina era modular, ela abria, além de seu coração, sua residência para que eu pudesse habitar. Cuidado, atenção, carinho e zelo eram dispensados a mim diariamente. O que dizer a ela? Mais uma vez, não encontro palavras para agradecer o suficiente.

Agradeço também a minha orientadora, Profa. Dr.^a Karylleila Andrade. Seus ensinamentos durante as disciplinas ministradas, desde o Mestrado, me influenciaram a ponto de me fazer mergulhar no estudo do Léxico e trocar de linha de investigação no Doutorado. Não tenho dúvidas de que Deus escolheu a dedo quem seria minha orientadora.

Não poderia deixar de destacar também a Profa. Dr.^a Ana Cláudia Castiglione. Minha quase co-orientadora! Suas aulas marcantes durante a disciplina de Léxico, Interdisciplinaridade e Ensino, com foco em Lexicografia, me renderam muitos frutos. Ela foi mais um presente de Deus para minha vida!

Por fim, resta admitir que esse título é fruto de esforços coletivos. Sem Deus, sem minha família, sem minhas amigas, sem minha orientadora e professoras, nada disso teria sido possível. Gratidão!

*Há palavras que ferem como espada,
mas a língua dos sábios traz a cura.
Provérbios 12:18*

RESUMO

SILVA, Robervânia de Lima Sá. **Palavras de dor: estudo léxico-semântico de vocábulos, expressões e sentenças racistas utilizados contra alunas e servidoras negras do Câmpus Castanhal do Instituto Federal do Pará – IFPA.** Pesquisa orientada pela Prof.^a Dr.^a Karylleila dos Santos Andrade. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Doutorado em Ensino de Língua e Literatura – PPGL da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, *Campus* Universitário de Araguaína.

O racismo contra pessoas negras foi solidamente construído em nossa sociedade desde que se iniciou a exploração escravocrata no Brasil. Desde então, um povo ficou marcado como inferior e inumano devido aos traços físicos que compunham seus corpos, cor e procedência. Aqueles ou aquelas que possuíam a pele escura, o nariz largo, os lábios grandes e volumosos e os cabelos crespos, ou simplesmente, os negros eram desprovidos de direitos. Os reflexos dessa situação nefasta continuam vivos e operantes até nossos dias, principalmente, entre as mulheres negras que constituem as principais vítimas de racismo no Brasil e no mundo. O racismo possui vários mecanismos de perpetuação, contudo o principal deles se manifesta por meio da linguagem, das sentenças, expressões e vocábulos racistas que são expressos continuamente em todos os espaços sociais de nosso país. Devido a isso, essa pesquisa objetivou estudar, à luz da semântica lexical e do conceito interno das participantes da pesquisa, sentenças, expressões e vocábulos racistas utilizados contra alunas e servidoras negras do *Campus* Castanhal do Instituto Federal do Pará – IFPA. Para alcançar o objetivo proposto foi necessário desenvolver um estudo fenomenológico de abordagem qualitativa. Pesquisadores como Barbosa (2018), Basílio (2004, 2014), Biderman (1998, 2001), Cabré (1995), Goffman (1891), Guimarães (2008), Krieger (2001, 2004, 2006), Krieguer e Finatto (2017), Moore (2007), Munanga (2003), entre outros autores, serviram de aporte teórico e metodológicos na construção da tese. Os resultados da pesquisa demonstraram que o racismo linguístico é reconhecido pelas respondentes nas práticas linguísticas ocorridas no ambiente da pesquisa e fora dele, mas negado pelos(as) praticantes. Desse modo, faz-se necessário que o governo, enquanto agente do estado, crie políticas públicas, como iniciativas de luta social, política, cultural e linguística à prática “criminoso” do racismo, sobretudo, contra mulheres. Além disso, é necessário que a sociedade reconheça que o enfrentamento ao racismo é diário e urgente e deve ser constantemente rechaçado a fim de que seus praticantes sejam conscientizados e penalizados por seus próprios atos.

Palavras-chave: Mulheres negras. Racismo linguístico. Discriminação racial.

ABSTRACT

SILVA, Robervânia de Lima Sá. Words of pain: lexical-semantic study of racist sentences, expressions and words used against black students and servants at the Castanhal Campus of the Federal Institute of Pará – IFPA. Research supervised by Prof. Dr. Karylleila dos Santos Andrade. Thesis presented to the Postgraduate Program in Letters: Doctorate in Language and Literature Teaching – PPGL of the Federal University of Northern Tocantins – UFNT, Campus Universitário de Araguaína.

Racism against black people has been solidly built into our society since slavery began in Brazil. Since then, a people has been marked as bottom and inhuman due to the physical traits that made up their bodies. Those who had dark skin, a broad nose, large and voluminous lips and curly hair, or simply black people, were deprived of rights. The reflexes of this situation continued and continued to this day, among the main black women who are the main victims of racism in Brazil and in the world. Social racism has several mechanisms of perpetuation, however the main one is manifested through language, sentences, expressions and racist words are continuously expressed in all spaces of ours. Because of this, this research aimed to study, in the light of the semantics of lexical research and the internal of the research participants, racist sentences, expressions and words as a concept used against students and black women from the Castanhal Campus of the Federal Institute of Pará - IFPA. To achieve the proposed objective, it was necessary to develop a phenomenological study with a qualitative approach. Researchers such as Barbosa (2018), Basílio (2004, 2014), Biderman (1998, 2001), Cabré (1995), Goffman (1891), Guimarães (2008), Krieger (2001, 2004, 2006), Krieguer and Finatto (2017), Moore (2007), Munanga (2003), among other authors, served as theoretical and methodological support in the construction of the thesis. The results of practical research and that linguistic racism is recognized by linguistic practices in its environment, but denied. In this way, it is necessary for the Afro-Brazilian population that the government agent of the state shouts policies, while initiatives of social, political, cultural and linguistic struggle to the “criminal” practice of racism, especially against women. In addition, it is necessary to recognize that confronting racism is urgent and must be constantly rejected so that its practitioners are made aware and penalized for their own acts.

Keywords: Black women. Linguistic racism. Racial discrimination

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualizando as necessidades de pesquisa	12
1.2 Delineamento dos objetivos e das opções metodológicas da investigação	18
2 O LÉXICO E SUAS CORRENTES TEÓRICAS	21
2.1 Lexicologia	22
2.1.2 A conceituação do léxico em dicionários de língua portuguesa	25
• Léxico no <i>Dicionário de Língua Portuguesa Aurélio</i>	25
• Léxico no <i>Dicionário de Linguística Dubois</i>	26
• Léxico no Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete	29
2.2 Lexicografia	40
2.3 Campo semântico	47
3 AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E SEUS PRINCIPAIS TERMOS	50
3.1 Raça e suas diversas acepções	50
3.2 Etnia	53
3.3 Racismo e outros termos emergentes	54
3.4 Principais níveis e tipos de racismo	60
a) Racismo universalista ou discriminatório	61
b) Racismo comunitarista ou diferencialista	62
c) Racismo individual.....	63
d) Racismo institucional	65
e) Racismo estrutural.....	66
f) Racismo cultural	67
g) Racismo linguístico	68
4 OS DISPOSITIVOS LEGAIS E O RACISMO PRATICADO CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA	78
5 UNIVERSO FEMININO NO CONTEXTO DO RACISMO PRATICADO CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA	94
5.1 Racismo contra mulheres negras em contextos linguísticos	94
5.2 Racismo contra mulheres negras em contextos hospitalares	97
5.3 Racismo contra mulheres negras em contextos educacionais	99
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	109
6.1 Abordagem investigativa	109
6.2.1 Live, Congresso e Minicurso	112
6.2.2 Do termo de consentimento livre esclarecido	117

6.2.3 Da entrevista para coleta de dados – setorial	117
6.2.4 Questionário para alunas e servidoras negras	117
7. RESULTADOS E DISCUSSÕES	123
7.5 Campo semântico - Categoria de identificação de cor da pele	137
7.6 Campo semântico – Cabelo.....	166
7.7 Campo semântico: cor da pele representada por substâncias e objetos pretos.....	180
7.8 Campo semântico: cor da pele representada por alimentos pretos.....	188
7.9 Campo semântico: cor da pele representada por situações negativas, lugares e deslocamentos.....	191
7.10 Campo semântico: cor da pele representada por animais.....	197
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS.....	208
ANEXOS	219

1 INTRODUÇÃO

A dor do racismo é uma ferida que só dói quando a tocamos. Por isso é fácil entender por que muitos preferem não falar sobre o que sofre. Como é dolorido “o despertar”. Sair dessa alienação é passar pelo processo do parto, nascer novamente. E foi isso que aconteceu comigo. (PRETA, 2009, p. s/d).

Horas e horas imaginando, voando em várias direções à procura das tais palavras iniciais que devem compor a introdução desta pesquisa. Não é que falte conteúdo a ser exposto, o desafio é encontrar as palavras ideais que consigam atender aos critérios científicos – exigidos pelo programa - sem perder a carga (des)afetiva que me move enquanto pesquisadora, afetiva porque envolve sentimentos de apego, proteção e ternura pelos que sofrem racismo; (des)afetiva porque não há como deixar de sentir aversão ou o mais forte sentimento contrário capaz de ser indicado pelo prefixo “des” por todas as práticas de racismo evidenciadas no decorrer da pesquisa que são empregadas contra mulheres negras, durante toda a sua existência. Como misturar ciência e (des)afeto? Haveria essa possibilidade? Os sentimentos que me impulsionam comprometeriam o rigor científico? Neste instante, sinto-me tendo que escolher entre expressar o (des)afeto que me impulsiona a pesquisar e a segura sentimental exigida pelo processo científico. Algumas constatações circundam-me: palavras adequadas até existem, mas estão presas à lógica contextual de quem as expressa, desse modo, as palavras consideradas ideais para mim podem não ser as ideias para meu leitor. Tal fato ocorre porque o contexto de quem se expressa nem sempre é conhecido, compreendido ou aceito por quem ouve. Por isso, decido-me por iniciar contextualizando a pesquisa por meio da apresentação e da justificativa do objeto de investigação da pesquisa e respondendo a alguns questionamentos iniciais a respeito de minhas escolhas.

1.1 Contextualizando as necessidades de pesquisa

“Palavras de dor”: um estudo léxico–semântico de vocábulos, expressões e sentenças preconceituosos utilizados contra alunas e servidoras negras do *Campus Castanhal* do Instituto Federal do Pará – IFPA foi o tema adotado para a pesquisa.

A opção por iniciá-lo com a expressão “**Palavras de dor**” não foi tomada por emoção momentânea. Ela representa uma tentativa de mostrar o que uma mulher

negra sente ao ser agredida verbalmente só pelo fato de apresentar traços fenotípicos africanos: pele negra, cabelos crespos, nariz largo, lábios volumosos, entre outros. É uma vergonha dolorosa ser seguida em shoppings e supermercados porque se tem pele negra, rebaixam-nos a ladras; é doloroso ser revistada em aeroportos, afinal uma negra andando de avião não é normal; é doloroso ver uma mulher branca usando a mesma enfermagem que você e recebendo o privilégio de tomar anestesia na hora do parto enquanto lhe é negado o mesmo recurso; é doloroso ser chamada de gostosa, quente, fogueira e ouvir expressões como “Branca serve para casar, mulata para foder e negra para trabalhar” e a lista segue bem longe de conseguir expressar tudo aquilo que causa dor à mulher negra. A dor aqui é entendida para além da parte exterior ou física de nosso corpo. Em se tratando de mulheres negras, é a parte física o motivo que lhe proporciona dor, mas essa dor está em um “nível mais complexo, com consequências danosas muito mais profundas, que é a dor interior, a dor da própria alma. Esta dor é chamada de sofrimento, assim como de tristeza, amargura, pena e aflição.” (CASTRO; SANTOS, 2016, p.50).

Palavras ferem, machucam profundamente e matam **moral** – injúria, calúnia e difamação; **psicológica** – inferiorização, animalização, coisificação ou objetificação; **social** – analfabetismo, desemprego ou subemprego; **econômica** – pobreza, miséria e; **fisicamente** – suicídio, feminicídio; por isso, escolho iniciar indicando a dor causada por elas, as palavras. **Elas** podem e são constantemente utilizadas para exercer dominação e poder nas relações etnicorraciais. Por meio delas e, conseqüentemente da linguagem, (des)valoriza-se, edifica-se ou destrói pessoas, em nosso caso, mulheres negras. A própria história do nosso país revela o poder dominador da palavra, elemento básico de uma língua ou idioma. Após a invasão do Brasil, o colonizador impôs sua língua e com ela suas ideologias, crenças, identidades e sistemas causando o apagamento natural e existencial de todos esses elementos em seus colonizados, pois cada povo ou nação já possui seus sistemas organizacionais independente dos níveis de desenvolvimento.

Para explicar os vocábulos, expressões e sentenças que causam dor às mulheres negras recorro às Ciências do Léxico, sobretudo à Lexicografia e aos estudos das relações etnicorraciais, já que entre as muitas palavras que causam dor, as que foram exploradas aqui se restringiram as de cunho racista.

Para dar prosseguimento, recorro agora a algumas questões que nortearam o desenvolvimento deste estudo. A primeira questão foi: por que discutir racismo contra

mulheres se existem tantos outros problemas graves a serem investigados? Esse questionamento foi feito por um dos arguidores que participava da minha banca de seleção para ingresso no Programa de Pós-graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins – PPGL – UFT.

A discriminação é algo que sempre me incomodou, causou prejuízos e dores por diversas vezes, contudo, observar alunas e colegas de trabalho enfrentando o mesmo problema dói ainda mais, principalmente quando são pré-adolescentes que ainda não sabem se defender e se encontram em um período difícil da vida em que se procura afirmação para se ver como jovens que já estão à procura de relacionamentos, de aceitação e de companheirismo. Foi por esses motivos que elaborei, no ano de 2012, um projeto para meninas intitulado “Princesas não beijam sapos. Beijar sapo é desespero!”, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Bráulia Gurjão, movida pelas dores das minhas discentes que eram constantemente agredidas e desrespeitadas pelos meninos.

A iniciativa ganhou nome durante a primeira palestra educativa que tratava a respeito de autoestima. As alunas queriam ser princesas. Eu acredito que um sonho de menina que ainda estava presente nas moças, mas não somente isso, elas queriam ser princesas que se recusavam a beijar sapos ou chorar por eles: os agressores. Entre eles, podemos mencionar colegas de escola, da comunidade, familiares e grupos organizados de venda de drogas e sexo. Objetivava-se atender mensalmente às alunas, sobretudo as adolescentes que compunham um grupo considerado de risco pelos profissionais da escola.

O projeto funcionou desde o ano de 2012 e proporcionava oficinas, palestras e atendimento individualizado por profissionais convidados como: assistente social, psicóloga, educadora física, enfermeira, médica e professoras de língua portuguesa. Ele foi expandido para mais duas escolas estaduais, no ano de 2016, e a equipe de atuação passou a contar com o auxílio de seis alunas/monitoras da EEEFM Bráulia Gurjão. Contudo, no ano de 2018, fui aprovada em um concurso público para professor com dedicação exclusiva de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Pará – IFPA, por isso, deixei de atuar na Rede Municipal e Estadual de Ensino de Conceição do Araguaia e passei a residir na cidade de Castanhal, que fica a quase 1.200 km de distância. A coordenação pedagógica da EEEFM Bráulia Gurjão solicitou uma cópia do projeto e uma permissão para dar prosseguimento ao trabalho, que

foram prontamente concedidos, entretanto, de acordo com o relato de alguns colegas de trabalho, ele não continuou a ser desenvolvido.

Durante o desenvolvimento do projeto, ratifiquei a ideia inicial de que as meninas negras enfrentavam mais dificuldades que as demais e, anos depois, deparei-me com a situação que me impulsionou a pesquisar esta temática:

Era hora do intervalo. Os estudantes saíram correndo para ficar em um lugar privilegiado na fila. De repente ouve-se choro e uns burburinhos. Uma menina entra, acompanhada de suas colegas, na sala dos professores para se queixar de um de seus colegas de classe. O choro era tanto e tão profundo que as palavras se negavam a sair, por isso, as amiguinhas contam o ocorrido. Seu colega tinha colado chiclete em seus cabelos com a justificativa de que ela tinha que raspar aquela bucha. Era uma menina negra, cabelos crespos esponjosos e volumosos. Usava tranças na parte superior do cabelo enquanto as outras partes estavam soltas. O garoto, incomodado com o que via, dizia o tempo todo: raspa essa bucha, doida. Tu não tem vergonha dessa juba, não, desse gruli? Não sendo suficientes as agressões verbais, ele grudou chiclete no cabelo da menina e saiu correndo e gritando: Agora eu quero ver se ela não raspa aquela bucha. Foi-lhe tirado o direito de se sentir bonita com seus traços naturais havia muito tempo. Mas a menina não sabia, ou talvez até soubesse, mas resolveu ousar, enfrentar a situação.

Desde o período do escravismo, no Brasil, a mulher negra era obrigada a raspar sua cabeça por diversos motivos, dentre eles, os principais eram apagar sua identidade feminina, para não parecer bonita aos olhos de seu senhor, fazer desaparecer sua origem, etnia, religião e status social, que eram representados pela forma do corte e dos adereços presos aos seus cabelos, e submetê-la a situações humilhantes. (TAVARES, 2021). Mas a menina da história acima resolveu se achar bonita do jeito que ela era naturalmente, ousou sonhar em poder usar seu cabelo crespo solto, em um universo de rendição aos alisamentos e chapinhas.

A dor daquela menina-moça me atravessou a alma. Eu precisava fazer alguma coisa que pudesse amenizar a sua dor e a de outras meninas em situações semelhantes. Assim, nasceu a primeira parte do título dessa pesquisa: “palavras de dor”. Cada ofensa dita aos berros por aquele menino branco causava uma enorme dor naquela menina negra e em mim.

Contudo, minha mudança de cidade exigiu mudança do lócus da pesquisa. Os sujeitos envolvidos seriam, inicialmente, as alunas do projeto, bem como as

professoras negras da escola. Contudo, o projeto foi transferido para o Campus Castanhal do IFPA. A temática continuou a mesma, mas o local da pesquisa e as participantes foram todos substituídos por compreender que o racismo contra mulheres está presente em toda parte de nosso país. Ele constitui um problema gravíssimo que gera, em efeito cascata, uma série de outros problemas também muito graves. É por causa dele que mulheres negras não recebem os mesmos cuidados que uma mulher branca, na hora do parto, que representam o maior número na população carcerária brasileira, nas profissões subalternas, em situações desumanas de sobrevivência e em número de morte por feminicídio. É por causa do racismo que as mulheres negras são abusadas sexualmente e, ainda assim, são consideradas culpadas; agredidas física e verbalmente nas redes sociais e/ou cara a cara e, mesmo assim, desconsideradas como vítimas de crime racial.

De acordo com o Atlas da Violência de 2020, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de um número de 4.519 mulheres que foram assassinadas no ano de 2018, 68% das vítimas eram negras. Entre 2008 e 2018, o número de homicídios de mulheres negras aumentou 12,4%, enquanto o número de mulheres não negras reduziu para 11,7%.

Muitos brasileiros admitem que a nossa sociedade é racista, mas a grande maioria daqueles que praticam tal fato não se assume como o sendo. Segundo Santos (2005, p.14) “89% dos brasileiros concordam que a sociedade é racista e somente 10% admitem ser, eles mesmos, racistas”. Assim, os dados mostram que os brasileiros não reconhecem que a sua própria prática é racista, mas somente a prática do outro. Seria, neste caso, um racismo “sem racista auto-identificado, auto-reconhecido” (SANTOS, 2005, p.14).

Entretanto, contra fatos não há argumento que se sustente. De acordo com a UNESCO (2019, p. s/d),

peças negras ocupam apenas 6,3% dos cargos de gerência e 4,7% dos cargos executivos nas empresas. Quando se trata de mulheres, apesar de muitas empresas promoverem programas bem-sucedidos de equidade de gênero, em geral, a inclusão é de mulheres brancas, não de mulheres negras.

As mulheres negras só ficam à frente das mulheres brancas ou não negras quando os índices representam prejuízo. Em se tratando do direito à vida, as mulheres negras representam o maior número de vítimas. Organizado por Mendes (2020), o

Dossiê Mulher do ano de 2020, do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, aponta que 65,9% dos casos de feminicídio foram contra mulheres negras, bem como 62,9% de tentativa de feminicídio, 62,8% de homicídio doloso, 56,5% estupro, 55,5% de lesão corporal e a lista segue com as mulheres negras no topo sendo vítima de outros tipos de crimes.

No Pará, estado em que esta pesquisa foi desenvolvida, os casos de feminicídio, durante o período da pandemia pelo coronavírus, tiveram alta de 224% “Quando analisado o quadrimestre entre os anos de 2019 e 2020.” (BRANDÃO, 2020, p. s/d). No Atlas da Violência 2020, produzido pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹, encontramos mais um dado estarrecedor: 75,7% das vítimas de homicídio no Brasil são mulheres negras.

Ainda assim, ouvimos constantemente a afirmação de que não há racismo em nosso país. O discurso continua sendo o mesmo, o que nos leva a nossa próxima questão, a saber: por que pesquisar vocábulos e expressões dando ênfase à elaboração de acepções e abonações que demonstrem o racismo? Esta também foi uma pergunta realizada por um dos membros da minha banca de seleção no período de ingresso ao curso, seguida de algumas observações, como: a elaboração de acepções que demonstrem racismo poderia, talvez, contribuir para sua disseminação porque o dicionário é considerado a expressão da verdade.

É justamente pelo fato de o dicionário ser considerado sinônimo da verdade e o responsável por “traduzir” o pensamento de uma época, o contexto de produção de seus verbetes e abonações é que ele precisa registrar em seus verbetes todas as acepções presentes no seio da sociedade. Isto é o que alicerça a base de minha hipótese.

A hipóteses iniciais desta pesquisa pressupõem que vocábulos, expressões e sentenças ofensivas utilizadas diariamente em nosso país para discriminar pessoas negras, considerados, em muitas situações, pelos não negros como uma espécie de “brincadeirainha”, podem ser consideradas hostilidades puramente racistas. Além disso, ainda é provável que o racismo linguístico praticado seja absolvido e invisibilizado pela ausência de registro de acepções e abonações nos dicionários de língua portuguesa. A inclusão de significados nessas obras, com indicação de pejoratividade de racismo e preconceito racial, poderia não só oficializar tais práticas

¹ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020-infografico.pdf>

como criminosas, como também oferecer àquele(a) que as sofre, elementos de luta e justiça.

1.2 Delineamento dos objetivos e das opções metodológicas da investigação

Esta pesquisa objetivou estudar, à luz da semântica-lexical e do conceito interno das participantes da pesquisa, os vocábulos, as expressões e as sentenças racistas utilizados contra alunas e servidoras negras do *Campus Castanhal*, do Instituto Federal do Pará – IFPA. Para tanto, buscamos:

- a) elencar as palavras mais frequentes e representativas que expressassem discriminação racial na visão de alunas e servidoras negras da instituição pesquisada;
- b) elaborar definições para os vocábulos coletados, contextualizados nos usos sociais das respondentes;
- c) evidenciar as marcas pejorativas de uso nos vocábulos e expressões elencados, tanto as dicionarizadas, neologismo semântico, quanto as não dicionarizadas, neologismo lexical;
- d) colaborar com a elaboração das obras dicionarísticas de língua portuguesa com o intuito de fornecer definições para os vocábulos coletados, com as marcas de uso devidamente apontadas, e por fim;
- e) apresentar uma proposta de um microparadigma lexicográfico que pode alertar os consulentes a respeito do racismo que está atrelado à palavra definida.

Quanto à metodologia da pesquisa, optei, a princípio, pela abordagem qualitativa, contudo, ao analisar os dados coletados concluí que seria necessário construir alguns gráficos com dados numéricos para ilustrar melhor os resultados obtidos, por isso, a abordagem passou a ser classificada como qualiquantitativa. Desse modo, a pesquisa se classificou como qualiquantitativa envolvendo os tipos explicativa, participante, fenomenológica e etnográfica.

Os sujeitos envolvidos, doravante respondentes, foram alunas e servidoras negras do *Campus Castanhal* do Instituto Federal do Pará – IFPA. Para coletar os dados, utilizei a técnica do grupo focal que se concretizou por meio de uma *live*, um minicurso e uma conferência e questionário estruturado via *google formulário*.

A fundamentação teórica para a construção do arcabouço foi consolidada a partir das leituras realizadas durante as disciplinas: Léxico, Cultura e Ensino; Tópicos avançados do Léxico; Léxico, Interdisciplinaridade e Ensino no PPGL-UFT e Estudos

aprofundados em Lexicografia: teoria e prática na Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - IBILCE/ Unesp/SJRP período em que foram estudados os principais conceitos da área.

Por sua vez, as relações etnicorraciais foram estudadas nos períodos de formação continuada desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, do *Campus* Castanhal – NEABI Castanhal, e pela participação em congressos e eventos que tratavam da temática.

Para a coleta dos vocábulos, expressões e sentenças, utilizamos a técnica do grupo focal que exige a oferta de formação prévia para os participantes da pesquisa. Dessa maneira, foram ofertadas à comunidade acadêmica *lives* formativas e minicurso, antes e durante o II Congresso Multidisciplinar sobre Mulheres Negras e Indígenas, organizado pelo NEABI-Castanhal. Após o congresso, foi disponibilizado um questionário por meio do *Google forms* às participantes, no qual constava na parte introdutória o termo de consentimento livre e esclarecido.

Para a análise dos dados, adotei como referência o dicionário *on-line* Aulete Digital. A principal justificativa pela escolha foi o fato de ser o mais utilizado durante as aulas de Língua Portuguesa, ofertadas no *Campus* Castanhal. Além disso, a obra é confiável, gratuita, eletrônica, de fácil acesso e ainda apresenta o verbete original e o verbete atualizado, o que contribui significativamente para o desenvolvimento deste estudo que considera a sincronia e a diacronia. O dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009) também foi utilizado, contudo de modo esporádico. Um dos motivos é a dificuldade de acesso pelos estudantes do IFPA, lócus da pesquisa.

Estruturalmente, este trabalho apresenta linearmente nove capítulos distribuídos nas seguintes seções:

- Primeira seção: Introdução – em que apresento, de modo geral, toda a pesquisa.
- Segunda seção: Aporte teórico – no qual procuro delinear os principais conceitos que envolvem as Ciências do Léxico e as questões etnicorraciais dando ênfase ao racismo linguístico praticado contra mulheres negras.
- Terceira seção: Procedimentos metodológicos – em que busco apresentar todas as classificações da pesquisa à luz da metodologia científica, bem como os objetivos, as participantes envolvidas, os instrumentos e técnicas de coleta de dados e a descrição de como foi desenvolvida a análise.

- Quarta seção: Resultados – destino essa parte da pesquisa à descrição e análise dos dados obtidos por meio da coleta.
- Quinta seção: Considerações finais – onde apresento minhas conclusões a respeito do tema em estudo.
- Sexta seção: Lista das referências utilizadas para a composição teórico-metodológica da pesquisa, seguida dos anexos e dos apêndices.

2 O LÉXICO E SUAS CORRENTES TEÓRICAS

*Cada época tem as suas ideias próprias;
 é preciso também que tenha as palavras
 apropriadas a essas ideias.
 As línguas são como o mar, oscilam incessantemente.
 Em certas alturas,
 deixam uma margem do mundo do pensamento
 e invadem outro.
 Tudo o que as suas ondas assim abandonam,
 seca e apaga-se do solo.
 É deste modo que algumas idéias se extinguem,
 Que algumas palavras desaparecem.*
Victor Hugo

O Léxico constitui um campo vasto de investigação científica que abarca três outras ciências, a saber: a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia. No intuito de alcançarmos os objetivos traçados para desenvolvimento desta investigação, trataremos dos principais conceitos de cada uma delas separadamente nos tópicos seguintes.

Os tipos de conceito adotados nesta pesquisa consideram a classificação elencada por Guimarães (2008). Para ele, nas ciências sociais existem dois tipos de conceitos, a saber: os analíticos e os nativos. Os conceitos ou categorias analíticas permitem analisar determinados conjuntos de fenômenos e fazem sentido somente quando estão relacionados ao corpo de uma teoria.

Por sua vez, os conceitos ou categorias nativas apresentam sentido no mundo prático e efetivo. Eles possuem sentido histórico e/ou específico para determinado grupo humano. Para o autor:

[...] qualquer conceito, seja analítico, seja nativo, só faz sentido no contexto ou de uma teoria específica ou de um momento histórico específico. Acredito que não existem conceitos que valham sempre em todo lugar, fora do tempo, do espaço e das teorias. São pouquíssimos os conceitos que atravessam o tempo ou as teorias com o mesmo sentido. (GUIMARÃES, 2008, p. 63)

Assim, conforme assinalado pelo autor, os conceitos abordados por essa pesquisa que ora se inicia precisam ser considerados em seu contexto próprio. Sempre que fizermos o contrário, assinalaremos e justificaremos os motivos no intuito de evitar possíveis distorções interpretativas que possam causar equívocos.

Tratar como se processa conceitos é de extrema importância, já que o ser humano desenvolveu a capacidade de associar palavras a conceitos, por meio de um processo dinâmico, denominado por Biderman (1998) de conceptualização, que se dá na dimensão individual e social. É a partir desse processo que a definição, ou melhor dizendo, que o conceito de léxico surge. Considerando a dimensão individual, ele constitui um conjunto de representações ou objetos mentais que se consubstanciam nas palavras que o sujeito utiliza. De modo geral,

o léxico de uma língua constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos referentes, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. Ao identificar semelhanças e, inversamente, discriminar os traços distintivos que individualizam esses referentes em entidades distintas, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas. É esse processo de nomeação que gerou e gera o léxico das línguas naturais. (BIDERMAN, 1998, p. 91).

Dito de outra maneira pela mesma autora, “o léxico é o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana”. (BIDERMAN, 1996, p. 1). Essa breve introdução ao conceito de léxico será retomada mais adiante onde discutiremos paralelamente léxico e lexicologia.

2.1 Lexicologia

O termo *lexicologia* constituiu-se a partir de uma composição de palavras formadas por justaposição (*λεξικόν + λογία*), isto é, do grego *λεξικόν*, que significa léxico + *λογία* que é estudo, a saber – estudo do léxico. De modo geral, os pesquisadores conceituam a Lexicologia como uma área da Linguística que apresenta como base de investigação - sincrônica e/ou diacrônica - o estudo do léxico, que, por sua vez, estuda a palavra, levando em consideração seu significado, origem, formação, classificação, relações, dentre outras atividades, por meio do cruzamento das teorias das demais áreas de investigação da Linguística, tais como, a Semântica, Morfologia, Sintaxe, Pragmática, Fonética etc.

Postulando esta linha de raciocínio, Rey (1970, p.01) considera a Lexicologia como uma:

Disciplina central em linguística, por sua afinidade com a gramática das formas (morfologia) e a semântica; disciplina de encruzilhadas nas ciências humanas e em semiótica, esta lexicologia contestada é, além disso, indispensável à maior parte das aplicações da linguística, desde a filologia e a tradução até a confecção dos dicionários. (REY, 1970, p. 01)

Dessa maneira, a afinidade entre as disciplinas mencionada por Rey causa uma espécie de encontro, cruzamento ou intersecção de campos de investigação. E esse cruzamento de teorias (cada disciplina apresenta uma teoria consolidada) presente na lexicologia não lhe permite possuir uma demarcação sólida, ao contrário, todas essas subáreas entrelaçadas fazem com que haja compreensões prolixas acerca de seu objeto de investigação que normalmente considera interesses distintos. Dentre os quais podemos destacar, segundo Barbosa (2008):

1. Definir conjuntos e subconjuntos lexicais - universo léxico, conjunto vocabulário, léxico efetivo e virtual, vocabulário ativo e passivo;
2. Conceituar e delimitar a unidade lexical de base - a lexia -, bem como elaborar os modelos teóricos subjacentes às suas diferentes denominações;
3. Analisar e descrever as estruturas morfo-sintático-semânticas de tais unidades, sua estruturação, tipologia e possibilidades combinatórias; examiná-las em sua carga ideológica, força persuasiva, natureza modelizante;
4. Examinar as relações do léxico de uma língua com o universo natural, social e cultural, a transposição de uma "realidade" infinita e contínua a um número limitado de lexias, o recorte do "real" operado pelo léxico das diversas línguas;
5. Abordar a palavra como um instrumento de construção e detecção de uma "visão de mundo", de uma ideologia, de um sistema de valores, como geradora e reflexo de recortes culturais;
6. Analisar a influência do contexto em cada palavra e, reciprocamente, a determinação e a atuação de cada palavra em seus diferentes contextos possíveis;
7. Analisar e descrever as relações entre a expressão e o conteúdo das palavras e os fenômenos daí decorrentes: polissemia, homonímia, homossemia total (sinonímia), homossemia parcial (parassinonímia), hiperonímia, hiponímia, co-hiponímia, antonímia e paronímia e, com a ajuda de certos métodos, como a análise distribucional e a análise sêmica, examinar a questão dos campos semânticos e dos domínios de experiência e trazer novas respostas a essa problemática;

8. Estabelecer a rede de relações das palavras de um sistema linguístico;
9. Procurar circunscrever a aptidão das palavras, para se interligarem, nos planos morfossintático, sintático e semântico, nos eixos paradigmático e sintagmático;
10. Estudar o conjunto de palavras de determinado sistema, ou de um grupo de indivíduos, como universo léxico ou conjunto vocabulário, analisar o léxico efetivo - ativo e passivo - e;
11. Fazer estimativas sobre o léxico virtual, numa perspectiva diatópica, diacrônica, diastrática e diafásica;
12. Procurar sistematizar os processos fundamentais de criação e renovação lexicais - neologia fonológica, semântica, sintagmática e alogenética -, as relações da neologia com o contexto de enunciação, os mecanismos de auto-alimentação e auto-regulagem do léxico;
13. Formalizar a dinâmica do léxico e do processo neológico, observadas as fases de criação da palavra, sua aceitabilidade no meio social, sua desneologização e possível reneologização.

A partir disso, percebemos que as disciplinas, bem como, seus campos científicos de investigação apresentam mecanismos de cooperação recíproca que não impedem a existência de especificidades epistemológicas individuais. Assim, o cruzamento da morfologia, sintaxe, semântica com a lexicologia não causa impedimento para que elas sejam consideradas campos científicos distintos. Embora, ainda haja dificuldades de delimitações, até mesmo dentre as próprias ciências do léxico. Isto ocorre devido a “forte relação de alimentação e realimentação” (BARBOSA, 2018, p. 01) existente entre elas, isto é, entre a lexicologia, lexicografia e terminologia. Ainda nas palavras de Barbosa (2018, p. 01), esta

forte relação de alimentação e realimentação entre elas existente tem como condição a especificidade no tratamento da palavra, que lhes assegura autonomia de modelos, métodos e técnicas. Lexicologia e lexicografia configuram duas atitudes e dois métodos face ao léxico: a lexicografia, como técnica dos dicionários; a lexicologia, como estudo científico do léxico. A complexa questão se estende à própria multissignificação de tais disciplinas; os discursos lexicográficos são simultaneamente registro de palavras e objeto de estudo da lexicografia como investigação fundamental; esta, por seu turno, objeto da metalexigráfica, enquanto epistemologia da ciência lexicográfica. (BARBOSA, 2018, p. 01).

Apesar disso, é consenso entre os pesquisadores que a palavra constitui elemento fundamental para as investigações lexicológicas e é justamente devido a

esse fato que se devem as muitas encruzilhadas do léxico. De acordo com Krieguer e Finatto (2017, p. 43) “Tal característica está intimamente relacionada à complexidade, bem como, à multiplicidade de facetas e abordagens que a palavra encerra e permite”.

As autoras acrescentam que a lexicologia é uma área de longa trajetória, definida por consenso, como o estudo científico do léxico, mais especialmente, das palavras de uma língua, ocupando-se apenas do seu componente geral, e não especializado.

Assim, considerando a palavra como elemento base para os estudos lexicais, passaremos à análise da palavra/termo léxico.

2.1.2 A conceituação do léxico em dicionários de língua portuguesa

Com o objetivo de compreendermos de modo mais adequado o conceito de léxico passaremos a analisá-lo sob a ótica de alguns dicionários, mais precisamente, o Dicionário de Língua Portuguesa Aurélio – um dos mais utilizado pelos consulentes brasileiros; o Dicionário de Linguística Dubois – obra de referência dentre os profissionais da área de Letras; e o Dicionário de Língua Portuguesa Caudas Aulete – este, por sua vez, em duas épocas distintas.

- **Léxico no *Dicionário de Língua Portuguesa Aurélio***

O dicionário Aurélio (2018), versão online, disponibiliza quatro entradas para o verbete Léxico, a saber:

- 1 - Dicionário, particularmente de língua clássica como latim ou grego.
- 2 - Conjunto virtual das unidades lexicais de uma língua.
- 3 - Compilação de palavras de uma língua.
- 4 - O mesmo que lexical.

A primeira acepção considera o termo léxico como sinônimo de dicionário, não um dicionário geral, mas um dicionário exclusivo de língua clássica como latim ou grego que são línguas que serviram de base para o surgimento de muitas outras, como é o caso do latim, que deu origem à língua portuguesa.

A segunda expande o conceito de léxico por não o restringir a um dicionário de língua clássica, mas ao conjunto virtual das unidades lexicais de uma língua, isto é,

de todo e qualquer idioma. Este conceito é ratificado pela terceira acepção, que o define como sendo a compilação ou reunião das palavras que compõem uma língua.

A quarta acepção apenas faz a equivalência do termo *léxico* a *lexical*.

- **Léxico no *Dicionário de Linguística Dubois***

Para o mesmo termo *léxico*, encontramos no *Dicionário de Linguística Dubois* (1973, p. 363), quatro acepções:

1. Em relação à lexicografia, a palavra *léxico* pode evocar dois tipos de obras: um livro que compreenda a lista dos termos utilizados por um autor, por uma ciência ou uma técnica, ou um dicionário bilíngue reduzido à colocação em paralelo das unidades léxicas das duas línguas confrontadas. Por esta razão, *léxico* opõe-se a *dicionário*.

A primeira acepção apresentada por Dubois está pautada nos pressupostos da Lexicografia. Neste contexto, a palavra *léxico* pode se relacionar tanto a uma lista de termos utilizados por um autor, ciência ou técnica – uma vez que a lexicografia explora campos específicos do conhecimento - quanto à realização paralelística de duas línguas distintas.

A segunda acepção é, sobremaneira, extensa, por isso a trataremos por partes. Vejamos:

Como termo linguístico geral, a palavra *léxico* designa o conjunto das unidades que formam a língua de uma comunidade, de uma atividade humana, de um locutor, etc. Por essa razão, *léxico* entra em diversos sistemas de oposição, conforme o modo pelo qual é considerado o conceito. *Dubois* (1973, p. 363).

Aqui, Dubois analisa o termo *léxico* na ótica da linguística geral. Para tanto, o compreende como um conjunto de unidades que compõe a língua em diversas esferas, às vezes distintas e opostas. Depreende-se ainda, das afirmações do autor, que é por esta razão que há mais de um conceito para o termo, por isso ele precisa levar em consideração a ótica pela qual o mesmo está sendo investigado.

Dando prosseguimento às explanações da segunda acepção, Dubois (1973, p. 363) afirma que:

A estatística léxica opõe *léxico* e *vocabulário*; o termo *léxico* é, então, reservado à língua, o termo *vocabulário* ao discurso. As unidades do *léxico*

são os lexemas, enquanto que as unidades do discurso são os vocábulos e as palavras (a palavra que designa toda ocorrência de um vocábulo qualquer). O vocabulário de um texto, de um enunciado qualquer da performance é, desde então, apenas uma amostra do léxico do locutor ou, conforme a perspectiva adotada, do léxico da comunidade linguística considerada. A consideração do enunciado não poderia determinar o léxico fonte e não pode fornecer mais que indicações sobre o léxico. Da execução não se pode deduzir a competência léxica. (DUBOIS, 1973, p. 363)

Neste caso, o autor aborda o termo no viés da estatística léxica e nos esclarece que o termo *léxico* faz oposição ao termo *vocabulário*, reservando *léxico* – e suas unidades que são os lexemas - à língua; e *vocabulário* – e suas unidades que são os vocábulos e as palavras - ao discurso. De acordo com o autor, o vocabulário é apenas uma amostra, devido a isso, não pode determinar o léxico fonte, apenas fornecer-lhe informações. Assim,

No interior dessa oposição léxico vs. Vocabulário, poderemos sucessivamente considerar o léxico de diversos pontos de vista. O léxico considerado é o de um falante (no caso em que o texto emana de uma fonte locucionária única, ou no caso em que o corpus é constituído por reagrupamentos dos atos de fala isolados de um falante único). Por mais considerável que seja, o corpus constituído só pode fornecer um vocabulário e não poderia explicar o léxico (potencialidades léxicas, ou competências) do falante. O léxico considerado é o de vários interlocutores: definir-se-á vocabulário do grupo considerado como conjunto das unidades localizadas no corpus. O léxico, em comparação, coloca um problema: da consideração das execuções dos falantes A, B ...N, não se pode concluir pela identidade da competência (léxico). Conforme o ponto de vista, a descrição léxica resulta, então, em um léxico fundamental (intersecção dos diversos conjuntos, que são o vocabulário de A, de B, ... de N) ou, pelo contrário, a um “tesouro” (reunião dos diversos conjuntos). (DUBOIS, 1973, p. 363).

Dessa maneira, o léxico fundamental seria o resultado da junção do conjunto de vocabulários. Contudo,

A passagem do vocabulário ao léxico, exige, em particular, que seja levada em conta a posse, pelo falante-ouvinte, de um vocabulário passivo: todo falante possui, de fato, uma dupla competência léxica, não redutível a uma posição entre competência e performance. Com efeito, numerosos lexemas são compreendidos (portanto, participam do modelo da competência do falante) sem nunca serem realizados; a consideração da situação bastará para fazer entender esse caso: certas palavras, corretamente registradas e corretamente descodificadas pelo falante (por exemplo, no rádio, nos jornais), podem não ter para o falante nenhuma probabilidade de emprego ativo. (DUBOIS, 1973, p. 363).

Esse vocabulário passivo, está disponível nos falantes-ouvintes, ainda que eles não tenham consciência. É o que Dubois afirma ao dizer que todos possuímos uma dupla competência léxica composta pelos lexemas que “falamos” – vocabulário ativo; e pelos lexemas que compreendemos, mas não utilizamos - vocabulário passivo.

A segunda acepção ainda nos alerta que

é preciso levar em conta, na descrição de um léxico, a ligação essencial entre sintaxe e semântica; certos lexemas que recorrem a uma regra de formação costante (nominalização, por exemplo) e a um radical banal podem nunca ter provocado uma *performance* do falante-ouvinte; eles não são menos disponíveis e devem figurar, pelo menos no título das potencialidades oferecidas pelas regras e o estoque das bases léxicas, na descrição da competência léxica do falante-ouvinte. (DUBOIS, 1973, p. 363).

Dessa maneira, o conceito de léxico abordado por Dubois considera a relação indiscutivelmente existente entre léxico-sintaxe-semântica, como muitos teóricos também acreditam, dentre eles: Barbosa (1981, 1991), Biderman (1996, 1998), Krieger e Finatto (2017) etc.

A segunda acepção é concluída com um alerta que nos adverte

que na evocação acima, o termo léxico não foi tomado na acepção ampla inicialmente proposta em definição. Com efeito, o termo linguístico *léxico* é geralmente utilizado para designar as unidades significantes não essencialmente gramaticais (em oposição às preposições, advérbios, etc.).

Portanto, as dificuldades da linguística descritiva no tocante à elaboração de um conceito para o termo *léxico*, bem como, de sua localização em meio aos estudos gramaticais também está representada no final da segunda acepção do Dubois.

Na terceira entrada para o termo léxico encontramos que:

3. A gramática gerativa considera o léxico como um dos elementos do componente da base da gramática. O componente de base (que engendra a estrutura profunda) compreende o componente categorial e o léxico. O componente categorial representa as regras de reescrita que resultam em um indicador sintagmático, enquanto que o léxico especifica as propriedades sintáticas, semânticas e fonológicas de cada unidade léxica. As unidades léxicas assim definidas serão aplicadas ao indicador sintagmático conforme as regras de inserção léxica. A dificuldade sentida pela gramática gerativa em precisar o lugar de semântica na teoria linguística traz, todavia, incertezas terminológicas; para N. CHOMSKY, a unidade léxica é definida por três conjuntos de traços: sintático, semântico e fonológicos; é, portanto, um símbolo complexo; para J. KATZ, o léxico só comporta os traços sintáticos e fonológicos, enquanto que o componente semântico da gramática

compreende um dicionário (que apresenta o sentido das unidades sob forma de traços semânticos, de diferenciadores semânticos e de restrições de seleção) e regras de projeção, que fornecem os processos combinatórios.

Conforme podemos observar, a concepção de léxico da terceira acepção está pautada nos pressupostos da gramática gerativa que possui como representante o linguista Noam Chomsky. Nesse contexto, o léxico é considerado um dos elementos que compõe a base da gramática, ficando ao lado do componente categorial, que nada mais é que o indicador sintagmático. Aqui, a função lexical é especificar as propriedades sintáticas, semânticas e fonológicas da palavra. Dessa maneira, o viés da gramática gerativa também considera a tríade sintaxe-semântica-fonologia para conceituar o termo léxico.

Por sua vez, fica a cargo da Análise do Discurso o quarto conceito da entrada léxico no Dubois. Analisemos:

4. A análise de discurso também conduz a uma revisão da noção de léxico. Constatando, à luz dos trabalhos da gramática gerativa, que as palavras do vocabulário são alicerçadas por preposições, ela é levada a deslocar a perspectiva da oposição vocabulário vs. Léxico. Recentes estudos têm mostrado que as preposições que alicerçam as palavras exigem que se as tome em conta na descrição do modelo de competência: uma descrição mecanicista do léxico, como uma combinatória de traços, não poderia explicar o jogo da enunciação (presença do falante em seu enunciado), não mais que das modificações da competência geral (conteúdo ideológico das unidades).

Assim, o quarto conceito propõe que o léxico somente poderá ser mais bem compreendido se não fizer uso de uma descrição mecanicista que opõe vocabulário e léxico, afirmando que uma combinação de traços não seria capaz de explicar o jogo da enunciação discursiva.

Portanto, conforme pudemos perceber, o dicionário de Linguística Dubois conceitua o termo léxico de acordo com as áreas da linguística, fornecendo, várias definições conforme acabamos de observar.

- **Léxico no Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete**

Assim, com o objetivo de compreendermos de modo adequado o conceito de léxico, recorreremos, antes de tudo, à comparação conceitual de duas épocas de um mesmo dicionário, por acreditarmos que eles representam uma das principais fontes

de pesquisas relacionadas à linguagem. A obra adotada para estudo foi o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, mais conhecido como Caldas Aulete. Na intenção de desenvolver uma breve comparação histórica, consultamos sua primeira versão, que data de 1881, bem como, sua última versão, 2018, esta, por sua vez, on-line.

Dessa forma, encontramos no Aulete (1881) e (2018) as seguintes entradas para léxico:

Quadro 01 – Conceitos de léxico

<p>Lexicon (lé-kssi-kon), s.m. diccionario de linguas clássicas; vocabulário./ F. gr. Lexikor, vocabulário. (AULETE, 1881, p. 1059).</p>
<p>(lé.xi.co)[cs]</p> <p>a.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.Ling.Próprio das palavras ou referente a elas; LEXICAL <p>sm.</p> <ol style="list-style-type: none"> 2.Ling.O repertório de palavras de uma língua ou de um texto; VOCABULÁRIO 3.P.ext.Obra de compilação de uma parte (reduzida ou extensa) dos vocábulos de uma língua e seus significados; DICIONÁRIO 4.Dicionário de antigas línguas clássicas. 5.P.ext.Relação de palavras us. por um autor ou por uma escola ou movimento literário. 6.Ling.Conjunto dos lexemas da língua (proposto por Saussure), oposto ao conjunto de vocábulos. 7.P.ext.Gram.Componente da gramática internalizada de um falante que abarca todo o seu conhecimento das palavras (esp. sua pronúncia, significação e emprego numa sentença). <p>[F.: Do gr. <i>leksikós</i>, e, on.]</p> <p>(AULETE, 2018. Disponível em: http://www.aulete.com.br/l%C3%A9xico Acesso em: 24 Jul. 2018).</p>

Fonte: autora (2019).

Podemos observar que a escrita do termo em questão sofreu alteração ao longo dos anos. A primeira publicação apresenta a entrada *Lexicon*, enquanto na última, vemos *léxico*. O que ocorre é que grande número de palavras passa por transformação por diversos motivos, os mais comuns são explicados pela linguística por meio do estudo dos aspectos fonéticos da língua. Essas transformações fonéticas que ocorrem em todos os idiomas são graduais, uma vez que ocorrem paulatinamente, por meio daquilo que os linguistas denominaram, nas pesquisadas relacionadas às leis fonéticas, de evolução temporal ou mudança diacrônica. De acordo com Coutinho (1976), as leis fonéticas podem ser divididas ou classificadas em três, a saber:

1. A lei do menor esforço - que atua diretamente nas atividades dos nossos órgãos fonadores, visando facilitar a pronúncia das palavras;
2. A lei da Permanência da Consoante Inicial - em que ocorre a conservação das consoantes que se posicionam no início das palavras, enquanto as demais podem admitir sonorização e queda;
3. A Lei da Persistência da Tônica – na qual as palavras permanecem com a mesma acentuação advinda do latim.

A transformação ocorrida pelo termo em questão – *léxicon* - se caracteriza por uma modificação fonética que incidiu em uma modificação estrutural. Essa mudança é comumente chamada de metaplasmo. Os metaplasmos ou mudanças podem ocorrer por acréscimo, supressão, transposição ou transformação de letras.

No caso do termo *léxicon* – *léxico*, houve uma transformação definida como apócope, que nada mais é do que a supressão de um segmento sonoro no fim da palavra, o que se encaixa perfeitamente em um caso de economia linguística ou lei do menor esforço. O /n/ final de *léxicon* foi suprimido, dando lugar apenas a *léxico* que exige menos articulação na pronúncia.

As variações de significado também afetaram o termo *léxico*. Na verdade, o termo ganhou novas definições, mantendo preservadas as primeiras. Assim, em 1881 o *léxicon* – “dicionário de línguas clássicas; vocabulário” (AULETE, 1881, p. 1.059) era entendido apenas como dicionário e vocabulário de línguas clássicas que eram principalmente o Latim e o Grego. Neste sentido, *léxico* seria apenas uma obra contendo o conjunto de palavras de um determinado idioma. No segundo sentido, ele é conceituado como sendo sinônimo de vocabulário.

Entretanto, hoje, o Aulete (2018) apresenta, além destas, mais cinco definições, configurando um total de sete. Isto faz com que se expanda o número de conceitos elencados para *léxico* que passa a agregar acepções de áreas distintas, tais como:

- Funções da linguagem: “Ling. Próprio das palavras ou referente a elas; LEXICAL sm.” Neste caso, o termo *léxico* é denominado como sinônimo de metalinguagem, uma vez que se refere ao estudo das próprias palavras.
- Linguagem: “2. O repertório de palavras de uma língua ou de um texto; VOCABULÁRIO” - Segundo conceito elaborado em 1881 e explanado acima.
- Da terminologia: “3. P.ext. Obra de compilação de uma parte (reduzida ou extensa) dos vocábulos de uma língua e seus significados; DICIONÁRIO”. A visto disso, podemos observar que este conceito expande a definição de

maneira que ele abarque todas as línguas e não apenas as clássicas, conforme a próxima entrada.

- Da terminologia: primeiro conceito elaborado em 1881: “4. Dicionário de antigas línguas clássicas.” Conceito explanado anteriormente na primeira versão do dicionário.
- Da literatura: “5. P.ext. Relação de palavras us. por um autor ou por uma escola ou movimento literário.” Neste conceito, o termo léxico é sinônimo de glossário.
- Da semântica: “6. Ling. Conjunto dos lexemas da língua (proposto por Saussure), oposto ao conjunto de vocábulos.” Léxico aqui se refere a um conjunto de palavras que pertencem à mesma classe morfológica diferindo apenas por afixos.
- Da gramática: “7. P.ext. Componente da gramática internalizada de um falante que abarca todo o seu conhecimento das palavras (esp. sua pronúncia, significação e emprego numa sentença).” Neste último conceito para a entrada léxico, percebemos que o lexicógrafo levou em consideração os saberes da sociolinguística que considera a diversidade de falares.

Assim, conforme podemos observar, os conceitos relacionados à entrada *léxico*, no dicionário Aulete, foram sendo alterados ao longo dos anos, isto se dá devido a sua estreita relação com “os conteúdos significantes da linguagem humana” (BIDERMAN, 1996, p. 27), que, por sua vez, está associada ao conhecimento que é apreendido por meio do processo de nomeação do qual trataremos mais à frente.

Assim, a concepção de léxico como uma simples lista de entradas é ampliada e passa a discutir também:

- O desenvolvimento de mecanismos que capturam generalizações linguísticas no léxico e,
 - A especificação da natureza e do conteúdo das entradas lexicais.
 - A elaboração de estratégias de acesso ao léxico e,
 - Especificação das estruturas global e interna do léxico.
- (DI FELIPPO; SILVA, p. 1, s/d - Adaptado).

Dessa forma, o léxico, que antes nem mesmo era considerado por alguns investigadores como um campo de estudo científico, devido ao seu inventário aberto²,

²Por léxico, em geral, compreende-se o conjunto aberto, organizado por regras produtivas, das unidades lexicais que compõem a língua de uma comunidade linguística. (FERRAZ, 2008, p. 146, grifo nosso).

passa a ser considerado elemento importante no processo de ensino aprendizagem da linguagem, uma vez que passa a se preocupar com processos cognitivos que envolvem a elaboração de estratégias de acesso a ele.

Como exemplo de negação da cientificidade do léxico, referenciamos os primeiros estudos de Rey-Debove (1970), os quais negavam a cientificidade dos estudos lexicais quando eram desenvolvidos sob a égide gramatical. A autora afirma que “[...] se para a gramática, a habilidade abstrata e a competência de alguns coincidem aproximadamente, para o léxico existe um abismo entre o primeiro e o segundo.”³ (REY-DEBOVE, 1970, p. 6, tradução nossa).

Contudo, conforme vimos, a lexicologia possui uma teoria própria, que envolve, até certa medida, conceitos gramaticais, mas não se atém exclusivamente a eles, devido à existência de seus próprios objetivos, metodologia e terminologia. Ela é

o conjunto virtual de todas as palavras de uma língua, isto é, o conjunto de todas as palavras da língua, as neológicas e as que caíram em desuso, as atestadas e aquelas que são possíveis tendo em conta as regras e os processos de construção de palavras. O léxico inclui, ainda, os elementos que usamos para construir novas palavras: prefixos, sufixos, radicais simples ou complexos. (CORREIA, 2011, p. 227).

São esses os principais motivos que fazem da lexicologia um campo científico de complexa definição. Biderman nos apresenta um conceito capaz de demonstrar quase todos estes fatores ao afirmar que:

O léxico é o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana. Mais importante ainda: o léxico está associado ao conhecimento, e o processo de nomeação em qualquer língua resulta de uma operação perceptiva e cognitiva. (BIDERMAN, 1996, p. 27)

A autora aborda outro aspecto relevante com relação ao léxico. Ele está associado ao processo de nomeação. Mas, o que seria nome? Seria uma palavra?

Nas afirmações de Roman Jakobson “O mistério da ideia incorporada à matéria fônica, o mistério da palavra, do símbolo lingüístico, do Logos,” é “um mistério que pede para ser elucidado.”

³[...] si pour la grammaire, la compétence abstraite et la compétence de quelqu'un coïncident grosso modo, pour le lexique il y a un abîme entre la première et la seconde

O estudo acerca desta matéria misteriosa - a palavra - não é recente. Muitos pesquisadores se detiveram a ele, muitos poetas se atreveram a defini-la, cada um à sua maneira, procuraram mostrar a complexa tarefa de dizer o que é palavra.

Para Ricardo Reis, Heterônimo de Fernando Pessoa, são as nossas ideias que formam as palavras:

Quanto Sinto, Penso

Severo narro. Quanto sinto, penso.

Palavras são idéias.

Múrmuro, o rio passa, e o que não passa,

Que é nosso, não do rio.

Assim quisesse o verso: meu e alheio

E por mim mesmo lido.

(PESSOA, 1946, p.143, grifos nossos)

Dessa maneira, o autor acredita que as palavras designam campos conceituais e não apenas objetos físicos, por isso, afirma que elas constituem ideias.

A pesquisadora Margarida Basílio acrescenta mais informação ao conceito do poeta ao afirmar que “A palavra é normalmente tida como uma unidade de significação”. (BASÍLIO, 2011, p.13). Desse modo, arte e ciência se completam na tentativa de elaborar um conceito que consiga descrever o termo palavra. Esses dois conceitos não estão equivocados, contudo, ainda andam longe de serem considerados completos. Ao contrário, quando procuramos analisá-los, outras perguntas surgem. Se as palavras são ideias ou possuem significações e sentidos, conforme afirmam os autores, o que dizer das pesquisas de Nunes (2010) quando elas apontam que “as palavras não têm um sentido eterno, já que os sentidos sofrem alterações no contexto de enunciação e ao longo do tempo.”? As palavras morrem? Tudo isso nos mostra que o conceito de palavra constitui unidades de significação dentro de um contexto temporal específico. Segundo Gasparin (s/d, p. 05): “A mesma palavra pode ter muitos significados, conforme as circunstâncias.” Inclusive, se formos analisar distintamente cada campo de estudo da gramática perceberemos que em cada um deles a palavra assume um papel, um conceito.

Para a morfologia⁴, a palavra é estudada de maneira estrutural. Fato que não revela muitas novidades uma vez que a morfologia se preocupa com o estudo da formação da palavra, isto é, como ela surge, se classifica, varia e assim por diante.

⁴A morfologia é a parte da gramática que estuda as palavras. Um modo de estudar a morfologia vê as palavras como um conjunto de elementos ligados a funções sintáticas (função sintática de certas unidades de sentido); outro vê a palavra como unidade central, com relação à qual outras partes da gramática se relacionam. (CAGLIARI, 2002, p. 16).

Neste sentido, Basílio (2011) afirma que:

Do ponto de vista da morfologia, a palavra é uma construção que se estrutura de uma maneira específica: seus elementos componentes, ou formativos, apresentam ordem fixa e são rigidamente ligados uns aos outros, não permitindo qualquer mudança de posição ou interferência de outros elementos. (BASÍLIO, 2011, p. 12)

Conforme a autora menciona, a ordem dos elementos é fixa porque qualquer alteração em um de seus componentes incide de forma comprometedora em seu significado. No entanto, não podemos compreender ordem fixa com forma fixa, até porque a maioria das palavras passa por um processo denominado de flexão. Em se tratando de Língua Portuguesa, a classe de palavras que mais apresentação flexão é a classe dos verbos, que se flexiona em modo, tempo, número, pessoa, voz e aspecto, apesar disso, podemos afirmar que ela também apresenta ordem fixa.

Como exemplo, apresentamos os verbos *discriminar* e *enegrecer* no presente do indicativo. Vejamos:

Quadro 02 - Exemplo

Eu	Discrimino	Enegreço
Tu	Discriminas	Enegreces
Ele/ela	Discrimina	Enegrece
Nós	Discriminamos	Enegrecemos
Vós	Discriminais	Enegreceis
Eles/elas	Discriminam	Enegrecem

Fonte: autora (2019).

Ao observarmos a flexão dos verbos ao serem conjugados, podemos notar que ambos apresentam formas distintas, mas uma ordem fixa em todas as pessoas do singular e do plural. Basílio (2011, p.13) menciona que a palavra sob a ótica da morfologia seria “como uma unidade estrutural que congrega diversas formas”. Esse é um dos motivos pelos quais o “conceito de palavra é de grande dificuldade em morfologia, dadas as múltiplas dimensões em que esta unidade pode ser enfocada, as quais nem sempre coincidem” (BASÍLIO, 2009, p. 09).

Para complementar o conceito acima, a autora ainda afirma que a palavra pode ser compreendida como sendo unidades que formam os enunciados. Assim, cada enunciado é composto por palavras.

Desse modo, ainda na tentativa de compreendermos adequadamente o conceito de palavra, buscaremos identificá-lo à luz da fonologia e da sintaxe, afinal, “Como as palavras são formadas de fonemas e exercem sempre uma função sintática, a morfologia se localiza, na gramática, entre a fonologia e a sintaxe.” (CAGLIARI, 2002, p. 16).

Para Basílio (2014), a palavra também pode ser entendida como uma unidade fonológica.

Por um lado, podemos pensar na palavra como uma sequência fônica que ocorre entre pausas potenciais. Por outro, na estrutura do português as palavras apresentam um padrão acentual baseado em tonicidade e duração. Chamamos de vocábulo fonológico o lado fonológico da palavra. (BASÍLIO, 2014, p. 13)

Desse modo, conforme já observamos, a morfologia situa-se gramaticalmente entre a fonologia e a sintaxe e se debruça no estudo da estrutura, da formação, bem como, da classificação das palavras. Assim sendo, aquilo que denominamos na morfologia de *palavra*, aqui, na fonologia chamaremos de *vocábulo fonológico*, conforme vimos logo acima, nas palavras de Basílio (2014).

Sintaticamente falando, a palavra se configura como um termo da oração, já que a sintaxe trata das palavras enquanto elementos de uma frase que determina as relações formais que interligam os componentes da sentença. Logo, podemos afirmar que a palavra equivale a um termo com relação de concordância, subordinação ou ordenação nos estudos sintáticos.

Na semântica, a palavra é estudada levando em consideração seu significado. É por isso que Basílio (2011, p.14) afirma que “A palavra é normalmente tida como uma unidade de significação” ou significações, uma vez que “são mais comuns as palavras que têm mais de um significado.” Dessa forma, para a semântica a palavra pode ser polissêmica, homonímica, paronímica etc. A palavra, em sentido lexical, considera as particularidades dos demais aspectos linguísticos. O que ratifica uma vez mais a complexa tarefa de conceituá-la.

Vigotski (1987, p. 286), ao tratar do sentido da palavra, afirma que:

é complexo, fluido, estando em constante mudança. Até certo ponto ele é único para cada consciência e para a mesma consciência em circunstâncias diversas. Quanto a isso, o sentido da palavra é inesgotável. A palavra adquire seu sentido na frase. A frase, entretanto, adquire seu sentido somente no contexto do parágrafo, o parágrafo no contexto do livro, e o livro no contexto das obras completas do autor. Em última instância, o verdadeiro sentido da palavra é determinado por tudo aquilo que, na consciência, se relaciona com o que a palavra expressa. [...] Em última instância, o sentido de uma palavra depende da compreensão que se tenha do mundo como um todo e da estrutura interna da personalidade. (VIGOTSKI, 1987, p. 286).

Parte da explicação para tudo isso é fornecida por Biderman na obra denominada *Dimensões da palavra*, publicada em 1998. Na tentativa de esclarecermos o assunto faremos uma breve explanação de suas ideias adaptando-as aos objetivos desta pesquisa. “A palavra é a pedra de toque da linguagem humana. Vários são os ângulos sob os quais esta complexa matéria pode ser analisada.” (BIDERMAN, 1998, p. 81). Isso significa dizer que o conceito de palavra se relaciona à dimensão a que ela se refere. Logo, nunca haverá uma única definição para o termo em questão. Devido a isso, a autora analisa a palavra sob diversas dimensões, dentre elas está a dimensão mágica, religiosa, cognitiva e significativa.

Na dimensão mágica e religiosa, a autora enfatiza o valor mágico da palavra, bem como a potência criadora do verbo. Nesta dimensão, o nome representa a essência do ser, uma vez que sua escolha não se realiza de forma arbitrária devido à existência de uma espécie de vínculo essencial entre o nome e a coisa ou objeto ao qual ele nomeia e designa, não havendo, assim, separação entre palavra e referente. Nesta perspectiva, o nome é parte vital do ser. (BIDERMAN, 1998)

Ainda na dimensão mágica⁵, a palavra é transcendental – ela ultrapassa ou transpõe a lógica dos limites conhecidos por meio de uma perspectiva mística. Tudo isto justifica o fato de vários mitos perpetuarem a ideia de que, por meio do conhecimento do nome de uma pessoa, se seja capaz de afetá-la positiva ou negativamente.

Acreditava-se pois que aquele que conhecesse o verdadeiro nome de alguém possuía o verdadeiro ser, a essência do deus ou do homem. Poderia inclusive forçar uma divindade a obedecer-lhe como um escravo obedece seu amo. Assim a arte da magia consistia em obter dos deuses a revelação de seus nomes sagrados. (BIDERMAN, 1998, p. 84)

⁵ A dimensão mágica está relacionada a elementos que envolvem a metafísica.

A autora ainda nos informa que, na dimensão religiosa, a palavra assume o papel de criadora, instituidora. Inúmeras religiões creem que o caos cosmológico passou a ser significativo por meio da linguagem. No livro de Gêneses 1:3-5 “Deus disse: ‘Que a luz seja!’ e a luz se fez. Deus viu que a luz era boa, e Deus separou a luz das trevas. Deus chamou a luz dia e as trevas noite. Houve uma tarde e uma manhã: primeiro dia. E assim a criação vai emergindo ao apelo da palavra divina.” (BIDERMAN, 1998, p.84)

Tudo isso nos mostra que a palavra, para os hebreus, é detentora de força, força que é capaz de fazer vir à existência aquilo que não existe. Ainda de acordo com Biderman, na Bíblia judaico-cristã, a palavra não é apenas um sinal da força divina criadora, mas se identifica com essa própria força. Ela não se circunscreve a Deus, mas se difunde por seus enviados: os profetas. Conforme pode ser visto em muitas passagens bíblicas, tais como no vale de ossos secos, no livro do profeta Ezequiel, na morte e ressurreição de Lázaro em João, 11:1-44, na parábola da tempestade, em Mateus, 8:26-27, dentre outras. A palavra continua com a mesma força como quando estava sendo proferida pelo próprio Deus.

A palavra também possui uma dimensão denominada de cognitiva. Nela, estão associados o problema da nomeação e da designação que se realizam a partir da palavra. Dito de outra forma, a prática da nomeação constitui-se na utilização de palavras para designar todos os referentes extralinguísticos. A nomeação é o resultado do processo de categorização.

Por sua vez, a categorização, aqui, é compreendida como a “classificação de objetos feita por um sujeito humano, resultando numa única resposta a uma determinada categoria de estímulos do meio ambiente.” (BIDERMAN, 1998, p. 84).

Além disso, esse processo também inclui o conhecimento processual, por parte do indivíduo, de separação de traços diversos entre os referentes. É por meio desse processo de categorização que o ser humano constrói seu conhecimento. Nele, as palavras são consideradas uma espécie de etiqueta que rotulam a coisa nomeada. Contudo, tais palavras vão além da mera rotulação, elas abarcam ainda, a designação dos campos conceituais e não somente as coisas físicas. Aliás, o conceito precede o nome, por isso, a autora aposta que “o processo de categorização e a nomeação ou designação através de palavras devem fundamentar-se em algo muito abstrato”. (BIDERMAN, 1998, p. 89).

Esse “algo muito abstrato”, mencionado pela autora, está relacionado à formação de conceitos que constituem um processo cognitivo primário, enquanto a nomeação, seria o secundário. Desse modo, os conceitos são responsáveis por ordenar os dados sensoriais.

Depreende-se assim, que todos esses processos é que formam ou constroem o léxico de uma língua natural, o conjunto destes – léxicos - registram o conhecimento do universo desde os primórdios. Para a autora: [...] a ação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. (BIDERMAN, 1998, p. 89).

Inclusive, em um dos livros mais antigos conhecido pela civilização humana, a Bíblia, está registrada aquela que seria a primeira atividade humana exercida na terra: a nomeação.

Sendo assim, o SENHOR modelou, do solo, todos os animais selvagens e todas as aves do céu e, em seguida, os trouxe à presença do homem para ver como este os chamaria; e o nome que o homem desse a cada ser vivo, esse precisamente seria seu nome. E, desse modo, o homem nomeou a todos os animais: os rebanhos domésticos, as aves do céu e a todas as feras. (GÊNESES 2:19-20, grifos nossos).

Assim sendo, desde que o homem passou a existir, ele nomeia seres e coisas e, por meio de tal processo, constrói o conhecimento que serve de base para o desenvolvimento da cognição humana. Dessa forma, a geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos que nada mais são que “as palavras.” (BIDERMAN, 1998, p. 92).

E é a respeito da composição desses signos linguísticos que a dimensão significativa da palavra se ocupa. Ela aborda o conceito de significado, significante e referente, acrescido da realidade. Dessa maneira,

[...] o significado é tributário de uma realidade que o antecede e precede, realidade essa que nossa percepção/cognição percebe e interpreta, criando o objeto mental ou unidade cultural ao qual atribuímos um nome, isto é, a palavra ou significante. Assim o referente e o universo de que ele procede geram o fenômeno da significação. (BIDERMAN, 1998, p. 92).

Os estudos de Biderman acerca das dimensões da palavra e, por conseguinte, do léxico, contribuíram de maneira significativa para compreendermos um pouco mais

a respeito de seus conceitos. Pudemos observar que eles variam de acordo com os objetivos da investigação que pretendemos desenvolver.

Muitos outros investigadores já haviam realizado estudos que chegaram a conclusões semelhantes às da autora, dentre eles, mencionamos Luria (1987, p. 369), que afirma que:

Não é só o sentido que está além da palavra. O sentido não é o elemento final dessa cadeia. Além da palavra estão as expressões dos objetivos e os motivos. Além da palavra estão os afetos e as emoções. Sem a exploração das relações da palavra com o motivo, a emoção e a personalidade, a análise do problema de Pensamento e Linguagem fica incompleto. (LURIA, 2001, p. 369)

Assunção e Araújo (2017, p. 02) concluíram que “Os estudos do léxico passaram também a integrar o objetivo de compreender a forma de estruturação do conhecimento lexical, adquirido e processado a nível mental, passando a linguística a conceber o léxico pluridimensionalmente.”

Os autores acrescentam ainda que o léxico está associado a vários tipos de saberes.

Esses saberes contemplam a sua forma oral e escrita, a sua estrutura interna, a flexão e as relações com palavras da mesma família, os respectivos significados, o seu alcance denominativo, as relações com outras unidades no plano sintático, as suas combinatórias, bem como as relações semânticas estabelecidas com outras palavras. A descrição do universo lexical convoca os conhecimentos de outras disciplinas, apresentando-se a lexicologia, em particular, e o estudo das estruturas linguísticas do significado, em geral, como estudos pluridisciplinares. (ASSUNÇÃO; ARAÚJO, 2017, p. 02)

Compreendemos assim, que o campo de investigação que compõe a lexicologia é vasto e, por assim o sê-lo, aqueles que se dispõem a estudá-lo precisam delimitá-lo de maneira a atender os objetivos da pesquisa que se deseja realizar. “Em função da sua natureza, que é pluridimensional, o léxico — e, por conseguinte, o seu estudo —, não se confina a abordagens monodimensionais [...]” (RIO-TORTO, 2006, p. 11).

Dessa maneira, os objetivos desta investigação nos direcionam a explorar mais duas ciências do léxico – a Lexicografia e a Terminologia.

2.2 Lexicografia

A lexicografia é uma ciência que compõe o campo de investigação da lexicologia. Ela estuda os princípios teóricos e metodológicos acerca da elaboração de dicionários gerais, enquanto a terminologia se preocupa com os específicos.

De acordo com Biderman (2001, p. 17), a ciência dos dicionários é a Lexicografia que, também constitui uma atividade tradicionalmente antiga iniciada no princípio dos tempos modernos. As obras do período eram apenas listas de palavras explicativas que auxiliavam a leitura dos textos antigos e da Bíblia. Foi apenas nos séculos XVI e XVII com a elaboração dos primeiros dicionários monolíngues e bilíngues que esta ciência teve início de fato.

Os primeiros dicionários em língua portuguesa dignos de nomes são: o Vocabulário Português-Latino, de Rafael Bluteau (1712-1728), obra bilíngue em 8 volumes e o Dicionário da Língua Portuguesa, de Antônio de Moraes Silva (1ª ed. 1789; 2ª ed. 1813). Quanto aos dicionários técnico-científicos, no português, eles são obra do século vinte; na verdade, nessa área estamos apenas começando. (BIDERMAN, 2001, p. 17).

Historicamente, o termo lexicografia relacionava-se à ciência, técnica ou prática de elaborar dicionários. De acordo com Rey (1980, p.15) “ela conservou, desde suas origens o sistema de estabelecer a relação entre os elementos de um léxico às equivalências elaboradas na mesma língua, que vieram substituir as traduções destinadas a revelar o significado.” Isto é, a Lexicografia, ocupava-se exclusivamente com as demandas de produção dos dicionários gerais.

Em relação à sua antiguidade, a lexicografia é o domínio de maior tradição dentre as ciências do léxico. Tal tradição está diretamente relacionada à sua vertente aplicada, viés que justifica sua clássica concepção de ser arte, tomada no sentido grego, de técnica de fazer dicionários. Essa prática de ordenar alfabeticamente o conjunto de itens lexicais de um idioma e de agregar informações sobre seu conteúdo e uso, compondo obras de referência linguística, é uma atividade que vem de muitos séculos. Já existia nas culturas mais antigas do oriente, embora as primeiras obras tivessem particularidades organizacionais distintas dos dicionários atuais. (KRIEGER, 2006, p. 164).

Essa distinção mencionada pela autora se relaciona com o atual nível de desenvolvimento em que se encontram os dicionários atuais. Hoje, a lexicografia abrange o estudo investigativo de problemas ligados à elaboração de dicionários, bem como seus usos, críticas e pesquisa histórica da própria lexicografia. (WELKER, 2004). Tais estudos contribuem para a melhoria de seu produto principal: o dicionário geral.

Classificada como sendo uma atividade aplicada, muitos a consideram como não científica e a acusam de se ater apenas a uma técnica de interpretação semântica. Entretanto, a lexicografia possui uma teoria que lhe serve de sustentação, uma vez que apresenta paradigma metodológico de caráter descritivo, assim como as demais ciências, o que lhe permite prescrever e descrever problemas e métodos que devem ser envolvidos em suas aplicações.

Nas palavras de Krieger e Finatto (2017, p. 48-49), a tarefa da lexicografia é grande e não se reduz a compilação por ser um empreendimento imenso que obriga o dicionarista a realizar uma intensa pesquisa para elaboração da obra. Ele ainda, deve buscar as unidades lexicais e analisar sua frequência considerando discursos individuais e coletivos do presente e do passado para adentrar ao universo da significação apreendendo valores significativos nucleares e virtuais, “[...] explicitando-os por meio da definição, uma difícil e complexa equação semântica, e construir a rede de acepções que uma palavra pode comportar, quando se realiza polissemicamente.” (KRIEGER; FINATTO, 2017, p. 49).

Dessa maneira, a lexicografia tramitou de um processo prático para um paradigma descritivo fazendo com que os dicionários passassem a registrar diferentes realizações linguísticas necessárias ao funcionamento integral da linguagem. Aliando, aquilo que as autoras acima denominam de vertente prática e teórica.

Além das preocupações mencionadas acima, a lexicografia ainda precisa considerar o sistema político, econômico e sociocultural. Nas palavras de Haensch e Wolf (1982, p. 12), a lexicografia é:

Entre todas as atividades lingüísticas, aquela [...] que mais se relaciona com a vida humana em seus mais variados aspectos e aquela que proporciona maiores serviços à comunidade. [...] o lexicógrafo deve saber tudo. Embora seu trabalho consista essencialmente em registrar unidades lexicais, geralmente palavras ou giros, e seu significado, será necessário levar em conta, como pano de fundo, o sistema político, econômico e sociocultural da respectiva comunidade lingüística, em todos os seus aspectos. Na maioria dos casos, o lexicógrafo deve lidar, além da linguagem, com uma série de especialidades extralingüísticas, da eletrônica à lei, passando pelo esporte, culinária, automobilismo, cabeleireiro, medicina etc. (HAENSCH; WOLF, 1982, p. 12, tradução nossa)⁶

⁶ Entre todas las actividades lingüísticas, [...] la que está más estrechamente relacionada com la vida humana en sus aspectos más variados y la que mayores servicios presta a La colectividad. [...] El lexicógrafo tendría que saber lo todo. Aunque su labor consiste esencialmente en registrar unidades léxicas, generalmente palabras o giros, y su significado, habrá que tener en cuenta, como telón de fondo, el sistema político, económico y sociocultural de La comunidad lingüística, respectiva, en todos sus aspectos. En la mayoría de los casos, el lexicógrafo deberá ocuparse, además de La lengua, de una

Em se tratando de objeto de investigação, a lexicografia adotou o léxico geral que tem por elemento base a palavra, tratada anteriormente. Sua produção se organiza em torno da elaboração de dicionários gerais de língua, nas modalidades monolíngues, bilíngues e multilíngues. Contudo, o que seria um dicionário? Para responder a questão, recorreremos a alguns pesquisadores, a saber: Vilela (1994), Ilari (1997), Pontes (2000); Biderman (2001), Krieger (2004) etc.

Para Vilela, um dicionário pode ser definido como sendo:

O conhecimento genérico culturalmente partilhado por uma comunidade linguística e codificado no léxico, ou é a codificação desse saber, concebido de forma estática, em suporte papel ou eletrônico, arquivando esse saber e que pode ser consultado por pessoas ou máquinas. (VILELA, 1995, p. 78)

Para compor o dicionário, o lexicógrafo organiza as palavras levando em consideração seus aspectos gramaticais, semânticos e pragmáticos, de modo a considerar informações “como o gênero gramatical, a classe a que pertence a palavra, a regência, a formação gráfica e fônica, a etimologia, o significado, o emprego correto, entre outras.” (PONTES, 2000, p. 54).

Quanto ao aspecto semântico presente no dicionário geral, Ilari (1997, p. 49) assevera que:

Um número considerável de informações sobre o léxico vem sendo acumulado há séculos pelos dicionários. Os dicionários procuram tipicamente captar o sentido de uma palavra dada (lema) associando-lhe uma ou mais *definições*, isto é, expressões mais extensas que analisam o sentido.

Agindo assim, o lexicógrafo procura garantir a diversidade linguística presente em todas as civilizações, isto é, não há nação que não apresente variação linguística, umas mais, outras menos, mas todas, de uma forma ou de outra, apresentam variação em seus falares. E isto precisa ser considerado na elaboração do dicionário, caso contrário, ele corre o perigo de não representar adequadamente o léxico a que se propõe – conforme menciona Ilari.

Cabe ao dicionário, ainda, o papel de legitimador das palavras que compõem os idiomas. Nas palavras de Krieger (2004, p.102):

serie de especialidades extralingüísticas, desde la electrónica hasta El derecho, pasando por los deportes, lacocina, El automovilismo, la peluquería, la medicina, etc. (HAENSCH; WOLF, 1982, p.12).

O denominado dicionário de língua, a mais prototípica das obras lexicográficas, é o único lugar de catalogação sistemática do léxico, equivalendo a um paradigma linguístico por excelência, instância de legitimação das palavras de um idioma. Nessa medida, o dicionário cumpre o papel de código normativo de um sistema linguístico. (KRIEGER, 2004, p. 102)

A referência ao papel de código normativo aplicado ao dicionário ratifica as ideias de Pontes (2000), citado anteriormente, uma vez que se relaciona à presença dos aspectos gramaticais presentes nos idiomas.

O aspecto econômico também influencia a produção do dicionário, sobretudo, em nações cujo sistema de governo se organiza sobre os moldes capitalistas. A esse respeito, Biderman (2001, p. 132) chega a dizer que o dicionário é

um produto cultural destinado ao consumo do grande público. Assim sendo, é também um produto comercial, o que o faz diferente de outras obras culturais. É preciso considerar igualmente que o dicionário deve registrar a norma linguística e lexical vigente na sociedade para o qual é elaborado, documentando a práxis linguística dessa sociedade (BIDERMAN, 2001, p. 132).

Assim sendo, além de um bem cultural, o dicionário constitui um produto comercial que considera a obtenção de lucro. Além disso, a priori, todos os dicionários possuem o mesmo objetivo - elencar o léxico de um idioma, apesar disso, existem distinções entre os produtos lexicográficos.

Krieger (2004 p. 104) afirma que “existem grandes diferenças entre os dicionários, quer pelo registro e tratamento dos dados lexicais, gramaticais e os diferenciados enfoques semânticos, quer pelas marcas ideológicas que contêm como qualquer outro texto.” Como pudemos observar nos dicionários utilizados para discorreremos anteriormente acerca do termo léxico. Além destas diferenças entre os dicionários, os classificados como gerais ainda podem ser:

- Monolíngues – destinados, principalmente, aos consulentes de língua materna, ou estudantes avançados do idioma no qual o dicionário foi elaborado, uma vez que suas entradas e conceitos são elaborados em uma única língua;
- Bilíngues – por ser destinados a consulentes de língua estrangeira, suas entradas são elencadas a partir da língua denominada de base, partida ou fonte, e relacionadas a um sinônimo da língua que se pretende estudar, traduzir ou chegar.

- Multilíngues – semelhantes aos dicionários bilíngues, com o acréscimo de línguas alvo, meta ou chegada.⁷

De acordo com Correia (2009, p. 37), os tipos de dicionários acima mencionados são classificados “Tendo em conta o número de línguas tratadas”. Conforme observamos nas subclassificações, os dicionários gerais apresentam aspectos linguísticos amplos por explorarem o léxico geral das línguas, que, por sua vez, também são extremamente amplos. Para Correia (2006, p. 39):

O dicionário geral é aquele que pretende abarcar o vocabulário geral da língua, dando conta do maior número possível de acepções e usos para cada unidade (usos formais e correntes, registros regionais e especializados ou terminológicos). Destina-se ao público em geral. (CORREIA, 2006, p. 39)

Dessa maneira, o dicionário geral se preocupa em proporcionar aos seus consulentes a maior diversidade linguística possível no sentido de atender as suas principais necessidades e preservar o idioma. Vejamos o caso da entrada *negro* no dicionário geral de Língua Portuguesa Aurélio, versão on-line (2018, p. s/d):

- 1 - Cor negra.
- 2 - Negrura.
- 3 - Roupa muito escura.
- 4 - Que recebe a luz e não a reflete.
- 5 - Preto, escuro.
- 6 - Sombrio.
- 7 - Trigueiro.
- 8 - Triste.
- 9 - Infeliz, mofino.
- 10 - Fúnebre, tétrico.
- 11 - Nefando.
- 12 - Aflito, apoquentado.
- 13 - Diz-se de ou indivíduo de pele muito escura.
- 14 - Diz-se de ou escravo de pele escura.
- 15 - Diz-se de ou tipo de letra de imprensa cujo desenho se caracteriza por traços mais grossos que o comum dos tipos, geralmente usado para pôr em destaque alguma parte do texto.

Certamente, o objetivo do dicionarista, ao elaborar quinze acepções para o termo, é abordá-lo de maneira completa para atender às necessidades dos mais variados consulentes.

⁷ Línguas alvo, meta ou chegada: línguas para as quais se objetiva realizar tradução.

Os dicionários gerais apresentam duas vertentes para indicar as diferentes perspectivas de descrição da língua. Devido a esse fato, eles podem ser do tipo sincrônico e diacrônico.

Um **dicionário sincrônico** pretende dar conta das unidades lexicais e dos seus usos em relação a um determinado estado da língua, a um certo período delimitado [...]. Em contrapartida, o **dicionário diacrônico** é aquele que pretende dar conta da origem das unidades lexicais e eventualmente da sua evolução ao longo dos tempos (mudanças na forma ortográfica, no significado, nos usos). Os dicionários diacrônicos, podem, por seu turno, dividir-se em dicionários etimológicos e dicionários históricos, obras de maior complexidade. (CORREIA, 2009, p. 42)

Dessa maneira, os lexicógrafos necessitam se preocupar até mesmo com os enfoques de sua obra, isto é, ele precisa optar se desenvolverá um dicionário que atenda as mudanças sofridas pelas entradas, suas origens ou, apenas, em seu conceito em dado momento, ou ambos, desde que, isso fique esclarecido aos consulentes.

A natureza investigativa da lexicografia define-se como linguístico-descritiva que se pauta no modelo teórico metodológico do campo semasiológico. Isto significa dizer que, o lexicógrafo, ao tratar o corpus recolhido, adota como forma de trabalho um percurso que parte “da forma da unidade para a determinação do seu significado.” (CORREIA, 2009, p. 45), isto é, ele parte do significante para chegar ao significado ou “estuda as significações (as ideias)” (XATARA, C. M.; RIVA, H. C.; RIOS, T. H. C, 2002, p. 185). Dessa maneira, “[...] a semasiologia expressa o fato de um determinado item lexical poder ter vários significados e/ou designar vários referentes particulares ou tipo de referentes [...]”. (SILVA, 1999, p. 64).

Como critério de seleção de entradas, a lexicografia adota a frequência do tipo gramatical e lexical. Para tratamento, adota-se a lematização e a forma canônica.

Dentre os muitos objetivos e funções da lexicografia, Krieger e Finatto (2017, p. 54) elencam os seguintes:

- Repertoriar o léxico geral;
- Oferecer informações etimológicas, gramaticais, sociolinguísticas;
- Oferecer informações semânticas gerais e especializadas de todas as unidades lexicais de um idioma (polissemia);
- Oferecer padrões de usos linguísticos;
- Legitimar o léxico de uma língua.

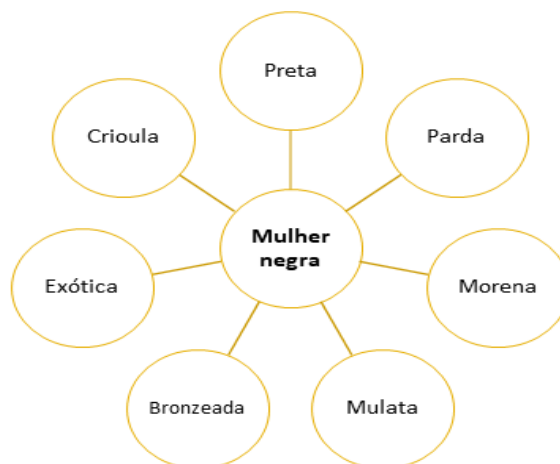
Estes são apenas alguns dos objetivos e funções que as autoras consideram mais importante, no entanto, existem outros objetivos relacionados à lexicografia.

Ainda será necessário tratar brevemente acerca do conceito de campo semântico, uma vez que esta tese constitui um estudo léxico semântico dos vocábulos, expressões e sentenças racistas cuja análise de dados foi sistematizada por meio da elaboração de campos semânticos.

2.3 Campo semântico

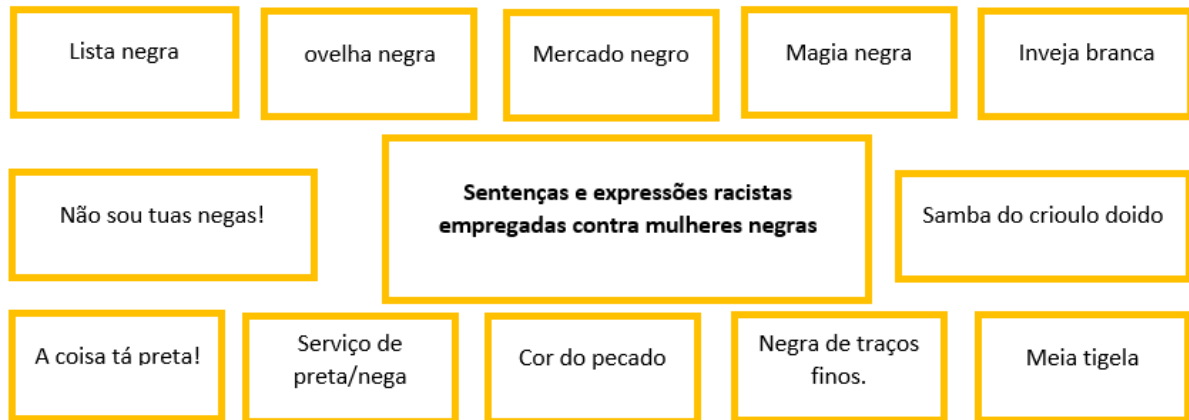
É possível observarmos que, normalmente, os vocábulos, assim como, as sentenças e as expressões possuem algumas relações de significado ou sentido, como relação de semelhança sinonímia ou relação de oposição, antonímia, por exemplo. Devido a isso, é comum procurarmos sinônimos para evitar repetição de mesma palavra em um dado texto, isto é, mantemos a relação de reiteração por substituição através das relações de associação. Essa relação de aproximação de significado pode ser categorizada, já que ao organizarmos um agrupamento de palavras ou lexias que compartilham significados semelhantes ou aproximados estamos categorizando por campo semântico, isto é, de significado. Assim, o campo semântico pode ser definido como uma espécie de agrupamento de sentenças, expressões ou vocábulos que apresentam, “um mesmo componente semântico identificador do campo” (MEL'ÈUK *et al*, 1995 *apud* WELKER, 2004, p. 32). Como podemos observar nos exemplos a seguir:

Figura 1- Exemplo de campo semântico de vocábulos para Mulher negra



Fonte: Pesquisadora (2022)

Figura 02 - Exemplo de Campo semântico de sentenças e expressões envolvendo Mulheres negras



Fonte: Pesquisadora (2022)

Conforme podemos observar nos exemplos acima, a figura 1 agrupa vocábulos que possuem uma característica comum, isto é, quase todos constituem formas pejorativas de nomear mulheres negras em nosso país. Do mesmo modo, a figura 2 reúne sentenças e expressões racistas comumente empregadas contra mulheres negras. Tanto na figura 1 quanto na 2, notamos um elemento que serve de centro, de base de significação. Esta base é partilhada por características comuns que estão presentes também em todos os demais termos a sua volta ou em sua periferia, é isso que permite a formação de um agrupamento de significados, melhor dizendo, a formação de um campo semântico.

Nas palavras de Polguère (2018, p. 198), “As lexias⁸ de um determinado campo semântico se agrupam naturalmente na mente do locutor, porque seus sentidos remetem todos a um domínio e formam uma mesma família semântica.” O agrupamento natural que ocorre na mente do locutor, quando elaboramos um campo semântico, pode ser verificado ao inserimos uma lexia que não compartilha do mesmo sentido que as demais, ou melhor, quando inserimos um elemento estranho. Quando tal fato ocorre sentimos automaticamente certa estranheza. Se acrescentássemos, por exemplo, o vocábulo pejorativo “*branquela*”⁹ ao campo semântico disponível na

⁸ Lexias: unidades do léxico que podem ser vocábulos, expressões, locuções etc.

⁹ O vocábulo *branquela* é pejorativo por constituir *bullying*.

figura 1, logo perceberíamos que ele não faz parte do mesmo universo semântico identificador do campo em questão, já que “Geralmente, todas as lexias que têm um mesmo gênero próximo – desde que esse gênero próximo não seja um sentido demasiado geral e vago – tendem a agrupar-se em um mesmo campo semântico.” (POLGUÈRE, 2018, p. 198).

As ciências do léxico, bem como a teoria dos campos semânticos, foram exploradas até o momento para nos orientar na análise dos verbetes, bem como na elaboração de acepções e abonações considerando os preceitos lexicológicos, lexicográficos e terminológicos. Contudo, para alcançar nosso principal objetivo ainda é necessário compreendermos as principais definições envolvidas nos estudos das Relações Etnicorraciais. Desse modo, os conceitos de raça, etnia, estereótipo, racismo entre outros precisam ser explorados, uma vez que fornecerão subsídios teóricos para entendermos adequadamente o fenômeno do racismo linguístico praticado contra mulheres na sociedade brasileira.

3 AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E SEUS PRINCIPAIS TERMOS

*Quando eu morder a palavra,
por favor, não me apressem,
quero mascar, rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano do verbo,
para assim versejar o âmago das coisas.
Conceição Evaristo¹⁰*

Este capítulo tem como proposta estudar os conceitos dos principais termos discutidos nas pesquisas que investigam as relações étnico-raciais os quais constituem uma tarefa árdua, mas imprescindível para a compreensão do racismo no país. Vejamos, a seguir, as definições de raça e etnia.

3.1 Raça e suas diversas acepções

A etimologia do termo raça, apontada pelo dicionário *Aulete Digital*, indica que se trata de um substantivo feminino italiano *razza* que é derivado do latim *ratio* e significa, dentre outras coisas, “Ascendência, origem, estirpe, casta”.

O *dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa* aponta que o termo raça já é antigo na língua portuguesa, sendo cunhado pela primeira vez “no dicionário *Vocabulário portuguez e latino* do clérigo Raphael Bluteau, publicado em oito volumes, entre 1712 e 1728.”. Naquele período, o verbete equiparava raça a casta e apresentava duas acepções, em que a primeira estava relacionada a animais: “Dize-se das espécies de alguns *animaes*, como *cavalllos*, cães etc.” e a segunda, a pessoas sem prestígio, neste caso, os não católicos: “*Fallando em gerações se toma sempre em má parte*. Ter raça (sem mais nada) vai o mesmo que ter raça de mouro ou judeu.” (BLUTEAU, 1728, p. 86).

Vale ressaltar que o termo apresenta muitos conceitos, contudo nos ateremos aos dois conceitos analíticos apresentados por Guimarães (2008). Segundo o autor, a palavra *raça* pode ser estudada pelo viés da biologia genética e pela sociologia.

¹⁰ Da calma e do silêncio de Conceição Evaristo. Disponível em: <https://notaterapia.com.br/2019/11/05/confira-os-10-melhores-poemas-de-conceicao-evaristo/> Acesso em: 21 Mar. 2021.

Na biologia genética e na antropologia física, criou-se a ideia de “que a espécie humana poderia ser dividida em subespécies, tal como o mundo animal, e de que tal divisão estaria associada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos.” (GUIMARÃES, 2008, p. 64). Assim, os traços físicos de cada subespécie determinariam os valores morais e os aspectos psicológicos e intelectuais do ser humano. Podemos observar essa forma de compreensão do termo em uma das primeiras classificações humanas, que foi elaborada por François Bernier e ainda na classificação de Carolus Linnaeus.

De acordo com Santos *et al.* (2010, p. 122), Carolus Linnaeus foi o criador da taxonomia moderna e do termo *Homo sapiens*, em 1758. Sua classificação humana reconheceu quatro variedades de homens, isto é, quatro subespécies, que foram organizadas levando-se em conta aspectos geográficos; e uma quinta que foi classificada sem definição geográfica. Vejamos a seguir:

1. Categoria composta pelo Americano (*Homo sapiens americanus*: vermelho, mau temperamento, subjugável).
2. Categoria composta pelo Europeu (*europaeus*: branco, sério, forte);
3. Categoria composta pelo Asiático (*Homo sapiens asiaticus*: amarelo, melancólico, ganancioso);
4. Categoria composta pelo Africano (*Homo sapiens afer*: preto, impassível, preguiçoso).
5. Categoria sem definição geográfica – denominada de Monstruosa (*Homo sapiens monstrosus*) compreendida por uma diversidade de tipos reais (por exemplo, Patagônios da América do Sul, Flatheads canadenses) e outros imaginados que não poderiam ser incluídos nas quatro categorias “normais”.

A classificação elaborada por Carolus Linnaeus nos põe diante de um discurso que classifica as pessoas tendo por base suas respectivas cores – aspecto puramente físico, isto é, biológico genético – nos permitindo concluir que naquele período julgava-se o caráter, a moralidade, os aspectos psicológicos e intelectuais das pessoas segundo suas características físicas, isto é, morfológicas, as quais também estavam diretamente relacionadas à sua geografia, a julgar pela categoria n.º 4.

O conceito contemporâneo de racismo, que trataremos mais à frente, ainda considera, pelo menos em parte, essa divisão realizada sob a ótica da biologia genética. Contudo, convém ressaltar que grande parte dos autores considera que:

[...] raça é um termo não científico que somente pode ter significado biológico quando o ser se apresenta homogêneo, estritamente puro; como em algumas espécies de animais domésticos. Essas condições, no entanto, nunca são encontradas em seres humanos. O genoma humano é composto de 25 mil genes. As diferenças mais aparentes (cor da pele, textura dos cabelos, formato do nariz) são determinadas por um grupo insignificante de genes. As diferenças entre um negro africano e um branco nórdico compreendem apenas 0,005% do genoma humano. Há um amplo consenso entre antropólogos e geneticistas humanos de que, do ponto de vista biológico, raças humanas não existem. (SANTOS *ET AL*, 2010, p. 122).

Assim sendo, não há justificativa genética que possa dar sustentação às afirmações de que existem raças superiores e inferiores. Discriminações raciais pautadas na cor da pele, isto é, pautadas de acordo com os fenótipos não podem determinar moralidade, aspectos psicológicos e intelectuais de determinado grupo de pessoas. O que não quer dizer que sejamos todos iguais por dentro e por fora. Isto, apenas

Significa que as diferenças internas, digamos aquelas relativas às populações africanas, não são maiores do que as diferenças externas, aquelas existentes entre populações africanas e populações européias, por exemplo. Ou seja, é impossível definir geneticamente raças humanas que correspondam às fronteiras edificadas pela noção vulgar, nativa, de raça. Dito ainda de outra maneira: a construção baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou de genótipo, é algo que não tem o menor respaldo científico. (GUIMARÃES, 2008, p. 64).

Assim sendo, o termo raça deve estar pautado nas bases científicas da sociologia, que considera a cultura, as identidades sociais e os símbolos. Wade (1997) vai ainda mais longe ao afirmar que as raças são efeitos de discursos. E o que seria discurso?

O discurso deve ser visto como objeto lingüístico e como objeto histórico. Nem se pode descartar a pesquisa sobre os mecanismos responsáveis pela produção do sentido e pela estruturação do discurso nem sobre os elementos pulsionais e sociais que o atravessam. Esses dois pontos de vista não são excludentes nem metodologicamente heterogêneos. A pesquisa hoje precisa aprofundar o conhecimento dos mecanismos sintáxicos e semânticos geradores de sentido; de outro, necessita compreender **o discurso como objeto cultural**, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos. (FIORIN, 1990, p. 177, grifos nossos)

Desse modo, o discurso constitui um objeto da cultura e conseqüentemente da sociologia. Assim, sociologicamente falando, as raças podem ser definidas como “discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à

transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc., pelo sangue (conceito fundamental para entender raças e certas essências).” (GUIMARÃES, 2008, p. 64).

3.2 Etnia

O termo etnia tem origem grega *Ethnos* e se refere originalmente a um grupo biológico e culturalmente homogêneo (AULETE DIGITAL, 2022), podendo tranquilamente ser utilizado como sinônimo de grupo étnico que, por sua vez, pode ser designado como uma população que:

- 1 perpetua-se biologicamente de modo amplo,
- 2 compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais,
- 3 constitui um campo de comunicação e de interação,
- 4 possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se construísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo. (BARTH, p. 189,190)

Desse modo, a definição de etnia se assemelha bastante ao de raça, por isso, é comum confundirmos raça com etnia, contudo o termo etnia possui “um conceito polivalente, que constrói a identidade de um indivíduo resumida em: parentesco, religião, língua, território compartilhado e nacionalidade, além da aparência física” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 122).

Neste contexto, vale lembrar as palavras do antropólogo Munanga ao elaborar uma distinção para raça e etnia que comunga com as ideias de Santos *et al.*, (2010). Para o autor, o

conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. (MUNANGA, 2003, p.12)

Assim, podemos observar que tanto Guimarães (2008), quanto Santos (2010) e Munanga (2003) relacionam, de forma não exclusiva, o termo raça aos aspectos físicos, isto é, morfo-biológicos, enquanto expandem o conceito de etnia, que estaria

relacionado a uma espécie de grupo social composto por sujeitos que compartilham a mesma língua, às mesmas tradições e ao mesmo território/lugar.

Para Guimarães, quando falamos de lugares, falamos de etnias e quando falamos de discursos sobre origens grupais que compartilham termos relacionados à transmissão de traços físicos, qualidades morais, intelectuais, entre outras, estamos tratando de raça. (GUIMARÃES, 2008). Desse modo, o termo etnia estaria restrito a lugares, territórios – geograficamente falando - e o termo raça a grupos de pessoas que compartilham características morfo-biológicas.

Neste sentido, raça e etnia constituem categorias extremamente complexas por serem multifacetadas, contudo, vale acrescentar que sua compreensão se faz indispensável ao estudo da discriminação, injúria ou qualquer outro crime que envolva preconceito racial, isto é, para a análise das relações e das desigualdades etnicorraciais.

Nesse contexto, vale ressaltar ainda que, em nosso país, utilizamos largamente o adjetivo *étnico-racial*, formado pelo processo de justaposição envolvendo respectivamente as palavras étnico + racial. O neologismo sinaliza que as relações tensas que envolvem traços físicos ocorrem também “devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, europeia e asiática” (BRASIL, 2004, p.13). Diferentemente dos povos indígenas que conhecem sua etnia, os afrodescendentes brasileiros não conseguem identificar com facilidade sua origem étnica.

Racismo também é outro termo que provoca conclusões distintas. Vejamos, a seguir, suas principais definições.

3.3 Racismo e outros termos emergentes

O termo racismo derivou de uma formação por aglutinação, isto é, do substantivo raça + o sufixo *-ismo* que tradicionalmente era utilizado para indicar doutrinas e crenças, sugerindo um tipo de ideologia (CAMPOS, 2017). Como verbete do dicionário Aulete¹¹, a palavra possuía, em sua primeira publicação, apenas um conceito, contudo, após sua atualização, passou, necessariamente, a apresentar três conceitos que veremos a seguir:

¹¹ Disponível em: <http://www.aulete.com.br/racismo>

Racismo - (ra. *cis.mo*). Substantivo masculino [F.: *raç(a)* + - *ismo*.]

- **Verbetes original¹²:**

s. m. || teoria fisiológica e política da pureza da raça, que admite a superioridade de certas raças, sobretudo a chamada ariana, e impede que se lhe misturem elementos estranhos. || F, *Raça*.

- **Verbetes atualizado**

1. Tratamento desigual e injusto ou violência contra pessoas que pertencem a um grupo, etnia, cultura etc. diferentes.
2. Postura de desprezo e/ou discriminação em relação a um desses grupos.
3. Antq. Teoria fisiológica e política que, baseada no conceito de raça, admitia a superioridade e o domínio de uma raça pura sobre as demais.

A primeira acepção remete o verbo racismo a uma atitude, uma vez que “tratamento”, do verbo “tratar”, constitui uma ação. O que é ratificado pelo conceito seguinte, que indica uma “postura de desprezo e/ou discriminação” que, por sua vez, também constitui uma atitude, isto é, a ação de discriminar. Derivado do Latim “*discriminatio*”, o verbo pode ser definido como “ato de separar (por algum critério), isolar, segregar; SEGREGAÇÃO” (AULETE, 2022, p. s/d), o que nos direciona a concluir que tanto o racismo quanto a discriminação expressam ações. Contudo, o racismo apresenta uma ação direcionada que considera grupo, etnia e cultura diferentes e é pautado em “Teoria fisiológica e política que, baseada no conceito de raça, admitia a superioridade e o domínio de uma raça pura sobre as demais”. Desse modo, podemos concluir que o racismo constitui ação discriminatória dirigida, no caso brasileiro, à população negra.

Em todos os conceitos do verbo *racismo*, podemos observar que, devido a sua formação linguística e ideológica, ele está sempre relacionado ao substantivo raça e seus derivados. Contudo, o racismo demanda a divisão dos seres humanos em grupos, isto é, em raças. Deste modo, não haveria uma raça humana, mas várias raças. Cada uma com características distintas e classificadas com valores desiguais

¹² O dicionário Aulete Digital apresenta como verbete original o primeiro registro realizado da palavra em questão, os demais registros acerca da mesma palavra são nomeados de verbete atualizado.

que favorecem a existência de uma hierarquização. Daí surgiram as classificações humanas, já mencionadas anteriormente, as quais consideram que as características físicas dos grupos ou raças determinam a intelectualidade e a moralidade dos sujeitos.

Assim como a lexicologia é permeada por explicações religiosas e mitológicas, a classificação da humanidade em raças distintas, bem como, o conceito para o termo racismo, também passam por tais influências. Nas palavras de Munanga (2003, p.08), alguns creem que

A primeira origem do racismo derive do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra).

Com o passar dos anos, as explicações biológicas tomaram o lugar das religiosas e, ainda assim, a cor continuou sendo parâmetro para descrever as “raças” humanas com suas respectivas características, no caso dos negros, elas são sempre negativas e inferiores aos brancos.

O fato é que a moderna classificação dos seres humanos em raças tomou a antiga nomenclatura das cores, a classificação de povos e de pessoas por cor, e a ela assimilou sua hierarquia própria e racista. A nomenclatura propriamente racista – caucasóide, negróide, mongolóide e outras já esquecidas – cedeu à classificação e à simbologia das cores, vigentes anteriormente, mas deu-lhes um novo alento e significado. (GUIMARÃES, 2008, p. 69).

Apesar de tudo isso, o desenvolvimento de pesquisas na área contribuiu para que o termo racismo não fosse empregado somente para “dividir” e “classificar” grupos de pessoas em raças superiores ou inferiores, mas designar grupos organizados por gênero, idade, classe social, opção religiosa entre outros, fazendo surgir, por analogia, expressões neológicas como racismo feminino e racismo juvenil etc. Surgem então, vários tipos de racismo. Desse modo,

[...] o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intacto. É por isso que os conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são de uso agradável para todos: racistas e anti-racistas. Constituem uma bandeira

carregada para todos, embora cada um a manipule e a direcione de acordo com seus interesses. (MUNANGA, 2003, p. 09).

Desse modo, o racismo de hoje é fruto de práticas históricas de exploração pautadas em estigmas e estereótipos que foram construídos ao longo dos anos durante o período de colonização do Brasil. Não é novidade alguma que no período da colonização os negros tenham sido considerados coisas, animais selvagens e ferozes, sujos, feios e incapazes. Todas essas imagens foram sendo disseminadas na sociedade dando luz àquilo que hoje conhecemos como estereótipo que pode ser denominado como

[...] uma visão simplificada de uma pessoa (ou de um grupo de pessoas) que constrói uma ideia negativa a respeito de outra pessoa (ou de um grupo de pessoas) seja pelo pertencimento étnico-racial, pela religião, pela classe social, pela opção sexual, pela idade, etc. dessa outra pessoa (SILVA, 1995, p. 43).

A etimologia da palavra *estereótipo* contribui para a compreensão de que ela seria uma espécie de marca fixa carregada pelos indivíduos de um grupo. Do grego temos *stéreo* (rígido) + *type* (tipo, traço) compondo uma palavra relacionada aos trabalhos tipográficos de reprodução de imagens por meio de formas fixas. Em termos linguísticos podemos exemplificar a definição de estereótipo por meio de expressões como: “Negro quando não caga na entrada, na saída é certeza!”. Esse tipo de expressão é utilizado com frequência por pessoas racistas no sentido de generalizar o discurso afirmando que TODAS as pessoas negras comentem equívocos em tudo que se propõem a fazer, seja no início ou no final da atividade proposta, a “cagada” certamente vai ocorrer. Isto está diretamente relacionado ao entendimento behaviorista da sociedade que, por sua vez, defende a ideia de que o homem é fruto do meio. Assim, quando afirmamos que *todo preto caga na entrada ou na saída*, estamos agindo de modo preconceituoso, pautados exclusivamente no estereótipo – marca – que o sujeito carrega herdada de sua etnia e cultura. Neste contexto, não importam seus traços ou práticas individuais, o que definirá sua posição em uma sociedade classicista e racista são seus traços étnicos, suas marcas que, conforme a etimologia demonstrou anteriormente, são rígidas, isto é, difíceis de serem rompidas, tornando-se verdadeiros estigmas.

Sobre o uso dos traços, marcas ou estigma, Erving Goffman (1988, p. 5) nos esclarece que é uma prática antiga, criada pelos Gregos e depois adotada pelos cristãos. Segundo o autor,

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos. Mais tarde, na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo: o primeiro deles referia-se a sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico. Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal. Além disso, houve alterações nos tipos de desgraças que causam preocupação. (ERVING GOFFMAN, 1988, p. 5)

Desse modo, o sujeito sinalizado levava marcas em seu corpo, as quais demarcavam lugar na sociedade. Essa demarcação era sistematizada pela própria sociedade e considerada naturalmente comum para os membros de cada categoria ou classe social. Ratificamos uma vez mais os behavioristas, ao afirmarmos que eram - e ainda são - os ambientes sociais que pré-estabeleciam as categorias ou características de pessoas que deveriam compô-los.

Normalmente, não refletimos ou mesmo percebemos que há essa imposição de adequação ambiental imposta a nós. Somente nos damos conta disso, quando “um estranho entra no ninho”, isto é, quando um “estranho” surge, seus aspectos - estigma social - são alocados para identificação de sua identidade social, sua categoria, seu status. Por incrível que pareça, isto inclui desde traços psicológicos e morais até traços profissionais. É por isso que negras médicas são constantemente confundidas com faxineiras ou cozinheiras. Convencionou-se socialmente que as negras devem trabalhar na cozinha e não em consultórios médicos.

De acordo com Goffman (1988), são em situações como essa que percebemos que praticamos julgamentos e caracterizações contínuos acerca de quem é ou deveria ser o sujeito que está à nossa frente. Para ele,

[...] as exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas de demandas feitas "efetivamente", e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial - uma caracterização "efetiva", uma identidade

social virtual. A categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua identidade social real. (GOFFMAN, 1988, p. 6).

Dessa forma, para conhecer a identidade real do indivíduo, faz-se necessário observar as diferenças que ele possui em relação aos demais de sua categoria. Quando fazemos isso, o sujeito deixa de ser criatura comum e passa a ser exceção, nas palavras de Goffman (1991, p. 6) “uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real”.

Dessa maneira, entende-se que:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso. (GOFFMAN, 1988, p. 6).

O que nos faz concluir que são as relações sociais que propiciam a (des)honra do termo. No caso das pessoas brancas – honra; todavia, no caso das negras - desonra, acepções que são fruto das relações advindas do período escravocrata brasileiro.

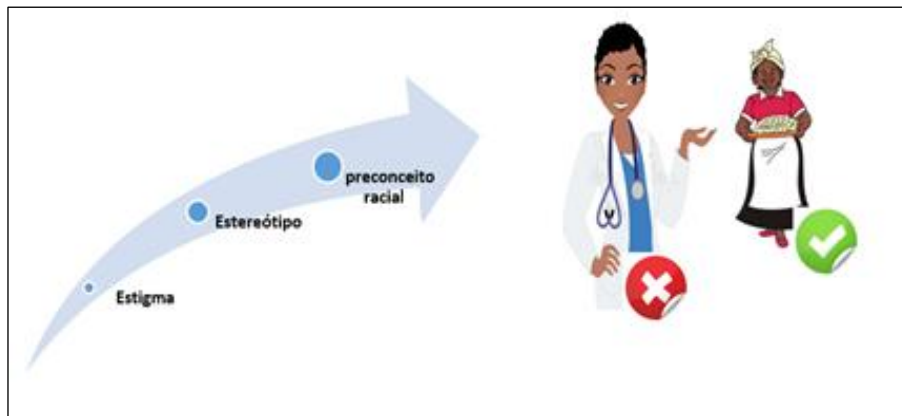
Assim, consideramos o estigma uma marca que antes era física, mas hoje é subjetiva, proporcionada pelo estereótipo, que é uma espécie de julgamento biologizante que considera apenas a anatomia genética, sobretudo, os traços fenóticos para julgar os atributos das pessoas. Ambos constituem o principal alimento para a existência do racismo que impôs um lugar para os negros que foi, é, e provavelmente “será” ainda por muito tempo: abaixo do branco.

De modo geral, o preconceito seria:

Uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as ações humanas. Ele pode ser definido também como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. Aqui está uma lista de alguns preconceitos clássicos, que estão bem inculcados em nosso cotidiano: Toda sogra é chata, todos os homens são fortes, toda mulher é frágil, todos os políticos são corruptos, toda criança negra vai mal na escola, o negro é burro, toda loira é burra (SANT’ ANA, 2005, p. 62, grifos nossos).

Sant'ana nos revela uma sequência de termos que nos orientam a uma compreensão acertada para a ocorrência do preconceito, seja ele racial ou não. A fórmula pode ser elencada da seguinte maneira.

Quadro 05 – Elemento que formam o preconceito



Fonte: Montagem da pesquisadora com imagens do google^{13 14}

O estigma cria sua marca formando aquilo que denominamos de estereótipo. Este, por sua vez, traz à tona aquilo que nomeamos de preconceito, que nada mais é que a materialização do estereótipo, em nosso caso, preconceito racial, todos advindos do racismo cujo conceito atual se reformula considerando as etnias, as diferenças culturais, bem como suas identidades sobre as mesmas vítimas de tempos atrás, (MUNANGA, 2003), mudando apenas os termos, isto é, as denominações ou nomeações. Devido a isso, surgem às diversas classificações para aquilo que conhecemos como racismo, as quais veremos a seguir.

3.4 Principais níveis e tipos de racismo

O racismo também pode ser organizado por níveis e tipos. Trataremos de maneira breve a respeito de cada um deles, contudo, daremos destaque ao racismo linguístico, por este constituir objeto de investigação de nossa pesquisa, que envolve vocábulos e expressões racistas empregados contra alunas e servidoras negras do *Campus Castanhal* do IFPA.

¹³ Imagens pt.depositphotos. Disponível em: <https://pt.depositphotos.com/vector-images/menina-negra-cozinheira.html>

¹⁴ Ewordpress. Disponível em: <https://acampinhadeteatro.wordpress.com/equipe/>

Assim, quanto aos níveis, podemos dividir o racismo em primário, secundário e terciário.

Para Silva (1994), o racismo primário constitui fenômeno psicossocial, emocional, ou passional que se materializa desprovido de base científica, como ocorre nos mitos. O racismo secundário também pode se constituir em fenômeno psicossocial, contudo, mais sofisticado por estar centrado no etnocentrismo. Por sua vez, o racismo terciário é aquele que desenvolve justificativas científicas como a tese da superioridade ou da inferioridade das raças, pautada em aspectos físicos e genéticos.

O discurso racista também apresenta subdivisões nos fornecendo várias classificações tipológicas, as quais veremos a seguir.

a) Racismo universalista ou discriminatório

É aquele que defende a ideia da existência de um modelo universal de humanidade numa escala hierárquica de espécies ou raças, que vão das mais inferiores até as superiores. (CHAUÍ, 1993). Ainda segundo a autora, esse tipo de discurso ratifica as desigualdades hierárquicas raciais considerando-as como algo natural. Constitui-se como discurso racista biologizante e etnocentrista e predominou durante o colonialismo, a escravatura, o nazismo e o fascismo. A captura indiscriminada de pessoas negras do continente Africano serve de exemplo de racismo universalista. Convencionou-se, nas diversas esferas sociais (religiosa, biológica, política, econômica etc.), que os negros pertencem a uma “raça” inferior, portanto, poderiam ser explorados na situação de escravo.

Figura 03 – A mãe preta de Lucílio de Albuquerque



Fonte: Hora do povo (2021)¹⁵

¹⁵ Disponível em: <https://horadopovo.com.br/um-ensaio-a-mulher-negra-na-pintura-brasileira-no-inicio-do-seculo-xx-2/>

A pintura *Mãe preta* de Lucílio de Albuquerque serve de exemplo para o racismo universalista ou discriminatório. Nela, vemos uma mãe negra amamentando uma criança branca enquanto seu próprio filho enfrenta a fome deitado no chão.

b) Racismo comunitarista ou diferencialista

De acordo com Chauí (1993), esse é o racismo moderno, contemporâneo que se apropriou do discurso antirracista que substituiu o antigo conceito de raça por etnia¹⁶. Defende o respeito e a permanência da identidade e da especificidade da nação ou comunidade, o que provoca distinções entre povos e nações, as quais devem ser preservadas. Admite-se a superioridade de algumas etnias, mas para o bem de todos, tal qual afirma a autora, “respeitemos o direito democrático à diferença. Sem dúvida somos desiguais e ninguém há de negar que alguns são superiores a outros, mas ninguém precisa ser exterminado, desde que não venha contaminar a minha diferença”. (CHAUÍ, 1993).¹⁷

Comunitarista deriva de comunitarismo, termo que pode ser definido como “Ciência ou prática de governo que privilegia o que é comunitário, coletivo ou resultante da participação do agrupamento.” (AULETE, 2020, p. s/d). O que aparentemente não representa um problema, sobretudo quando consideramos a primeira acepção do termo utilizado como sinônimo de comunitarista, que é diferencialista. Vejamos:

Diferencialista: 1. Que admite a existência de diferenças (sociais, culturais, de contexto) em determinados universos de pessoas, e atua de acordo com essas diferenças no sentido de homogeneizar, compensar, obter resultados ótimos (na educação, no tratamento etc.) (AULETE, 2020, p. s/d)

O primeiro conceito elaborado pelo lexicógrafo traz consigo sentido positivo para o termo. Observe que uma atuação que considera as diferenças sociais com o objetivo de compensar e obter resultados ótimos em esferas díspares como a educação é algo muito necessário. Contudo, quando observamos a segunda acepção do verbete encontramos:

¹⁶ Munanga também defende essa ideia.

¹⁷ Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/29/cat/1868/cultura-e-racismo.html>

Diferencialista: **2.** Que discrimina ou prejudica ou subclassifica grupos em função de supostas diferenças (sociais, raciais, culturais, religiosas etc.) (racismo diferencialista) [F.: *diferencial* + *-ista*.]

A segunda definição contempla bem o que o racismo representa: a exclusão, a discriminação e muitos prejuízos as suas vítimas. Como exemplo de racismo comunitarista ou diferencialista podemos citar as comunidades quilombolas, que vivem à margem da sociedade, desprovidas até dos recursos básicos necessários à sobrevivência. Conforme podemos observar na notícia abaixo:

Quadro 06 – Reportagem que exemplifica racismo comunitarista ou diferencialista

No meio de disputa entre municípios, quilombolas ficam sem médicos em plena pandemia¹⁸

Helena Dias, em 17/06/2020, 18:43.

Há três anos, os agentes de saúde sumiram e o clínico-geral deixou de fazer as visitas mensais à comunidade do quilombo Barro Branco, em Belo Jardim, no agreste pernambucano. Consequência de um conflito territorial entre o município e o vizinho São Bento do Una, a medida causou transtornos para os moradores. Com a pandemia de covid-19, a ausência do serviço de saúde multiplicou a angústia das 80 famílias quilombolas. Mesmo assim, nenhum dos municípios assumiu a tarefa de oferecer assistência médica.

[...]

Fonte: Marcozero.org

Dessa maneira, podemos identificar a prática de racismo comunitarista ou diferencialista que excluiu toda uma comunidade quilombola ao deixar de oferecer assistência médica a seus moradores.

c) Racismo individual

Ocorre no nível pessoal por meio de nossas atitudes, valores e crenças discriminatórios que são, na maioria das vezes, pautados em estereótipos. Quando concebemos o racismo apenas como sinônimo de preconceito e discriminação estamos percebendo somente uma de suas faces – a individual. Destacamos que o preconceito está no plano das atitudes enquanto a discriminação está no comportamento concreto, que pode ser performado por meio de insultos, rejeição, prejulgamentos, desprezo, entre outros, pautados nas características étnicas.

¹⁸ Disponível em: <https://marcozero.org/no-meio-de-disputa-entre-municipios-quilombolas-ficam-sem-medicos-em-plena-pandemia/>

Recorreremos a uma notícia coletada em uma reportagem da Revista Carta Capital, elaborada pela repórter Ana Luiza Basílio e publicada no dia 20 de julho de 2017, na tentativa de esclarecermos melhor o assunto:

Quadro 07 – Reportagem que exemplifica o racismo no Brasil

Você faz faxina? Não, faço mestrado!

A professora e historiadora Luana Tolentino viralizou nas redes sociais após relatar um caso de racismo sofrido em Belo Horizonte. Na quarta 19, a docente caminhava pela rua quando foi abordada por uma senhora branca que perguntou se ela fazia faxina. Luana escreveu um depoimento sobre o caso, refletindo sobre os impactos do racismo na sociedade.

Depoimento via Facebook

Hoje uma senhora me parou na rua e perguntou se eu fazia faxina.

Altiva e segura, respondi:

– Não. Faço mestrado. Sou professora.

Da boca dela não ouvi mais nenhuma palavra. Acho que a incredulidade e o constrangimento impediram que ela dissesse qualquer coisa.

Não me senti ofendida com a pergunta. Durante uma passagem da minha vida arrumei casas, lavei banheiros e limpei quintais. Foi com o dinheiro que recebia que por diversas vezes ajudei minha mãe a comprar comida e consegui pagar o primeiro período da faculdade.

O que me deixa indignada e entristecida é perceber o quanto as pessoas são entorpecidas pela ideologia racista. Sim. A senhora só perguntou se eu faço faxina porque carrego no corpo a pele escura.

No imaginário social está arraigada a ideia de que nós negros devemos ocupar somente funções de baixa remuneração e que exigem pouca escolaridade. Quando se trata das mulheres negras, espera-se que o nosso lugar seja o da empregada doméstica, da faxineira, dos serviços gerais, da babá, da catadora de papel.

É esse olhar que fez com que o porteiro perguntasse no meu primeiro dia de trabalho se eu estava procurando vaga para serviços gerais. É essa mentalidade que levou um porteiro a perguntar se eu era a faxineira de uma amiga que fui visitar. É essa construção racista que induziu uma recepcionista da cerimônia de entrega da Medalha da Inconfidência, a maior honraria concedida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a questionar se fui convidada por alguém, quando na verdade, eu era uma das homenageadas.

Não importa os caminhos que a vida me leve, os espaços que eu transite, os títulos que eu venha a ter, os prêmios que eu receba. Perguntas como a feita pela senhora que nem sequer sei o nome em algum momento ecoarão nos meus ouvidos. É o que nos lembra o grande Mestre Milton Santos:

“Quando se é negro, é evidente que não se pode ser outra coisa, só excepcionalmente não se será o pobre, (...) não será humilhado, porque a questão central é a humilhação cotidiana. Ninguém escapa, não importa que fique rico.”

É o que também afirma Ângela Davis. E ela vai além. Segundo a intelectual negra norte-americana, sempre haverá alguém para nos chamar de “macaca/o”. Desde a tenra idade os brancos sabem que nenhum outro xingamento fere de maneira tão profunda a nossa alma e a nossa dignidade.

O racismo é uma chaga da humanidade. Dificilmente as manifestações racistas serão extirpadas por completo. Em função disso, Ângela Davis nos encoraja a concentrar todos os nossos esforços no combate ao racismo institucional.

É o racismo institucional que cria mecanismos para a construção de imagens que nos depreciam e inferiorizam.

É ele que empurra a população negra para a pobreza e para a miséria. No Brasil, “a pobreza tem cor. A pobreza é negra.”

É o racismo institucional que impede que os crimes de racismo sejam punidos.

É ele também que impõe à população negra os maiores índices de analfabetismo e evasão escolar.

É o racismo institucional que “autoriza” a polícia a executar jovens negros com tiros de fuzil na cabeça, na nuca e nas costas.

É o racismo institucional que faz com que as mulheres negras sejam as maiores vítimas da mortalidade materna.
É o racismo institucional que alija os negros dos espaços de poder.
O racismo institucional é o nosso maior inimigo. É contra ele que devemos lutar.
A recente aprovação da política de cotas na UNICAMP e na USP evidencia que estamos no caminho certo.

Fonte: Carta capital (2020)

Podemos afirmar que na situação descrita acima ocorreu a prática de racismo individual. Primeiramente porque uma pessoa branca, pautada em suas **crenças e valores**, os quais pressupõem e determinam que as mulheres negras vivem, exclusivamente, de serviços domésticos, tomou a **atitude** de, mesmo sem a conhecer, perguntar se uma professora pesquisadora fazia faxina, diga-se de passagem, o trabalho “adequado” para as mulheres negras na ótica racista. Faz-se necessário esclarecer que a atitude, isto é, a conduta, o comportamento, a tomada de posição superior, em termos de classe, da mulher branca em relação à negra, deram luz àquilo que já nomeamos de discriminação, que se constitui por meio do comportamento concreto de perguntar: você faz faxina? Nesta perspectiva, o racismo é compreendido como fenômeno individual.

d) Racismo institucional

Constitui-se nas desigualdades presentes na estrutura da sociedade que se reflete por meio das instituições que a compõem. Deste modo, quando o Estado, as igrejas, as empresas públicas ou não, isto é, todas as organizações marginalizam direta ou indiretamente certos grupos raciais ou étnicos, dizemos que ocorreu o racismo institucional. O regime de segregação racial *apartheid*, na África do Sul, que proporcionou a divisão literal entre brancos e negros, serve de exemplo. No Brasil, o racismo institucional é diferente, ele ocorre de forma sutil excluindo as raças ou etnias marginalizadas com a falta de oportunidade nas diversas repartições sociais públicas ou privadas que possuem status elevado. Podemos observar esse fato na notícia abaixo:

Quadro 08 – Reportagem que exemplifica racismo institucional

Fundadora do Nubank diz que é difícil contratar negros e que empresa não pode “nivelar por baixo”¹⁹

Por Luisa Fragão, da Revista Fórum 21/10/2020

Em entrevista ao programa Roda Viva, na segunda-feira (19), a cofundadora do Nubank, Cristina Junqueira, afirmou que tem dificuldade de encontrar candidatos negros adequados para as exigências das vagas na empresa. Ela disse ainda que investe em programas de formação gratuitos, mas que não pode “nivelar por baixo”.

Fonte: Revista Fórum em geledes.org.br

Atitudes, como a exposta no quadro acima, que impõem regras e padrões racistas estão diretamente vinculadas à ordem social que se pretende resguardar. “As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista.” (ALMEIDA, 2019, p. 32).

e) Racismo estrutural

Está em nível de sistema, já que formaliza em toda a sociedade o conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais, individuais etc., privilegiando assim, um grupo étnico em detrimento de outro. Neste caso, “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.” (ALMEIDA, 2019, p. 33).

Quadro 09 – Reportagem que exemplifica racismo estrutural

Saiba o que é racismo estrutural e como ele se organiza no Brasil²⁰

Walber Pinto

[...]

Exemplos de racismo estrutural

A ausência de negros e negras em cargos de lideranças nas maiores empresas do país mostra que o racismo estrutural atua em diversas dimensões e camadas. Ele estrutura a sociedade a partir da desvalorização e restrição de oportunidades de pessoas negros a na ascensão social.

¹⁹ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/fundadora-do-nubank-diz-que-e-dificil-contratar-negros-e-que-empresa-nao-pode-nivelar-por-baixo/>

²⁰ Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/saiba-o-que-e-racismo-estrutural-e-como-ele-se-organiza-no-brasil-0a7d#:~:text=Exemplos%20de%20racismo%20estrutural,-A%20aus%C3%AAncia%20de&text=Um%20dos%20exemplos%20de%20caso,com%20o%20cachorro%20da%20fam%C3%ADlia.>

Um dos exemplos de caso de racismo estrutural, no qual o Brasil está assentado, foi a morte do menino Miguel Otávio Santana da Silva, deixado no elevador por Sarí Côrte Real, patroa da mãe de Miguel, enquanto a doméstica passeava com o cachorro da família. A patroa apertou o botão de um andar alto, liberou a porta e, indiferente, retornou ao lar para continuar fazendo as unhas.

Miguel, de 5 aninhos, desembarcou em outro andar, passou por uma porta e, á procura da mãe, acabou chegando em uma área sem tela de proteção, despencou de altura de 35 metros. Era filho único da empregada doméstica Mirtes Renata que o levou ao trabalho por a escola estava fechada por causa da pandemia do novo coronavírus.

Outro exemplo de racismo estrutural que não se pode esquecer, foi a morte da empregada doméstica de 63 anos no Rio de Janeiro, a primeira vítima da Covid-19 no estado, que trabalhava num apartamento no Alto Leblon, bairro da zona sul do Rio, que tem o metro quadrado mais valorizado do país. Foi negado a ela o direito de ficar em casa durante a quarentena, já que ela fazia parte do grupo de risco. A patroa que havia chegado da Europa se contaminou e sobreviveu, a doméstica não.

A pandemia do novo coronavírus explicitou o racismo estrutural no Brasil, onde os maiores afetados pela maior crise sanitária do século são, além das pessoas em situação de vulnerabilidade social, a população negra, indígena e a classe trabalhadora, como a doméstica do Rio de Janeiro e o menino de Pernambuco.

Estudo do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, grupo da PUC-Rio, confirmam que pretos e pardos morreram mais de Covid-19 do que brancos no Brasil. O grupo analisou a variação da taxa de letalidade da doença no país de acordo com variáveis demográficas e socioeconômicas da população.

“É um racismo abissal que se evidencia em diferentes formas. O vírus se alastrou pelas periferias do país e passou a ter endereço. E se entendemos que no Brasil a grande maioria população é negra e pobre, nós já sabemos quem foi que morreu”, afirma Anatalina, que também é cientista social formada pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Considerando esses casos, quase 55% de pretos e pardos morreram, enquanto, entre pessoas brancas, esse valor ficou em 38%. A porcentagem foi maior entre pessoas negras do que entre brancas em todas as faixas etárias e também comparando todos os níveis de escolaridade.

Para combater o racismo e essas desigualdades, é necessário uma disposição política de reconhecimento, diz a doutora Adriana. “Quando a gente discute racismo, a gente está discutindo uma possibilidade de readequação e de distribuição de bens materiais que são simbólicos na sociedade brasileira. Isso é uma questão central”, finaliza.

Fonte: cut.org.br (2020)

Podemos observar o racismo estrutural no ocorrido com a criança Miguel Otávio Santana da Silva²¹ que perdeu a vida por atos criminosos praticados por pessoas brancas. A “normalidade” de práticas criminosas como essas revelam que o racismo está tão enraizado nas estruturas da sociedade brasileira que seus praticantes não se intimidam em cometer tal crime por considerarem-no natural. Em nosso país, considera-se natural que uma pessoa branca explore pessoas negras mesmo que isso comprometa a saúde e, até mesmo, a vida delas, desde que seu bem-estar esteja garantido, “tudo estará bem”.

f) Racismo cultural

²¹Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/06/01/caso-miguel-a-queda-de-menino-do-9o-andar-que-levou-a-condenacao-da-patroa-da-mae-dele-por-por-abandono-de-incapaz.ghtml>

Ocorre por meio da crença de que há culturas superiores e inferiores. Esse tipo de racismo engloba tudo que é considerado cultural, isto é, costumes, línguas, religião, música, idiomas e tradições. No caso brasileiro, a imposição da Língua Portuguesa como idioma oficial pelos nossos colonizadores em detrimento do(s) idioma(s) local(is), a saber, as diversas línguas ou dialetos indígenas, serve-nos de exemplo de racismo cultural.

Quadro 10 – Reportagem que exemplifica racismo cultural

SP: Terreiro de umbanda é alvo de bomba e praticantes são espancados em Ribeirão Preto²²

Da Redação 07/02/20 – 09h12 – Atualizado em 07/02/20 – 09h15

Um terreiro de umbanda foi atacado na segunda-feira (03), em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. Segundo testemunhas, um grupo com cerca de 30 pessoas jogou bombas caseiras no local. Um dos praticantes da religião foi espancado e teve alguns dentes da boca quebrados durante o ataque. As informações são do Uol.

[...]

Fonte: <https://istoe.com.br/>

No quadro observamos mais uma prática racista empregada contra pessoas negras. Neste caso, o ataque é classificado como racismo cultural porque foi direcionado à religião de matriz africana, fortemente discriminada e perseguida na sociedade brasileira.

g) Racismo linguístico

Quando estudamos os conceitos que definem a língua e a linguagem, nos deparamos com as funções e papéis que os termos podem proporcionar. Uma das primeiras coisas que aprendemos a respeito da língua é que ela constitui o principal meio de comunicação e interação humano. Se concluirmos nossas reflexões acerca da língua pautados somente na análise desta primeira assertiva – que não deixa de estar correta – nunca perceberemos suas demais incumbências. Assim, dentre as muitas atribuições dadas à língua, podemos mencionar a dominação ideológica, histórica e identitária.

Alguns marcos históricos nos mostram que a língua exerce papel decisivo na (des)consolidação do poder em momentos de instabilidade ou reivindicação social.

²² Disponível em: <https://istoe.com.br/sp-terreiro-de-umbanda-e-alvo-de-bomba-e-praticantes-sao-espancados-em-ribeirao-preto/>

No período das grandes invasões, depois das lutas sangrentas que ocorriam pela conquista de novos territórios, os vencedores precisavam conquistar ainda, outros “terrenos” ou territórios, isto é, a conquista física e espacial havia ocorrido, mas ainda era necessário conquistar o território ideológico, o único capaz de garantir aos conquistadores a sua permanência no poder.

Foi assim no Brasil, nossos colonizadores invadiram nossas terras – **domínio físico-espacial**; escravizaram nossa gente – **domínio da ordem social** – etnocentrismo; impuseram sua língua e religião – **domínio ideológico e cultural**. Após tudo isso, podemos afirmar que houve, de fato, uma dominação que foi capaz de garantir, gradativamente, a ascendência portuguesa nas relações mantidas com os indígenas e, posteriormente, com os africanos e seus descendentes. As hierarquias foram pré-estabelecidas pela imposição linguística que agregou oito países em quatro continentes distintos, ao universo linguístico lusófono – a saber, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Cada nação possuía uma língua – ou mais – que foi substituída pelo idioma de seu dominador – Portugal.

No caso brasileiro, as dominações tanto culturais quanto linguísticas foram sistematizadas pelos jesuítas, por meio daquilo que se convencionou nomear de catequização. Desse modo,

Para instruir o índio, o missionário utiliza discursivamente os conhecimentos dele [...] interfere na memória discursiva daquele, provocando aproximações, reestruturações, apagamentos, identificações. À medida em que fala das crenças, das canções, dos mitos dos índios, ele marca os pontos de encontro que possibilitam as ligações discursivas por onde se instala o discurso europeu. (NUNES, 1996, p. 24)

Assim, a imposição linguística do dominador faz com que a língua do dominado – e tudo que ela representa –, se esfeneça a ponto de desaparecer, extinguir-se. Nas palavras de Nascimento (2019, p. 13), ocorre o “epstemicídio e o lingüicídio”. É por isso que restam apenas 181 línguas indígenas no Brasil. Destas, 115 são faladas por menos de mil pessoas, o que representa um sério risco de extinção. O número pode até parecer expressivo, mas ao compararmos com cerca de 1,5 mil línguas existentes no período da colonização ele chega a ser, eufemicamente falando, ofensivo, desrespeitoso, desumano.

Dessa maneira, apaga-se a língua dos sulbateros, isto é, dos “dominados” e, conseqüentemente, as memórias que ela representa para reescrever uma nova história que, nas palavras de Santiago Castro-Gomez (2005, p. 14), deve ser considerada como o “ponto zero²³”. Este seria o lugar mais puro e neutro, na lógica eurocêntrica. Nela,

[...] o sujeito epistêmico não tem sexualidade, gênero, etnia, raça, classe, espiritualidade, língua, nem localização epistêmica em nenhuma relação de poder, e produz a verdade desde um monólogo interior consigo mesmo, sem relação com ninguém fora de si. Isto é, trata-se de uma filosofia surda, sem rosto e sem força de gravidade. O sujeito sem rosto flutua pelos céus sem ser determinado por nada nem por ninguém [...]. Será assumida pelas ciências humanas a partir do século XIX como a epistemologia da neutralidade axiológica e da objetividade empírica do sujeito que produz conhecimento científico (GROSGUÉL, 2007, p. 64).

Contudo, na prática, o que se observa é que o ponto zero considera a ótica de quem está no poder justamente por pertencer à lógica eurocentrista. Ademais, apesar da língua ser um organismo vivo, ela sempre necessitará de um manipulador. Ela não é autônoma, ao contrário, é dependente, serva. Assim como uma arma não pode disparar sem o auxílio de um atirador, a língua, por si somente, nada pode fazer, são seus falantes que impõe seus objetivos e a manipulam segundo seus próprios interesses. É por isso que afirmamos que não há neutralidade linguística, uma vez que os sujeitos não são neutros. O ponto zero, na verdade, constitui apenas mais uma forma de dominação.

Dessa maneira, as línguas são parciais, repletas de valores e servem de instrumento para os mais distintos objetivos humanos. Elas estruturam de maneira determinista as relações sociais, dentre elas, destacamos a (des)construção do preconceito. Nesse contexto, elege-se uma língua superior que passa a determinar as regras e as convenções sociais que devem ser adotadas, assinalando as linhas de convívio entre as pessoas e, conseqüentemente, separando violentamente universos distintos entre o que é aceitável ou não. Marcos Bagno (2014) denomina esse fato de preconceito linguístico ao se referir às variações da língua segundo os distintos contextos sociais e econômicos. Para ele, “Rejeitar a língua é rejeitar a própria pessoa e a comunidade de que ela faz parte.” Assim, “Como todo preconceito, o linguístico é

²³ O "ponto zero" é um ponto de partida de observação, supostamente neutro e absoluto, no qual a linguagem científica desde o Iluminismo assume-se "como a mais perfeita de todas as linguagens humanas" e que reflete "a mais pura estrutura universal da razão" (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 14).

a manifestação, de fato, de um preconceito social, porque o que está em jogo não é a língua que a pessoa fala, mas a própria pessoa como ser social.” (BAGNO, 2014, p. s/d)²⁴

Barros *et al.* (2015), estudando a etimologia das palavras “denegrir”, “enegrecer” e “enegrecimento”, chama esse mesmo fato de racismo linguístico ao restringi-lo às relações etnolinguísticas desiguais. Assim,

O uso do signo linguístico constitui uma das formas mais perversas de segregação e controle. Se pararmos para pensar na semântica, percebemos o quão opressora esta tem sido – buscando no dicionário vamos encontrar quarenta derivações do substantivo negro, contra dezesseis do substantivo branco. O substantivo negro funciona dez vezes como adjetivo e branco nove.

Dessa maneira, essa forma perversa de segregação e controle envolvendo, de forma osmótica, língua, linguagem e o preconceito racial para formação dos signos linguísticos, está sempre relacionada ao silenciamento linguístico – com relação às qualidades dos negros, bem como ao próprio linguicídio. A língua e a linguagem tornam-se então, uma espécie de barreira fronteira em que se pode assinalar um ponto de encontro das diferenças ou uma separação de mundos, universos em que privilegiados se impõem e flagelados obedecem e tentam se encaixar à procura de aceitação.

Como dito anteriormente, as formas de uso ou manipulação da língua vão depender dos objetivos de seus usuários. Para compreendermos de modo mais profundo o racismo linguístico, ainda é necessário que antes destaques algumas considerações a respeito do que seria discriminação linguística, preconceito linguístico e injúria racial, uma vez que ambos se realizam nas interações verbais.

De acordo com as nossas discussões anteriores, a discriminação está relacionada diretamente a uma ação ou atitude, isto é, em uma espécie de separação. Em se tratando de discriminação linguística, esta separação ocorre considerando as práticas de consolidação da língua.

De acordo com O’Neill e Massini-Cagliari (2021, p. 212):

A discriminação linguística se manifesta no tratamento negativo, distinto e injusto em relação aos indivíduos, devido a maneira como as pessoas falam,

²⁴ Entrevista concedida a União Nacional dos Estudantes. Disponível em: <https://une.org.br/2014/11/marcos-bagno-a-lingua-como-instrumento-de-poder/> Acesso em: 21 Jan. 2020.

ou as suas línguas/variedades linguísticas, devido a suposições arraigadas sobre os domínios de uso mais apropriados.

A discriminação não está relacionada exclusivamente às questões raciais. Além disso, ela “difere do preconceito linguístico na medida em que incorpora as crenças e os sentimentos envolvidos no preconceito linguístico e os transforma em ações”. Conforme já observado, o preconceito habita no campo das opiniões, dos juízos de (des)valor, de uma convicção advinda do meio em que se vive, constituída por bases não investigativas que regulam o pensamento das pessoas a respeito de seus semelhantes no ambiente social.

O Glossário de Termos e Expressões Anti-racistas aponta o preconceito como “uma opinião que se emite antecipadamente, a partir de informações acerca de pessoas, grupos e sociedades, em geral infundadas ou baseadas em estereótipos, que se transformam em julgamento prévio, negativo.” (BRASIL, 2006, p. 221). Depreende-se, assim, que o preconceito reside no plano das opiniões, das ideias que se cristalizam na sociedade sem uma teoria que as sustentem.

De acordo com Moore (2007, p. 280):

A confusão entre racismo e preconceito é evidente. Ora, os preconceitos não são necessariamente manifestações de racismo. Pelo contrário: é o racismo que gera os piores e mais violentos preconceitos. Dentre eles, o mais profundo e abrangente é a noção da inferioridade e superioridade racial inata entre os seres humanos.

O preconceito varia de acordo com as diversas culturas e civilizações, mas o racismo é universal. Ele é dinâmico e construído historicamente e não ideologicamente como o preconceito. “Com efeito, preconceito e racismo não são realidades que se subsumem.” (MOORE, 2007, p. 280). Devido a isso, é essencial distinguirmos **preconceito linguístico** de **racismo linguístico**.

Partindo dessa premissa, o preconceito linguístico é estabelecido tendo por base valores negativos a respeito das variedades linguísticas, isto é, das diversas formas de se expressar que fogem ao padrão pré-estabelecido socialmente. De acordo com Bagno (2007, p. 09):

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua.

Segundo o autor, a confusão geradora do preconceito linguístico se deve à gramática normativa, que tem por finalidade prescrever as regras gramaticais que devem ser seguidas durante o ato comunicativo, seja ele oral ou escrito. Por muitos anos ela foi considerada a forma ideal, portanto, correta de realização da língua. Esse fator desencadeou uma série de preconceitos relativos aos falares distintos da gramática normativa. Assim, o **preconceito linguístico** é dirigido ao modo de expressão do outro.

Por sua vez, o **racismo linguístico** não se dirige às manifestações linguísticas alheias ou do sujeito violentado. Pelo contrário, são as manifestações linguísticas do agressor que são utilizadas para violentar, isto é, no preconceito linguístico o sujeito é violentado por causa de suas próprias manifestações linguísticas (*Não se diz nós vai, Pedro.*), enquanto no racismo linguístico, isso ocorre pelas manifestações linguísticas do outro, do agressor (*Pedro é um macaco. / Negro é bicho burro!*). Nesse sentido, tanto o preconceito linguístico, quanto o racismo linguístico se utilizam da língua, mas de modo distinto. Aquele, isto é, o preconceito linguístico constitui ação desprezível, antiética e imoral; enquanto este, o racismo linguístico constitui ação criminosa inafiançável e imprescritível prevista em lei, mais precisamente no Art. 5.º, XLII, da Constituição Federal.

Dessa maneira, a gênese do racismo não parte de elaborações intelectuais conscientes (MOORE, 2007) – como ocorre com a gramática normativa, que deu luz ao preconceito linguístico -, “mas de conflitos longínquos, cujas origens se perdem no fundo do tempo, persistindo na consciência contemporânea sob forma fantasmática, simbólica e atemporal.” (MOORE, 2007, p. 281). Ainda de acordo com o mesmo autor, ele surgiu historicamente a partir de situações e condições *sui generis* e irreproduzíveis, mas que se replicou ao longo dos tempos em todas as culturas e civilizações. (MOORE, 2007). Por isso não podemos dizer que racismo reverso²⁵ existe. É devido a tudo isso que é necessário ratificar a ideia de que o preconceito linguístico é diferente de racismo linguístico, ele apenas constitui um de seus frutos podres, afinal, “é o racismo que gera os piores e mais violentos preconceitos.” (MOORE, 2007, p. 280)

²⁵ Classificação adotada para descrever práticas racistas realizadas por pessoas negras contra pessoas brancas.

Nesse contexto, ainda é necessário abordarmos o conceito de racismo considerando os aspectos legais. Aqui, ele apresenta um desdobramento, isto é, possui um crime derivado que é denominado de injúria racial.

O racismo como crime está previsto na lei 7.716/89, conhecida como Lei do Racismo. Nela, podemos observar, no Art. 20, que “Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.” constitui crime com pena de reclusão de um a três anos e multa. A lei prevê diversas condutas tipificadas como crime de racismo, entre elas temos:

Art. 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos.

Pena: reclusão de dois a cinco anos.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional.

Art. 4º Negar ou obstar emprego em empresa privada. (BRASIL, 1989)

Por sua vez, segundo o nosso Código Penal – Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para que se cometa o crime de injúria racial é preciso que ocorra uma ofensa à dignidade de alguém. Tal ofensa deve atingir elementos referentes, sobretudo, à raça, cor ou etnia. Vejamos o que diz a lei:

Injúria

Art. 140 – Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º - O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I – quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II – no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

§ 2º - Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.

Pena – reclusão de um a três anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997). (BRASIL, 1997)

Como podemos observar, a injúria racial constitui um crime direto contra a honra da pessoa. Ele ocorre por meio de manifestações linguísticas depreciativas, xingamentos. Na verdade, o que diferencia a injúria racial do racismo, segundo a lei, é apenas o direcionamento do ataque ou crime. Na injúria racial, atinge-se a um

indivíduo específico, contudo, no racismo, a ofensa atinge toda uma coletividade. A notícia abaixo nos ajudará a compreender um pouco melhor o assunto.

Quadro 11 – Reportagem que exemplifica o racismo no Brasil

Mulher presa por injúria racial contra idoso se recusou a pedir desculpas²⁶

Mulher que proferiu xingamentos a idoso e a seus familiares se recusou a pedir desculpas, relata policial que deu voz de prisão à acusada. Ela foi detida na quarta-feira e liberada no mesmo dia, depois de pagar fiança de R\$ 1 mil

A mulher, de 64 anos, presa pela Polícia Militar por injúria racial contra o idoso negro José Barbosa dos Santos, 70, na quarta-feira, perto do Taguatinga Shopping, se recusou a pedir desculpas a ele. É o que relata a policial militar que deu voz de prisão à acusada, que foi solta no mesmo dia após pagar fiança de R\$ 1 mil. A soldado Carla Costa recorda que estava fazendo caminhada com a mãe quando viu a confusão.

“Ao vê-la o agredindo, não sabia do que se tratava. Resolvi ir até eles e me identifiquei como policial militar para auxiliá-los, e ele [filho do idoso] me contou o que tinha ocorrido. Pedi para ela se acalmar, mas a mulher ficou o tempo inteiro dizendo palavras de baixo calão e dizendo que não pediria desculpas, quando chegou um sargento do Corpo de Bombeiro para conter [a situação]. Ela tentou agredir a gente xingando todo mundo de vagabundo. Foi acionado o 17º Batalhão de Polícia Militar de Águas Claras, que chegaram rapidamente”, relata. Pela agressão ao bombeiro, ela também responderá por vias de fato.

Depois de ser levada à 21ª Delegacia de Polícia (Taguatinga Sul), a mulher foi liberada após pagar fiança no valor de R\$ 1 mil. Familiares de José Barbosa registraram boletim de ocorrência na unidade. Nas imagens gravadas pela família do idoso, é possível ver quando a acusada passa pelo grupo, xinga, empurra o idoso e bate com uma bolsa nas pessoas que o acompanhavam. “Essa negra do inferno, vai tudo pro inferno”, [...]

A militar Carla Costa comenta que jamais passou por uma ocorrência parecida. “Preconceito igual a esse não. Ela empurrar, sem nenhum motivo, a pessoa e a xingar de ‘negra do inferno’ é abominável a qualquer ser humano. Ela batia no sargento dos Bombeiros com chutes. Como ela estava sozinha, solicitei para que ela ligasse para alguém, mas ela se negou”, conta a policial. “Peço às pessoas que vejam esse tipo de atitude que repudiem, filmem, peçam ajuda da Polícia Militar, que estará pronta para auxiliar e repudiar qualquer tipo de racismo ou injúria racial”, aconselha a militar.

Crime

Segundo a advogada Uiara Brauna, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, Subseção de Águas Claras da OAB-DF, o caso se trata de racismo, e não de injúria racial, conforme a Polícia Militar considerou na ocorrência. “A prática de racismo é inafiançável e imprescritível, ou seja, não constitui fiança e não prescreve, de acordo com o art 5º da Constituição Federal, sujeito à pena de reclusão. Entretanto, equivocadamente, foi entendido que se tratava de injúria racial, não de crime de racismo. Existe uma prática errônea e grave ao tratar o racismo como injúria racial”, analisa.

A advogada, que também é membro da Comissão de Igualdade Racial OAB-DF, explica a diferença entre injúria racial e racismo. “Na injúria racial, a ofensa é direcionada a um indivíduo específico. Já no crime de racismo, a ofensa é contra uma coletividade, por exemplo, toda uma raça. Não há especificação do ofendido, é o direcionamento que diferencia.”

Fonte: www.correiobraziliense.com.br (2021)

Na reportagem acima podemos observar que nem mesmo a polícia conseguiu distinguir injúria racial de racismo. Contudo, no final da matéria podemos observar os conceitos legais para ambos os termos: “Na injúria racial, a ofensa é direcionada a um

²⁶ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/07/4940633-mulher-presa-por-injuria-racial-contra-idoso-se-recusou-a-pedir-desculpas.html>

indivíduo específico. Já no crime de racismo, a ofensa é contra uma coletividade, por exemplo, toda uma raça.” Desse modo, no fato descrito acima não houve especificação do ofendido. Nas sentenças “Essa negrada do inferno” e “Vai tudo pro inferno” não há direcionamento individual. Podemos chegar a essa conclusão se nos pautarmos nas definições do substantivo negrada. Vejamos:

1. Pej. Grupo de negros, m. que *negraria* ou *negralhada*
2. Bras. P.ext. Pop. Grupo de pessoas quaisquer: *Vamos lá, negrada, temos de vencer!*
3. Bras. Pej. Grupo de desordeiros; malta
[F.: *negro* + - *ada*] (AULETE DIGITAL, 2022)

Em todas as acepções o substantivo se refere a um grupo que pode ser sinônimo de coletividade. Na segunda sentença, também há a presença do pronome indefinido tudo – “Vai tudo pro inferno”, que também se refere a conjunto, o que denota crime de racismo e não de injúria racial. Podemos observar que, ainda que somente duas pessoas estivessem diretamente envolvidas, o ataque da agressora atingiu verbalmente toda uma coletividade, isto é, ela atingiu toda a negrada, ou melhor dizendo, todo o grupo de negros. Suas escolhas lexicais violentas configuram crime de racismo que preferimos tipificar de racismo linguístico.

Em suma, preferimos tipificar também de racismo linguístico aquilo que a lei nomeia de injúria racial. A dificuldade demonstrada pela polícia e pela população, de modo geral, em distinguir racismo de injúria racial se dá justamente porque tanto na injúria racial quanto no racismo é evidente a prática racista que se manifestou e se manifesta diariamente por meio da linguagem.

Aliás, se partirmos do pressuposto de que cada pessoa, indivíduo ou sujeito pertence a uma comunidade e que ao atingirmos essa pessoa, atingimos direta ou indiretamente também sua comunidade, a distinção legal entre racismo e injúria racial não se justifica. Inclusive, podemos até compreender essa distinção como uma forma de atenuar penas mais severas à prática do racismo. Não é novidade nenhuma que já existiram muitas leis brasileiras que possuíam o propósito de favorecer os brancos e prejudicar os negros, conforme veremos na próxima sessão.

Muitos racistas escapam ao rigor da lei – apoiados pelas autoridades – por desconhecimento, má interpretação dos fatos e até mesmo má fé, corrupção e, neste aspecto, refugiam-se atrás da “falta de entendimento” para libertar ou aplicar penas menores e irrisórias aos racistas. Denominar injúria racial de racismo linguístico

poderia ser uma alternativa de atenuar o problema, uma vez que a injúria racial é oriunda do racismo, portanto, mais UM, entre vários outros tipos de racismo.

Dessa maneira, assim como foi eleita uma forma ideal para a realização da língua pautada na gramática normativa, também foi eleito um fenótipo ideal para existir de modo digno – o fenótipo branco, que impõe um parâmetro indigno ao fenótipo preto. Neste contexto, as manifestações linguísticas dos racistas trabalham no sentido de inferiorizar o outro em virtude da cor de sua pele dando luz ao racismo linguístico. Verificaremos, a seguir, os principais dispositivos legais que atingem diretamente a população negra brasileira.

4 OS DISPOSITIVOS LEGAIS E O RACISMO PRATICADO CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA

*A terra está coberta de valas
e a qualquer descuido da vida
a morte é certa.
A bala não erra o alvo, no escuro
um corpo negro bambeia e dança.
A certidão de óbito, os antigos sabem,
veio lavrada desde os negreiros.
Conceição Evaristo²⁷*

As sociedades procuram se organizar tendo como padrão comportamental aquilo que consideram necessariamente ético, moral e justo. Assim, são os padrões da ética, da moral e da justiça, que variam de acordo com as diversas culturas, que servem de base para a elaboração das leis que devem regular os comportamentos. Dessa maneira, as leis preceituam e regulam as práticas sociais coletivas e individuais em todas as suas instâncias. Assim, direitos, deveres e punições para o que é considerado crime compõem os códigos legais ou leis. Neste sentido, abordaremos, de modo breve e restrito, o tratamento dos crimes raciais nos dispositivos legais brasileiros.

No Brasil, adotou-se a mesma condição jurídica do direito romano para o tratamento dos escravizados(as). Nele, o sujeito escravizado(a) era sinônimo de coisa. Assim, era a lei do comércio que governava sua vida. Podiam ser vendidos, trocados, doados, compartilhados e constar como herança nos testamentos de seus senhores. Crianças, jovens, adultos ou velhos, ninguém escapava ao estado deplorável de coisificação que constituía forte estratégia de dominação por tolher todos os direitos legais inerentes aos seres humanos e subalternizar física, social, intelectual e psicologicamente negros e indígenas. Vale destacar que independente da classe social a que pertenciam, todas as pessoas livres do país dispunham de escravizados(as) para explorar. Certamente, uns mais, outros menos devido ao nível de recursos financeiros disponíveis, contudo, todos faziam uso da escravidão. Os valores dos(as) escravizados(as) variavam conforme condição física de saúde e força, bem como das especificações de cada um. Havia escravizados(as) peritos em marcenaria, carpintaria, entre outros, que serviam de mão de obra específica na falta

²⁷ Meia lágrima de Conceição Evaristo. Disponível em: <https://notaterapia.com.br/2019/11/05/confira-os-10-melhores-poemas-de-conceicao-evaristo/> Acesso em: 21 mar. 2021.

dos profissionais especializados. Dessa maneira, o preço variava muito. Este fato pode ser observado na Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários – Lei nº 3.270, que foi aprovada em 1885. Nela é possível observar o preestabelecimento de valores para matrícula²⁸ de pessoas escravizados(as), vejamos:

Art. 1º Proceder-se-á em todo o Império a nova matrícula dos escravos, com declaração do nome, nacionalidade, sexo, filiação, se for conhecida, ocupação ou serviço em que for empregado idade e valor calculado conforme a tabela do §3º.

[...]

§3º o valor a que se refere o art. 1º será declarado pelo senhor do escravo, não excedendo o máximo regulado pela idade do matriculando conforme a seguinte tabela:

Escravos menores de 30 anos 900\$000;
de 30 a 40 " 800\$000;
de 40 a 50 " 600\$000;
de 50 a 55 400\$000;
de 55 a 60 200\$000;

(BRASIL, 1885, p. s/d)

Vale enfatizar que à mulher escravizada dava-se um preço menor com relação ao valor do escravizado, uma vez que era considerada um objeto inferior o que configura que, além da discriminação racial enfrentada, a mulher negra ainda tinha de lidar com a discriminação de gênero ou sexismo, fato que ocorria também com as mulheres brancas. Observa-se na mesma lei que:

§4º O valor dos indivíduos do sexo feminino se regulará do mesmo modo, fazendo-se, porém, o abatimento de 25% sobre os preços acima desta.
(BRASIL, 1885, p. s/d)

Dessa maneira, em nosso país, os escravizados e escravizadas não possuíam, logicamente, um pecúlio que lhes permitissem acumular fundos. O pagamento por seus trabalhos não existia, eles viviam, ou melhor, sobreviviam exclusivamente para o trabalho. Alguns proprietários, dotados de “bondade”, permitiam que algumas vezes eles praticassem seus cultos ou comemorassem alguma coisa. Contudo, isso era exceção e não regra.

Todavia, o restante do mundo se desenvolvia tendo por base o capitalismo. Nesse contexto, nossos colonizadores deviam grandes somas aos ingleses que, por sua vez, estavam vivendo sua famosa revolução industrial, fato este que lhes

²⁸ Matrícula: registro obrigatório de todos os escravos a ser providenciada pelo seu senhor/proprietário, sob pena de tornar livres os não matriculados/registrados.

despertava o interesse por contrair para si um novo mercado de consumidores. Foi somente aí que se pensou em uma maneira de combater a escravidão. Ora, a condição de escravizado(a) não favorecia o consumo mercantil. Escravizado(a) não era gente, não recebia salário por seu trabalho e conseqüentemente, não era CONSUMIDOR, mas... poderia ser.

Dessa forma, a Inglaterra percebeu o potencial do mercado de consumidores que os(as) escravizados(as) poderiam formar, caso se tornassem livres e, logo pressionou Portugal por meio de alguns acordos. É digno de nota o fato de que os acordos não exigiam a libertação dos(as) escravizados(as), apenas proibia a continuidade de sua comercialização continental – seu tráfico, o que incentivou a comercialização interna de escravizados(as) no país, a qual foi denominada de tráfico interprovincial.

O primeiro acordo realizado entre Portugal e Inglaterra, envolvendo questões étnicas, ocorreu em 1831 e foi conhecido como a primeira Lei anti-tráfico. O trato envolvia uma troca de favores: a Inglaterra reconheceria a independência política do Brasil desde que este abolisse o tráfico de escravizados(as). Dessa maneira, foi promulgada uma Lei para garantir o acordo, todavia ela nunca foi cumprida, daí surge a expressão popular “para inglês ver”. Como tantas outras leis brasileiras, esta existia apenas no papel, apenas para ludibriar os ingleses. O tráfico de escravocrata continuou ocorrendo na mesma intensidade, de modo disfarçado. Tal prática deu origem a algumas explicações para os nomes de alguns lugares do Brasil. Segundo França (2007, p. 86), uma das versões para o nome da cidade turística “Porto de galinhas” expressa essa ideia. Conta a autora que,

[...] o tráfico de escravos os quais vinham escondidos nas barcas de galinhas provenientes de Angola, teria continuado clandestinamente, na região de Porto. Onde a expressão “tem galinha no porto” seria uma senha utilizada para avisar da chegada da carga clandestina, a qual teria dado origem ao nome do porto e, por extensão, do lugar.

Assim, o tráfico continuava ocorrendo, já que seu fim representava grandes prejuízos àqueles que o tinham como ofício. No dia 08 de agosto de 1845, a Inglaterra promulgou o Bill Aberdeen, uma lei que permitia que os britânicos prendessem qualquer navio brasileiro suspeito de transportar escravizados no oceano Atlântico. Assim, em 1850 o Brasil promulga mais uma lei anti-tráfico que equiparava o crime de tráfico ao crime de pirataria e sujeitavam os praticantes à pena de prisão e ao pagamento da reexportação dos africanos que estavam sendo capturados. Um fato

irônico é que os traficantes corriam o risco de serem punidos, entretanto seus compradores ficavam ilesos de qualquer pena. (BRASIL, 2011).

Assim, apesar das implicaturas que essas leis poderiam causar, o tráfico de escravizados(as) continuava sendo um negócio lucrativo. Era preciso elaborar leis que libertassem os negros para que cessasse o tráfico. Dessa maneira, em 28 de setembro de 1871, foi sancionada a Lei Nº 2.040 – Lei do Ventre Livre. O primeiro passo oficial para libertação dos(as) escravizados(as) no Brasil que

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos”. Dessa maneira, observamos no Art. 1º que “Os filhos de mulher escrava que nascerem no Imperio desde a data desta lei, seriam considerados de condição livre. (BRASIL, 1871, p. s/d)

Por sua vez, em 1885, o Brasil liberta os(as) escravizados(as) idosos a partir de 60 anos, devido à promulgação da Lei do Sexagenário. Poucos foram libertos, diga-se de passagem, uma vez que a estimativa de vida dos mesmos não chegava até esta idade.

Assim, os demais escravizados(as) só conseguiram sua libertação oficial no dia 13 de maio de 1888, por meio da promulgação da Lei n.º 3.353 – Lei Áurea -, após 388 anos de efetiva escravidão. Vejamos abaixo o que diz o texto oficial:

Declara extinta a escravidão no Brasil
 A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:
 Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.
 Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.
 Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.
 O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.
 Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império.
 Princesa Imperial Regente.
 Rodrigo Augusto da Silva

(BRASIL, 1888, p. s/d)

Apesar da aprovação da lei Áurea, a população negra continuou exercendo o papel de escravo por não ter como subsistir em uma sociedade que ainda os considerava coisas ou animais incapazes, que praticava discriminação racial sem

nenhuma preocupação legal, uma vez que a lei não considerava conduta criminosa a prática do racismo que assolava os(as) ex - escravizados(as) da época. Desse modo, eles foram libertos legalmente, mas os que se afastavam de seus ex-donos não dispunham de alimento, abrigo e trabalho, por isso, perambulavam pelas ruas.

Assim, na intenção de conter os que viviam nas ruas, o país promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, por meio do Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, que se tornou conhecido pela comunidade negra como a lei dos vadios e capoeiras. Em seu capítulo XII, ele condena a mendigagem, o que era prática comum em uma nação, cujos escravizados(as) acabaram de receber a libertação, mas nenhum emprego ou auxílio governamental que garantisse pelo menos sua alimentação. Vejamos o que diz o texto oficial no tocante aos mendigos e ébrios: “Art. 391. Mendigar, tendo ele aptidão para trabalhar: Pena – de prisão cellular por oito a trinta dias.” (BRASIL, 1890, p. s/d). Ao que tudo indica a maioria dos escravizados se enquadra nesse artigo, eles tinham saúde e aptidão para trabalhar, no entanto, não havia empregos disponíveis para esta parcela da população. A única alternativa de sobrevivência que restava era a mendigagem.

O capítulo XIII trata dos vadios e capoeiras. Observe que a prática da capoeira se equipara com a vadiagem. No Art. 399, da referida lei, observamos que se o cidadão deixasse de exercitar sua profissão, ofício ou qualquer outro meio legal para ganhar a vida, isto é, para se sustentar ou mesmo se este, porventura,

não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de ocupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes” receberia a pena “de prisão cellular por quinze a trinta dias. (BRASIL, 1890, p. s/d).

Este constitui mais um artigo que atinge diretamente a população negra. No texto ainda lemos que “§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.” (IDEM, 1890, p. s/d). Vale destacar que a maioria dos negros não se recusava a trabalhar ou ocupar-se, no entanto, não havia ocupações ou trabalho disponíveis para eles.

Os filhos negros menores de idade também não escapavam à Lei. No “§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes,

onde poderão ser conservados até à idade de 21 annos.” (IDEM, 1890, p. s/d). Como se não fosse suficiente, para os reincidentes foi escrito o Art. 400:

Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes.
Parapho unico. Si o infractor for estrangeiro será deportado. (BRASIL, 1890, p. s/d).

No período, não havia trabalho para os adultos, tampouco para os adolescentes, o que fazia com que a prática de tais infrações fosse realizada constantemente. As possíveis saídas legais estavam contidas no artigo 401:

Art. 401. A pena imposta aos infractores, a que se referem os artigos precedentes, ficará extincta, si o condemnado provar superveniente aquisição de renda bastante para sua subsistencia; e suspensa, si apresentar fiador idoneo que por elle se obrigue.
Parapho unico. A sentença que, a requerimento do fiador, julgar quebrada a fiança, tornará effectiva a condemnação suspensa por virtude della. (BRASIL, 1890, p. s/d).

A vista disso, havia duas saídas: o acusado deveria provar que possuía renda suficiente para sua subsistência ou conseguir um fiador, duas alternativas praticamente inalcançáveis para a população negra. Primeiro, ela não dispunha de trabalho, logo, também não possuía renda; segundo, pouquíssimos, para não dizer ninguém, disponibilizaria seu nome como fiador para libertação de um negro condenado a cumprir pena em prisão.

Desse modo, a partir dos artigos e incisos mencionados anteriormente, observamos que o legislador compreende a vadiagem como uma espécie de abandono ao trabalho ou de um meio lícito de subsistência, neste caso, seria uma espécie de contravenção penal que o sujeito praticaria voluntariamente mesmo estando apto ao trabalho, no entanto, a fragilidade, para não dizer má fé, da lei abre um espaço interpretativo que poderia prejudicar os recém libertos que se quer possuíam emprego para deixar. Seriam considerados vadios por abandonarem as funções desempenhadas anteriormente como escravizados(as)? Sabe-se que a maioria dos ex-proprietários se recusava veementemente a manter qualquer relação empregatícia com os negros, pois compreendiam que eles ainda seriam de sua possessão. O período foi marcado inclusive pela chegada de muitos estrangeiros, italianos, holandeses e franceses, que vinham ao Brasil para assumir o trabalho que

antes era desenvolvido pelos escravizados. O negro jamais deixaria seu emprego, porque ele não dispunha de um. Antes escravizados, agora desempregados.

Para deixar ainda mais grave a situação, a partir do artigo 402 do mesmo capítulo, verificamos que a capoeira, uma das identidades da cultura negra, foi criminalizada.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal:

Pena - de prisão cellualar por dous a seis mezes.

Parapho unico. E' considerado circumstancia aggravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do art. 400.

Parapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas comminadas para taes crimes. (BRASIL, 1890, p. s/d).

Dessa maneira, aqueles que perambulavam pelas ruas, desempregados ou desabrigados, certamente iriam presos, isto é, os negros que não tinham trabalho, residência fixa e jogavam capoeira.

Assim como ocorre hoje em dia, a maioria da população carcerária daquele período também era negra²⁹, configurando, assim, uma perpetuação de práticas racistas dirigidas à população negra. O capítulo XIII do Código Penal dos Estados Unidos do Brasil tinha endereço certo e direto. Percebemos isso ao responder dois questionamentos: 1º. Quem eram os mendigos da época que viviam perambulando nas ruas sem possuírem meios para manter sua própria família? 2º. Quem eram os únicos praticantes de Capoeira do período em questão? A resposta é sempre a mesma para ambas as alternativas, os negros recém libertos, que passaram a ser discriminados e perseguidos legalmente por meio de contravenções penais dirigidas. Ora, o código penal foi elaborado dois anos após a promulgação da Lei Áurea e,

²⁹ De acordo com o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública a proporção de negros no sistema carcerário cresceu 14%, enquanto a de brancos diminuiu 19% nos últimos 15 anos no Brasil. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>
Acesso em: 13 Mar. 2022.

embora não haja referência expressa acerca de seu destinatário, ele é evidente. Atualmente denominamos atos como este de racismo institucional, conforme exposto anteriormente.

Dando prosseguimento, em 1940 é promulgado um novo código penal brasileiro, por meio do Decreto Lei n. 2.848/40, contudo, a situação dos negros permanece igual. O preconceito e a discriminação continuam a ser ignorados pelo Código Penal Brasileiro, apesar da Constituição Brasileira promulgada em 16 de julho de 1934 já ter incorporado os termos sexo e raça ao elaborar o princípio da igualdade. No Art. 113.1 lemos: “– Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, **sexo, raça**, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou idéas políticas.” (BRASIL, 1934, p. s/d, grifo nosso).

A incongruência de mencionar os termos sexo e raça na constituição brasileira e omiti-los no código penal foi retificada com a publicação da nova Constituição em 10 de novembro de 1937. Nela, os termos foram substituídos pela expressão “todos são iguais a lei”, no artigo 122.1. (BRASIL, 1934, p. s/d), o que representou um retrocesso na luta contra o racismo e o sexismo. A expectativa era de que se inserissem os termos no código penal, contudo ele foi “assegurado” com a subtração de tais termos no texto constitucional gerando mais um prejuízo para a população negra, sobretudo para as mulheres.

Na Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946, é preservada no artigo 141.1, a expressão “todos são iguais a lei”, contudo, na parte final do § 5.º do mesmo artigo, acrescenta-se a expressão “preconceitos de raça” ao tratar do direito à livre manifestação do pensamento, conforme podemos observar a seguir no Art. 141. § 5.º “Não será, porém, tolerada, propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de **preconceitos de raça** ou de classe.” (BRASIL, 1946, p. s/d, grifo nosso).

O ano de 1951 foi marcado pela da Lei Nº 1.390/1951, mais conhecida como Lei Afonso Arinos – nome de seu autor. De acordo com Silveira (2007, p. 63), ela criminalizou a prática de atos resultantes de preconceitos de raça e de cor. Nas palavras de Arinos:

[...] 4 – Urge, porém, que o Poder Legislativo adote medidas convenientes para que as conclusões científicas tenham adequada aplicação na política do Governo. As disposições da Constituição Federal e os preceitos dos

acordos internacionais de que participamos, referentes ao assunto, ficarão como simples declarações platônicas se a lei ordinária não lhe vier dar forças de regra obrigatória de direito.

5 – Por mais que se proclame a inexistência, entre nós, do preconceito de raça, a verdade é que ele existe, e com perigosa tendência a se ampliar [...] é sabido que certas carreiras civis, como o corpo diplomático, estão fechadas aos negros; que a Marinha e a Aeronáutica criam injustificáveis dificuldades ao ingresso de negros nos corpos de oficiais e que outras restrições existem, em vários setores da administração.

6 – Quando o Estado, por seus agentes, oferece tal exemplo de odiosa discriminação, vedada pela Lei Magna, não é de se admirar que estabelecimentos comerciais proibam a entrada de negros nos seus recintos [...]

9 – Nada justifica, pois, que continuemos disfarçadamente a fechar os olhos à prática de atos injustos de discriminação racial que a ciência condena, a justiça repele, a Constituição proíbe, e que podem conduzir a monstruosidade como os “pogrooms” hitleristas ou a situações insolúveis como a de grande massa negra norte-americana”.

A Lei Afonso Arinos passou a representar um marco na luta contra o racismo e o preconceito por enquadrá-los como contravenções penais. Apesar da pena para esse tipo de crime ser apenas simbólica, devido ao pouco tempo de prisão e a possibilidade de pagamento de multa, ela foi significativa.

De acordo com os artigos da Lei, podemos observar os tipos de racismo enfrentados pela população negra da época. No primeiro artigo, mesmo estando implícito, percebemos que os negros eram impedidos pela população de frequentar espaços comerciais e de ensino, por isso, a necessidade de menção de tal fato no texto legal:

Art 1º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de côr.

Parágrafo único. Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

O segundo artigo nos revela que os hotéis e hospedagens da época também não aceitavam negros como clientes.

Art 2º Recusar alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de côr.

Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Podemos observar, no terceiro artigo, que a população branca se recusava a atender negros em restaurantes e comércios que exploravam gêneros alimentícios.

Art 3º Recusar a venda de mercadorias e em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes,

abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de côr. **Pena:** prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Os negros também não eram bem-vindos em clubes ou estabelecimentos que tratavam da beleza e da estética.

Art 4º Recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de côr. **Pena:** prisão simples de quinze dias três meses ou multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Os estabelecimentos de ensino também se recusavam a receber pessoas negras.

Art 5º Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de côr. **Pena:** prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros). **Parágrafo único.** Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

As repartições públicas também dificultavam ou mesmo impediam o acesso dos negros, sobretudo, as forças armadas que são mencionadas de forma direta no texto legal.

Art 6º Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das fôrças armadas, por preconceito de raça ou de côr. **Pena:** perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente de repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

A rejeição de funcionários negros em estabelecimentos públicos e privados não surgiu atualmente, ela hostilizava a população negra desde sua libertação, mas tornou-se crime por meio dos artigos sete e oito.

Art 7º Negar emprêgo ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, emprêsa concessionária de serviço público ou emprêsa privada, por preconceito de raça ou de côr. **Pena:** prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de emprêsa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e emprêsa concessionária de serviço público. **Art 8º** Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento por prazo não superior a três meses.

Assim, percebemos que não eram poucas as práticas de racismo no período. Elas estavam presentes em quase todas as instâncias sociais. Também não é novidade que as Leis do Brasil são ineficazes, apesar de algumas serem elaboradas com acuidade, elas, até hoje, não são capazes de garantir efeitos concretos imediatos. Acerca disso, Augusto Silveira (2007, p. 64) afirma que a

referida lei nunca esteve entre os instrumentos legais mais eficazes; ao contrário, segundo investigação de Peter Eccles, dos três casos levados à Justiça de que se teve notícia, dois resultaram em condenação. Como contravenções penais são, por natureza, infrações de menor potencial ofensivo, a lei de 1951, em certo sentido, não se desvia do tradicional gradualismo das leis emancipatórias – o racismo, para ser definido como crime, teve que ser antes contravenção.

A contravenção pode ser entendida como uma infração penal considerada uma espécie de crime menor, isto é, de um crime menos grave. No primeiro artigo da Lei de Introdução ao Código Penal e da Lei das Contravenções Penais, ela é compreendida como a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente. Enquanto crime, seria a intensificação daquilo que consideramos gravidade. No caso da Lei Afonso Arinos, o racismo é considerado contravenção, o que não deixa de ser crime.

Por sua vez, a Constituição Federal promulgada em 24 de janeiro de 1967 proporcionou, através do Artigo 150, capítulo 04, que trata dos Direitos e Garantias Individuais, maior relevo às questões raciais. Os termos sexo e raça foram retomados, dando ênfase à raça.

Art 150 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção, de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. O preconceito de raça será punido pela lei. (...)

Neste mesmo período foi publicada a primeira regulação legal para a imprensa, provavelmente influenciada pelo mesmo artigo e capítulo que trata do racismo. Assim, o inciso oitavo prescreve:

§ 8º - É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição à censura, salvo quanto a espetáculos de diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe.

Por conseguinte, em fevereiro de 1967 foi promulgada a Lei n. 5.250/1967 ou lei de imprensa. Nela, aparece como delito a publicação do preconceito e da discriminação racial no art. 14.^o, inserido no capítulo III, que discorre sobre os abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação, em que vemos: “Fazer propaganda de guerra, de processo para subversão da ordem política e social ou **de preconceito de raça** ou de classe: Pena – de 1 (um) a 4 (quatro) anos de detenção”. (BRASIL, 1967, p. s/d, grifo nosso). Portanto, o racismo também foi criminalizado na lei de imprensa.

Além disso, vale destacar que neste mesmo ano foi publicado mais um Decreto Lei n. 314/1967, cujo objetivo era normatizar a Segurança Nacional, onde também a discriminação racial foi reconhecida como crime.

A pena para crimes cometidos motivados por racismo passou a ser um pouco maior na promulgação do Decreto – Lei Nº 1.001/1969, de 21 de outubro de 1969, que institui o Código Penal Militar, em que no Art. 208 lemos “Matar membros de um grupo nacional, étnico, religioso ou pertencente a uma determinada raça, com o fim de destruição total ou parcial desse grupo. Pena – reclusão de **quinze a trinta anos**”. (BRASIL, 1969, p. s/d, grifo nosso). Aqui vemos se configurar o crime de genocídio o que justifica o aumento da pena.

A próxima alteração legal que abordou o racismo foi a Lei Caó, ou Lei nº 7.437/1985, de 20 de dezembro de 1985, de autoria de Carlos Alberto Caó de Oliveira, que alterou a Lei Afonso Arinos. Ela passa a incluir, entre as contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil.

Em 1988, foi promulgada a atual constituição brasileira que determina, no Art. 3, inciso XLI, que "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"; e no Art. 5^o, inciso XLI, que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”. Assim, após 488 anos de luta dos negros, a constituição brasileira finalmente criminaliza o racismo.

Em se tratando de educação para as relações etnicorraciais – EREER, foi apenas no ano de 2003 que os negros ou afro-brasileiros passaram a contar com uma lei específica. Desse modo, em alteração a atual LDB, promulga-se a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional,

incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Assim, o Art. 1º A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. (BRASIL, 2003, p. s/d).

Logo após, o enfoque legal brasileiro se dirige para a área da saúde da população negra, por meio da publicação da Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, que institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra com o objetivo de promover a saúde integral desta parcela da sociedade, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS.

A portaria marca o "Reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde." (BRASIL, 2009, p. s/d). Apesar de a portaria representar um avanço considerável, a população afrodescendente continua sofrendo atos de discriminação racial praticados pelo sistema nacional de saúde do Brasil.

A próxima conquista da população negra foi a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial. Um marco histórico implantado em um país que se nega a reconhecer-se racista e que defende o mito da democracia racial ou democracia étnica defendido por Gilberto Freyre (1933) e combatido por Florestan Fernandes (1965). Desse modo, a Lei n.º 12.228, de 20 de julho de 2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

O estatuto elenca uma série de conceitos temáticos que servem de base para a compreensão do entendimento brasileiro acerca do grande eixo, a saber, o racismo.

Assim, no Parágrafo único do título I, para efeito do Estatuto, considera-se:

- I. **discriminação racial ou étnico-racial:** toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;
- II. **desigualdade racial:** toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;
- III. **desigualdade de gênero e raça:** assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;
- IV. **população negra:** o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;
- V. **políticas públicas:** as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;
- VI. **ações afirmativas:** os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Além disso, o documento ainda aponta, por meio do título II, uma série de direitos que ainda precisam ser garantidos, dentre eles estão direito à/ao:

- saúde – organizado em três artigos – 6º, 7º e 8º;
- educação – foram destinados ao todo seis artigos -11º ao16º, que tratam da igualdade racial na área de educação;
- cultura – foram afixados quatro artigos que tratam da cultura - 17º ao 20º;
- esporte e lazer – foram atribuídos dois artigos.

O segundo capítulo do título II ainda trata do direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos; o quarto, do acesso à terra e à moradia adequada; o quinto, do trabalho e o sexto, dos meios de comunicação.

Por sua vez, o Título III aborda o sistema nacional de promoção da igualdade racial. No primeiro capítulo, observamos as disposições preliminares, no segundo, os

objetivos, no terceiro, as organizações e as competências, no quarto, as ouvidorias permanentes e do acesso à justiça e à segurança, no quinto, o financiamento das iniciativas de promoção da igualdade racial e, por fim, o título IV apresenta as disposições finais. O estatuto procurou abordar todas as esferas que afetam o universo racista em que está inserida a população negra brasileira.

Logo em seguida, mais precisamente no ano de 2012, é concretizada a determinação contida na seção II, art. 15 do Estatuto da igualdade racial, onde se lê que “Art. 15. O poder público adotará programas de ação afirmativa.” por meio da promulgação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, mais conhecida como Lei das cotas, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, o que constitui uma ação afirmativa. Desse modo, consta na referida lei que:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A vista disso, a proporção das vagas que devem ser destinadas às classes minoritárias e desprivilegiadas depende da proporção declarada no último censo realizado pelo IBGE. Além disso, a lei ainda prevê, em seu oitavo artigo, que,

Art. 8º As instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.” (BRASIL, 2012, p. s/d).

Dessa maneira, a Lei de cotas se configura como uma espécie de reparação histórica aos graves ataques sofridos pelos afro-brasileiros e indígenas no Brasil que iniciaram no período da colonização e perdura até hoje, em versões distintas, mas tão grave quanto antes. Assim como as demais leis que tratam do racismo no país, ela também é altamente contestada pela população branca que alega a questão da meritocracia. O fato não é de se admirar. Qual sujeito, estando no poder e gozando de regalias ou privilégios, ficaria contente em perdê-los? A verdade é que uma pessoa branca, possuindo o mesmo grau de escolaridade, a mesma classe social/econômica

e a mesma desenvoltura que um negro, dificilmente perderia uma vaga de emprego para ele. O caso é ainda mais grave quando constatamos que, ainda que o negro esteja mais bem preparado, ele continuará enfrentado dificuldades para ser selecionado. A não ser que tenha alguma política de promoção à equidade racial, como por exemplo, a presença das cotas destinadas a pretos e pardos no processo seletivo. Acreditamos que todos concordam que a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 conhecida como a Lei de cotas não é perfeita, o ideal era que ela não fosse necessária, contudo, em uma sociedade desigual, a equidade – entendida nesta pesquisa como adaptação da regra/lei existente à uma situação concreta de desequilíbrio - só existe ou se concretiza por meio de vias de acesso desiguais.

5 UNIVERSO FEMININO NO CONTEXTO DO RACISMO PRATICADO CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA

A voz de minha bisavó/ecoou criança/nos porões do navio.[...].

A voz de minha avó/ecoou obediência/aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe/ ecoou baixinho revolta/no fundo das cozinhas alheias[...]

A minha voz ainda/ ecoa versos perplexos/com rimas de sangue/e fome.

A voz de minha filha/recolhe todas as nossas vozes[...]

Conceição Evaristo³⁰

Este capítulo trata da discussão sobre universo feminino no contexto do racismo praticado contra a população negra. Discutiremos o racismo contra mulheres negras em contextos linguísticos, em contextos hospitalares e em contextos linguísticos.

5.1 Racismo contra mulheres negras em contextos linguísticos

A discriminação praticada contra as mulheres é facilmente percebida na linguagem humana. Em um período como: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os **homens** se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 2005, p.198, grifo nosso) observamos que o vocábulo em destaque – homens – não limita a afirmação do autor apenas ao público masculino já que o contexto nos induz a compreendê-lo como raça ou seres humanos que foi representada apenas por um substantivo masculino. Isso ocorre em diversas citações célebres, vejamos a seguir:

- **Galileu Galilei:** A ciência humana de maneira nenhuma nega a existência de Deus. Quando considero quantas e quão maravilhosas coisas **o homem** compreende, pesquisa e consegue realizar, então reconheço claramente que o espírito humano é obra de Deus, e a mais notável.
- **Confúcio:** “A pedra preciosa não pode ser polida sem fricção, nem **o homem** aperfeiçoado sem provação.”

³⁰ Vozes-mulheres de Conceição Evaristo. Disponível em: <https://notaterapia.com.br/2019/11/05/confira-os-10-melhores-poemas-de-conceicao-evaristo/> Acesso em: 21 Mar. 2021.

- **Carlos Drummond de Andrade:** E cada instante é diferente, e cada **homem** é diferente, e somos todos iguais. No mesmo ventre o escuro inicial, na mesma terra o silêncio global, mas não seja logo.
- **Goethe:** Que o **homem** seja nobre, prestativo e bom, pois só isso o distingue de todos os outros seres.
- **Albert Einstein:** O que há de melhor no **homem** somente desabrocha quando se envolve em uma comunidade.
- **Mário de Andrade:** Será que a liberdade é uma bobagem? Será que o direito é uma bobagem? A vida humana é alguma coisa a mais que ciências, artes e profissões. E é nessa vida que a liberdade tem um sentido, e o direito dos **homens**. A liberdade não é um prêmio, é uma sanção. Que há de vir.

Como podemos observar na fala cristalizada de todos os pensadores mencionados anteriormente, a raça humana é representada exclusivamente pelo substantivo masculino “Homem”, algumas vezes singularizado, outras pluralizado, mas sempre a mesma palavra. Tudo isso nos possibilita observar o processo natural de invisibilização da mulher, que também constitui a raça humana podendo, do mesmo modo, representá-la. Observem que o contrário dificilmente seria admitido socialmente. Se substituíssemos o substantivo homem pelo substantivo mulher na citação de Freire (2005, p.198) teríamos: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, as mulheres se educam entre si, mediatizadas pelo mundo.” Neste caso, não denotamos a compreensão contextual de que as mulheres representam a raça humana. O mesmo ocorre com Goethe: “Que **a mulher** seja nobre, prestativa e **boa**, pois só isso a distingue de todos os outros seres.”

Assim sendo, é preciso repensar a linguagem dando o devido lugar à mulher. Poderíamos reescrever a afirmação de Freire da seguinte maneira: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os **seres humanos/ as pessoas** se educam entre si, mediatizados pelo mundo” sem nenhum prejuízo para homens ou mulheres. Contudo, o autor do enunciado, assim como a maioria dos brasileiros, optou por representar os seres humanos apenas por um substantivo masculino – homem, o que denota aquilo que conhecemos como androcentrismo, que interpreta a realidade unilateralmente, considerando a perspectiva masculina como medida de tudo (SAL, V. 2000). O androcentrismo linguístico é tão comum e naturalizado que mal conseguimos perceber seu uso quando nos expressamos. Isto ocorre porque a

linguagem é uma construção social e histórica, assim sendo, apresenta distinções e molda-se conforme a cultura que representa. Ela influencia nossa maneira de pensar, perceber e apreender as coisas e pode ser modificada segundo os mais diversos interesses. Nas palavras de Rubem Alves,

A linguagem tem a possibilidade de fazer curtos-circuitos em sistemas orgânicos intactos, produzindo úlceras, impotência ou frigidez. Porque são as palavras que carregam consigo as proibições, as exigências e expectativas. É por isto que o **homem** não é um organismo, mas este complexo lingüístico a que se dá o nome de personalidade. (ALVES, 2000, p. 76)

Apesar de mais uma vez a raça humana estar representada pela palavra “homem”, Rubem Alves esclarece perfeitamente as possibilidades de (des)construção proporcionadas pelo “complexo lingüístico”, isto é, pela linguagem.

A linguagem proporciona, ainda, a prática da nomeação - uma das primeiras atividades humanas. Concordamos com a canção que afirma que “todas as coisas têm nome” e acrescentamos que, nomeamos tudo segundo nossos valores, os quais são moldados pela sociedade em que estamos inseridos. Assim, se a sociedade é machista e racista, a linguagem e, conseqüentemente os nomes, também o serão, uma vez que ela representa e “defende” a cultura vigente de determinada região ou sociedade. Segundo Brasil (2014, p. 24):

A primeira coisa que a menina e o menino aprendem é a existência de uma mamãe e/ou de um papai, depois aprenderá que existem meninas e meninos e que há comportamentos diferentes, adequados ou não, para elas e para eles. Com a linguagem aprenderá muitas diferenças que são em função do sexo, bem como a sua hierarquização. É que a língua, ao ser o reflexo da sociedade que a utiliza, transmite a ideologia imperante nela, pois reflete e reforça as desigualdades derivadas das discriminações exercidas contra as mulheres por meio do androcentrismo e do sexismo.

Dessa maneira, as escolhas lexicais que fazemos para nomear, ou até mesmo nos comunicar, estão impregnadas dos valores e ideologias dominantes. No caso do Brasil, um país considerado androcêntrico, sexista e racista não é novidade que a linguagem manifeste desigualdade não somente nas escolhas lexicais, mas também em sua organização ordinal e em seu conteúdo semântico que privilegia explicitamente o uso do masculino nas organizações frasais, bem como o uso de vocábulos racistas. Ainda de acordo com Brasil (2014, p. 24), o “androcentrismo se

manifesta graças à desigualdade na ordem das palavras, no conteúdo semântico de certos vocábulos ou no uso do masculino como genérico para ambos os sexos.”

Deste modo, a mulher fica restrita ao campo do implícito que só pode ser notado, visto, observado, detectado por aqueles que conseguem fazer leituras críticas das palavras, coisas e ações e, infelizmente, esta é uma prática restrita a quem é letrado em leitura, isto é, esta é uma prática de poucos no Brasil, o que aprofunda ainda mais a invisibilidade feminina. Ademais, se essa leitura crítica é feita por um sujeito do sexo masculino, não poucas vezes ela fica escondida por trás do conforto que o machismo os oferece. “Fazendo referência a isso, é preciso assinalar que o que não se nomeia não existe e utilizar o masculino como genérico tornou invisível a presença das mulheres na história, na vida cotidiana, no mundo.” (BRASIL, 2014, p. 24). A prática de nomear “do” poder, traz a existência, assim sendo, o silenciamento do gênero feminino configura uma grave violência contra a mulher.

Se, de modo geral, as mulheres brancas precisam enfrentar androcentrismo, invisibilidade e violência simbólica, a lista de problemas a serem enfrentados pelas mulheres negras é bem mais extensa. Credita-se nesta conta – sempre em favorecimento das brancas e dos brancos – o desamparo na hora do parto, a desigualdade no setor educacional, profissional, econômico e político, tudo isso acrescido e representado pelas escolhas lexicais que adotamos para nos comunicar no português do Brasil.

5. 2 Racismo contra mulheres negras em contextos hospitalares

Pesquisas recentes mostraram que as mulheres pretas e pardas recebem menos cuidado na hora do parto. De acordo com Leal (2017, p. 5),

[...] foram verificados piores indicadores de atenção pré-natal e parto nas mulheres de cor preta e parda, em comparação às brancas. Mulheres pardas e pretas sofreram menos intervenções obstétricas no parto que as brancas; no entanto as pretas receberam menos anestesia local quando submetidas à episiotomia. Apesar de pardas e pretas possuírem similaridades, a adequação do pré-natal e vinculação à maternidade para as mulheres pretas se mostrou pior. (LEAL, 2017, p. 5)

Assim, a cor da pele é pré-requisito determinante para o tipo de atendimento recebido em clínicas e hospitais brasileiros, apesar da publicação da Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, que Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População

Negra. O não uso de anestesia local durante os procedimentos de Episiotomia³¹ em mulheres negras demonstram a prática de racismo na área da saúde brasileira. Até mesmo o que parece privilégio se configura como discriminação racial, em se tratando do Brasil. Conforme vimos anteriormente na citação, as mulheres pardas e pretas sofreram menos intervenções obstétricas no parto que as brancas. Tal fato até poderia ser considerado positivo devido ao ministério da Saúde recomendar a prática de parto natural, sem intervenção obstétrica. Contudo, o modelo de “assistência obstétrica adotado no Brasil é intervencionista e os profissionais de saúde em larga medida não somente identificam essas práticas como adequadas, mas também como indicativas de um “bom cuidado” (LEAL, 2017, p. 10). Dessa forma, a falta de intervenções obstétricas às mulheres negras brasileiras também representa racismo. Aquilo que parece ser bom e positivo, em se tratando de negras e pardas, representa abandono e descaso. Neste caso, menor intervenção obstétrica é sinônimo de menor cuidado e atenção. Em suma, quanto mais clara for a cor da pele, melhor será o atendimento dispensado pelos profissionais de saúde, uma vez que

Foi identificado um gradiente de cuidado menos satisfatório para mais satisfatório entre pretas, pardas e brancas para a maioria dos indicadores avaliados, evidenciando aspectos do funcionamento cotidiano dos serviços de saúde que resultam em benefícios e oportunidades diferenciadas segundo a raça/cor, com prejuízo para as de cor mais escura. (LEAL, 2017, p. 6)

Desse modo, as mulheres negras enfrentam diversos outros problemas que não são comuns ao universo das mulheres brancas. Além disso, podemos observar também, na área da saúde, várias injúrias racistas contra pessoas negras. Profissionais ou pacientes, ninguém está livre do preconceito racial. Observemos alguns casos colhidos em notícias de jornal:

- *“Essa nega tem que levar 50 chibatadas por isso”* – a expressão foi dita por um médico do Hospital Municipal de Diadema – SP, a uma funcionária idosa (60 anos) por ela ter cometido um erro ao preencher um documento.³²

³¹ Episiotomia: incisão efetuada na região do períneo (área muscular entre a vagina e o ânus) para ampliar o canal de parto. Seu uso se justifica em alguns casos, como necessidade de parto instrumentalizado, sofrimento fetal, acesso para fletir a cabeça do bebê.

³² Disponível em: <https://bhaz.com.br/2019/08/13/idosa-racismo-medico/>

- *“Isso só podia ser coisa de preto.”* - Palavras ditas por uma paciente descontente com o atendimento de uma enfermeira negra em uma unidade de saúde do município de Tucuruí – sudeste do Pará.³³
- *“Mal-humorada! Mal-educada! Enfermeira preta que não sabe o que faz e não tem o direito estar aqui! Aqui não é o seu lugar! Olha essa enfermeira preta aí, essa preta nojenta! Por isso que não gosto de preta, preto quando não suja na entrada, suja na saída.”* - episódio enfrentado pela enfermeira Francineth Santos em seu ambiente de trabalho. Como se isso tudo não fosse suficiente, ao ser atendida no 29º Departamento de Polícia, ainda precisou ouvir do atendente: *“Esse caso não é injúria racial, pois você é preta mesmo!”*³⁴
- *“Negrinha depreciativa”* – palavras do médico obstetra Fernando de Carvalho Jorge dirigidas à anestesista Carolina Bernardes durante um atendimento médico.

35

Cada uma das expressões acima mostra quão preconceituosa é a sociedade brasileira com relação à mulher negra. Carregadas de racismo, as frases revelam que, apesar das constantes negativas dos brancos, o racismo está impregnado na maioria das agressões verbais. As expressões demonstram nojo, ojeriza e insatisfação das pessoas brancas ao terem contato com as negras.

5.3 Racismo contra mulheres negras em contextos educacionais

As desigualdades também estão presentes no setor educacional. Por muitos anos os negros foram impedidos de frequentar escolas, universidades, isto é, de ter acesso à educação formal. Em se tratando do público feminino, não é novidade que o acesso à educação chegou muitos anos mais tarde do que para os homens, de modo geral.

Ao serem desenvolvidas, a leitura e a escrita serviam exclusivamente às pessoas ricas, poderosas social e economicamente. A “economia colonial brasileira, fundada na grande propriedade rural e na mão-de-obra escrava, deu pouca atenção

³³ Disponível em: <https://correiodecarajas.com.br/enfermeira-denuncia-paciente-por-injuria-racial-em-hospital-de-tucuru/>

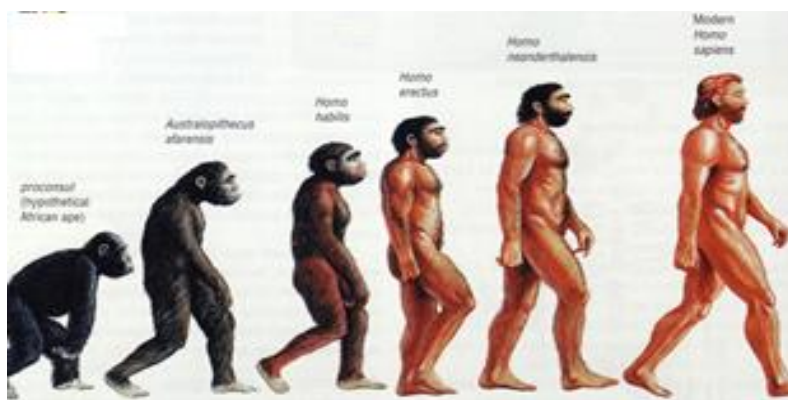
³⁴ Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/enfermeira-depoe-sobre-caso-de-racismo-em-hospital-e-delegacia-de-policia-em-manaus/>

³⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/06/medica-denuncia-colega-por-suposto-racismo-na-santa-casa-de-barretos.html>

ao ensino formal para os homens e **nenhuma** para as mulheres” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 127, grifo nosso). Desse modo, aqueles que não possuíam recursos, só poderiam ter acesso ao conhecimento construído em torno da escrita se, e somente se, fosse dedicado à vida clerical. Foi assim que monges se tornaram lectores e copistas.

Nesse contexto, não havia espaço para as mulheres. Destinadas naturalmente à criação dos filhos e aos cuidados domésticos e familiares, elas demoraram alguns séculos para receberem “permissão” masculina para estudar. Isto, com relação à mulher branca, porque a negra ainda não era considerada “mulher”. Na verdade, até hoje, ao nomearmos uma negra de macaca, estamos negando-lhe o direito natural de ser o que ela é de fato e de direito – um ser humano, uma mulher. Isto porque, na escala da evolução humana, o macaco, ou melhor, a macaca, está a alguns passos atrás do homo erectus (humano evoluído), não sendo considerada evoluída a ponto de ser tida como humana, conforme podemos observar na imagem a seguir:

Imagem 01 - Escala da evolução humana



Fonte: darwinismo.wordpress.com³⁶(2020)

Observemos que se retira a humanidade da mulher negra para ganhar o direito de agredi-la das mais diversas formas, uma vez que ela é considerada um animal e não uma pessoa com direitos. Tal “retirada de humanidade” se aplica, inclusive, aos cristãos, que atenuam ou mesmo diluem o pecado grave que seria o da exploração vil de uma alma humana, para abusar das mais diversas formas de um ser que foi coisificado ou bestializado.

³⁶ Disponível em: <https://darwinismo.wordpress.com/2008/03/10/icon-da-evolucao-promove-racismo/>

Assim, no período colonial, enquanto a mulher branca sofria com o enclausuramento doméstico e recebia preparo para ser uma boa dona de casa, as mulheres negras sofriam com estupros, trabalhos forçados, açoites, atividades domésticas e a falta de alimentos para saciar sua fome. Nas palavras de Lacerda (2010, p. 45), “[...] a mulher escrava, inclusive do ponto de vista dos serviços sexuais que era forçada a prestar, era um instrumento, animalizada, reificada, longe da esfera humana dos sentimentos”.

Dessa maneira, a colonização brasileira reservou lugares distintos para as “mulheres” daquele período: brancas em casa e negras em qualquer lugar que coubesse exploração desumana.

Assim, de modo geral, a mulher branca passou a frequentar a escola tardiamente e, quando isso ocorreu, somente lhe era permitido receber formação preparatória para os cuidados com o seu próprio lar. De acordo com Aranha (2006, p. 229), em “algumas famílias mais abastadas, às vezes elas recebiam noções de leitura, mas se dedicavam, sobretudo às prendas domésticas, à aprendizagem de boas maneiras e à formação moral e religiosa”.

Tudo isso ocorria no Brasil por causa da influência de nossos colonizadores, a saber, os portugueses. Para eles, a população era dividida em categorias, dentre elas estava a categoria *imbecilitus sexus*³⁷ que agregava mulheres, crianças e deficientes mentais. Como a própria expressão sinaliza, o sexo imbecil – feminino – não era capaz de raciocinar como os demais. De sua etimologia latina depreendemos “*imbecillis* - fraco, sem força, sem inteligência” (MICHAELIS on-line, 2020, p. s/d³⁸). Assim era vista a mulher em Portugal e, conseqüentemente, no Brasil. Incapaz de aprender, pois era desprovida de inteligência.

Nas palavras de Bezerra (2010, p. 5), as mulheres “foram por muito tempo tidas como biologicamente inferiores, como menos inteligentes do que os homens. Essa diminuição da mulher em relação ao homem contribuiu para o difícil acesso das mulheres ao ensino superior”. De acordo com Ribeiro (2000, p. 79), a situação desprezível em que as mulheres eram submetidas, no período do Brasil Colônia, servia de inspiração para versos depreciativos “Mulher que sabe muito é mulher atrapalhada, para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada; a mulher honrada deve ser sempre calada; mulher que sabe latim não tem marido, nem bom fim”.

³⁷ *Imbecilitus sexus* – significa sexo imbecil.

³⁸ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=qON0Q>

Observemos o tom pejorativo das expressões populares da época. Cada uma delas ratifica a ideia de que a mulher estudada e “que sabe muito” é atrapalhada, ou seja, “sem habilidade para agir com coerência”. Em outras palavras, acreditava-se que o estudo feminino trazia prejuízos à sociedade e à organização familiar da época. Assim, somente os homens tinham acesso aos estudos. Às mulheres, restava apenas a opção de aprender em casa, com os pais, e ainda na infância, caso contrário, deveria contentar-se com as contas do rosário de orações. (RIBEIRO, 2000).

Mesmo quando a escola abriu suas portas às mulheres, somente lhes foram ofertadas algumas técnicas para o lar. O ensino doméstico ou escolar era pautado no abecedário Moral, publicado em 1585, no qual constava:

Quadro 12 - Abecedário Moral de Gonçalo Fernandes Trancoso

Abecedário Moral – 1585			
A	Amiga da sua casa	N	Nobre
B	Benquista da vizinhança	O	Ordeira
C	Caridosa para com os pobres	P	Prudente
D	Devota da virgem	Q	Quieta
E	Entendida no seu ofício	R	Regrada
F	Firme na fé	S	Sezuda
G	Guardadeira de sua fazenda	T	Trabalhadeira
H	Humilde	U	Unida a família, útil ao marido
I	Inimiga do mexerico	V	Virtuosa
J	Jeitosa (habilidosa)	X	Xã (simples)
L	Leal	Z	Zelosa da honra
M	Mansa		

Fonte: MULTI RIO (2019).

Em cada letra do alfabeto observamos o ensino da subserviência às mulheres. Nas palavras de Ribeiro (2000, p.80), “[...] cada letra do alfabeto continha implícito o padrão de comportamento desejado na sociedade seiscentista.” que se restringia aos cuidados domésticos. Esta situação também era defendida por muitos filósofos:

Toda mulher deve, pois, ser cuidadosamente preservada do trabalho exterior, a fim de poder preencher dignamente sua santa missão. Voluntariamente encerrada no santuário doméstico, a mulher aí promove livremente o aperfeiçoamento moral de seu esposo e de seus filhos, cujas justas homenagens ela aí dignamente recebe (COMTE, 2000, p. 278).

Apesar disso, as mulheres não desistiram de alcançar seus objetivos e, para surpresa; nas palavras de Ribeiro (2000, p.80), “Ironia”, a primeira mulher alfabetizada no Brasil foi uma indígena – Catarina Paraguassu, que era conhecida como Madalena Caramuru. Devido a isso, ela entrou para o RankBrasil, em 2013, como a primeira mulher alfabetizada no país.

Em 26 de março de 1561, a recordista escreveu uma carta de próprio punho ao padre Manoel de Nóbrega, sacerdote português, que foi chefe da primeira missão jesuítica à América. A índia pedia que as crianças escravas fossem tratadas com dignidade, sendo assim considerada também pioneira na luta pelos direitos humanos no Brasil.

No texto, Madalena denunciava os traficantes de escravos por desejarem a morte rápida dos meninos negros e lamentava que a Bahia tivesse deixado de ser “berço de uma geração tão pura”, para ser vítima dos negociantes negreiros. Ela ainda oferecia ajuda em dinheiro para que os maus-tratos acabassem. (RANKBRASIL, 2013)³⁹

A indígena ainda recebeu homenagem dos Correios por meio do lançamento de um selo especial com uma tiragem de 1.500.000 selos.

Imagem 02 – Selo em homenagem a Catarina Paraguassu



Fonte: RANKBRASIL (2013)

No século XVI ainda não havia escolas para mulheres, contudo, na segunda metade do século XVII, surgiram os conventos brasileiros como uma alternativa para o ensino feminino. Além do ensino, muitos eram os motivos para as mulheres ficarem enclausuradas nos conventos: disputa por herança – paterna ou entre irmãos, castigo por prática de adultério feminino ou liberdade masculina para prática de tal ato, punição por desobediência às imposições machistas, entre outros. Tudo isso fez com que os conventos fossem conhecidos como “prisões místicas”. (RIBEIRO, 2000).

³⁹ Disponível em:

http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/0W1e/Primeira_Mulher_Alfabetizada_No_Brasil

O convento também apresentava classificação social em sua organização interna e, a princípio, era frequentado apenas por mulheres brancas. De acordo com Ribeiro (2000), havia pelo menos duas divisões sociais:

- Freiras de véu preto – as mais ricas do local.
- Freiras de véu branco – educandas que pagavam para estudar ou servas. Eram pessoas de prestígio social que não prestavam votos, por isso, seus dotes chegavam apenas à metade do valor a que as freiras de véu preto tinham direito.

As mulheres negras só tiveram acesso ao convento em 1720 ocupando, obviamente, a posição de serva. De modo geral, foi com a ascensão de Marquês de Pombal que a educação brasileira passou das mãos dos jesuítas para o Estado, com isso, as mulheres puderam frequentar a escola, em salas de aula exclusivamente femininas. Após concluírem os estudos, podiam ministrar aulas para meninas. Vale ressaltar que, apesar disso, os objetivos da escola continuavam os mesmos: formar esposas submissas, mães perfeitas e donas de casa esmeradas. O ensino primário para mulheres era de cunho obrigatório, entretanto, o secundário, não.

O ensino gratuito só foi oferecido no Brasil após a promulgação da Constituição de 1824, mas apenas para cidadãos. Os negros escravizados e os indígenas não eram tidos como tal, por isso, não lhes era permitido frequentar a escola pública. Nos anos seguintes, leis foram promulgadas e, mesmo assim, a restrição permanecia. Segundo Suelaine Carneiro,

A Lei n. 1 de 1837 e o Decreto nº 15, de 1839 no art. 3º, proibiam de frequentar as escolas públicas todas as pessoas com moléstias contagiosas, escravos e os pretos africanos, ainda que fossem livres ou libertos. No ano de 1854, o Decreto nº 13.331, art. 69, determinava a proibição de admissão e de frequência de escravos às escolas. (CARNEIRO, 2016, p. 129).

Retroagindo um pouco, vale destacar que mesmo com o advento da Lei Geral de 15 de outubro de 1827, que sistematizou positivamente o ensino brasileiro, as mulheres continuaram enfrentando sérias desvantagens com relação ao ensino recebido e ofertado por elas e para elas. O ensino que recebiam não continha todos os componentes curriculares da grade de ensino. Alguns, eram exclusivos para homens. Além disso, apoiado por um decreto de 1831, o salário do professor era bem maior que o salário da professora. Para Bruschini e Rosemberg (1982, p. 17).

A ideologia, largamente difundida em nossa sociedade e internalizada pelas próprias mulheres, de que os rendimentos do trabalho seriam apenas 'complementares' ao orçamento doméstico, contribui para 'justificar' que a mulher receba menos do que o homem, mesmo quando realiza tarefas semelhantes.

Como um infeliz reflexo desse período, a mulher continua até hoje recebendo salários inferiores aos homens, ainda que a sua produção seja igual à deles.

A primeira escola Normal do país foi criada em 1835 para uso exclusivamente masculino. Apenas em 1870 foram fundadas escolas protestantes com classes mistas. A partir daí, o próprio Estado passou a ofertar classes mistas e a permitir que mulheres frequentassem os cursos normais⁴⁰. A demanda de crianças a serem alfabetizadas era crescente, devido a isso, surgiu a necessidade de abrir espaço profissional para as mulheres que, agora, poderiam ministrar aulas também para meninos desde que estes estivessem, com no máximo, 14 anos de idade. De acordo com Fernandes (2019, p. s/d, grifos nossos),

Por volta de 1910, as mulheres começaram a dominar o mercado de trabalho do ensino elementar, enquanto os homens seguiam dominando o nível secundário. No entanto, mesmo nas primeiras décadas do século XX, havia a **exigência do celibato para que as mulheres** pudessem exercer a função de professoras do ensino público. Segundo o Estatuto da Instrução Pública, as professoras tinham que ser solteiras ou viúvas. Se casassem, perderiam o cargo.

A exigência do celibato para as mulheres que desejavam seguir a carreira docente representava uma grande contradição, pois o salário era para complementar a renda da família, no entanto, a professora não poderia constituir sua própria família.

Assim, como se não bastasse ganhar um salário inferior aos homens, as mulheres que se decidissem ao magistério deveriam desistir de compor sua própria família. Observemos que esta era uma restrição exclusivamente feminina, isto é, os homens poderiam ser professores e se casarem normalmente, as mulheres, NÃO.

Para concluirmos o tópico, elaboramos uma tabela na tentativa de ilustrar o percurso histórico educacional das mulheres brasileiras.

⁴⁰ Curso normal: curso preparatório para a docência - é o nome que se dá, em vários países, ao curso em geral de segundo grau, para a formação de professores habilitados a lecionar no ensino elementar.

Quadro 13 – Percurso das mulheres na educação

MULHERES NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE E NO ENSINO SUPERIOR			
Ano	ENSINO PROFISSIONALIZANTE	ENSINO SUPERIOR	Ano
1875	Ocorreu “a criação da seção feminina na Escola Normal da Província,” Aranha (2006, p. 229). A partir daí, as mulheres poderiam adotar a carreira docente.	De qualquer forma, as mulheres achavam-se excluídas da possibilidade de acesso aos cursos superiores, mesmo que se preparassem adequadamente em escolas particulares ou com preceptores. Isso porque para tal não se exigiam diplomas, mas era necessário fazer os exames preparatórios aplicados pelo Colégio D. Pedro II, destinados exclusivamente ao público masculino (ARANHA, 2006, p. 230).	1875
		O governo imperial permitiu, condicionalmente, a entrada feminina nas faculdades. As candidatas solteiras deveriam apresentar licença de seus pais; já as casadas, o consentimento por escrito de seus maridos. Obs.: Embora oficialmente aceitas na graduação, o número de mulheres inscritas para tal foi irrisório por muito tempo. As razões para isso vão desde o preconceito da sociedade até a impossibilidade de elas frequentarem os melhores cursos preparatórios, dificultando a entrada no ensino superior.	1879
1881	Inauguração de classes profissionalizantes para o sexo feminino no Liceu de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro. Os cursos, porém, ainda reforçavam os papéis tradicionalmente vinculados às mulheres. Obs.: A fundação do Liceu de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro ocorreu bem antes, em 1857.	Promulgação do “decreto imperial que facultou à mulher a matrícula em curso superior data de 1881. Todavia, era difícil vencer a barreira anterior, pois os estudos secundários eram essencialmente masculinos, além de caros e os cursos normais não habilitavam as mulheres para as faculdades” (BELTRÃO e ALVES, 2009, p. 128)	1881
1891	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição da República. • Descentralização do ensino. • União: criava e controlava as instituições de ensino secundário e superior. • Estado: criava e monitorava as escolas de ensino primário e ainda, as escolas de “ensino profissional de nível médio que compreendia as escolas normais para as moças e as escolas técnicas para os rapazes. Nessa época, houve uma expansão quantitativa do sistema educacional, mas pouca mudança qualitativa” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128-129) 	<p style="text-align: center;">Mulheres formadas – não há consenso teórico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aranha (2006, p. 230) - “a primeira mulher a se matricular na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi Dona Ambrozina de Magalhães, em 1881”. • Bezerra (2010, p. 4) - “primeira mulher a ingressar na universidade no Brasil, foi no estado da Bahia no ano de 1887, formando-se pela faculdade de medicina”. • Beltrão e Alves (2009) - em 1887 Rita Lobato Velho Lopes tornou-se a 	1880

		primeira mulher a obter o título de médica no Brasil.	
	1897: criação do Instituto Profissional Feminino no Rio de Janeiro que, após 15 anos, acrescentava Orsina da Fonseca ao seu nome (em homenagem à esposa do presidente Hermes da Fonseca).	-	-
1961	Promulgação da Lei nº. 4.024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN “Foi garantida equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade para as mulheres que faziam magistério de disputar os vestibulares” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 130)	“No Brasil, o início da luta por esse direito data do século dezenove, mas será somente a partir dos anos 1960 que as mulheres brasileiras começaram a ter presença, de fato, no ensino superior”. (SOUZA; SARDENBERG 2013, p. 4)	1960
-	-	“registrou-se um grande crescimento das universidades privadas, que ultrapassaram em muito o número de estudantes matriculados na universidade pública. A expansão geral das vagas no ensino brasileiro favoreceu especialmente o sexo feminino”. (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 130-131).	1985

Fonte: AUTORA (2020)

A partir disso, as mulheres têm sido maioria nas universidades brasileiras, sobretudo nos cursos de licenciatura. Obviamente, ainda existem alguns cursos de predomínio masculino, principalmente na área de engenharia. Em se tratando da população feminina negra, esta também é uma realidade. As mulheres negras representam a maioria de alunos regularmente matriculados em Instituições de Ensino Superior no Brasil. Mas será que todos os desafios relativos aos direitos das mulheres, em particular, as negras, já foram vencidos quando se trata de educação? É certo que toda essa trajetória contribuiu para a elevação dos índices de escolaridade e desempenho feminino, contudo as inequidades educacionais entre homens e mulheres e entre mulheres brancas e negras ainda permanecem e prevalecem de modo significativo no Brasil. O que não poderia ser diferente em uma sociedade capitalista que privilegia as relações de poder díspares tendo como “arma” a educação que poderia ser um mecanismo, um recurso para o enfrentamento das injustiças sociais.

Considerando as inequidades das políticas educacionais brasileiras com relação às mulheres negras, ainda é necessário sistematizar:

1. Políticas educacionais que favoreçam o acesso e a permanência das mulheres negras em universidades, em especial, em cursos de predomínio masculino e/ou cursos considerados elitizados por favorecerem maior crescimento

econômico. De acordo com Carreira *et al.* (2016, p.31), há “concentração das mulheres em cursos e carreiras “ditas femininas”, com menor valorização profissional e limitado reconhecimento social”.

2. Políticas educacionais que desmitifiquem ou “quebrem” a noção vigente de que as mulheres negras são inferiores às brancas e aos demais seres humanos de modo geral. Conforme Carreira *et al.* (2016), as desigualdades presentes no setor educacional entre as mulheres negras e brancas são persistentes na sociedade brasileira. O acesso e o desempenho são marcados por profundas desigualdades entre mulheres quando consideramos renda, raça, etnia e local de moradia, com destaque negativo para a situação das mulheres negras, indígenas e do campo.
3. Políticas que combatam o epistemicídio⁴¹ e valorize as pesquisadoras negras do Brasil.
4. Políticas que proporcionem às mulheres negras acesso e permanência às esferas/instancias de poder, melhor distribuição de renda e oportunidades de trabalho.
5. Políticas que incentivem e fiscalizem o atendimento à mulher negra em instâncias públicas de saúde e justiça.
6. Políticas de proteção à vida e à dignidade da mulher negra nos mais diversos ambientes brasileiros.
7. Políticas mais severas de fiscalização e punição aos crimes de injúria racial e/ou racismo linguístico.

Conforme vemos, ainda existem muitos obstáculos para que as mulheres negras alcancem um nível de vida, pelo menos similar, ao da mulher branca. Se o paralelo for realizado com homens, a situação é ainda mais grave. A lista acima não é suficiente para revelar os diversos problemas impostos a elas.

⁴¹ Negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio. (CARNEIRO, 2005).

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Boa sorte é o que acontece quando a oportunidade encontra o planejamento.

Thomas Edison

A pesquisa científica exige a sistematização de aspectos metodológicos que descrevam de modo detalhado como o estudo foi desenvolvido. Dessa maneira, apresentamos a seguir nossos procedimentos.

6.1 Abordagem investigativa

A pesquisa de abordagem qualitativa se organiza em torno de aspectos reais que não podem ser expressos por quantidades. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

Dessa maneira, a abordagem qualitativa contribuiu para o desenvolvimento deste estudo por relacionar-se à educação, sobretudo, ao local da pesquisa, que foi uma Instituição de Ensino Federal, o Instituto Federal do Pará – *Campus Castanhal*. Segundo Bortoni Ricardo (2013, p. 32), “as escolas, especialmente as salas de aula, provaram ser espaços privilegiados para a condução de pesquisa qualitativa, que se constrói com base no interpretativismo”.

Os pressupostos interpretativistas podem ser definidos como “um conjunto de métodos e práticas empregados na pesquisa qualitativa” (BORTONI RICARDO, 2013, p. 33) que permitem a ocorrência de análises sociais que foram levadas em consideração para o desenvolvimento desta pesquisa, pois, segundo esse paradigma “não há como observar o mundo independentemente das práticas sociais e significados vigentes” (BORTONI RICARDO, 2013, p. 31).

Além disso, optamos por uma pesquisa de cunho fenomenológica. Uma investigação fenomenológica precisa preocupar-se com os sentidos e significados que os sujeitos pesquisados dão ao objeto de estudo. Simões e Souza (1997, p. 14) afirmam que o pesquisador fenomenológico precisa

1. Ver e observar, sem estar fechado em uma perspectiva causal; 2. Interpretar compreensivamente a linguagem do cliente e a percepção dessa linguagem como veículo de significações; e

3. Perceber o gesto do cliente em seu movimento.

Assim sendo, a participação da pesquisadora no desenvolvimento do projeto será importante para a prática dessas observações necessárias à interpretação adequada do fenômeno estudado, que é o racismo linguístico contido em vocábulos e expressões utilizados para agredir alunas e servidoras negras do *Campus* Castanhal do IFPA. Cada sentença, expressão ou vocábulo coletado será analisado considerando as acepções do dicionário em paralelo com a concepção interna ou pessoal que as respondentes possuem em relação à definição dos termos. Assim, os sentidos e significados dos itens coletados serão analisados também à luz do entendimento das participantes da pesquisa, por isso, este estudo apresenta um viés fenomenológico. Vale ressaltar que as narrativas apresentadas pelas informantes, bem como, as ofensas indicadas poderiam ter sido proferidas em qualquer lugar e não apenas dentro do *Campus* Castanhal, lócus da pesquisa.

Quanto ao tipo de pesquisa, as investigações podem ser classificadas levando-se em consideração os objetivos e os procedimentos técnicos. Dessa maneira, quanto aos objetivos, as pesquisas podem ser exploratórias, descritivas ou explicativas; com relação aos procedimentos, elas podem ser bibliográficas, documentais, experimentais, de levantamentos, estudos de campo, estudos de caso e pesquisa-ação (VERGARA, 2005).

Deste modo, segundo os objetivos desta pesquisa, a saber: objetivo geral - estudar, à luz da semântica lexical e do conceito interno das participantes da pesquisa, vocábulos, expressões e sentenças racistas utilizados contra alunas e servidoras negras do *Campus* Castanhal do Instituto Federal do Pará – IFPA; objetivos específicos – a) Elencar as palavras mais frequentes e representativas que expressassem discriminação racial na visão de alunas e servidoras negras da instituição pesquisada; b) elaborar definições para os vocábulos coletados, contextualizados nos usos sociais das respondentes – contexto referencial, c) evidenciar as marcas pejorativas de uso nos vocábulos e expressões elencados, tanto as dicionarizadas – neologismo semântico, quanto as não dicionarizadas – neologismo lexical; d) colaborar com a elaboração das obras dicionarísticas de língua portuguesa com o intuito de fornecer definições para os vocábulos coletados, com as marcas de uso devidamente apontadas; e por fim;

e) apresentar uma proposta de um microparadigma lexicográfico que pode alertar os consulentes a respeito do racismo que está atrelado à palavra definida.

Quanto aos procedimentos técnicos, classificamos a pesquisa em bibliográfica e de levantamento. Este se configura em outro ponto essencial para esta investigação, posto que, conforme observamos no objetivo geral, realizaremos um levantamento de sentenças, expressões e vocábulos o que torna esta investigação uma pesquisa de levantamento.

As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um **grupo significativo** de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados. (GIL, 1999, p. 50, grifos nossos).

O grupo significativo, isto é, os sujeitos da pesquisa, a quem chamaremos daqui por diante de respondentes, é composto por alunas e servidoras negras do IFPA. Os critérios para participação na pesquisa eram: a) Se autodeclarar mulher, b) Pertencer ao quadro discente ou profissional do *Campus*, c) Se autodeclarar negra, d) Concordar com o termo de consentimento livre e esclarecido.

O método de abordagem adotado por nossa pesquisa foi o dialético que “penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (LAKATOS; MARCONI, 1995, p.106) e, se adequa perfeitamente aos nossos anseios. Quanto aos métodos de procedimento, optamos pelo histórico que parte “do princípio de que as atuais formas de vida e de agir na vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, por isso é importante pesquisar suas raízes para compreender sua natureza e função.” (LAKATOS; MARCONI, 1995, p.106 e107).

6.2 Técnica e instrumentos de geração de dados

Para geração de dados adotamos também a técnica de grupo focal, para tanto, foi necessário selecionar formas de expor claramente o problema investigado. Optamos por uma palestra em formato de *live* formativa, oferta de minicurso e conferência em congresso (relacionado ao tema) o qual já é desenvolvido pelo próprio *campus*, o *lócus* da pesquisa.

Dessa maneira, seguindo as orientações de Gatti (2005), ao tratar acerca da coleta de dados por meio da técnica de grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas, oferecemos, antes da coleta de dados:

- uma palestra aos sujeitos da pesquisa cujo tema foi “Discriminação racial contra mulheres negras em contextos educacionais”.
- um minicurso fechado para 40 participantes - que deveriam ser alunas ou servidoras negras do *Campus* - via google Meet durante o II Congresso Multidisciplinar sobre Mulheres Negras e Indígenas com o tema: *Desconstruindo o racismo linguístico*.
- uma conferência aberta no mesmo congresso e com o mesmo tema do minicurso - *Desconstruindo o racismo linguístico*.

Tudo isso, porque em se tratando de técnica de pesquisa,

[...] um grupo focal tem sua constituição e desenvolvimento em função do problema da pesquisa. **O problema precisa estar claramente exposto**, e a questão ou questões a serem levadas ao grupo para discussão dele decorrem. **Nesse sentido, há certo grau de teorização sobre o tema em foco**, que o pesquisador deve ter elaborado para seus propósitos. (GATTI, 2005, p.17, grifos nossos).

Devido à pandemia de Covid-19, tanto a palestra quanto o minicurso e a conferência foram desenvolvidos virtualmente, com o objetivo de esclarecer a temática da pesquisa. O aceite do termo de consentimento foi de cunho livre e esclarecido.

Após a conferência, as participantes foram convidadas a responder o questionário elaborado para coleta de dados da pesquisa. Vale ressaltar que, a princípio, pensávamos em coletar os dados durante o minicurso, contudo, ficou muito difícil devido aos recursos tecnológicos das participantes. A internet inconstante causava falhas na comunicação, por isso, antes da conferência foi organizado o questionário para que as respondentes pudessem responder em dia e horário oportunos no prazo de 30 dias.

6.2.1 Live, Congresso e Minicurso

Conforme mencionamos anteriormente adotamos a técnica do grupo focal, na qual se prima pela exposição teórica e clara do problema investigado – racismo linguístico enfrentado pelas mulheres negras do *Campus* Castanhal. Desse modo, aproveitamos as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do Campus Castanhal (Neabi – Castanhal), do qual fazemos parte, para desenvolver a técnica do grupo focal, uma vez que as atividades atendiam às exigências preestabelecidas pela técnica em questão.

Desse modo, o Neabi organizou, no mês de setembro de 2020, uma série de lives formativas sobre as questões etnicorraciais, que ocorriam semanalmente a partir do mês de outubro. Além de contribuir para a discussão e o enfrentamento do racismo, as lives serviriam para embasar teoricamente o público – alunos, servidores, comunidade local e externa – para participar das discussões que transcorreriam no II Congresso Multidisciplinar sobre Mulheres Negras e Indígenas (II COMMNI), que ocorreria no período de 16 a 20 de novembro de 2020.

Dessa maneira, a live ministrada com foco nesta pesquisa ocorreu no dia 14 de outubro de 2020. O tema trabalhado foi “Discriminação racial contra mulheres negras no contexto da Educação”, que constitui um dos subtópicos deste estudo. A mediadora foi a professora Alessandra Bittencourt. A princípio, tínhamos dois objetivos para este momento: a) Contribuir com a programação do Neabi; b) Embasar teoricamente o grupo focal desta pesquisa para posterior coleta de dados. Esse foi um momento importante porque a comunidade interna e externa convidada. O canal utilizado foi a plataforma Instagram e os perfis pertencem ao núcleo de combate ao racismo do *Campus* cujo endereço é: “neabi.ifpa.castanhal” e o perfil pessoal da pesquisadora: “robervania.sa”. A live ficou disponível para quem não pode assistir no dia em que a mesma ocorreu.

Imagem 03- Cartaz de divulgação da live



Fonte: Neabi - Castanhal (2021).

A live iniciou pontualmente às 18h. A professora Alessandra fez a abertura e logo após nos concedeu a palavra. O início foi marcado pela exposição do tema da pesquisa e depois pela justificativa da escolha do público feminino como alvo da coleta de dados. Foi explicado que as mulheres negras enfrentam problemas ainda mais graves que os homens negros, o que foi evidenciado por meio da descrição resumida do percurso desenvolvido por elas em busca do acesso à educação formal em nosso país. O vídeo da palestra ficou disponível no canal oficial do Neabi⁴² – Castanhal. Foram feitas muitas perguntas e comentários, contudo, não foi possível interagir durante a live por diversos motivos, entre eles, várias quedas de internet, curto espaço de tempo – o Instagram só disponibiliza 60 minutos para realização de lives. Além disso, a página ficou desconfigurada, isto é, as perguntas realizadas pelo público apareciam de lado, o que dificultou bastante a leitura ao vivo. Apesar disso, muitas pessoas entraram em contato através do direct e as perguntas foram sendo respondidas, aos poucos, após a programação.

Imagens 04 e 05 – Live



Fonte: Neabi - Castanhal (2021)

Foram feitos muitos comentários a respeito do assunto, isto é, de como as mulheres negras foram tratadas durante as lutas para conquistarem o direito à educação formal.

A respeito dos resultados do minicurso e da conferência, ambos foram desenvolvidos no II Congresso Multidisciplinar sobre Mulheres Negras e Indígenas (II COMMNI) por ele estar relacionado à temática da investigação. O objetivo geral do II COMMNI era analisar os processos históricos de opressão de classe, raça, gênero, sexualidade, localidade, inclusão social, entre outros, que compõem categorias

⁴² Live disponível no link: <https://www.instagram.com/neabi.ifpa.castanhal/>

identitárias que atravessam os sujeitos mutuamente, em particular, mulheres negras e indígenas que compõem a base da pirâmide social.

O tema geral foi “Interseccionalidade: quem tem medo de mulheres negras e indígenas?”. A conferência de abertura ficou a cargo da Indígena Márcia Kambeba, que explorou o tema “A Mulher indígena no século 21”. Todos os dias foram oferecidos minicursos, oficinas e conferências, conforme descrição contida em <https://www.even3.com.br/iicommi/>.

Nossa participação ocorreu por meio da mediação de duas conferências e da oferta de um minicurso e uma conferência cujo tema era “Desconstruindo o racismo linguístico”. O Minicurso ocorreu nos dias 19 e 20 de novembro, das 14h às 16h - via Google Meet, no seguinte endereço: Link da sala: <https://meet.google.com/iif-xeon-ijj>> e a conferência, no dia 19, a partir das 16h via *facebook* do *Campus Castanhal* (<https://m.facebook.com/ifpacampuscastanhal/>). Ela estará disponível por tempo indeterminado e poderá ser assistida na íntegra por qualquer interessado.

Todas as conferências ocorridas durante o congresso continuarão disponíveis por tempo indeterminado ao público. Houve muita participação da comunidade interna e externa do campus. Os professores que estavam ministrando aulas remotas nos dias do evento redirecionaram suas atividades para que todos os alunos pudessem participar. A abrangência de participantes, no dia da conferência, sobre desconstrução do racismo linguístico, foi de 672 pessoas alcançadas e o público principal foi de mulheres, conforme imagem disponível nos anexos, o que contribuiu positivamente para nossa coleta de dados. Muitos participantes, mais precisamente 62 pessoas, comentaram a respeito do assunto, fizeram perguntas e contribuições a respeito dos muitos estereótipos relacionados à mulher negra e que contribuem para a perpetuação do racismo linguístico presente em nossa sociedade. Acreditamos que o nosso problema de pesquisa foi claramente exposto e discutido pelo grupo focal, conforme orienta Gatti (2005, p. 17) ao afirmar que “O problema precisa estar claramente exposto, e a questão ou questões a serem levadas ao grupo para discussão que dele decorrem.”

O grupo focal da pesquisa foi constituído por alunas e servidoras negras do *Campus Castanhal*, mas todos os interessados na temática puderam assistir à palestra da live e à conferência ofertada no II COMMNI. Somente o minicurso foi fechado para 40 pessoas que deveriam ser alunas ou servidoras negras do *Campus*.

As vagas foram preenchidas na segunda semana de inscrição. Ao final, somente 38 pessoas compareceram.

Vale ressaltar que o corpo discente feminino do Campus é composto basicamente por alunas oriundas dos municípios vizinhos como Inhangapi, Irituia, São Miguel do Guamá, Mãe do Rio, entres outros. Esses municípios possuem um número representativo de comunidades quilombolas. O município de Irituia, por exemplo, possui 20 comunidades quilombolas. Devido a isso, há um número expressivo de alunas negras remanescentes de quilombos. Além disso, entre as alunas residentes no município de Castanhal também há prevalência de negras. São raras as alunas que possuem um poder aquisitivo elevado. Isso é facilmente observado em algumas ações desenvolvidas por elas: venda de doces, salgados e outros produtos alimentícios, vendas de artesanatos produzidos por elas próprias, vendas de remédios naturais que prometem curar todo tipo de doença (unguentos, garrafadas, banhos de cheiro etc.) também produzidos por elas e por seus familiares durante o tempo comunidade⁴³. Todo esse esforço é para pagar as despesas com ônibus, em se tratando das habitantes de Castanhal, e para complementar a renda familiar, no caso das alunas de outros municípios. Vale ressaltar que o Campus acolhe quase 300 discentes residentes. Além disso, são ofertadas gratuitamente três refeições diárias para todos os alunos do Campus – café da manhã, almoço e jantar. Por isso, é comum ouvir dos discentes que eles não teriam a possibilidade de estudar se não fosse ofertado tudo isso.

A maioria dos cursos ofertados pelo Campus está relacionada às áreas agrícolas: Técnico em agropecuária, Florestas, Meio ambiente, Engenharia agrônômica, Engenharia de pesca, Engenharia de alimentos. Foge à regra somente os cursos da área de informática. Em se tratando de pós-graduação, há a oferta de várias especializações, de um mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável e de um doutorado na mesma área, por isso, é comum os alunos iniciarem sua jornada estudantil no Campus no Ensino técnico e se desligar apenas na pós-graduação. Ao perguntarmos às alunas o porquê da escolha do curso que estão frequentando é comum ouvirmos a mesma resposta: Quero aprender a lidar com a terra dos meus pais para alcançar um nível de vida melhor para mim e minha família.

⁴³ As aulas ofertadas para algumas modalidades de ensino ocorrem alternadamente, isto é, em sistema de revezamento. Um mês no instituto e o outro na comunidade dos discentes.

6.2.2 Do termo de consentimento livre esclarecido

O termo de consentimento livre e esclarecido – em anexo, consiste em uma espécie de manifestação favorável, anuência ou aquiescência que os sujeitos da pesquisa concedem após receberem um convite feito por um investigador para participar de determinado estudo. É livre porque se pode aceitar ou rejeitar ao convite ou mesmo desistir de continuar participando do estudo a qualquer momento. É esclarecido devido o pesquisador se obrigar a esclarecer por meio de linguagem clara, acessível e objetiva todos os detalhes da investigação.

6.2.3 Da entrevista para coleta de dados – setorial

Quadro 14 – roteiro de entrevista para coleta de dados – setorial

Roteiro de entrevista – secretaria	Roteiro de entrevista – Recursos humanos
Quantos cursos são oferecidos pela Instituição?	Quantos funcionários – total geral: _____
Quantas turmas existem atualmente - de acordo com cada curso	Quantas funcionárias – total geral: _____
Quantos alunos – total geral: _____	Quantas funcionárias – negras: _____
Quantas alunas – total geral: _____	
Quantas alunas – negras: _____	

Apesar de conseguir liberação do Diretor Geral do *Campus Castanhal*, local da pesquisa, para coletarmos os dados necessários para desenvolvimento desta investigação, até a data de hoje, 25 de maio de 2022, não obtivemos resposta dos departamentos, por isso, analisamos apenas os dados que foram possíveis alcançar.

6.2.4 Questionário para alunas e servidoras negras

O questionário a seguir inicia com a indicação de leitura de três histórias que contêm crime de racismo. Elas foram selecionadas para servirem de exemplos de narrativas racistas para as respondentes.

Quadro 15 – Questionário para alunas e Servidoras negras

Três histórias para o mesmo tipo de crime

Antes de responder ao questionário da pesquisa, sugerimos a leitura de três histórias envolvendo crime de racismo. Você poderá ler todas ou pelo menos uma. Elas servirão de modelo para que você faça o relato de alguma situação semelhante, vivida ou presenciada por você.

História 1

Enfermeira diz que sofreu racismo em hospital e delegacia de Manaus

Por Henderson Martins

(...)

Francineth disse que as ofensas ocorreram quando cumpria as normas internas da emergência pediátrica do hospital.

(...)

Foi o momento que a mãe da criança começou a chamá-la de MAL-HUMORADA, MAL-EDUCADA, DE ENFERMEIRA PRETA E QUE NÃO SABIA O QUE ESTAVA FAZENDO LÁ, QUE NÃO ENTENDIA O PORQUÊ DE TRABALHAR NO LOCAL, QUE NÃO TINHA O DIREITO DE ESTAR ALI, NÃO ERA O SEU LUGAR. “QUANDO UMA COLEGA FOI TIRAR A PULSÃO DA CRIANÇA, ELA FALOU PARA TÉCNICA: ‘OLHA ESSA ENFERMEIRA PRETA AI, ESSA PRETA NOJENTA’. ELA FOI FALANDO PELO CORREDOR E A NOSSA AGENTE DE LIMPEZA OUVIU QUANDO ELA DISSE: ‘POR ISSO QUE NÃO GOSTO DE PRETA, PRETO QUANDO NÃO SUJA NA ENTRADA, SUJA NA SAÍDA’. Nunca fui tão humilhada. Minha vontade era apenas de chorar. E chorei muito. Mesmo assim, fui no mesmo dia ao 29º DP registrar o B.O por injúria racial”, disse.

Também na delegacia, Francineth diz ter sofrido nova discriminação. Segundo ela, o atendente, ao ouvir o relato do caso, disse: “ESSE CASO NÃO É INJURIA RACIAL, POIS VOCÊ É PRETA MESMO”.

(...)

Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/enfermeira-depoe-sobre-caso-de-racismo-em-hospital-e-delegacia-de-policia-em-manaus/>

História 02

Racismo no Metrô de Salvador

Crianças negras são atacadas por seguranças do Metrô da Bahia

Duas meninas de três anos foram xingadas por seguranças do metrô de Salvador (BA) na noite da última terça-feira (28). Um segurança branco, na presença de outros dois seguranças negros, gritou que as meninas eram “BUCHA UM e BUCHA DOIS” quando elas passavam nas catracas da Estação Rodoviária. Em seguida, o segurança branco começou a dar risada. O xingamento comparava o cabelo delas com lã de aço usado para limpeza.

Disponível em: <https://www.causaoperaria.org.br/criancas-negras-sao-atacadas-por-seguranças-do-metro-da-bahia/>

História 03

Uma das três jovens que acusam um metalúrgico de racismo, após receberem xingamentos de “macacas” e “chitas” nesta terça-feira (27), em Piracicaba (SP), afirma que não aceita a liberação do suspeito após o pagamento da fiança. A estudante de 16 anos disse estar revoltada com a liberdade concedida ao rapaz e que gostaria de, ao menos, um dia de prisão para o homem. Ele irá responder a inquérito policial por injúria racial, e não por racismo, e nega qualquer ofensa relacionada à cor da pele delas.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/devia-ficar-presos-diz-jovem-xingada-de-macaca-por-suspeito-de-racismo/>

1. Nome:
2. Curso ou Cargo *
3. Em relação ao preconceito racial, você acha que:
 - a) Ele existe, mas é ignorado
 - b) Ele existe, mas ninguém declara
 - c) Ele existe e é amplamente discutido
 - d) Ele não existe no Brasil
4. Você acredita que a linguagem pode expressar racismo contra as mulheres negras?
 - a) Não
 - b) Sim
5. Você acredita que a linguagem usada no dia a dia escolar tem o poder de influenciar as questões de racismo.
 - a) Não
 - b) Sim
6. Qual é o seu ponto de vista com relação às expressões que inferiorizam a mulher negra? (Me respeita que eu não sou tuas negas/ Preta suja!/ Macaca de circo./É preta, mas é bonita...)
 - a) Considero normal, pois é só brincadeira popular, uma piada
 - b) Considero uma atitude racista
 - c) Não sei dizer
7. Em relação ao seu ambiente institucional, você percebe diferenças no tratamento dado a mulheres brancas e negras?
 - a) Não
 - b) Sim
8. Para você, há segregação racial no IFPA Campus Castanhal?
 - a) Não
 - b) Sim
9. Quanto aos professores:
 - a) Posicionam-se de forma neutra quanto às questões de discriminação racial
 - b) Procuram combater o preconceito e a discriminação racial contra mulheres negras
 - c) Praticam discriminação racial contra mulheres negras
10. Quanto a cor de sua pele, a estrutura de seu cabelo, nariz etc., você:
 - a) Gosta de ser negra ou parda apesar de todas as dificuldades enfrentadas.
 - b) Não gosta de ser negra ou parda por causa de todas as dificuldades enfrentadas
 - c) Não gosta de ser negra ou parda por que acha pessoas assim feias
 - d) Se pudesse, mudaria todos os aspectos físicos que te caracterizam como sendo negra ou parda
11. Você já sofreu algum tipo de racismo? Já foi xingada por ser negra? Conte-nos *
12. Faça uma lista das palavras e expressões que te ofendem enquanto mulher negra. Não se esqueça de explicar o motivo pelo qual você se sente ofendida. *

Fonte: Pesquisadora (2020)⁴⁴

Por sua vez, à luz de Triviños (1996, p.161), a análise de dados foi realizada levando em consideração os objetivos da pesquisa. Dessa maneira, o material coletado foi organizado para posterior descrição analítica dos dados, a qual foi seguida de interpretação léxico-semântica – sentido pertencente à língua que está registrado nos **dicionários** e interpretação referencial – que é pautada nos elementos do mundo que os enunciados permitem designar em um dado contexto de fala –. (POLGUÈRE, 2018).

⁴⁴ Disponível: https://docs.google.com/forms/d/1450PhaSkUUivkvfQh2Gv-WykrHBowd_aQKHmWTKUNdE/edit

Dessa maneira, pretendíamos considerar o que a Linguística, por meio da Lexicografia (dicionário) e da Semântica, aponta acerca dos vocábulos e expressões coletados, mas também, o que as respondentes da pesquisa compreenderam por meio deles. Para tanto, elaboramos uma proposta de análise de dados disposta no quadro a seguir:

Quadro 16 – Modelo de proposta de análise de dados

Narrativa: episódio racista vivenciado ou observado pelas respondentes		
Entrada: sentença, expressão ou vocábulo coletados		
Análise léxico-semântica	Análise referencial⁴⁵	Abonação
O que o dicionário diz. (Aulete).	O que os sujeitos da pesquisa compreendem.	Frase que exemplifica o uso da palavra no sentido compreendido pelas participantes da pesquisa.
Depreensão: análise final do conteúdo coletado.		

Fonte: Pesquisadora 2021.

Quadro 17 - Exemplo de análise a ser realizada

Narrativa	
<p>Racismo no Metrô de Salvador <i>Crianças negras são atacadas por seguranças do Metrô da Bahia</i></p> <p>Duas meninas de três anos foram xingadas por seguranças do metrô de Salvador (BA) na noite da última terça-feira (28). Um segurança branco, na presença de outros dois seguranças negros, gritou que as meninas eram “BUCHA UM e BUCHA DOIS” quando elas passavam nas catracas da Estação Rodoviária. Em seguida, o segurança branco começou a dar risada. <u>O xingamento comparava o cabelo delas com lâ de aço usado para limpeza.</u> ⁴⁶</p>	
Entrada: Bucha /neologismo semântico	
Análise léxico-semântica Dicionário Aulete digital⁴⁷	Análise referencial
1. Bras. Esponja de material fibroso extraído da bucha (20), us. no banho para limpar e massagear, ou para limpar utensílios de cozinha etc.	1. Cabelo crespo, geralmente de pessoas negras, comparado a uma esponja ou esfregão utilizados para limpeza diversa.
Abonações	

⁴⁵ O referente de um enunciado linguístico é um elemento do mundo que esse enunciado permite designar em um dado contexto de fala (isto é, de utilização da língua).

⁴⁶ Disponível em: <https://www.causaoperaria.org.br/criancas-negras-sao-atacadas-por-seguranças-do-metro-da-bahia/>

⁴⁷ Disponível em: www.aulete.com.br

1. Bucha um e bucha dois.⁴⁸
2. Já usou essa bucha grudada em sua cabeça para lavar a casa hoje, Africana?⁴⁹

Em nenhuma das acepções do dicionário Aulete para a entrada “Bucha” é possível depreender que esta possa ser concebida como um cabelo crespo e denso, típico das negras. No entanto, este vocábulo é utilizado com frequência para se referir a esse tipo de cabelo, sempre de modo depreciativo e fazendo analogia a materiais esponjosos utilizados nos processos limpeza. Aqui, o cabelo da negra, isto é, a bucha que ela traz na cabeça não apresenta beleza, mas o estereótipo de que a própria constituição física da mulher negra a condiciona a serviços subalternos relacionados ao universo doméstico.

Fonte: Pesquisadora 2021

A princípio, pensamos em analisar os resultados de acordo com a ordem das respostas: primeira resposta - primeira análise, segunda resposta - segunda análise etc. Contudo, observamos que o trabalho seria mais produtivo se as respostas fossem organizadas por campo semântico.

A noção de campo semântico é muito útil na Semântica e na Lexicologia. Com efeito, um estudo da semântica lexical organizado por campos semânticos conduzirá necessariamente a resultados bem melhores do que um estudo que escolhesse uma a uma as lexias de maneira arbitrária (por ordem alfabética, por exemplo). (POLGUÈRE, 2018, p. 198).

Desse modo, as narrativas/respostas em que os vocábulos ou expressões são iguais ou pertençam ao mesmo campo semântico ficaram juntas no mesmo quadro de análise. Dessa forma:

1. Os sujeitos da pesquisa foram tratados como respondentes e foram organizados por ordem alfabética – Respondente A, B, C etc.
2. Foram elaborados quadros com sugestões de acepções e abonações, considerando a análise referencial, isto é, os conceitos e exemplos contidos nas narrativas das respondentes. Quando isso não foi possível, ou seja, quando a respondente não indicou sua compreensão a respeito dos termos e não forneceu exemplos, optamos por utilizar notícias e processos judiciais disponíveis on-line que abordem o tema para coletar abonações. Caso ainda fosse necessário, também criaríamos as acepções e as abonações levando em consideração o contexto das relações etnicorraciais que envolvem pessoas brancas e negras. Desse modo, após coletar as narrativas e separar os

⁴⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/01/27/mae-denuncia-racismo-de-seguranca-de-metro-que-disse-que-filhas-gemeas-eram-bucha-1-e-bucha-2-ccr-apura.ghtml>. Acesso em: 27 Mar. 2020.

⁴⁹ Elaborada pela pesquisadora.

vocábulos e expressões considerados pelas respondentes como racistas, recorreremos, primeiramente ao dicionário para coletar as análises léxico-semânticas (verbetes) prontas e verificar se a análise referencial (a visão das respondentes) coincide com os conceitos elencados na obra lexicográfica.

3. Os vocábulos e expressões racistas/pejorativos indicados nas narrativas serão destacados em **negrito** no momento da análise.

4. Para a análise dos vocábulos, optamos pelo dicionário Caldas Aulete Digital⁵⁰ pelas seguintes razões: a obra é confiável, gratuita, eletrônica e de fácil acesso. Qualquer pessoa que tenha um smartfone consegue pesquisar os verbetes. Além disso, a obra apresenta o verbete original e o verbete atualizado, o que contribui significativamente para o desenvolvimento de nosso estudo que considera a sincronia e a diacronia.

5. As narrativas serão copiadas, na íntegra, conforme o registro das respondentes, bem como os verbetes do dicionário adotado para esta pesquisa, que apresentam cores distintas da indicada pela ABNT e pelo Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UFNT.

Passaremos agora a sessão dos resultados.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

*Vinde ver asas e ramos, na luz sonora!
Ninguém sabe para onde vamos agora.
(Cecília Meireles. Cantiga. in Viagem.)*

A partir de agora, passamos a analisar os dados coletados e a fazer uma exposição detalhada dos resultados obtidos. Por mais que acreditemos na veracidade e solidez das hipóteses iniciais, as quais foram ratificadas pelo aporte teórico, é preciso ressaltar que esta etapa pode nos levar a caminhos inesperados. Por ora, resta-nos transcorrer o caminho traçado com os olhos bem abertos na tentativa de impedir que algo relevante passe despercebido.

Para tanto, consideramos a diacronia e a sincronia à luz de Saussure. Compreendemos o estudo histórico de determinado vocábulo como diacrônico, enquanto a sincronia se limita à investigação da palavra ou vocábulo em um recorte temporal, que em nosso caso, será a atualidade. Desse modo, consideraremos o contexto sócio-histórico e cultural, bem como as atualizações conceituais dos vocábulos e expressões apontados pelas respondentes da pesquisa como sendo racistas, tarefa extremamente necessária devido aos reflexos nefastos da prática do tráfico e da escravidão de pessoas negras ocorridos no Brasil.

Observamos, conforme mencionado em capítulos anteriores, a tríplice relação entre léxico - semântica - pragmática⁵¹ (interpretação referencial) no tocante às análises. Nossa análise também está firmada na elaboração de conceitos dos itens lexicais em questão, isto é, na presença ou ausência de entradas dicionarísticas que apontam acepções pejorativas que fazem alusão ao racismo linguístico.

Assim, buscaremos na semântica as significações linguísticas, isto é, a dimensão significativa de cada vocábulo ou expressão, e na interpretação referencial, isto é, na pragmática, as significações contextuais (no viés das respondentes) dos “termos”⁵², pois as alterações que ocorrem na cultura e conseqüentemente na sociedade mostram que o léxico se expande, se altera e, às vezes, se contrai”, (BIDERMAN, 2001, p. 179). Isto justifica nossa escolha pelo uso de dicionários para

⁵¹ Ponto de vista da respondente a respeito do conceito da palavra.

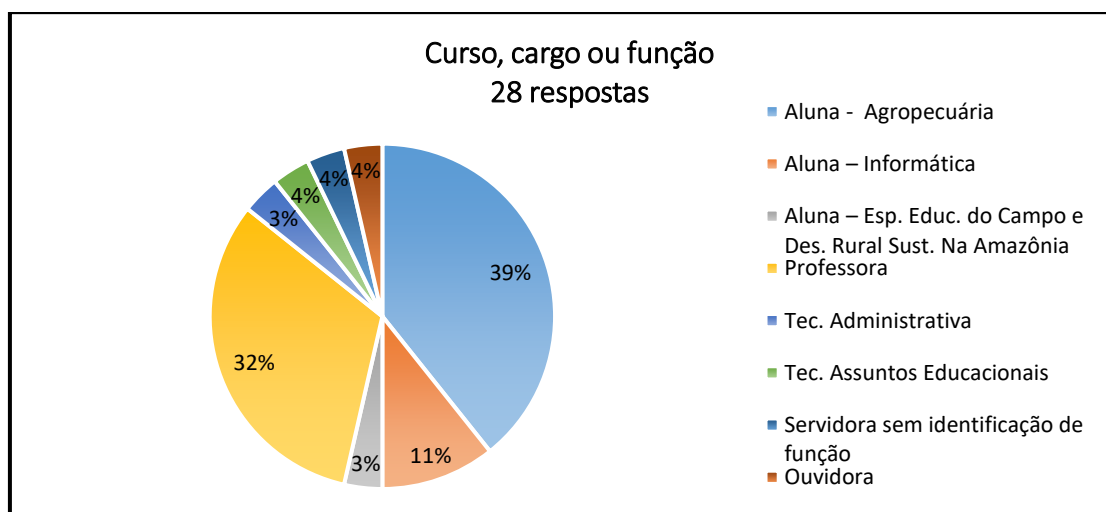
⁵² Estamos utilizando também a palavra termo porque consideramos os estudos das relações etnicorraciais como uma área específica de investigação que possui termos técnicos e específicos próprios da área em questão e, também para evitar repetições excessivas do uso de vocábulos e expressões durante a escrita.

concepção da análise – conforme mencionado anteriormente. Ficam registrados neles os movimentos apontados por Bidermam possibilitando conhecer desde a origem até as mais recentes atualizações de uso dos itens lexicais registrados. O que é mais corrente em dicionários on-line que não necessitam de impressão, facilitando a inserção de novos vocábulos, acepções e abonações. Passaremos agora a analisar as respostas das nossas respondentes que somam um total de 28 pessoas.

A primeira pergunta de nosso questionário procurava saber o nome da respondente, mas para preservar a identidade optamos por não os publicar. Conforme mencionado anteriormente, trataremos cada pessoa por respondente, seguida das letras do alfabeto.

A segunda questão procurava identificar as discentes pela indicação do curso, e as servidoras pelo cargo ou função que exercem. Dessa maneira, obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 01 – Resultado do questionário aplicado



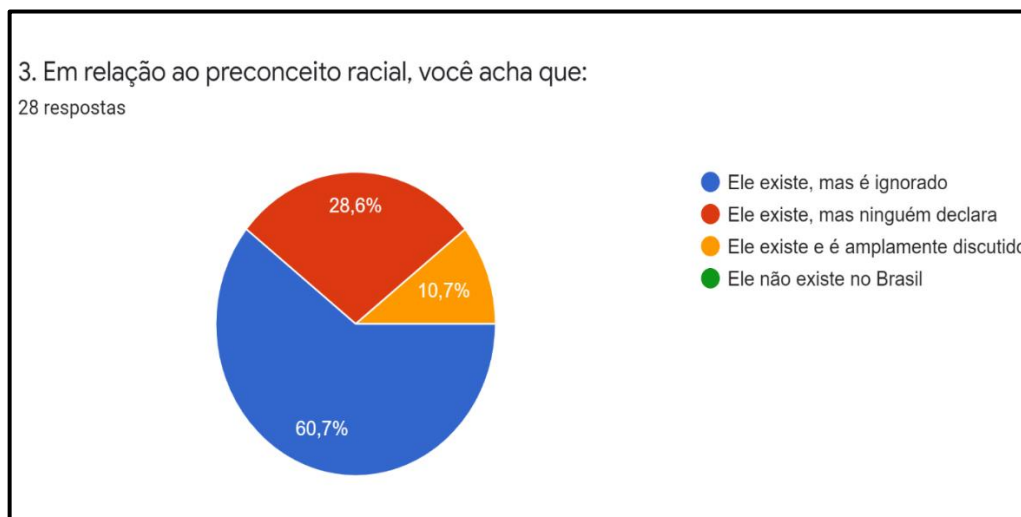
Fonte: Pesquisadora (2021)

Optamos por saber qual o curso, cargo ou função das respondentes para verificar se os vocábulos e expressões coletados variavam considerando as diversas áreas de estudo que compõe o *Campus*. A pesquisa revelou que a maioria dos vocábulos utilizados para discriminar as mulheres negras coincidem, independente da área do curso. De acordo com os dados, entre as respondentes havia alunas do curso de Agropecuária, a maioria, inclusive. Uma justificativa para isso pode estar relacionada ao perfil discente do curso, majoritariamente, por estudantes oriundos de

comunidades rurais, onde estão localizadas as comunidades quilombolas da região. As alunas quilombolas são mais sensíveis às questões étnico-raciais. Além das alunas de curso de agropecuária, também havia alunas do curso de informática e da Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia. Entre as professoras, obtivemos 9 respondentes que não quiseram identificar suas áreas de atuação. Na área técnica, alcançamos 3 respondentes, 1 Técnica administrativa, 1 Técnica em Assuntos Educacionais e 1 que preferiu se identificar apenas como servidora. Na área jurídica obtivemos apenas 1 resposta.

Na terceira questão as respondentes deveriam opinar a respeito da existência ou não do preconceito racial. Segue abaixo o resultado:

Gráfico 02 – Resultado do questionário aplicado



Fonte: Pesquisadora (2021)

O resultado aponta que mais de 60% das respondentes acreditam que o racismo existe, mas é ignorado. 28,6% acreditam que ele existe, mas ninguém declara. Pouco mais de 10% acreditam que o racismo existe e que é amplamente discutido.

Desse modo, todas as respondentes creem na existência do racismo, o que já era esperado uma vez que todas elas são negras ou pardas e, em se tratando de Brasil, é pouco provável que elas não tenham vivenciado algum episódio racista. Conforme mencionamos em nosso aporte teórico, as mulheres negras representam maior número nas penitenciárias, nos casos de feminicídios e nos mais diversos tipos de abuso e, ainda, representam maioria na linha de pobreza.

Além disso, a maioria delas acredita que o racismo é ignorado, mas ignorado por quem? Não por elas, certamente. Elas constituem o principal alvo dos ataques racistas, por isso, jamais poderiam ignorá-lo, ainda que quisessem, pois o racismo linguístico, fere, machuca por meio de seu discurso de ódio.

Segundo Butler (2021, p. 14), “O uso de um termo como “machucar” sugere que a linguagem pode ter efeitos semelhantes aos da dor física ou de um ferimento.” De acordo com Lawrence III (*apud* Butler, 2021, p. 14), o discurso racista constitui um “ataque verbal e ressalta que o efeito do insulto racial é como levar um tapa na cara. O ferimento é instantâneo e certas formas de insulto racial também produzem sintomas físicos que incapacitam temporariamente a vítima. Desse modo, um vocábulo, uma sentença ou uma expressão racistas podem causar choques paralisantes na vítima e constituem uma espécie de abuso psicológico. De acordo com o diretor da Sociedade Brasileira de Psicologia, Prof. Maycoln Teodoro (2020, p. s/d):

Muita gente acredita que os abusos psicológicos são praticados apenas por psicopatas ou narcisistas perversos. Mas não são. É verdade que alguns transtornos podem potencializar esse comportamento, porém qualquer pessoa pode agir assim, por variados motivos. Por exemplo, o **racismo** e o machismo possuem um papel importante neste tipo de abuso, pois criam um imaginário no qual uma pessoa se sente com direito de retirar a voz do outro por se julgar superior. (TEODORO, 2020, p. s/d, grifos nossos).⁵³

O racista usa a linguagem para inferiorizar a vítima e, ao mesmo tempo, silenciá-la, isto é, ele a abusa psicologicamente e os abusos “são capazes de produzir-lhe, além de pânico e/ou medo intenso, estado de paralisia física, mental e intelectual que podem culminar em efeito traumático.” (RESENDE, 2021, p. s/d). Assim, os racistas que utilizam a linguagem para destilar seu ódio sabem que as palavras ferem tão profundamente que a pessoa não consegue, de imediato, reagir para se defender.

O verbo ignorar contido na primeira assertiva da questão significa, respectivamente:

(ig.no.rar)

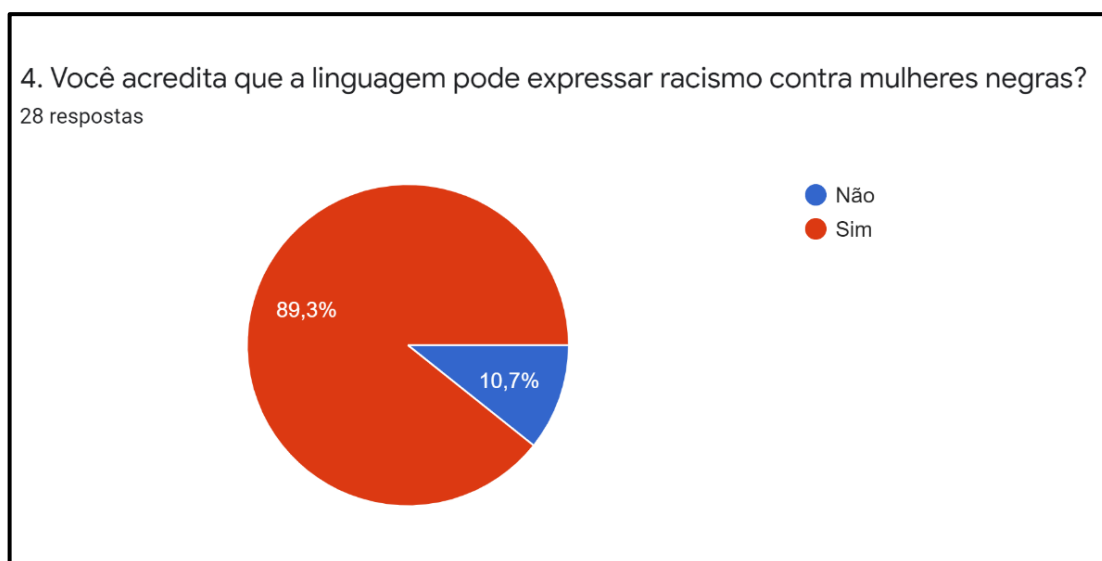
1. Não saber; DESCONHECER: *ignorava os efeitos nocivos da futilidade.* [Antôn.: conhecer, saber.]
2. Desconsiderar intencionalmente (algo ou alguém): *ignorou o conselho do pai.*

⁵³ Disponível em: <https://www.sbponline.org.br/2020/04/abuso-psicologico-afeta-tanto-saude-mental-quanto-fisica-como-identificar>

Certamente as vítimas não desconhecem os efeitos do racismo em suas vidas, ao contrário, elas os sentem na própria carne. Do mesmo modo, os racistas também não desconhecem as práticas racista, mas se utilizam delas para perpetuar seus próprios interesses. Assim, a primeira acepção do verbo não se aplica nem às vítimas nem aos racistas, porque ambos conhecem perfeitamente o que é o racismo, contudo quando consideramos a segunda definição “Desconsiderar intencionalmente” podemos afirmar que ela se aplica aos racistas que conhecem e praticam o racismo, desconsiderando intencionalmente suas vítimas. De acordo com as respostas, 60% das respondentes acreditam que isso ocorre na instituição pesquisada.

Por sua vez, a quarta questão procura saber se as respondentes acreditam que a linguagem pode expressar racismo contra mulheres negras. Os resultados apontam que mais de 89% creem que a linguagem pode expressar racismo contra as negras.

Gráfico 03 – Resultado do questionário aplicado



Fonte: Pesquisadora (2021)

As respostas dadas a essa questão foram ratificadas pelas respondentes por meio das questões onze e doze, nas quais era necessário indicar as sentenças, expressões e vocábulos racistas utilizados contra elas. Sentenças como “Nega nojenta” e “Aqui não é o seu lugar, nega!” são apenas algumas que foram coletadas de suas respostas e que servem para exemplificar a situação enfrentada pelas participantes. Nesse contexto, a linguagem é utilizada como instrumento de agressão

e perpetuação de práticas racistas, uma vez que é por meio dela que são transmitidos os costumes, ensinamentos etc.

De acordo com Dijk (2018, p. 15), “a maioria dos membros dos grupos dominantes aprende a ser racista devido às formas de texto e de fala numa ampla variedade de eventos comunicativos.” Ao contrário do que se imagina, há disputa de poder nas escolhas lexicais que fazemos, isto é, o que dizemos não é neutro. No caso do racismo linguístico, as sentenças, expressões ou vocábulos, além de não serem neutros, são carregados explicitamente de ódio e menosprezo pelas pessoas negras.

A narrativa da respondente K serve de exemplo. Vejamos:

Respondente K: [...] filha de pais negros me lembro que ainda bem pequena eu brincando com outras crianças começaram a encostar o braço delas no meu e diziam vamos ver quem tem o braço mais preto? Crianças sem malícia, mas elas sabiam que a minha cor era diferente, daí perguntei um dia pra minha mãe porque eu tinha a pele escura aí ela disse: tinha um grande rio e todos tinha que passar por ele só que para os primeiros a água estava limpa nós ficamos por último e quase não tinha mais água só lama ficamos dessa cor...

Histórias como essa e muitas outras perpetuam ideias estereotipadas a respeito da poluição negra. Neste caso, transmite-se a ideia de que pessoas negras possuem a cor da pele escura por sujeira. Ideia esta que persiste até hoje, conforme veremos em um exemplo disponível no campo semântico: cor da pele representada por substâncias e objetos pretos, que trata da venda de sabonetes. Assim, são as manifestações linguísticas, isto é, são as falas, as conversações que cristalizam o racismo na sociedade. Ainda de acordo com Dijk (2018, p. 15):

É também sobre essa base que as pessoas formam suas próprias opiniões e atitudes, e, a menos que haja boas razões para desviar do consenso do grupo, a maior parte dos membros reproduzirá o status quo étnico e adquirirá as ideologias dominantes que os legitime.

Não faltam ideologias perpetuadas por histórias como a da respondente K para inferiorizar e justificar tratamentos desiguais entre brancos e negros. Como afirma Austin (p.365 *apud* BUTLER, 2021, p. 10), “Há mais formas de se usar abusivamente a linguagem além da mera contradição.”, e ela é amplamente utilizada por pessoas racistas.

A quinta pergunta trata da influência linguística no ambiente escolar. Vejamos os resultados:

Gráfico 04 – Resultado do questionário aplicado



Fonte: Pesquisadora (2021)

O gráfico aponta que mais de 89% das respondentes acreditam que a linguagem usada no dia a dia escolar tem o poder de influenciar as questões de discriminação racial. Tudo isso mostra que as pessoas ainda acreditam que a escola possui um expressivo papel na formação geral do cidadão. Ela é responsável pelas práticas formais de ensino. Conforme já mencionamos, o racismo é ensinado, isto é, não se nasce racista, e

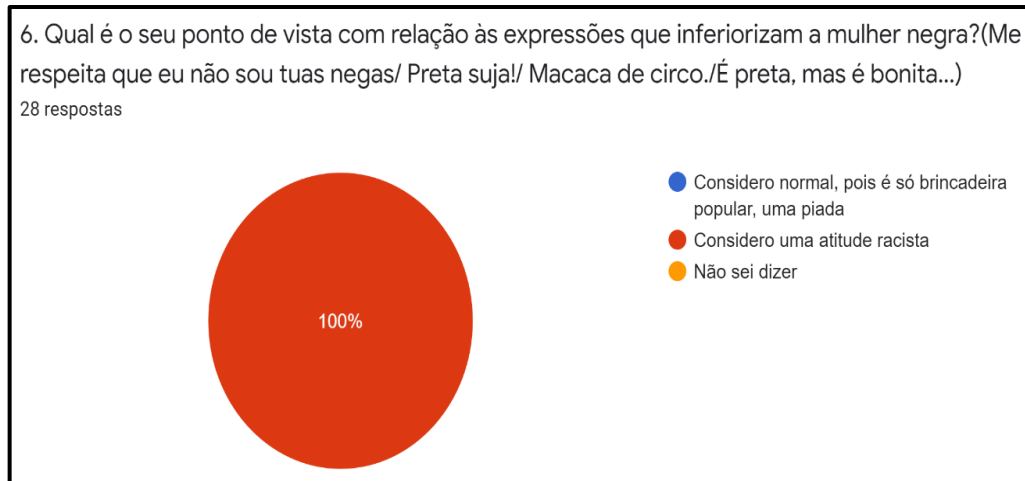
Já que o racismo não é inato, mas aprendido, deve haver meios para esse processo de aquisição ideológica e prática. As pessoas aprendem a ser racistas com seus pais, seus pares (que também aprendem com seus pais), **na escola**, com a comunicação de massa, do mesmo modo que com a observação diária e a interação nas sociedades multiétnicas. (DIJK, 2018, p. 15, grifos nossos)

Quanto às práticas racistas, a escola tem cumprido bem seu papel no sentido de disseminação do racismo. A maioria das respondentes relataram episódios racistas sofridos no ambiente escolar.

Ainda envolvendo a linguagem, a sexta questão procurava verificar se as respondentes consideram expressões que inferiorizam as mulheres negras como uma

atitude racista ou apenas uma brincadeira ou piada de mau gosto. Observemos o gráfico abaixo com o resultado:

Gráfico 05 – Resultado do questionário aplicado



Fonte: Pesquisadora (2021)

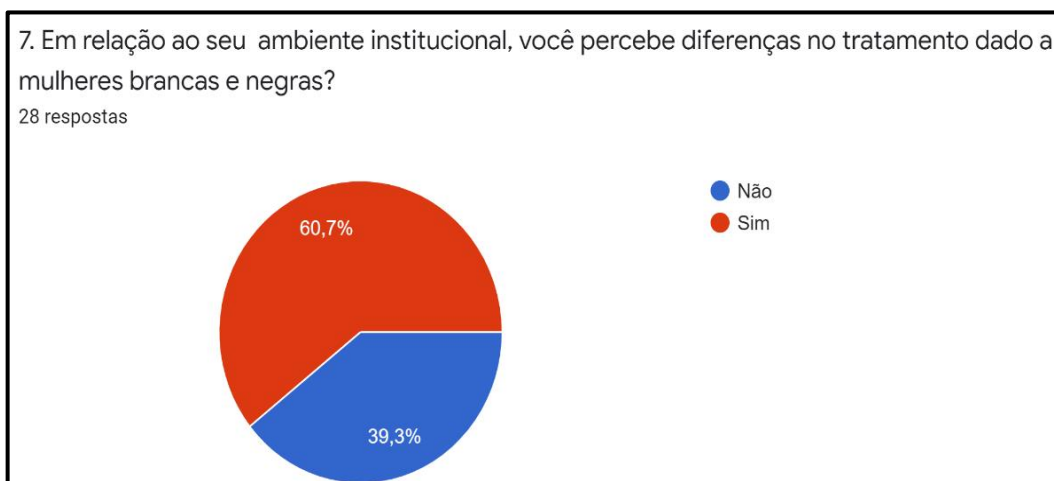
Todas as respondentes consideram como sendo uma forma de inferiorizar que se utiliza dos aspectos fenotípicos as expressões e sentenças descritas acima. É provável que essa percepção exista porque o inverso de tais sentenças nunca ocorre. Ninguém diz, por exemplo: “Me respeita que eu não sou tuas brancas” e “É branca, mas é bonita” ou “Macaca de circo” se referindo às mulheres brancas. Essas e muitas outras sentenças são ditas exclusivamente às negras com intenção ofensiva. Esse fato pode até passar despercebido por quem não precisa enfrentar obstáculos concernentes ao racismo linguístico, mas representa uma grande humilhação para aquelas a quem são dirigidas. Não é por acaso que todas as respondentes afirmaram que as práticas linguísticas exemplificadas correspondem a uma atitude racista.

Desse modo, a “brincadeira” constitui mais uma prática que procura utilizar o cômico, o riso para agredir pessoas negras. De acordo com Dahia,

Por meio do riso, o brasileiro encontra uma via intermediária para extravasar seu racismo latente, contornando a censura e a reflexão crítica sobre seu conteúdo e sobre o alcance de satisfação simbólica que o riso propicia, ao mesmo tempo em que ele não compromete sua auto-representação de não racista. (DAHIA, 2008, p.698)

Quanto ao tratamento dado a mulheres brancas e negras na instituição investigada, as respondentes afirmaram o seguinte: 60,7% dizem perceber diferenças no tratamento dado a mulheres brancas e negras no *Campus Castanhal* enquanto 39,3% acreditam no contrário.

Gráfico 06 – Resultado do questionário aplicado

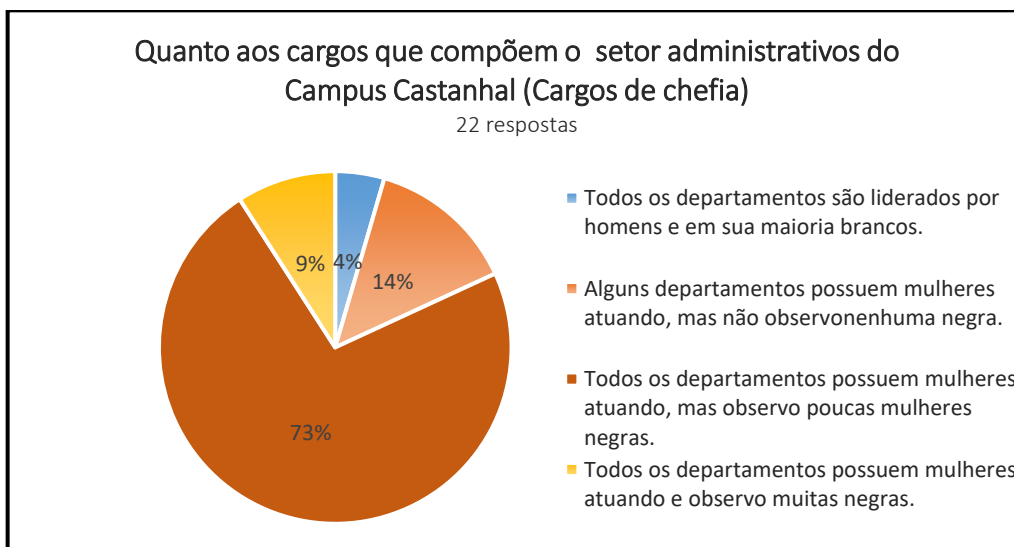


Fonte: Pesquisadora (2021)

O tratamento desigual entre mulheres brancas e negras constitui prática comum desde tempos remotos. No período da escravidão, as mulheres brancas eram consideradas seres humanos desprovidas de inteligência e de direitos, mas seres humanos. As negras, por sua vez, estavam em um patamar bem inferior, já que eram consideradas, ora como animais, ora como objeto ou mercadoria. O lugar de ambas também estava predeterminado: as brancas como donas de casa e as negras como suas escravas. O tempo passou, muita coisa mudou, mas a disparidade entre mulheres brancas e negras ainda permanece, conforme descrito no aporte teórico. São as negras que representam a maior porcentagem de mulheres aprisionadas, são as negras que representam o maior número de vítimas por feminicídio, são as negras que não recebem anestesia na hora do parto entre outros cuidados básicos que lhes são negados.

Para compreender melhor se havia diferença no tratamento dado às mulheres brancas e negras no *Campus*, elaboramos a oitava questão. Nela, demos ênfase à divisão de cargos de chefia – aqueles que possuem maior status por causa da liderança e das gratificações salariais. Vejamos os resultados:

Gráfico 07 – Resultado do questionário aplicado



Fonte: Pesquisadora (2021)

Exatos 73% das respondentes dizem que em todos os departamentos de chefia do *Campus* possuem mulheres atuando, mas que observam poucas mulheres negras. 14% chegam a afirmar que não observam nenhuma negra, o que confirma as pesquisas de Beauvoir que apontam que,

[...] A mulher sempre foi, senão a escrava do homem ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilham o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesadelo *handicap*. Em quase nenhum país, seu estatuto legal é idêntico ao do homem e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhes são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontre nos costumes sua expressão concreta. (BEAUVOIR *apud* FARHAT, 2001, p. 23)

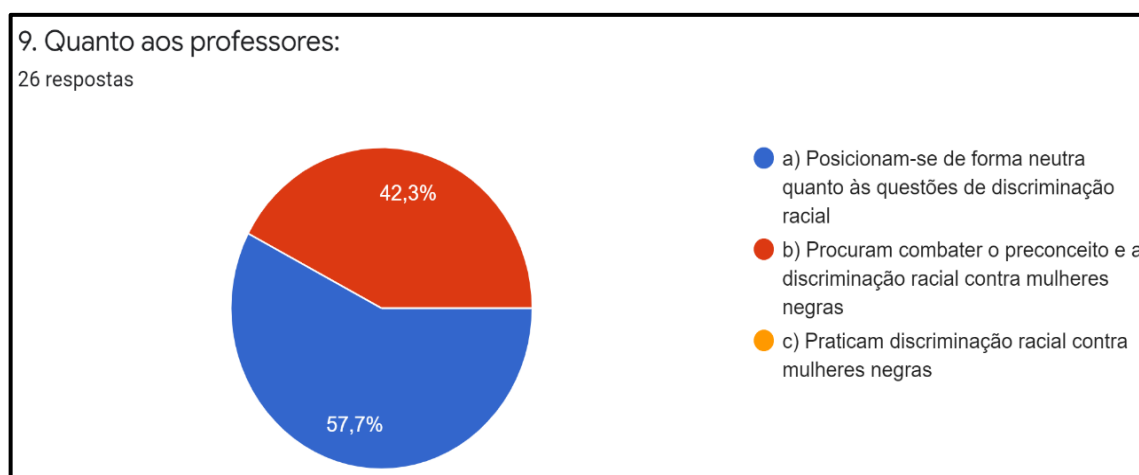
Desse modo, podemos observar que, mesmo quando as leis favorecem as mulheres, os hábitos sociais as impedem de assumir funções de destaque, o que faz com que seus direitos sejam tolhidos, visto que

A participação das mulheres em condições de igualdade na tomada de decisões constitui não só uma exigência básica de justiça ou democracia, mas pode ser também considerada uma condição necessária para que os interesses das mulheres sejam levados em conta. (ONUMULHERES, 1995, p. 215).

Caso contrário, as mulheres dificilmente galgarão sucesso em suas empreitadas, pois seus interesses sempre estarão em desacordo ou em disputa com o pré-estabelecimento masculino.

A nona questão procurou identificar, por meio da visão das respondentes, o posicionamento dos professores e professoras do *Campus* com relação às discriminações raciais. Analisemos o gráfico 8 que sintetiza as respostas:

Gráfico 08 – Resultado do questionário aplicado



Fonte: Pesquisadora (2021)

57,7% das respondentes afirmam que o quadro docente do *Campus* se posiciona de forma neutra quanto às questões de discriminação racial. Por sua vez, 42,3% dizem que os professores e professoras procuram combater o preconceito racial contra mulheres negras. Ainda de acordo com elas, nenhum docente pratica discriminação racial contra mulheres negras.

As respostas das respondentes revelam uma situação preocupante: a “neutralidade” da maioria dos docentes. Conforme já discutimos, a neutralidade pode ser considerada uma espécie de mito. Quando um docente resolve não agir assumindo uma posição antirracista, ele automaticamente apoia o racismo que está sendo praticado por omissão ou conivência. Ao silenciar ou fazer vista grossa aos episódios racistas em sua sala de aula ele, consciente ou inconscientemente, apoia tal prática. Nas palavras de Cavalleiro, uma educação que combate o racismo:

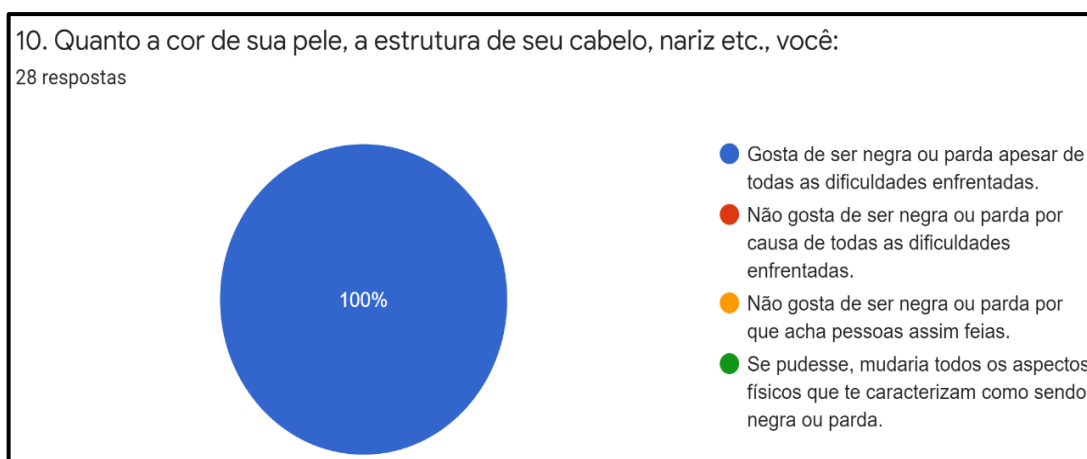
1. Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira.
2. Busca permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.

3. Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas.
4. Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar: utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as os/as alunos/as.
5. Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira.
6. Busca materiais que contribuam para a eliminação do 'eurocentrismo' dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de 'assuntos negros'.
7. Pensa meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.
8. Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do auto-conceito de alunos e de alunas pertencentes a grupos discriminados (CAVALLEIRO, 2001, p. 158).

Podemos observar uma atitude, isto é, uma ação em cada um dos tópicos indicados por Cavalleiro, o que nos revela que na luta contra o racismo não há espaço para neutralidade docente. A falta de posicionamento ou tomada de atitude já constitui, em si, um posicionamento favorável ao racismo.

A décima questão está mais relacionada à identidade das respondentes e procurou saber se elas gostam de ser negras ou pardas, apesar de todas as dificuldades enfrentadas. Examinemos o gráfico abaixo:

Gráfico 09 – Resultado do questionário aplicado



Fonte: Pesquisadora (2021)

No Gráfico 09, 100% das respondentes afirmaram que gostam de ser negra ou parda refutando, assim, as demais alternativas. A resposta contraria muitas realidades escolares em nosso país que, por muitos anos, perpetuou a ideia da necessidade de

branqueamento da população brasileira, fazendo com que as pessoas negras negassem ou rejeitassem a sua própria cor. Muitos foram os mecanismos utilizados para cristalizar tal entendimento. A linguagem artística constitui um deles, conforme podemos observar no quadro de Modesto Brocos, intitulado *a Redenção de Cam*.

Imagem 06 – A Redenção de Cam



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural⁵⁴

Na obra podemos observar uma avó negra, com as mãos levantadas para o céu, agradece a Deus pela cor branqueada do neto, que se encontra no colo de sua filha, registrada com um tom de pele mais claro que sua mãe e mais escuro que seu bebê. É notória a satisfação do pai, homem branco, que observa o filho clarificado devido sua influência genética, a sua “boa semente”. Muitos outros exemplos podem ser mencionados, mas nos ateremos a apenas mais um que evidencia a negatividade e a auto rejeição de crianças negras denominado *Teste da boneca*, um teste desenvolvido pela pesquisadora Mamie Phipps Clark, em sua dissertação intitulada “O desenvolvimento da consciência em crianças negras de idade pré-escolar”⁵⁵

⁵⁴ Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>

⁵⁵ Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/o-experimento-psicologico-com-bonecas-que-venceu-a-segregacao-racial-nos-eua/>

O teste consistia em mostrar bonecas brancas e negras a crianças e a fazer perguntas que indicassem adjetivos como: beleza, feiura, bondade, maldade etc. O resultado apontou que a maioria das crianças relacionou feiura e maldade às bonecas negras. Na pesquisa, as crianças conseguiram identificar a boneca negra, contudo, se negavam aceitar que se pareciam com ela.

A pergunta mais traumática era sobre autoidentificação. Na parte do texto que descreve os resultados qualitativos (e não só os números), Mamie conta que muitas crianças começavam a chorar quando eram questionadas sobre com qual das bonecas mais se pareciam. Duas chegaram a correr para fora da sala, aos berros, sem responder. Outras riam e racionalizavam a situação. Uma criança de sete anos se justificou “Eu sou marrom porque peguei um bronzado no verão.” (VAIANO, 2021, p. s/d)

O mesmo teste foi reproduzido em diversos países e os resultados são semelhantes⁵⁶, isto é, os envolvidos não gostavam de serem pessoas negras. Talvez, se o teste fosse aplicado no *Campus* Castanhal, cujo resultado das análises aponta que 100% das respondentes afirmaram que gostam de ser negra, o resultado poderia ser diferente. Castanhal fica localizada próximo ao Quilombo de São Pedro, de Pitimandeuca, entre outros. As mulheres negras quilombolas procuram valorizar ao máximo sua identidade afrodescendente e militam bravamente contra o racismo chegando a influenciar muitas mulheres negras a se aceitarem como tal.

Por sua vez, as duas últimas questões – décima primeira e décima segunda - foram subjetivas e objetivavam coletar vocábulos e expressões racistas empregadas contra mulheres negras. Na primeira delas, foi solicitado às participantes que contassem episódios em que haviam enfrentado algum tipo de preconceito racial ou alguma espécie de insulto ou agressão devido à cor da pele. Optamos por pedir a narrativa para coletar vocábulos e expressões dentro do próprio contexto em que elas foram expressas (contexto referencial). Assim, a própria participante já forneceria, por meio de sua história, a análise referencial e a abonação dos elementos coletados.

⁵⁶ Alguns podem ser visualizados nos seguintes endereços: Na Itália:
<https://www.youtube.com/watch?v=CdoqqmNB9JE>. Nos Estado Unidos:
https://www.youtube.com/watch?v=Xwa7z_S2yCk; No Brasil:
 1- <https://www.youtube.com/watch?v=j8en7TPX9-0>
 2- https://www.youtube.com/watch?v=9kvawb_Ssz4
 3- <https://www.youtube.com/watch?v=mUIEJSHp9DA>

Esse tipo de resposta exigia um pouco mais das participantes que teriam que escrever um texto, isto é, um relato, o que causa certa indisposição por uma série de motivos: dificuldade para escrever, falta de tempo, falta de disposição e de interesse, dentre outros. Pensamos em mais uma alternativa para coleta dos vocábulos e expressões. Nela, a participante poderia apenas fazer uma lista com os vocábulos e expressões e explicar o motivo pelo qual se sentia ofendida com eles.

Seguiremos agora, a análise do primeiro campo semântico.

7.5 Campo semântico - Categoria de identificação de cor da pele

Analizamos nesta sessão os vocábulos que estão relacionados à cor com a exposição das narrativas coletadas. Como já afirmado anteriormente, na intenção de coletar o maior número possível de vocábulos e expressões consideradas racistas pelas respondentes, elaboramos a questão 12. Temíamos que a questão 11, extremamente necessária, não fosse bem aceita porque solicitava às participantes a produção de um relato, que exigiria tempo e disposição. Para facilitar a coleta das respostas, solicitamos ao grupo que fizesse uma lista das palavras e expressões que caracterizavam ofensas enquanto mulher negra. Em seguida, elas deveriam explicar o motivo pelo qual elas se sentiam ofendidas.

Vale reiterar que obtivemos muitos vocábulos e expressões sem nenhuma justificativa. Devido a isso, pesquisamos notícias on-line e processos judiciais em que esses vocábulos e expressões aparecessem. A intenção é que o contexto servisse de base para a elaboração das acepções e abonações que deveriam compor aquilo que denominamos de análise referencial. Procuramos priorizar notícias e processos ocorridos no Estado do Pará, contudo, na falta destes em nosso Estado, utilizamos os de nível nacional.

Quadro 18 - Narrativas

Respondente A: Sim, em relação ao meu cabelo. Recebo olhares e percebo comentários constantemente sobre ele. Um comentário mais direto e que é bem marcante foi vindo de uma pessoa muito próxima a mim, ela disse: "Tu só casa se alisar esse cabelo!". "**Você é negra, mas você é bonita**" **Nega, neguinha, pretinha** etc - quando usadas pra generalizar, indicar ou apontar uma mulher sinto como se soasse em tom pejorativo" **Cabelo duro**.

Respondente B: Sim. Mas prefiro não relatar aqui. "**Negrinha**" diminutivo disfarçado de carinho... "Tão lindinho, olha o quanto é branca, e o cabelo, tão lindo, tão liso..." Em outras palavras crianças e pessoas negras e de cabelos diferentes do liso são feias...

Respondente C: Na infância! ouvia xingamento de alguns familiares da minha mãe (sou filha adotiva)! Tipo: **Preta querendo ter cabelo liso:** o cabelo é meu! eu decido se quero, ligo ou não! Essas **negrinhas** vão te dá trabalho, **joga essas negrinhas** (eu e minha irmã gêmea) **na privada e puxa!** essas negrinhas vão te dá trabalho!!: achavam que por ser preta íamos ficar grávidas cedo! / preta inteligente: pq não pode?

Respondente D: Sim, diariamente no ambiente de trabalho, em decorrência da função que exerço (ouvidoria), muitos chegam a perguntar "Quem é a ouvidora? É vc mesma?"

Morena dos dentes bonitos! Eu sou negra, e a questão dos dentes remetem à época em que se escolhiam os escravidos pela arcada dentária.

Respondente E: Só podia ser preto! (em uma roda de conversa alguém falou uma idiotice muito grande, ao invés de corrigir, algumas pessoas usaram essa expressão. Sendo que a pessoa q falou a idiotice nem negro era (**Preto é bicho besta**) na mesma situação, tentei corrigir. E algumas pessoas me disseram isso. Pra eles não somos gente, somos bicho)

Respondente F: Já sofri preconceito. Nunca fui xingada. Certa vez um aluno disse que eu não tinha aparência de uma cientista. Que por causa de minha cor sou uma **mulher quente, não sou tuas negas**, etc.

Respondente G: Sofri preconceito quando decidi fazer um curso de Inglês na escola de idiomas FISK, em Castanhal-PA. Na época morava em uma cidade próxima e viajava às 5h da manhã para chegar a Castanhal antes das 8h e não me atrasar para a aula. Era apenas aos sábados. Cheguei muito feliz porque não tive Inglês no Ensino Fundamental e apenas três dias de aulas no Ensino Médio. A professora foi embora para outro Estado. Mas eu tinha tanta vontade de aprender que fiz meu pai comprar material e mesmo sem internet, na época, comecei a estudar sozinha. Aprendi muito, então, quando cheguei ao FISK, no primeiro dia de aula, a professora disse que eu iria jogar fora tempo e dinheiro, pois o nível básico eu já sabia e mesmo sem eu estar preparada, ela me fez resolver umas provas de nivelamento de listening, writing, reading and speaking. Assim, entrei no nível avançado. E foi nesse momento quando comecei com a turma do avançado que passei a sofrer discriminação. Um senhor de cerca de 60 anos, logo no primeiro dia falou: **eu não sei o que uma pessoa pobre, preta e que mora longe quer estudando Inglês!**" Depois ele continuou me xingando todos os sábados, chegava a fazer cara feia quando me olhava, pois sempre fui muito elogiada pelos professores de Inglês e ele não gostava. Uma amiga que também é professora, disse que eu precisava ir à delegacia, mas na época, eu não tinha noção da gravidade e nunca fui, mas hoje eu iria. Só um detalhe: nos meus últimos dias nessa escola, o racista veio pedir ajuda, pois não conseguia fazer os exercícios do livro e eu o ajudei.

Respondente H: Sim, sofri **violência física e verbal** por ser negra no meu período estudantil **colaram chiclete no meu cabelo** enquanto jogavam piadas sujas apenas pelo fato de eu possuir características de pessoas negras me colocaram vários apelidos tendo como base a cor da minha pele ou o meu cabelo.

Sujinha/fedida: Minha pele é escura, mas não é suja e nem fedida.

Preta/pobre: Associam pessoas negras à pobreza devido ao legado de escravidão e sofrimento que temos, mas a minha cor não define o meu patrimônio.

Macaca: Nas redes sociais já fui comparada a um macaco por causa da minha cor.

Respondente I: Sim. Numa certa ocasião, quando o IFPA Campus Castanhal, era denominado Escola Agrotécnica Federal de Castanhal produziam um jornalzinho clandestino chamado Venéfico, que costumava fazer críticas à gestão e a pessoas consideradas ameaças para o grupo que supostamente produzia o referido jornal, muito embora não assumisse. Em uma dessas edições, eu fui chamada de "**Representante de Zumbi**", numa "matéria" que trazia a figura de uma **mulher negra** com características físicas com intenção de me ridicularizar e despertar chacota. Ser chamada representante de Zumbi foi uma honra, mas senti que minha militância no Movimento Social Negro e conhecimento sobre a legislação de combate ao racismo **causou despeito em quem fez aquela matéria.**

1. **As negras são fogosas:** passa uma ideia de que não somos dignas de ser amadas e desejadas, mas somente usadas para satisfação sexual dos homens.

2. **As negras têm mãos boas pra cozinhar:** mais do que um elogio sobre dotes culinários, é uma imposição à nossa condição de mulher e negra, que tem sempre que corresponder aos serviços que fazíamos na época da escravidão e que perduram aos dias atuais. Isso traz outro agravante: chefes de cozinha, em sua maioria são homens e quando há mulheres, quase nunca são negras. Para mim é simultaneamente, preconceito de raça e gênero.

3. **Ela é negra, mas é caprichosa:** como se em geral, nós, mulheres negras não tivéssemos condições e vontade de fazermos nossa higiene pessoal, e isso se estendesse às outras atividades que desempenhamos. O **zelo e a dedicação profissional** referentes às mulheres negras são sempre ressaltadas, como se fossem exceção.

Respondente J: **Nega** do cabelo duro (atribuir às **negras** a condição de cabelo duro ou ruim); Piadas (quando não faz besteira na entrada faz na saída). Tinha que ser. (estereótipo atribuído). É **negra**, mas é bonita.

Respondente K: Sim, filha de pais negros me lembro que ainda bem pequena eu brincando com outras crianças começaram a encostar o braço delas no meu e diziam vamos ver quem tem o **braço mais preto?** Crianças sem malícia, mas elas sabiam que a minha cor era diferente, daí perguntei um dia pra minha mãe porque **eu tinha a pele escura** aí ela disse: tinha um grande rio e todos tinha que passar por ele só que para os primeiros a água estava **limpa** nós ficamos por **último e quase não tinha mais água só lama** ficamos dessa cor...

Vivi outra situação na escola, como estudante, os meus colegas a todo momento me lembravam que eu era **negra**. Década dos anos 80, eu era **filha do Pelé**, irmã da Sandra de Sá.

Quando tocava o sinal pra ir embora eu saía rápido porque uns meninos ficavam falando o tempo todo "**nega do cabelo duro que não gosta de pentear**".... Passei pelo ensino médio numa grande ansiedade de entrar na faculdade, porque os meus pais adotivos falavam sempre **preto e feio não tem vez o que diferencia é o estudo**, o que eu não esperava era ser a única negra na sala do Curso de Ciências Naturais. Um dia fiquei muito triste e chorei o professor do nada quando eu cheguei na sala disse chegou o "**bolo de chocolate**", no momento fizeram silêncio e olharam pra mim. Na sala, o que mais me chamava atenção nele era a forma de falar de situações no mercado de trabalho onde quase que sempre as pessoas de cor tinham menos privilégio.

O sonho de quase toda moça é casar e viver felizes para sempre, logo no meu primeiro ano de casamento aconteceu uma situação que me deixou muito constrangida: estávamos conhecendo os vizinhos e tinha um bem negro e o meu esposo naquele momento ficou muito feliz e surpreso de vê-lo e disse pra mim que não sabia que tinha pessoas **mais pretas do que eu**, fiquei arrasada... mas não parou por aí, quando engravidei da minha primeira filha ele, como sabia que eu entendia de genética, vivia me perguntando que cor a criança iria nascer. Isso me deixava triste e abatida, mas eu não dizia nada com medo de ofender. Hoje sou divorciada.

Fonte: Pesquisadora (2020)

Quadro 19 - Agrupamento morfo-lexical (desinências e sufixos) de vocábulos

Agrupamento 01	Agrupamento 02	Agrupamento 03
Nega	Neguinha	Negona
Negra	Negrinha	Negrona
Preta	Pretinha	Pretona
Morena	Moreninha	
Crioula		
Mulata		

Obs. Os vocábulos Negona, negrona, pretona, moreninha, mulata e crioula não estão nas narrativas, porque pertencem à questão 12. Eles foram colocados nesse local porque as análises estão organizadas por campo semântico e elas pertencem à mesma família e compartilham o mesmo radical.

Fonte: Pesquisadora (2021)

A formação dos agrupamentos respeitou o grau dos vocábulos apontados pelas respondentes, uma vez que tais flexões podem expressar tanto afetividade quanto depreciação e desdém. Neste caso, o contexto se torna o determinante para que ocorram interpretações acertadas.

Quadro 20 – Sentenças e expressões coletadas

Aqui não é o seu lugar, nega!	Apesar de ser negra ela é bonita.	Morena cor do pecado.
Nega maluca.	Nega nojenta.	Ela é preta, mas dá para dar uns amassos.

Fonte: Pesquisadora (2021)

As expressões poderão ser utilizadas como abonações representativas do contexto das acepções elaboradas.

a. Agrupamento 01 - Nega, Negra, Preta, Morena, Crioula e Mulata

- **Nega:** o dicionário Aulete apresenta oito acepções para o verbete *Nega*. Vejamos cada uma delas:

Quadro 21 – Verbetes Nega

Nega
<p>sf.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. P.us. Ação ou resultado de negar, <i>negativa</i> 2. P.us. Ação ou resultado de recusar; <i>escusa</i> 3. P.us. Est. Ausência de aptidão ou adequação: <i>Tem nega para o desenho.</i> 4. Malogro em qualquer experiência ou realização 5. Carp. Ponto que representa o limite de penetração de uma cunha percutida por instrumento de carpintaria 6. Lud. Em jogo de sinuca, fato de a bola branca entrar em caçapa, ou de qualquer bola cair fora da mesa, punível com ponto a favor do adversário, o m. que <i>suicídio</i> 7. Justificativa ou desculpa falsa; <i>evasiva</i> 8. Falha no acendimento de mecha de explosivo [F.: regr. de <i>negar</i>. Hom./Par.: <i>nega</i> (fl. <i>negar</i>); <i>nega</i> (ê) (<i>sf.</i>)] <p>Dar nega</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Cons. Atingir (estaca) a nega (5), o ponto máximo de penetração.

Fonte: Aulete on-line (2021)

Apesar de o dicionário adotado nesta pesquisa conter o vocábulo indicado pela respondente, ele não apresenta nenhuma acepção que faça alusão ao vocábulo *Nega* à variante popular do substantivo *negra*, conforme ocorre no dia a dia. Entretanto, isso não ocorre quando pesquisamos o substantivo no gênero masculino. Vejamos:

Quadro 22 – Verbete Nego

<p>Nego</p> <p>[ê] Bras. sm.</p> <p>1. Pessoa qualquer, indeterminada; CARA; CAMARADA: <i>Tem nego que só quer sombra e água fresca.</i> [Como 'neguinho', 'nego' é us. no Brasil, popularmente, como pron. indef., equivalente ao 'on' do fr., ao 'one' do ing. e ao 'man' do al.: <i>Cheguei e nego veio logo me dizendo para sair dali.</i>]</p> <p>2. Forma de tratamento carinhosa: <i>Já vai, meu nego?</i></p> <p>3. Pessoa de pele negra: "<i>Nega do cabelo duro/ qual é o pente que te penteia...</i>" (Rubens Soares e Davi Násser, <i>Nega do cabelo duro</i>)</p> <p>[F.: f. sinc. de <i>negro</i>. Hom./Par.: <i>nego</i> (é) (fl. de <i>negar</i>).]</p>
--

Fonte: Aulete on-line (2021)

Observemos que na 2ª acepção o termo passa a significar pessoa; e a partir da 3ª, indica pessoa de pele negra. Além disso, a abonação indicada pelo dicionário faz uso do substantivo em gênero feminino ratificando as indicações semânticas das respondentes para o termo: a) o compreendem como sendo o gênero feminino do substantivo *Nego* – derivado de *Negro*; b) o veem como pejorativo.

A pejoratividade está contida não somente no tom depreciativo dos adjetivos que acompanham o termo na abonação (*Nega* – cabelo duro, na indeterminação do pente que seria capaz de pentear um cabelo tão duro), mas também, na indeterminação do sujeito expressa pela 1ª acepção. Desse modo, quando se pretende indicar um sujeito qualquer, utiliza-se o vocábulo *Nego*. A abonação indicada pelo dicionário confirma que essa indeterminação tem certo grau de negatividade. O (in)determinado, na verdade, determina. Ele não representa um sujeito trabalhador, de “bem”, mas alguém preguiçoso que só quer aproveitar a vida, conforme afirma o exemplo adotado pelo dicionário “Tem **nego** que só quer sombra e água fresca” (AULETE ON-LINE, 2020, s/d), o que perpetua a ideia de que pessoas negras são preguiçosas e confirma o ponto de vista da respondente I ao indicar e justificar a expressão:

Ela é negra, mas é caprichosa: como se em geral, nós, mulheres negras não tivéssemos condições e vontade de fazermos nossa higiene pessoal, e isso se **estendesse às outras atividades** que desempenhamos. **O zelo**

e a dedicação profissional referentes às mulheres negras são sempre ressaltadas, como se fossem exceção. (Respondente I, 2020, p. s/d grifos nossos)

O contexto relatado pela respondente deixa clara a mesma compreensão do dicionarista ao elaborar a acepção. O mesmo se percebe no relato da respondente A. vejamos: "Você é negra, mas você é bonita." **Nega, Neguinha, Pretinha** etc. - quando usadas pra generalizar, indicar ou apontar uma mulher sinto como se soasse em tom pejorativo".

A respondente ainda deixa implícito que existem possibilidades de uso do termo que não sejam pejorativas. Ao mencionar o advérbio *quando* em "**quando** usadas pra generalizar, indicar ou apontar uma mulher sinto como se soasse em tom pejorativo", notamos que existem circunstâncias em que isso não ocorre. Essa conclusão também está presente no dicionário por meio da 2ª acepção que apresenta *Nego* como uma forma de tratamento carinhosa. Assim, é preciso analisar o contexto para verificar a ocorrência ou não de racismo linguístico.

Considerando o contexto que envolve preconceito racial e as narrativas das respondentes, apresentamos a seguir algumas acepções e abonações contidas na análise referencial para o vocábulo em questão - Nega:

Quadro 23 – Indicação de acepções e abonações para o verbete Nega

Análise referencial – Acepções	Abonações
1. Dim. Pej. de negra e/ou fem. de Nego. 2. Variante popular de cunho pejorativo do substantivo "negra" para designar mulher de cor preta. 3. De negra com síncope da letra R.	1. Aqui não é o seu lugar, nega . 2. Procura seu lugar, nega maluca. 3. " Nega safada e nojenta, vou dar três tiros na sua cara". ⁵⁷

Fonte: Pesquisadora (2021)

- **Negra** - No dicionário Aulete encontramos:

Quadro 24 – Verbetes Negra

Negra
sf. 1. Mulher de pele negra. 2. P.ext. Mulher escrava. 3. Em jogos de vários empates, a última partida, em que se define o vencedor. 4. Lus. Garrafa muito escura de vinho. 5. Lus. Cardume de sardinhas. [F.: fem.subst. de <i>negro</i> .]

Fonte: Aulete on-line (2021)

⁵⁷ Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdf-t-menu/nucleos-e-grupos/nucleo-de-enfrentamento-discriminacao-ned/8330-denuncias-2016> Acesso em: 07 Jan. 2021.

O 1º e o 2º conceito contemplam o entendimento das respondentes que compreendem que a sociedade entende que *Negra* é: a) Mulher de pele negra/preta e; por extensão, b) Mulher escrava.

Observemos que a segunda acepção confere atualidade ao verbete *Negra*, como significando uma mulher escrava, até nos dias de hoje. Tal fato ratifica a ideia de que uma vez escrava, sempre escrava. A acepção poderia ter sido escrita de muitas outras maneiras, como por exemplo: Mulher que fora escravizada no período colonial, denotando a noção de passado. Contudo, a sociedade insiste em perpetuar a ideia de que a *Negra* ainda é **Mulher escrava**. É possível observarmos tal fato em notícias recentes. Vejamos a notícia abaixo, publicada no ano de 2019:

Quadro 25 – Notícia

Idosa sofre injúria racial de médico dentro de hospital: 'Levar chibatadas'.⁵⁸



Vitor Fernandes vitor.fernandes@bhaz.com.br

Publicado em 13/08/2019 às 19:20|Atualizado em 14/08/2019 às 10:44

Compartilhar no Facebook Tweetar

Uma idosa de 61 anos foi vítima de racismo dentro de um hospital em Diadema (SP), na manhã dessa segunda-feira (12). Um médico do local teria ficado nervoso por um erro da mulher, que trabalha no local, e gritado ofensas racistas à vítima.

A funcionária e a filha registraram boletim de ocorrência contra o médico. Já o Hospital Municipal de Diadema abriu um processo disciplinar e afastou o profissional. A Polícia Civil, por sua vez, informa que investiga o caso.

Pelas redes sociais, a filha da vítima, Janaína Teodoro (que também usa o nome Iyá Omi Lade), postou um desabafo.

“Minha Mãe me ligou pela manhã com a voz trêmula, pedindo para que eu fizesse uma carta para uma amiga entregar à direção Hospital Municipal de Diadema sobre um caso de Racismo. Minutos depois ela confessou que a vítima era ela”.

Segundo a sacerdotisa, um médico teria ficado nervoso com a idosa. “Um médico da maternidade do hospital, após ouvir que minha mãe tinha errado no preenchimento de um documento e estava pedindo ele de volta para correção, GRITOU na frente de todos os colegas de trabalho presentes no posto médico: **‘Essa nega tem que levar 50 chibatadas por isso’**”.

“Perdi o sono à noite pensando no que ela ouviu por segundos ontem, segundos que traz a história de nossa família à tona, o avô de minha mãe nasceu no cativeiro, mesmo após a Lei Áurea, foi escravizado”, desabafou Janaína em postagem com a foto da mãe.

“Pela manhã, ela me disse que aquilo doía. Ela não sabia explicar o porquê ouvir aquilo doeu como se as chibatadas fossem algo para além das palavras”, escreveu.

Médico afastado e investigação

Ao BHAZ, a assessoria de imprensa do Hospital Municipal de Diadema informou que “o caso foi encaminhado para apuração junto à comissão de ética médica do serviço e um processo administrativo disciplinar foi aberto. O profissional foi afastado das suas atividades assistenciais, já assumidas por outro profissional. A Prefeitura de Diadema não compactua com o ocorrido e toma todas as medidas cabíveis com relação ao caso”.

⁵⁸ Disponível em: <https://bhaz.com.br/2019/08/13/idosa-racismo-medico/>

Através de nota enviada ao BHAZ, a Polícia Civil de São Paulo disse que “o caso foi registrado como injúria no 2º DP de Diadema, que instaurou inquérito policial para apurar os fatos. Os envolvidos e testemunhas serão ouvidos durante a investigação”.

[...]

Fonte: bhaz.com.br (Grifos nossos)

No período do Brasil colonial, as chibatadas eram um castigo aplicado às negras escravizadas sempre que elas cometiam algum equívoco ou alguma desobediência às normas impostas por seus proprietários. Conforme podemos observar, apesar da notícia ser atual, as ações das pessoas brancas em relação às negras continuam como no passado – eles, exercendo o papel de SENHORES, enquanto os negros, de ESCRAVIZADOS - neste caso, escrava que merece receber a punição de 50 chibatadas por ter errado no preenchimento de um formulário.

Quanto ao próximo conceito, encontramos apenas: “Mulher escrava.” indicando tempo presente. Por que isso ocorre?

Uma justificativa poderia estar relacionada ao registro apenas da compreensão social dos verbetes. Entretanto, se assim o fosse, deveria ter sido elaborada também uma acepção que registrasse o viés, isto é, o ponto de vista da população negra brasileira, que representa a maioria, o que de fato não ocorre, pois as demais acepções mudam de campo semântico. Sem falar que não foi indicada a pejoratividade do termo, tampouco elaboradas abonações demonstrativas de usos racistas comumente praticadas em nossa sociedade. Talvez isso ocorra porque a voz “ouvida”, isto é, considerada pelos lexicógrafos, é a que ressoa mais alto – a da população NÃO negra -, as vozes dos subjugados sempre foram e, ainda são, emudecidas, por isso não são representadas. A forma como a acepção foi elaborada ratifica a ideia de que até hoje as mulheres negras são escravas, isto é, elas não FORAM, mas SÃO escravas. Conforme observamos no exemplo da reportagem acima, a mulher negra mereceu 50 chibatadas porque continua sendo considerada escrava até hoje. Se fossem consideradas ambas as partes, a acepção poderia ser escrita das seguintes maneiras:

Negra

1. Mulher que vivia na situação de escravizada no período de 1550 a 1888 no Brasil. Ou 1. Mulher que foi escravizada. Em ambas as situações indicando verbo no passado. Outra possibilidade seria acrescentar a pejoratividade da acepção descrita no dicionário: 1. **Pej.** Mulher escrava.

Ao acrescentar a pejoratividade, ficaria explícito que as mulheres negras, apesar de libertas há muito tempo, são consideradas e tratadas linguisticamente como escravas até os dias de hoje. Sigamos as indicações de acepções e abonações considerando o contexto das relações etnicorraciais que envolvem o racismo.

Quadro 26 – Indicação de acepções e abonações para o verbete Negra

Análise referencial	Abonações
Negra 1. Fem. de Negro. Diz-se de mulher de raça negra. 2. Sin. de Preta. Pej. Mulher de pele escura e/ou suja e/ou safada.	1. Negra safada! 2. Essa negra suja! ⁵⁹ 3. Essa negra sujinha e fedida. ⁶⁰

Fonte: Pesquisadora (2021)

- **Preta:** observaremos agora como o dicionário Aulete apresenta o verbete *Preta*:

Quadro 27 - Verbetes Preta

Preta <i>sf.</i> <i>s. f. mulher de raça negra. Uma das duas espécies de marcas, designativas dos tentos (no jogo do bilhar). Cada uma das peças de cor negra (opostas às brancas), nos jogos de xadrez, damas, etc. Variedade de cereja. (Bras.) (gír. de gatunos) Garrafa. Ali à preta 1. (Chul.) exatamente; com todo o rigor, sem se fazer rogar. F. Preto.</i>
--

Fonte: Aulete on-line (2021)

Ao contrário do que esperávamos, *Preta* não está registrada como sinônimo de negra, conforme prega a sociedade em geral. Sempre que há uma discussão em que uma das pessoas envolvidas é uma mulher negra, o termo preta é utilizado como seu sinônimo. Observe nos exemplos abaixo, retirados de alguns processos disponíveis na página do Ministério Público de Brasília⁶¹ (MPDFT)⁶²:

Caso 5 – Denúncia de injúria racial contra acusada que ofendeu a vítima valendo-se de elementos referentes à raça e cor. Sem qualquer razão aparente, a acusada passou a proferir diversos insultos, utilizando-se das expressões discriminatórias “**negra**”, “**preta**”, “negra suja” e “frango de macumba”.

⁵⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/01/mulher-e-detida-por-crime-de-injuria-racial-apos-ofender-funcionarios-e-clientes-de-bar-no-maracana.shtml>

⁶⁰ Adjetivos indicados pela respondente H.

⁶¹ Foi necessário recorrer a página de outro Estado, porque o Pará (local da pesquisa) não dispõe, até o momento, de tal recurso on-line.

⁶² Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/nucleos-e-grupos/nucleo-de-enfrentamento-discriminacao-ned/8330-denuncias-2016> Acesso em: 07 Jan. 2021.

Caso 69 – Denúncia de injúria racial contra acusada que ofendeu a vizinha, com quem tem problemas de convivência. com as expressões "neguinha noiada, traficante, **negra-preta**".

Caso 117 – Denúncia de injúria racial contra acusada que ofendeu a ex-esposa de seu companheiro com xingamentos como "**preta**, macumbeira e demônio" e "essa **negra**, desgraçada e **preta**".

Caso 121 – Denúncia de injúria racial contra acusada que ofendeu colega de trabalho com as seguintes palavras: "essa **preta** não serve nem para tapete; desgraçada; safada; ordinária; tapete preto; **negra** safada".
(MPDTFT, 2021, p. s/d, grifos nossos).

Podemos observar que, em todos os exemplos, os agressores utilizam como xingamentos os vocábulos *Negra* e *Preta*. É possível concluir que, nesses contextos, os casos eles se equivalem, isto é, são sinônimos. Não raras vezes são acrescentados adjetivos depreciativos como desgraçada, safada, ordinária, demônio, suja, noiada, dentre outros. Por extensão poderíamos elaborar várias acepções que demonstrem a depreciação social imposta às mulheres negras.

Quando observamos os vocábulos no gênero masculino, percebemos que eles passam a ser considerados sinônimos. Vale ressaltar que alguns adjetivos utilizados como xingamento compõem as acepções dos vocábulos *Negro* e *Preto*. Assim, acreditamos que os racistas fazem associações ao referirem-se às mulheres do mesmo modo. Observemos como tal fato se expressa nos verbetes, no gênero masculino:

Quadro 28 – Verbetes Negro e Preto

Negro	Preto
<p>sm.</p> <p>1. A cor do carvão, do piche, do ébano; PRETO</p> <p>2. Indivíduo de pele escura; PRETO</p> <p>3. Escuridão, trevas: <i>o negro da noite.</i></p> <p>a.</p> <p>4. Que é da cor do carvão, do piche, do ébano (olhos <u>negros</u>).</p> <p>5. Diz-se dessa cor: <i>pedra de cor negra.</i></p> <p>6. Que tem a pele escura.</p> <p>7. Diz-se do que é escuro, tirante a preto, cinzento; que causa sombra, que traz escuridão; tempestuoso (<u>negras</u> nuvens): "Pois que chuva e <u>negros</u> ventos me fecham a porta e o dia." (Nicolau Tolentino)</p> <p>8. Pej. Que anuncia infortúnios; infausto; adverso, funesto (<u>negra</u> sina, <u>negro</u> fado): <i>Um negro destino o aguardava</i></p> <p>9. Que se acha sujo, encardido: <i>As crianças voltaram da rua com as mãos negras.</i></p>	<p>sm.</p> <p>1. A cor do carvão, do piche, do ébano.</p> <p>2. Por metonímia, roupa dessa cor: <i>la todo vestido de preto.</i></p> <p>3. Pej. Indivíduo de pele escura.</p> <p>4. Pej. Hist. Escravo ou empregado negro.</p> <p>5. Ópt. A ausência total de cor, pela absorção de todas as radiações luminosas</p> <p>a.</p> <p>6. Que é da cor do carvão, do piche, do ébano: <i>Ela tem cabelos pretos.</i></p> <p>7. Diz-se dessa cor: <i>a cor preta de um corvo.</i></p> <p>8. Sujo, emporcalhado: <i>As crianças chegaram da rua com a roupa preta.</i></p> <p>9. Diz-se de café sem leite</p> <p>10. Diz-se do que é escuro, tirante a negro, cinzento ou sombrio: <i>Viu surgirem nuvens pretas: O céu ficou preto e começou um temporal.</i></p>

<p>10. Pej. Horrendo, execrável, maldito, pavoroso (<i>negra</i> traição, <i>negra</i> morte)</p> <p>11. Ópt. Que absorve toda a radiação luminosa incidente e visível. [F.: Do lat. <i>niger, gra, grum.</i>]</p> <p>Negro velho</p> <p>1 Bras. Tratamento carinhoso. [Ver <i>Meu negro.</i>]</p> <p>Meu negro</p> <p>1 Tratamento familiar, ger. carinhoso, às vezes irônico, semelhante a 'meu bem', 'meu caro' etc. [Tb. se diz 'meu nego'.]</p>	<p>11. Bras. Gír. Difícil, complicado: "Mas o que eu quero é lhe dizer que a coisa aqui tá <i>preta</i>" (Chico Buarque e Francis Hime, <i>Meu caro amigo</i>)</p> <p>12. Diz-se do que tem cor mais escura do que os demais do mesmo tipo (pão <i>preto</i>, passas <i>pretas</i>).</p> <p>13. Pej. Que tem a pele escura [F.: Do lat. * <i>prettu.</i>]</p> <p>Pôr o preto no branco</p> <p>1 Escrever, registrar em papel, ou num documento oficial, aquilo que foi falado, combinado verbalmente.</p> <p>2 Fig. Esclarecer (algo) completamente, ser explícito.</p> <p>Preto e branco</p> <p>1 Ver <i>preto e branco.</i></p> <p>Preto no branco</p> <p>1 Explícito, sem subterfúgios, às claras: <i>Vamos esclarecer isso, preto no branco.</i></p>
--	--

Fonte: Aulete on-line (2021)

Podemos notar que os vocábulos no gênero masculino são considerados sinônimos. Inclusive, algumas acepções são iguais, como as primeiras, por exemplo. Além disso, é possível encontrar muitos adjetivos depreciativos, tais como: sujo, encardido, emporcalhado, horrendo, execrável, maldito, pavoroso e escravo e; ainda, adjetivos que possuem carga semântica negativa, como: que anuncia infortúnios; infausto; adverso, funesto, tempestuoso, sombrio, difícil, complicado etc. Neste sentido, o dicionário considerou para os vocábulos, no gênero masculino, o tom racista presente em nossa sociedade, contudo, invisibilizou o fato no gênero feminino. Mesmo assim, tais concepções são empregadas, por analogia, em momentos de discórdia para inferiorizar também as mulheres negras.

Ainda em relação aos vocábulos *Negra* e *Preta*, encontramos o seguinte:

- Negra: 1. Mulher de **pele** negra e, 2. P.ext. Mulher escrava.
- Preta: 1. Mulher de **raça** negra.

Observe que o termo *pele* do vocábulo *Negra* foi substituído por *raça* no vocábulo *Preta*. Até parece aleatório, mas não é. E o que isso significa? Pautado no que já mencionamos em nosso capítulo teórico, quando o dicionário indica como acepção "Mulher de **pele** negra", para a entrada *Negra*, ele está considerando o termo apenas pelo viés da biologia genética, isto é, a cor da pele que é determinada biologicamente por meio de fenótipo ou de genótipo. (GUIMARÃES, 2008).

Por sua vez, quando a mesma obra designa mulher de **raça** negra – e não de **pele** negra - para o verbete *Preta*, ele passa a considerar não mais o viés biológico, mas o sociológico. Neste, as raças são efeitos de discursos, os quais, constroem a identidade de um sujeito baseada em parentesco, religião, língua, território compartilhado e nacionalidade, além da aparência física” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 122).

Neste sentido, uma pessoa com pouca melanina poderá se considerar ou se autodeclarar preta. Todavia, o mesmo não ocorre com o verbete *Negra*.

- Mulher de **pele** negra = negra
- Mulher de **raça** negra = preta, morena, parda ou qualquer sujeito que construa sua identidade baseada em parentesco, religião, língua, território compartilhado e nacionalidade, não se restringindo apenas aos fenótipos e genótipos.

Sigamos a elaboração das acepções e abonações considerando o contexto em questão:

Quadro 29 – Indicação de acepções e abonações para o verbete *Preta*

Análise referencial	Abonações
Preta 1. Fem. de Preto. Diz -se de mulher de raça negra. 2. Sin. de Negra. Pej. Mulher de pele escura e/ou suja e/ou safada.	1. Preta safada! 2. Essa preta suja, imunda. 3. Essa preta não serve nem para tapete; desgraçada; safada; ordinária; tapete preto; negra safada. ⁶³ 4. Ela é preta , mas dá para dar uns amassos.

Fonte: Pesquisadora (2021)

O próximo verbete indicado pelas respondentes como um vocábulo racista foi *Morena*. Vejamos como ele se apresenta no dicionário:

- **Morena**

Quadro 30 – Verbetes *Morena*

Morena sf. 1. Mulher que tem o tom de pele amarronzado ou azeitonado 2. Mulher de cabelos escuros 3. Bras. Mulher mulata ou negra 4. Bras. Mulher jovem; MOÇA 5. Moça do campo; CAMPONESA 6. Bras. Dnç. Certa dança acompanhada de canto
--

⁶³ Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/nucleos-e-grupos/nucleo-de-enfrentamento-discriminacao-ned/8330-denuncias-2016> Acesso em: 07 Jan. 2021.

7. SP Paca, entre os caçadores do mato
 8. SP Perdiz, entre os caçadores do campo
 [F.: Fem. de *moreno*.]
morena² (mo.re.na)
 1. Geol. Acumulação de fragmentos de rochas transportadas pelas geleiras
 [F.: Do fr. *moraine*.]

Fonte: Aulete on-line (2021)

Constitui tarefa complexa elaborar um conceito para o vocábulo *Morena*, sobretudo se considerarmos a imprecisão semântica que ele proporciona. O que significa ser morena? Uma negra com menos melanina, isto é, mais clara ou uma branca mais escura? É sinônimo de parda?

As acepções indicadas para o vocábulo *Morena*, no dicionário adotado, parecem contemplar o entendimento que as respondentes demonstram a respeito dele. No senso comum, a morena tem o tom de pele mais claro que uma negra ou mulata e, às vezes, tem o mesmo tom de pele de uma negra, contudo as pessoas preferem chamá-la de morena – uma forma “gentil” de amenizar a negrura e toda a bagagem negativa advinda dela. Nem por isso a mulher classificada de morena deixa de ser uma negra, conforme destaca a respondente D ao afirmar: “Eu sou negra”.

A narrativa da respondente D contraria o resultado da pesquisa de Osório (2003, p. 94) que concluiu que,

[...] em regra, as discrepâncias entre a cor apontada pelo entrevistado e a apontada pelo entrevistador podiam ser entendidas pela sua relação com o nível socioeconômico dos respondentes. Entrevistados mais abastados considerados pretos pelos entrevistadores tendiam a se considerar morenos, mulatos, ou mesmo brancos. Contrariamente, indivíduos mais pobres considerados brancos pelos entrevistadores tendiam a se escurecer. Isso levou à conclusão de que a heteroatribuição geraria uma distribuição de cor mais acurada do que a produzida por autoatribuição.

Dito de outra maneira, os resultados da pesquisa de Osório (2003) apontam que a classificação da cor da pele depende da situação socioeconômica da pessoa. Assim, quanto mais poder econômico se possui, mais claro se considera. Depreende-se da respondente D que ela desempenha função de destaque na instituição. Vejamos:

Sim, diariamente no ambiente de trabalho, em decorrência **da função que exerço (ouvidoria)**, muitos chegam a perguntar “Quem é a ouvidora? É vc mesma?”

Morena dos dentes bonitos! **Eu sou negra**, e a questão dos dentes remetem à época em que se escolhiam os escravidão pela arcada dentária.

Na narrativa, podemos observar que a respondente é ouvidora – função considerada pela comunidade local como incompatível para uma mulher negra exercer, por isso, “diariamente” ela é questionada acerca de “Quem é a ouvidora? É vc mesma? Se considerássemos as conclusões de Osório (2003), a respondente classificaria sua cor como morena, conforme muitos a chamam, contudo, apesar do status de sua função, bem como sua situação econômica permitirem – apesar de não ter identificação das respondentes, fica fácil concluir que uma ouvidora de nível federal possui um nível socioeconômico bem acima da maioria da população brasileira – ela refuta a classificação de morena afirmando: “Eu sou negra”. A resposta da respondente H também contraria as ideias de Osório (2003). Vejamos: “**Preta/pobre:** Associam pessoas negras à pobreza devido ao legado de escravidão e sofrimento que temos, **mas a minha cor não define o meu patrimônio.**” (RESPONDENTE H, 2020, grifos nossos).

Independente disso, o fato é que ser morena pode representar uma espécie de fuga. Quem é morena não chega a ser branca, mas também não é completamente negra. Dessa maneira, há uma possibilidade de escapar do racismo que o ato de se assumir como sendo negra impõe. Mesmo sendo uma moreno-escura, para não dizer negra. Visto dessa forma, “Morena é tanto uma categoria de negação da negritude quanto a que caracteriza o indivíduo branco bronzeado; há morenos que jamais serão objeto de discriminação racial e aqueles que provavelmente serão.” Osório (2003, p. 97). A opção de uso de determinada categoria de cor para referir-se a mulheres constitui uma tarefa que exerce influência até mesmo nas escolhas comerciais que buscam assegurar o maior número de clientes para manter a lucratividade. Ainda que esta categoria não seja considerada na classificação de cor dos órgãos competentes como o IBGE, ela existe socialmente e exerce influência no mercado. Como exemplo, podemos mencionar a marca de protetor solar Episol, uma das líderes de venda no Brasil.

Imagem 07 – Protetor solar



Fonte: Carrefour

Observamos, na imagem acima, três protetores solares, cada um representando uma cor de pele distinta da branca: 1ª Pele morena, 2ª Pele morena mais e 3ª Pele negra. O produto ainda apresenta outras variações de cor de pele, mas consideramos essas três suficientes para mostrar que, apesar da categoria morena não constar como uma das cores no IBGE, ela está presente no cotidiano brasileiro e exerce influência mercadológica. Vejamos as possíveis acepções e abonações para o verbete, se considerarmos a discussão acima.

Quadro 31 – Indicação de acepções e abonações

Análise referencial	Abonações
<p>Morena</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Feminino de moreno. 2. Negra que possui tom de pele mais próximo do amarronzado do que do preto por causa da quantidade de melanina. 3. Eufemismo dirigido à mulher negra como forma de atenuar possíveis discriminações raciais. 4. Forma de embranquecimento da população negra feminina. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Essa morena é das boas. Tem os dentes bonitos, perfeitos! 2. Que é isso, você não é negra. É uma morena-escuro das boas! 3. Morena cor do pecado.

Fonte: Pesquisadora (2021)

Analisaremos o próximo verbete indicado na pesquisa. Trata-se do verbete *Crioula*. No dicionário encontramos o seguinte:

- **Crioula**

Quadro 32 – Verbetes Crioula

<p>Crioula</p> <p>s. f. fem. de <i>crioulo</i>. (Bras.) Árvore melastomatácea (<i>Mouriria guianensis</i>, Aubl.), também chamada <i>murta</i> e <i>murta-de-parida</i>. F. <i>Crioulo</i>.</p>
--

Fonte: Aulete on-line (2021)

Conforme podemos observar, o verbete *Crioula* não traz muitas informações acerca da temática em estudo. Apenas a primeira acepção está relacionada a pessoas, no caso, feminino de crioulo. Desse modo, analisaremos também o vocábulo no gênero masculino na tentativa de compreendê-lo, por analogia, no viés feminino. Vejamos:

Quadro 33 – Verbetes Crioulo

<p>Crioulo</p> <p>1. Diz-se de indivíduo negro [Dependendo de como se usa e de quem usa o termo nessa acepção, pode denotar preconceito.]</p>
--

2. **Ant.** Dizia-se de pessoa negra nascida na América do Sul, esp. no Brasil
 3. **Ant.** Dizia-se de pessoa de ascendência europeia nascida nas colônias europeias da América, e de seu dialeto
 4. Diz-se do que é nativo do local de quem fala ou escreve, e não trazido ou importado de outro lugar: "Os cavalos crioulos queriam mais pressa, quase com ânsia." (Guimarães Rosa, *Estas estórias.*)
 5. **Bras.** Diz-se de cigarro feito de fumo de rolo e palha de milho
 6. Diz-se de galinha que não tem raça definida
 7. **Ant.** Dizia-se de escravo que nascia na casa de seu senhor
 8. De ou ref. a cada uma das línguas mistas nascidas do contato de um idioma europeu com línguas nativas (vocabulário crioulo)
- sm.**
9. Indivíduo de cor negra [Ver *achega* na acp. 1.]
 10. Indivíduo negro nascido na América do Sul, esp. no Brasil
 11. Indivíduo de ascendência europeia nascido nas colônias europeias da América
 12. Indivíduo nativo da região (onde se fala ou escreve o termo)
 13. **Gloss.** Cada uma das línguas essencialmente orais nascidas da mistura da língua europeia colonizadora com a língua nativa: "...imitavam a maneira de vestir europeia e falavam entre si um crioulo do português." (Alberto da Costa e Silva, *A manilha e o libambo.*)
 14. Cigarro crioulo (5)
 15. Escravo crioulo (6)
- [F.: *cria* (dev. de *criar*) + *-oulo, *-oilo (*de orig. controversa)]

Fonte: Aulete on-line (2021)

Para o termo *Crioulo*, o dicionário apresenta quinze acepções, enquanto para *Crioula*, apenas duas, das quais uma faz acepção ao gênero, classificando-a como feminino de crioulo. Ao dividirmos por campo semântico os conceitos relacionados ao verbete encontramos o seguinte:

- a. Acepções que conceituam o termo como a cor da pele relacionando-a à escravidão.
- b. Acepções que definem *crioulo* como a identificação da origem e/ou raça da pessoa.
- c. Acepções linguísticas que o definem como uma língua ou idioma – neste caso, o vocábulo nomeia uma língua mista surgida a partir do contato dos europeus com os indígenas e africanos.

Desse modo, tanto as acepções que abordam a cor da pele relacionando-a à escravidão quanto as que abordam a origem/raça estão relacionadas a pessoas negras nascidas escravas na casa de seu senhor. É devido a isso que chamar uma mulher de crioula atualmente se torna um ato discriminatório e racista, pois evoca ao período da escravidão em que as crioulas eram as negras escravizadas que haviam nascido na casa de seu senhor.

Normalmente, quando se chama uma mulher de crioula, tem-se a intenção de ofender. O contexto normalmente sugere agressividade, por isso associamos o vocábulo a um xingamento ou ofensa. Observemos um exemplo retirado da página

do g1.globo ocorrido em Mato grosso: “Desde quando preto é gente? Vou falar uma melhor: quem é você na fila do açougue? Eu vou responder para você: pobre não come carne. Então, nem na fila do açougue você entra, **crioula** maldita”, diz Rafael num dos áudios. (G1 MT, grifos nossos)⁶⁴. No excerto é explícita a agressão verbal por meio do vocábulo *Crioula*. Apresentamos, a seguir, as indicações de acepções e abonações:

Quadro 34 – Indicação de acepções e abonações para o verbete Crioula

Análise referencial	Abonações
Crioula 1. Fem. de Crioulo. 2. no Brasil. Vocábulo pejorativa cujo objetivo é inferiorizar, menosprezar, vulgarizar ou rebaixar mulheres negras.	1. Crioula maldita. 2. "Putá, crioula , negra fedorenta". ⁶⁵ 3. "Não coloca a mão em mim, sua crioula ". ⁶⁶

Fonte: Pesquisadora (2021)

- **Mulata**

A próxima indicação das respondentes é o verbete *Mulata*. Para ele encontramos três acepções e três indicações no dicionário adotado. Vejamos:

Quadro 35 – Verbetes Mulata

Mulata sf. 1. Filha de mãe negra e pai branco ou vice-versa 2. Jovem mestiça; CABROCHA 3. Pop. Aguardente de cana-de-açúcar; CACHAÇA 4. Bot. Ver <i>muirajuba</i> (<i>Apuleia leiocarpa</i>) 5. RJ Zool. Ver <i>cioba</i> (<i>Rhomboplites aurorubens</i>) 6. Zool. Ver <i>guaiuba</i> (<i>Ocyurus chrysurus</i>) [F.: Fem. de <i>mulato</i> .]

Fonte: Aulete on-line (2021)

⁶⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/acusado-de-chamar-fotografa-de-cuiaba-de-crioula-maldita-e-indicado-por-crime-de-racismo.ghtml> Acesso em: 27 Jul 2021.

⁶⁵ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/faxineira-de-hotel-e-indenizada-apos-ser-xingada-de-puta-crioula-e-negra-fedorenta/> Acesso em: 02 Jul. 2021.

⁶⁶ Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/11/porta-voz-do-mbl-cozinheira-crioula.html> Acesso em: 27 Jul. 2021.

A primeira acepção que o dicionário indica para o verbete *Mulata* aponta somente a miscigenação entre brancos e negros a qual é ratificada pela segunda. Nela, não vemos a etimologia do vocábulo, fato que traz graves consequências à população negra por vários motivos.

Primeiramente, incentiva a crença no mito da democracia racial brasileira, que defende a ideia da ocorrência de uma miscigenação opcional e amigável por ambas as partes, isto é, dá a impressão de que os brancos colonizadores se relacionaram sexualmente com as escravas e as indígenas por livre escolha, o que não constitui verdade nem para o colonizador tampouco para os colonizados. O fato é que não havia mulheres brancas disponíveis para relacionamentos, no início da colonização brasileira. Devido a isso, restavam apenas as indígenas e, posteriormente, as negras.

Durante o período de colonização do Brasil, os primeiros homens que aqui aportaram vieram sem suas famílias a fim de explorarem as terras. Como forma de satisfazerem seus anseios sexuais e, ao mesmo tempo, se aproximarem dos índios da terra, os colonos mantinham relações sexuais com as índias e, quando as engravidavam, viravam — parentes dos índios, obtendo braços fortes para carregar o pau-brasil para suas naus. (CAVOUR, 2011, p. 15)

Desse modo, fica claro que não havia outra opção para que os colonos satisfizessem seus anseios sexuais. As indígenas foram, aos poucos, sendo substituídas pelas negras, à medida que os navios negreiros iam aportando no país, daí surgem as mulatas brasileiras — uma mistura de branco com preta. O contrário até ocorria, mas era extremamente raro no período colonial, em que as mulheres deviam inteira submissão ao homem.

As tentativas da igreja de segregar as raças na colônia não galgaram sucesso, mesmo trazendo mulheres brancas, conforme vemos no pedido do Jesuíta:

Já que escrevi a Vossa Alteza a falta que nesta terra há de mulheres, com quem os homens casem e vivam em serviço de Nosso Senhor, apartados dos pecados, em que agora vivem, mande Vossa Alteza muitas órfãs. E se não houver muitas, venham de mistura delas e quaisquer, porque são desejadas as mulheres brancas cá, que quaisquer farão cá muito bem à terra, e elas se ganharão, e os homens de cá apartar-se-ão do pecado”. (NÓBREGA, 1988, p. 133)

O pecado descrito pelo padre era o relacionamento sexual dos colonizadores com as mulheres que habitavam na colônia – indígenas e negras que não serviam para casar e constituírem família.

Aos olhos do colonizador, a miscigenação entre brancos e pretas representava: prejuízo aos brancos e privilégio aos negros, já que proporcionava o “melhoramento” da raça. A mulata tinha, normalmente, o tom de pele mais claro que a negra por causa da paternidade, por isso era mais aceita socialmente. Quanto mais clara, mais perto do ideal de perfeição da época, que girava em torno do cidadão branco.

A identidade da mulata era frequentemente relacionada à sensualidade e à prática sexual. O mesmo ocorria, em medida menor, com as negras. Diferentemente da mulher branca, que não podia sentir orgasmo ou exhibir seu corpo para seu esposo – proibição religiosa da época -, a mulher negra deveria satisfazer sexualmente seu senhor. De acordo com Ribeiro (2000 p. 83): “Mesmo exploradas no seu trabalho produtivo e no seu próprio corpo, contraditoriamente, com o tempo, as negras escravas dominaram o senhor tornando-o escravo do prazer sexual.” Esta foi uma das maneiras encontradas pelas negras de exercerem certa dominação na colônia. Ainda segundo a autora:

Raul Dunlop conta o caso de um homem que para excitar-se diante da noiva branca precisou, nas primeiras noites de casado, levar para a alcova a camisa úmida de suor, do cheiro de sexo da sua escrava amante. A dependência sexual do homem branco à sua escrava o levava a vender, muitas vezes, escravos vigorosos e rentáveis para o seu engenho por causa dos ciúmes. Preferia ter prejuízos econômicos a disputar a atenção da negra com o rival. (RIBEIRO, 2000 p. 83).

Daí surge o mito de que as mulheres negras, bem como as mulatas são boas de cama, dadas ao sexo, luxuriosas, vulgares, pervertidas etc. A mulata, ou como vimos na segunda acepção, a jovem mestiça, é dada ao sexo e, em algumas situações, servia para se casar por causa do embranquecimento de sua pele. Ela não era completamente negra. Mesmo assim sofria discriminação, um pouco menos, mas sofria. Afinal, ela não era pura. Era fruto de uma mistura, conforme a etimologia da palavra indica. Derivada do latim, “*mulus*”, alterada ao longo dos anos para “mula”, que nada mais é que o animal que é resultado do cruzamento do asno/burro com a égua. A equiparação do cruzamento do asno com a égua à miscigenação ocorrida pelo relacionamento do branco com a preta faz evoluir, por derivação, a palavra *Mula* para *Mulata*, pois ambas, isto é, tanto a *Mula* quanto a *Mulata* são resultado de um

processo híbrido que faz com que sejam consideradas uma mistura inferior, a depender da ótica que se analisa, isto é, inferior, se comparada aos brancos, por ter a pele mais escura, e; superior, se comparada aos negros, por ter a pele um pouco mais clara.

Hoje em dia, chamar alguém de mulata é o mesmo que considerar aceitável a existência de corpos femininos branqueados e dotados naturalmente de sensualidade e desejo desenfreado por sexo. Do mesmo modo, podemos afirmar que as negras que se permitem serem chamadas de mulatas ou se consideram como tal, assumiram (in)conscientemente a ótica racista do colonizador, que mede o mundo pelo viés da branquitude, da alvura e ainda considera a negra, mulatizada, uma mercadoria. Como exemplo temos uma das maiores representações na área de marketing do carnaval brasileiro que é a personagem da globeleza – uma mulher negra, objetificada pela exibição completa de sua nudez durante muitos anos e chamada de mulata.

A mulata Globeleza se saracoteando pelada, era o símbolo da exploração do corpo negro, da carne barata servida nos baquetes bacantes da casa grande desde a hora primeva.

Nua, a mulata Globeleza evidenciava apenas a beleza negra que importa aos mercadores: peito, bunda e tapa sexo.

A Globeleza, vestida, é uma vitória das pretas cansadas de serem virtualmente mucamizadas. (GELEDES, 2017)⁶⁷

Depois de muitas críticas e reivindicações, a emissora resolveu vestir a mulata Globeleza. Assim, uma representação fiel do período do escravismo ocorrido no Brasil foi desfeita. A seguir, constam as acepções e abonações sugeridas para o verbete em estudo:

Quadro 36 – Indicação de acepções e abonações para o verbete *Mulata*

Análise referencial	Abonações
<p>Mulata</p> <p>1. Jovem negra objetificada que possui corpo escultural, sensualidade e sedução excessiva para comercialização sexual.</p> <p>2. Et. Derivado de Mula, do latim <i>mulus</i>.</p>	<p>1. Mulata gostosa! Quanto você quer para ficar comigo?</p> <p>2. “Não tenho culpa de você se sentir agredida por ser mulata, amor. Você é uma complexada. Nasça branca. Você nasceu mulata. Fazer o quê?”⁶⁸</p>

Fonte: Pesquisadora (2021)

⁶⁷ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quem-vestiu-globeleza/>

⁶⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/08/mulher-causa-revolta-nas-redes-sociais-apos-comentarios-racistas.html>

Para dar prosseguimento às nossas análises, permaneceremos no mesmo campo semântico, porém entraremos em um novo grau dos substantivos e adjetivos indicados pelas respondentes. **O grau diminutivo.**

b. Agrupamento 02 - Neguinha, Negrinha, Pretinha e Moreninha

- **Neguinha**

Neguinha é o próximo vocábulo indicado pelas respondentes. Ele não consta no dicionário adotado para nosso estudo que registra apenas *Neguinho*, isto é, o substantivo no gênero masculino, conforme organização linguística sexista comumente utilizada em nosso país que invisibiliza as mulheres, por meio do apagamento do gênero feminino na formação de frases, orações, períodos e referenciais lexicográficos. Assim, resta-nos observar o que diz o verbete no gênero masculino para, a seguir, elaborar acepções e abonações para o vocábulo que ainda não consta no dicionário.

Quadro 37 – Verbetes Neguinho

<p>Neguinho Bras. sm. 1. Menino ou jovem negro: "Upa, <u>neguinho</u> na estrada / Upa, pra lá e pra cá / Virge que coisa mais linda! / Upa, <u>neguinho</u> começando a andá!" (Edu Lobo e Gianfrancesco Guarnieri, "Upa, neguinho".)) 2. Indivíduo indefinido; GENTE; NEGRO; PESSOA: <i>Tem <u>neguinho</u> aí que entrou na festa sem convite.</i> [F.: nego [ê] + -inho¹]</p>

Fonte: Aulete on-line (2021)

Como podemos observar, o vocábulo indica pessoa negra já na primeira acepção. Por sua vez, o segundo conceito expressa ideia de indefinição.

No contexto das relações etnicorraciais, o vocábulo *Neguinha* apresenta, na maioria das vezes, tom depreciativo. Assim, em situações conflituosas a palavra transforma-se em xingamento e ofensa, sobretudo se for seguida de adjetivos caluniosos do tipo: **neguinha** safada. Quando utilizada nesse tipo de contexto, o objetivo de inferiorizar e vulgariza a mulher negra fica explícito.

Para dar prosseguimento, conforme indicado na metodologia e em exemplos anteriores, disponibilizaremos, a seguir, acepções e abonações para o verbete indicado pelas respondentes.

Quadro 38 – Indicação de acepções e abonações para o verbete *Neguinha*

Análise referencial	Abonações
<p>Neguinha</p> <p>1. Fem. de <i>Neguinho</i>. Vocábulo pejorativa cujo objetivo é inferiorizar, menosprezar, vulgarizar ou rebaixar as mulheres negras.</p> <p>2. Mulher negra vulgar, desprezível dada a safadagens.</p>	<p>1. Quem essa neguinha pensa que é?</p> <p>2. Neguinha desprezível, depreciativa etc.⁶⁹</p> <p>3. "Babá, caloteira, neguinha. (...) Sua puta, negra safada".⁷⁰</p> <p>4. "Neguinha muito abusada e safada".⁷¹</p>

Fonte: Pesquisadora (2021)

As acepções e abonações foram elaboradas considerando contextos de discriminação racial. Conforme mencionado anteriormente, com o objetivo de conferir veracidade, algumas abonações foram coletadas em notícias jornalísticas e em denúncias disponíveis em sites do Ministério Público, cujos endereços seguem em nota de rodapé para possíveis verificações. Passemos ao próximo verbete.

- **Negrinha**

Veremos, a seguir, de que maneira o dicionário Aulete digital apresenta o verbete *Negrinha*.

Quadro 39 – Verbetes *Negrinha*

<p>Negrinha</p> <p>s. f. dim. de <i>negra</i>. Erva que nasce entre as searas de trigo. Vara que é insígnia de mordomo-mor do paço. (Zool.) O mesmo que <i>ferreirinha</i> (ave). Ave palmípede (<i>Oidemia nigra</i> ou <i>Fuligula cristata</i>, L.), outrossim <i>negrola</i> e <i>negrela</i>. O mesmo que <i>acentor</i>. O mesmo que <i>ostraceiro</i>. F. <i>Negrinho</i>.</p>

Fonte: Aulete on-line (2021)

A primeira acepção utilizada para designar o vocábulo *Negrinha* é a única indicada pelo dicionário que se refere a pessoas. Trata-se do diminutivo de *negra*. Conforme mencionamos em *neguinha*, o diminutivo pode conferir tom pejorativo aos vocábulos, dependendo do contexto em que é utilizado. No contexto das Relações etnicorraciais, ele é normalmente utilizado para ofender, rebaixar e diminuir a mulher

⁶⁹ Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/violencia-seguranca/7330/medica-negra-de-barretos-sofre-racismo-e-assedio-moral>

⁷⁰ Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/nucleos-e-grupos/nucleo-de-enfrentamento-discriminacao-ned/8330-denuncias-2016> Acesso em: 07 Jan. 2021.

⁷¹ Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/nucleos-e-grupos/nucleo-de-enfrentamento-discriminacao-ned/8330-denuncias-2016> Acesso em: 07 Jan. 2021.

negra, conferindo-lhe um lugar subalterno. Isso pode ser verificado na narrativa da respondente C que diz:

na infância! ouvia xingamento de alguns familiares da minha mãe (sou filha adotiva)! Tipo: Preta querendo ter cabelo liso: o cabelo é meu! eu decido de quero ligou ou não! Essas **negrinhas** vão te dá trabalho **joga essas negrinhas** (eu e minha irmã gêmea) **na privada e puxa!** essas **negrinhas** vão te dá trabalho!!: achavam que por ser preta íamos ficar gravidas cedo! /preta inteligente: pq não pode?". (Respondente C, grifos nossos).

Podemos concluir que, nesta situação, negrinha não constitui uma expressão de carinho, mas de desprezo “**joga essas negrinhas** (eu e minha irmã gêmea) **na privada e puxa!**”, de predeterminação do sujeito “**essas negrinhas** vão te dá trabalho!!: achavam que por ser preta íamos ficar gravidas cedo!”.

Não é de hoje que a sociedade brasileira perpetua a ideia de que as mulheres negras são meros objetos sexuais. Conforme descrição em nosso aporte teórico, no período colonial as negras eram escravizadas e objetificadas. Elas eram estupradas, violentadas e impedidas de constituírem famílias. Muitos Senhores deixavam de manter relações sexuais com suas esposas brancas para abusarem sexualmente de suas escravas. Devido a isso, a maioria engravidava muito cedo de seus estupradores. Como isso ocorria constantemente, naquele período, acredita-se até hoje que a mulher negra é dada ao sexo, é fogosa, lasciva etc.

Histórias como a da respondente se repetem por todo o país. Praticadas, inclusive, por pessoas reconhecidas socialmente. É o caso do ex-prefeito do Rio, Eduardo Paes do (PMDB-RJ), que ao entregar um imóvel a uma mulher negra, a ofende dizendo: “**Vai trepar muito** no quartinho”, “Vai trazer muito namorado pra cá. Rita **faz muito sexo aqui**”, “Ela disse que vai fazer muito canguru pernetta aqui. Tá liberado, hein. A senha primeiro”⁷². Situações como essas revelam que o racismo no Brasil é latente, apesar de negado veementemente.

Apresentamos, a seguir, nosso quadro com as acepções e abonações pautadas nos contextos descritos.

Quadro 40 – Indicação de acepções e abonações para o verbete Negrinha

Análise referencial	Abonações
Negrinha	

⁷² Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cvai-trepar-muito-nesse-quartinho201d-paes-e-a-desumanizacao-da-mulher-negra/>

<ol style="list-style-type: none"> 1. Fem. de Negrinho, dim. de Negra., o mesmo que neguinha. 2. Pej. Diz-se de mulher negra vulgar, lasciva e dada a práticas sexuais informais, isto é, sem parceiro fixo. 3. Vocábulo pejorativa cujo objetivo é inferiorizar, menosprezar, vulgarizar ou rebaixar as mulheres negras. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Negrinha gostosa. 2. Negrinha vai engravidar cedo!
--	--

Fonte: Pesquisadora (2021)

- **Pretinha**

O dicionário Aulete apresenta três acepções para o vocábulo *Pretinha*. Vejamos:

Quadro 41 – Verbetes

Pretinha
s. f. dim. <i>preta</i> . (Zool.) O mesmo que <i>acantor</i> . (Bras., Mato Grosso) Fragmento rolado de turmalina preta, satélite do diamante; feijão-preto. F. <i>Preta</i> .

Fonte: Aulete on-line (2021)

O vocábulo apresenta as mesmas características usuais de *Neguinha* e *Negrinha* constituindo-se em mais uma forma de rebaixar a mulher negra, por isso, seguiremos ao quadro de acepções e abonações.

Quadro 42 – Indicação de acepções e abonações

Análise referencial	abonações
Pretinha <ol style="list-style-type: none"> 1. Fem. de Pretinho e dim. de Preta. 2. Pej. Diz-se de mulher negra vulgar, lasciva e dada a práticas sexuais informais, isto é, sem parceiro fixo. 3. Vocábulo pejorativa cujo objetivo é inferiorizar, menosprezar, vulgarizar ou rebaixar as mulheres negras. 4. O mesmo que neguinha e negrinha. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Olha a cara dessa pretinha safada. 2. Pretinha nojenta.

Fonte: Pesquisadora (2021)

- **Moreninha**

O termo *Moreninha* não faz parte dos verbetes disponíveis do dicionário Aulete nem mesmo no gênero masculino, apesar de ser comumente empregado em nossa sociedade a ponto de nomear um dos maiores clássicos da literatura brasileira, como o romance *A Moreninha* de Joaquim Manoel de Macedo publicado em 1844.

Assim, como os demais verbetes classificados com o grau diminutivo, pode expressar racismo em situações conflituosas. A seguir, apresentamos o quadro de sugestão dos conceitos e exemplos para o verbete.

Quadro 43 – Indicação de acepções e abonações

Análise referencial	Abonações
<p>Moreninha</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Dim. de Morena. 2. Pej. Forma de se referir a mulheres mestiças que são oriundas do relacionamento de brancos com negros. 3. Pej. Maneira de praticar o branqueamento da população negra no Brasil. 4. Pej. Maneira de inferiorizar mulheres negras. 4. Sorvete com cobertura total de chocolate preto. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Você não é negra. Não se diminua assim! Você é moreninha. Uma moreninha linda! 2. Moreninha cor de Jambo. Que delícia! 3. Estou falando com essa Moreninha aí.

Fonte: Pesquisadora (2021)

É inegável que o grau diminutivo, em Língua Portuguesa, exerça forte influência linguística ao oferecer uma multiplicidade de sentidos aos substantivos e adjetivos. Os afixos derivacionais (prefixos e sufixos) podem formar novas palavras, novas significações e “modificar, além do sentido, a classe gramatical da palavra”. (GUIMARÃES *et al.*, 2014, p. 202). Prade (2013, p. 85, grifos nossos) chega a dizer que “os diminutivos emitem, juntamente com a ideia de pequenez, ideias de carinho, ternura, afetividade **ou mesmo desprezo**. Cunha e Cintra (2008, p. 192, grifos nossos) também comungam com essa ideia ao afirmarem que:

O emprego dos sufixos diminutivos indica ao leitor ou interlocutor que aquele que fala ou escreve põe a linguagem afetiva no primeiro plano. Não quer comunicar ideias ou reflexões, resultantes de profunda meditação, mas o que quer é exprimir, de modo espontâneo e impulsivo, o que sente, o que comove ou impressiona – quer seja carinho, saudade, desejo, prazer, quer digamos, **um impulso negativo: troça, desprezo, ofensa**. Assim se encontra no sufixo diminutivo um meio estilístico que elide a objetividade sóbria e a severidade da linguagem, tornando-a mais flexível e amável, mas às vezes também mais vaga.

Dessa maneira, observa-se que o uso dos diminutivos está relacionado a um forte sentimento que pode expressar tanto afetividade como depreciação. No caso dos vocábulos *Negrinha*, *Negrinha*, *Pretinha* e *Moreninha* encontramos uma derivação sufixal pelo acréscimo do sufixo *-inha* que não difere das afirmações dos autores que acabamos de mencionar. Contudo, cada lado (racista e vítima) adota o argumento que se relaciona com sua perspectiva ou que lhe é conveniente.

Normalmente, o argumento utilizado pelos racistas é de que ao chamar alguém de *Neguinha*, *Negrinha*, *Pretinha* e *Moreninha* estão expressando carinho, uma vez que é possível expressar afeto com tais vocábulos. É bem verdade que quando ouvimos expressões como: Cadê a **neguinha/pretinha** da mamãe? Não temos dúvidas de que sentimentos afetuosos estão sendo expressos, contudo o mesmo não ocorre em expressões como as mencionadas nas narrativas das respondentes.

A respondente A, por exemplo, acredita que quando tais vocábulos são usados para generalizar, indicar ou apontar uma mulher, ela sente como se soasse em tom pejorativo. “Você é **negra**, mas você é bonita” **Nega, neguinha, pretinha** etc. – quando usadas pra generalizar, indicar ou apontar uma mulher sinto como se soasse em tom pejorativo” Cabelo duro. (Respondente A, 2020).

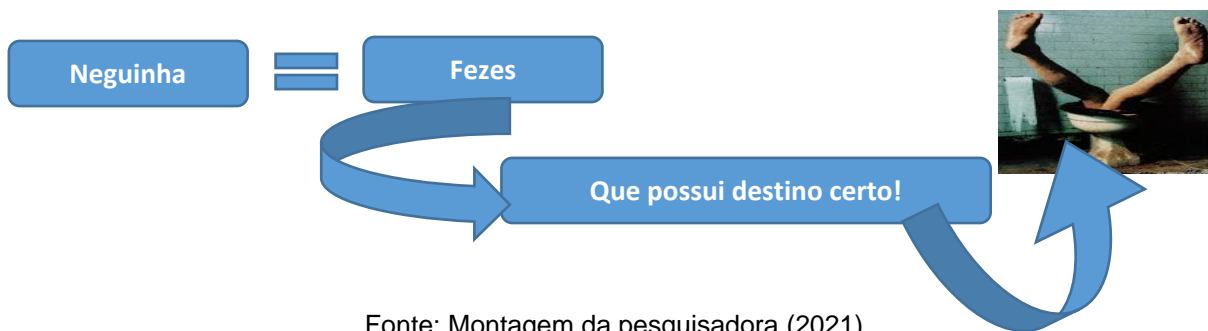
Por sua vez, a Respondente B acredita que chamar alguém de negrinha é diminuir a pessoa de modo disfarçado: “**“Negrinha”** diminutivo disfarçado de carinho...” (Respondente B, 2020, grifos da respondente).

O caso da Respondente C é ainda mais grave. Ela demonstra, em sua narrativa, que o vocábulo *Negrinha* é utilizado para se referir a alguém que mantém relações sexuais muito jovem, mais precisamente, desde a infância, o que causaria muitos transtornos, “trabalho” à família devido ao risco de uma gravidez precoce, conforme podemos observar em sua narrativa descrita anteriormente.

Além do tom pejorativo, observa-se aquilo que Cunha e Cintra (2008, p. 192.) denominam de “um impulso negativo: troça, desprezo, ofensa.” Neste caso, a ofensa é tão grande que permite aconselhar uma mãe adotiva a jogar as **negrinhas** na privada e puxar. Puxar o quê? A neguinha de volta? Não! Pelo contexto, depreende-se “dar a descarga”, isto é, puxar a cordinha da caixa de descarga acoplada ao vaso sanitário.

Assim, no contexto das relações etnicorraciais o *-inha* em *Neguinha*, *Negrinha*, *Pretinha* e *Moreninha* apresenta tom pejorativo por estarem relacionados a um sentimento negativo de desprezo, ofensa e diminuição. Aqui, a mulher não constitui uma negra completa - o que já representaria muitos pontos negativos para a sociedade atual -, mas um ser inferiorizado, diminuído a ponto de poder ser lançada descarga abaixo como um pedaço de fezes. Na verdade, a equiparação é justamente esta.

Figura 04 – Ilustração



Fonte: Montagem da pesquisadora (2021)

Analisaremos agora, a última classificação deste campo semântico que apresenta os vocábulos no **grau aumentativo**.

c. Agrupamento 03 - Negona, Negrona e Pretona

Nenhum dos três vocábulos está presente no dicionário adotado, o que dificulta a análise, por isso, consideraremos apenas o contexto em questão para elaborarmos os quadros de acepções e abonações.

Formados pelo processo de derivação através do acréscimo do sufixo *-ona*, *Negona*, *Negrona* e *Pretona* são vocábulos que expressam negatividade às mulheres negras e, independente da situação em que os empregamos, devemos sempre considerar que

É nos sufixos que a descarga das paixões se dá com maior energia. Os sentimentos que vulgarmente agitam a nossa alma e que resumem, afinal, no amor e **na aversão** que manifestamos de ordinário pelas coisas e pelas pessoas, refletem-se perfeitamente em alguns sufixos. (LAPA, 1975, p. 105).

No caso das relações etnicorraciais, a aversão se faz notória. Sentenças como: “Essa **negona** do cão!” “**Negona** dos infernos!” ou “É sério que você está ficando com aquela **negona**?” são apenas alguns exemplos de como podemos observar aversão, agressão e desrespeito. Utilizamos o substantivo *Negona*, entretanto *Negrona* e *Pretona* cabem perfeitamente nos mesmos exemplos.

Quadro 44 – Indicação de acepções e abonações

Análise referencial	Abonações
<p>Negona</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentativo Feminino de Negro. 2. De negrona com síncope da letra R. 3. Pej. Diz-se de mulher negra alta e/ou gorda com a intenção de demonstrar aversão. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Maria é a mulher que está sentada depois daquela negona. 2. Fala sério! Você não pode ficar com aquela Negona xexelenta.

<p>Negrona</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentativo Feminino de Negra. 2. Diz-se de mulher negra alta e/ou gorda. 3. Pej. Diz-se de mulher negra alta e/ou gorda com a intenção de demonstrar aversão. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Maria é a mulher que está sentada depois daquela negrona. 2. Fala sério! Você não pode ficar com aquela negrona xexelenta.
<p>Pretona</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentativo feminino de Preto. 2. Diz-se de mulher com melanina acentuada. 3. Pej. Diz-se de mulher negra alta e/ou gorda com a intenção de demonstrar aversão. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Maria é a mulher que está sentada depois daquela pretona. 2. Fala sério! Você não pode ficar com aquela pretona xexelenta.

Fonte: Pesquisadora (2021)

Aparentemente, chamar alguém de *Negona*, *Negrona* ou *Pretona* parece ser demonstração de afetividade. Afinal, em muitas situações os vocábulos são utilizados para expressarem destaque, às vezes físicos (Olha o tamanho daquela **negona/negrona ou pretona!** Parece jogadora de basquete.), às vezes profissional, intelectual (Que **negona/negrona/pretona** inteligente. Uau!), dentre outros. Contudo, se substituirmos nos exemplos acima os vocábulos em questão por *Brancona* soaria muito estranho porque é incomum dizer: “Olha o tamanho daquela **brancona!** Parece jogadora de basquete” ou “Que **brancona** inteligente. Uau!”. Essa simples troca já nos permite compreender que os vocábulos em questão denotam sim, racismo. E um racismo que nem é velado por ser naturalizado em nossa sociedade.

Situações como esta revelam que os grupos dominantes exercem poder de tal forma que faz com que os grupos marginalizados naturalizem os estigmas impostos a eles crendo veementemente que eles são verdades absolutas. Entretanto, quando fazemos a mesma prática de modo contrário – como nos exemplos anteriores -, a máscara cai, isto é, percebemos que a situação não se encaixa porque causaria estranheza. Certamente não haveria grandes prejuízos em ser chamada de brancona em uma sociedade que é medida à luz da branquitude. Mas, causaria certo desconforto.

Esta forma de nomear estigmatizando compõe um ato discursivo com várias realidades imbricadas. A primeira é a de que a negra não merece ser chamada pelo nome, como qualquer outra pessoa, mas por suas características raciais. Fazendo isso, invisibiliza-se a pessoa e evidencia-se apenas seus aspectos físicos, o que expressa uma relação de poder em que somente um grupo impõe padrões depreciativos, os quais não se aplicam a ele próprio, somente ao outro, legitimando assim uma hierarquia social baseada em escolhas lexicais impostas aos dominados. Realidade típica das sociedades capitalistas porque a

ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro - em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. Aceitamos tudo isto porque partimos do pressuposto de que **esta é a ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria idéia de vida social e organizada.** (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 42, grifos nossos).

Essa ordem “natural” faz com que a sociedade creia que há uma predestinação para as desigualdades sociais e, conseqüentemente, linguísticas, uma vez que é por meio da linguagem que construímos praticamente tudo que nos rodeia. Neste sentido são criados mitos para justificar o motivo pelo qual ocorrem os fatos do cotidiano. O que pode ser verificado na narrativa da respondente K:

[...] filha de pais negros, me lembro que ainda bem pequena eu brincando com outras crianças começaram a encostar o braço delas no meu e diziam vamos ver quem tem o **braço mais preto**? Crianças sem malícia, mas elas sabiam que a minha cor era diferente, daí perguntei um dia pra minha mãe porque **eu tinha a pele escura** aí ela disse: tinha um grande rio e todos tinham que passar por ele só que para os primeiros a água estava **limpa** nós ficamos por **último** e **quase não tinha mais água só lama** ficamos dessa cor[...]

A justificativa dada pela mãe da respondente demonstra a forma pela qual muitos pais procuram explicar temas difíceis para os filhos. Assim surgiram e surgem os mitos, para explicar algo que de outra forma não seria possível naquele momento. Como explicar para uma criança que as diferenças físicas interferem em tudo que faz parte da nossa vida? A forma adotada por anos é a contação de estórias e mitos. Para Chauí (1993, p.62), mito significa:

1) o momento em que uma ideologia se cristaliza e se consolida, tornando-se a narrativa cotidiana que os sujeitos sociais fazem de sua sociedade; 2) opera com signos e símbolos de identificação do grupo, servindo-lhe de referência fundamental para explicar e interpretar situações e fatos novos, referindo-os ao já pensado, já feito e já dito; 3) tem uma função pacificadora ou apaziguante diante das situações de tensão e crise; 4) oferece aos sujeitos sociais e políticos um mundo ideal perfeito que compensa as imperfeições do mundo real onde vivem.

Na tentativa pacificadora ou apaziguadora, a mãe da respondente utiliza-se de uma estória e/ou mito. Nela podemos observar a afirmação de alguns estereótipos. Quando a mãe afirma que a cor da pele das mulheres negras tornou-se preta por

causa da lama deixada pelas primeiras pessoas ao atravessarem ao rio, que são supostamente brancas, ela está afirmando também que a cor das pessoas negras advém da lama, isto é, da sujeira. Uma afirmação muito grave que provavelmente fará com que as crianças negras e não negras relacionem a cor escura da pele negra à falta de higiene, pois quando nos sujamos de lama é fácil nos limparmos com um banho. Contudo, a cor da pele das pessoas negras é permanente, isto é, não sai com um banho. Uma narrativa como esta contribui para que pessoas negras sejam consideradas sujas. Seguiremos agora para um novo campo semântico.

7.6 Campo semântico – Cabelo

Apresentamos a seguir os resultados acompanhados das análises dos vocábulos e expressões coletados que pertencem ao campo semântico “Cabelo”, que constitui uma das características fenotípicas mais representativas da mulher negra.

Quadro 45 – Narrativas

Respondente A⁷³: Sim, em relação ao meu cabelo. Recebo olhares e percebo comentários constantemente sobre ele. Um comentário mais direto e que é bem marcante foi vindo de uma pessoa muito próxima a mim, ela disse: "**Tu só casa se alisar esse cabelo!**". "**Você é negra, mas você é bonita**" **Nega, neguinha, pretinha** etc - quando usadas pra generalizar, indicar ou apontar uma mulher sinto como se soasse em tom pejorativo "**Cabelo duro**".

Respondente C: na infância! ouvia xingamento de alguns familiares da minha mãe (sou filha adotiva)! Tipo: **Preta querendo ter cabelo liso: o cabelo é meu! eu decido de quero ligou ou não!** / **negrinhas** vão te dá trabalho **joga essas negrinhas** (eu e minha irmã gêmea) **na privada e puxa!** essas negrinhas vão te dá trabalho!: achavam que por ser preta íamos ficar gravidas cedo! / preta inteligente: pq não pode?

Respondente H: Sim, sofri **violência física e verbal** por ser negra no meu período estudantil **colaram chiclete no meu cabelo** enquanto jogavam piadas sujas apenas pelo fato de eu possuir características de pessoas negras me colocaram vários apelidos tendo como base a cor da minha pele ou o meu cabelo.

Sujinha/fedida: Minha pele é escura, mas não é suja e nem fedida.

Preta/pobre: Associam pessoas negras à pobreza devido ao legado de escravidão e sofrimento que temos, mas a minha cor não define o meu patrimônio.

Macaca: Nas redes sociais já fui comparada a um macaco por causa da minha cor.

Respondente J: **Nega** do cabelo duro (atribuir às **negras** a condição de cabelo duro ou ruim); Piadas (quando não faz besteira na entrada faz na saída). Tinha que ser. (estereótipo atribuído). **É negra**, mas é bonita.

Respondente K: Sim, filha de pais negros me lembro que ainda bem pequena eu brincando com outras crianças começaram a encostar o braço delas no meu e diziam vamos ver quem tem o **braço mais preto?** Crianças sem malícia, mas elas sabiam que a minha cor era diferente, daí perguntei um dia pra minha mãe porque **eu tinha a pele escura** aí ela disse: tinha um grande rio

⁷³ A narrativas das respondentes “A, C, H, J e K” apresentam vocábulos e expressões que fazem parte de mais de um campo semântico, por isso, faz-se necessária a repetição.

e todos tinha que passar por ele só que para os primeiros a água estava **limpa** nós ficamos por **último** e **quase não tinha mais água só lama** ficamos dessa cor...

Vivi outra situação na escola, como estudante, os meus colegas a todo momento me lembravam que eu era **negra**. Década dos anos 80, eu era **filha do Pelé**, irmã da Sandra de Sá.

Quando tocava o sinal pra ir embora eu saía rápido porque uns meninos ficavam falando o tempo todo "**negra do cabelo duro que não gosta de pentear**".... Passei pelo ensino médio numa grande ansiedade de entrar na faculdade, porque os meus pais adotivos falavam sempre **preto e feio não tem vez o que diferencia é o estudo**, o que eu não esperava era ser a única negra na sala do Curso de Ciências Naturais. Um dia fiquei muito triste e chorei o professor do nada quando eu cheguei na sala disse chegou o "**bolo de chocolate**", no momento fizeram silêncio e olharam pra mim. Na sala e o que mais me chamava atenção nele era a forma de falar de situações no mercado de trabalho onde quase que sempre as pessoas de cor tinham menos privilégio.

O sonho de quase toda moça é casar e viver o felizes para sempre, logo no meu primeiro ano de casamento aconteceu uma situação que me deixou muito constrangida: estávamos conhecendo os vizinhos e tinha um bem negro e o meu esposo naquele momento ficou muito feliz e surpreso de vê-lo e disse pra mim que não sabia que tinha pessoas **mais pretas do que eu**, fiquei arrasada... mas não parou por aí, quando engravidei da minha primeira filha ele, como sabia que eu entendia de genética, vivia me perguntando que cor a criança iria nascer. Isso me deixava triste e abatida, mas eu não dizia nada com medo de ofender. Hoje sou divorciada.

Respondente L: Já ouvi falarem que meu cabelo estava **fuá**, que parecia uma **juba**, essas coisas. "**Só esse cabelo que te estraga**" me sinto ofendida porque o meu cabelo é uma das coisas que eu mais gosto em mim. Quando alguém fala que ele é feio, eu fico péssima, se ele que eu acho bonito está feio, imagina as outras coisas em mim 🙄❤️

Respondente M: Não tenho nenhuma que me ofenda mas não gosto de quando alguém vem me mostrar a foto de alguma mulher negra e fala: "**credo essa roupa não é pra ela**. Esse **cabelo** dela é **muito "armado"**, porque ela não usa preso.

Respondente N: Sim... Mas prefiro não relatar aqui. "**Negrinha**" diminutivo disfarçado de carinho... "Tão lindinho, olha o quanto é branca, e o **cabelo, tão lindo, tão liso**..." Em outras palavras crianças e pessoas negras e de **cabelos diferentes do liso são feias**...

Respondente O: Sim. Sim. O que aquela **negra quer com cabelos loiros**. É **negra mais é bonita. Negra loira** (por ter pintado os cabelos de loiros, como se isso fosse uma especificidade de pessoas brancas)

Fonte: Pesquisadora (2021)

Quadro 46 - Agrupamento dos vocábulos coletados do campo semântico cabelo



Fonte: Pesquisadora (2021)

Quadro 47 - Expressões coletadas do campo semântico cabelo

1. Cabelo duro. 2. Nega do cabelo duro. (que não gosta de pentear.)	Tu só casa se alisar esse cabelo!	Só esse cabelo que te estraga.	Esse cabelo dela é muito "armado", porque ela não usa preso.
Crianças e pessoas negras e de cabelos diferentes do liso são feias.	Preta querendo ter cabelo liso: o cabelo é meu! eu decido de quero ligou ou não!	Negra loira.	

Fonte: Pesquisadora (2021)

- **Bombril**

O vocábulo bombril não consta na lista verbete do dicionário adotado. Talvez isso ocorra por se tratar de um produto comercial. O fato é que quando alguém chama o cabelo de uma negra de bombril, claramente percebemos a agressão verbal. O bombril é uma marca de esponja de palha de aço muito reconhecida no país. Trata-se de uma espécie de bucha que serve para higienização **diversa** de casas e apartamentos, conforme indica o slogan da propaganda do produto: “Bombril – mil e uma utilidades”. Equiparar o cabelo crespo a uma esponja de aço utilizada para limpeza é o mesmo que afirmar que naturalmente a mulher negra nasceu para executar trabalhos domésticos. Inclusive, em uma de suas propagandas a própria empresa constrói esse entendimento. Vejamos:

Imagem 08 - Propaganda



Fonte: noticias.yahoo ⁷⁴

⁷⁴ Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/marca-bombril-reecria-produto-com-nome-racista-e-gera-campanha-de-repudio-144318912.html?>

Na imagem acima vemos a empresa Bombril se referir à esponja de lavar louças através do nome krespinha fazendo alusão aos cabelos crespos que representam uma das principais característica fenotípicas das mulheres negras. A constatação ainda é ratificada com a pintura corporal, em preto, do ator que contracena a propaganda e que é um homem branco, Carlos Moreno. Esta prática é nomeada de blackface e é considerada uma grave ofensa às pessoas negras por constituir uma conduta racista. Ela era largamente utilizada por atores brancos que antigamente se coloriam com carvão e, hoje em dia, com tinta preta para representarem personagens negros de forma ridicularizantes.

Nesse contexto apresentaremos algumas indicações de acepções e abonações para o verbete *Bombril*. Em nossa sociedade racista, o verbete não representa apenas um produto de limpeza, mas uma séria agressão que se constrói em bases pejorativas.

Quadro 48 – Indicação de acepções e abonações

Análise referencial	Abonações
<p>Bombril</p> <p>1. Marca de esponja de aço utilizada para higienização diversa.</p> <p>2. Diz-se com as mulheres negras com o objetivo de equiparar seus cabelos crespos a uma esponja de aço utilizada para limpeza diversa.</p> <p>1. Diz-se de cabelo bastante crespo com grande volume e com aspecto esponjoso devido a indefinição de cachos.</p>	<p>1. Cabelo de bombril.</p> <p>2. Amarra esse bombril, nega.</p>

Fonte: Pesquisadora (2021)

- **Fuá**

O verbete *Fuá* compõe a lista de vocábulos contidos no dicionário Aulete que apresenta cinco acepções.

Quadro 49 – Verbetes

<p>Fuá</p> <p>1. Intriga, mexerico, fuxico.</p> <p>2. N Caspa.</p> <p>3. N Pó muito fino que se desprende da pele arranhada.</p> <p>4. Diz-se de cavalo ressabiado, espantadiço, desconfiado.</p> <p>5. Que demonstra valentia; VALENTÃO</p>

Fonte: Aulete on-line (2021)

Nenhuma das acepções do verbete se relaciona diretamente às características fenotípicas do cabelo de uma mulher negra. Somente o segundo conceito “Casma” - que é uma descamação do couro cabelo - pertence ao campo semântico de cabelo sem, contudo, restringi-lo ao cabelo afro.

Ainda assim, a maioria das pessoas racistas apelidam o cabelo afro, que é crespo naturalmente, de *fuá*. Ao fazerem isso, normalmente querem dizer que o cabelo está embaraçado ou desgrenhado por falta de cuidado. Por isso, como podemos observar na fala da respondente “M”, sugerem que ele seja usado preso ou que se faça alisamento por ser muito armado: “Esse **cabelo** dela é **muito "armado"**, porque ela não usa preso.” (Respondente M, 2020, grifos nossos) ou “**Tu só casa se alisar esse cabelo**” (Respondente A, 2020, grifos nossos). Atitudes como essas constituem formas graves de agressão que causam constrangimento, tristeza e dor. Esse fato pode ser facilmente constatado na fala da Respondente L. Observemos abaixo:

Já ouvi falarem que meu cabelo estava **fuá**, que parecia uma **juba**, essas coisas.

"Só esse cabelo que te estraga" me sinto **ofendida** porque o meu cabelo é uma das coisas que eu mais gosto em mim. Quando alguém fala que ele é feio, **eu fico péssima**, se ele que eu acho bonito está feio, imagina as outras coisas em mim 🤔❤️ (Respondente L, 2020, grifos nossos)

Vocábulos como esses e tantos outros comprometem seriamente a saúde mental das mulheres negras porque prejudicam a autoestima delas. A respondente diz se sentir ofendida e péssima quando alguém considera seu cabelo feio e o classifica como *Fuá* ou *Juba*. Os símbolos indicados por ela – uma pessoa recebendo massagem na cabeça e um coração partido - sugerem, entre outras coisas, a busca de calma para um coração aflito e dolorido.

O mesmo ocorre com o próximo verbete de nossa análise, que é *Juba*. Mas antes disso, disponibilizaremos, como sempre, indicações de acepções e abonações que consideram as relações etnicorraciais para o verbete *Fuá*.

Quadro 50 – Indicação de acepções e abonações

Análise referencial	Abonações
Fuá	1. Vai pentear esse fuá , menina! ⁷⁵

⁷⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a0iFZbgrOug>

1. Diz-se de cabelo crespo embaraçado, despenteado.	
---	--

Fonte: Pesquisadora (2021)

- **Juba**

Analisaremos a seguir o verbete *Juba*, à luz do dicionário Aulete e das indicações das respondentes:

Quadro 51 – Verbetes

Juba
1. Pelos volumosos que rodeiam a cabeça e o pescoço do leão 2. Fig. Pop. Cabeleira farta e despenteada: <i>Ele passa horas penteando a <u>juba</u>.</i> [F.: Do lat. <i>juba</i> , ae]

Fonte: Aulete on-line (2021)

Ao contrário do verbete anterior, as acepções do verbete *Juba* já se relacionam ao campo semântico de cabelo. A primeira se refere aos pelos volumosos que circundam a cabeça do leão e, por extensão, a segunda relaciona todo o volume dos pelos do animal, bem como a falta de cuidado – o leão não penteia seus fartos pelos – ao aspecto do cabelo crespo que estão descritos no segundo conceito como “Cabeleira farta e despenteada”. O que vemos é a ocorrência de uma metáfora que equipara o cabelo crespo das mulheres negras aos pelos fartos que rodeiam a cabeça e o pescoço dos leões. Não é de hoje que existe essa prática funesta de equiparar as mulheres negras a animais. Aliás, ela própria foi vista e considerada como um animal durante séculos. Apresentamos, a seguir, acepções e abonações sugeridas.

Quadro 52 – Indicação de acepções e abonações

Análise referencial	Abonações
Juba 1. Diz-se de cabelo volumoso, embaraçado e despenteado.	1. Que juba é essa mulher? Na tua casa não tem pente?

Fonte: Pesquisadora (2021)

O cabelo é considerado muito importante para todas as mulheres. Ele é símbolo de beleza e representa a personalidade de cada pessoa. Para as mulheres, ele é expressão de feminilidade, principalmente, quando é longo; para os homens, ele é sinônimo de juventude e vigorosidade, por isso sua perda, denominada de calvície, se relaciona mais com a velhice ou a problemas de saúde. Em suma, o cabelo pode indicar desde aspectos religiosos a origens, etnias e status social.

De acordo com Tavares (2021, p. s/d.)

Antes de serem traficados e enviados para as Américas, muitos africanos carregavam na cabeça um símbolo que ia além da estética: o cabelo. A forma, o corte e os adereços podiam representar origens, etnias, religiões, status social. Mas já no caminho para as colônias americanas, entre elas o Brasil, essa relação era rompida.

A relação era rompida por meio da raspagem do cabelo na tentativa de apagar a identidade dos povos escravizados. Ainda segundo o mesmo autor,

Há relatos de que a raspagem do cabelo era parte importante desse processo de subjugar a população negra, principalmente homens, o que acarretava sérios problemas, porque o cabelo protege o couro cabeludo num trabalho sob sol escaldante. As sinhás, com ciúmes de mulheres violentadas pelos homens brancos, também usavam a raspagem como prática de tortura.

Desse modo, além de enfrentarem os abusos sexuais de seu senhor, as mulheres escravizadas ainda eram torturadas com a raspagem de seus cabelos. O que representa uma agressão ainda mais grave, em se tratando de mulheres, porque o ato representava a retirada da feminilidade e da beleza que era, e ainda é representada, sobretudo pelas madeixas.

Conforme afirmamos anteriormente no aporte teórico, tudo que se relacionava às mulheres negras era considerado sujo, nojento e ruim. Neste contexto, o cabelo se enquadra como um dos principais “defeitos”, pois é estruturalmente diferente dos cabelos das pessoas brancas, padrão a ser seguido até hoje. Por isso, não faltam vocábulos e expressões depreciativos para se referir a ele. O ato de assumir um cabelo originalmente afro, crespo, vai além de um processo simplesmente estético. Significa enfrentar todos os estigmas relacionados a ele ao longo da história. É uma questão de luta física e ideológico-identitária. Física, porque durante muitos anos não se encontravam produtos ou espaços destinados ao tratamento e manutenção da permanência dos cabelos encaracolados, pelo contrário, havia um mercado especializado na invisibilidade e apagamento dos traços étnicos das negras que crescia a passos largos até bem pouco tempo. Salões e mais salões especializados em alisar o cabelo para que a mulher negra passasse a se parecer um pouco mais com a mulher branca, que possui o cabelo liso naturalmente. Muitas mulheres negras se submeteram por anos e anos a “tratamentos” agressivos na tentativa de mudar sua

estrutura capilar. Tratamentos que causavam queimaduras graves, descamação do couro cabeludo, queda abrupta de fios, entre outros. Tudo isso na tentativa de conseguir aceitação social. É como se existisse, paradoxalmente, um pedido mudo gritando: “Eu me tornei mais parecida com você. Aceite-me, por favor!” Ou mesmo súplicas silenciosas “Não me humilha. Não desdenha de mim porque agora, ainda que por pouco tempo, já que o cabelo cresce e mostra suas raízes e com isso a verdadeira identidade, eu estou igual a você. Sorrir de mim é o mesmo que sorrir de você. É devido a isso que a luta física para alisar o cabelo dá luz a uma luta ideológico-identitária. Nessa luta existem quatro frentes.

A **primeira frente** é composta pelas mulheres brancas que exercem influência dominadora e excludente sobre as demais desde o período colonial por meio de diversos meios de exploração, imposição de estereótipo e discriminação racial que proporcionam a exclusão e a inacessibilidade a ambientes privilegiados e de posição de poder. Para elas, é totalmente natural que os processos de ascensão social atinjam, quase que exclusivamente, as mulheres brancas. A subalternidade da mulher negra não lhe causa incômodo e lhe é oportuna, uma vez que não considera sua culpa tal estado. Algumas chegam a afirmar: Eu não tenho culpa de ter nascido branca. Esse povo reclama demais. É muito mi, mi, mi por nada. Tal discurso está pautado no mito da igualdade racial discutido em capítulos anteriores. Ignoram o conceito de equidade sem o qual a igualdade de direitos entre negros e brancos dificilmente existirá.

Uma vaga de emprego disponibilizada em qualquer órgão ou instituição representa uma oportunidade diferente para uma mulher branca e uma negra. Só consegue perceber tal fato quem observa as várias formas de preparação para se ter acesso ao mercado de trabalho. A princípio, é necessário possuir uma **boa formação** - a mulher negra teve acesso à educação muito tempo depois da mulher branca e até hoje poucas dispõem de recursos financeiros para obter uma educação de qualidade. O relato da respondente K pode-nos servir de exemplo:

Passei pelo ensino médio numa grande ansiedade de entrar na faculdade, porque os meus pais adotivos falavam sempre **preto e feio não tem vez o que diferencia é o estudo**, o que eu não esperava era ser a **única negra** na sala do Curso de Ciências Naturais. (RESPONDENTE K, 2020).

A respondente era a única negra naquela turma de ciências naturais, o que demonstra a grande desvantagem entre negras e brancas no sistema educacional e conseqüentemente, no mercado de trabalho. Além disso, o mercado exige uma **boa aparência**. A boa aparência é a que representa os traços físicos da mulher branca, mais uma desvantagem, visto que as afrodescendentes têm a pele escura, o nariz chato e o cabelo cacheado ou encaracolado ou crespo. Assim sendo, por mais que a mulher branca não tenha culpa de ter nascido com seus predicados sociais, ela precisa reconhecer que detém um privilégio que, ao que tudo indica, não quer abrir mão para uma negra despreparada intelectual e fisicamente, por isso rejeita os sistemas de reparação apoiados na equidade como as cotas, por exemplo. Seu discurso e desculpa estão alicerçados no conceito de igualdade que procura tratar todos os membros da sociedade da mesma maneira, ignorando as distintas realidades e necessidades, o que contraria o princípio da equidade, contida na carta magna brasileira.

Por conseguinte, na tentativa de alcançar os padrões injustos e desiguais impostos pela sociedade, encontramos a mulher negra que também considera como naturais os desníveis socioeconômicos relacionados às questões etnicorraciais de nosso país. Elas compõem **a segunda frente** dessa luta ideológico-identitária.

Sua perspectiva mental abraçou de modo agudo a ótica dos opressores que impõem seus discursos racistas, conforme observamos na narrativa da responde A: **“Tu só casa se alisar esse cabelo!”** que ela se submete a várias maneiras de se embranquecer para ser aceita pela esfera privilegiada que detém o poder. Alisa o cabelo, faz plástica no nariz e/ou acelera doenças como vitiligo que atacam a melanina destruindo toda a pigmentação escura da pele. Preferem relacionar-se com pessoas brancas na intenção de assegurar uma descendência mais clara, mais alva. Adotam categorias de identificação da cor da pele como morena, parda, mulata ou qualquer uma que permita escapar ao uso da categoria preta por considerá-la uma espécie de rebaixamento. A pesquisa realizada por Melo e Lopes intitulada “A performance narrativa de uma blogueira: “tornando-se preta em um segundo nascimento” ratifica essa ideia. Nela, observamos a narrativa de Preta, sujeito da pesquisa. Vejamos:

Quando me olhava no espelho não me via como me vejo hoje. **Enxergava-me como gostaria de ser: de um branco meio sujo, uma morena** não tão clara, morena escura talvez!?! O cabelo alisado me ajudava no processo de alienação. **Afinal, pelo menos os meus cabelos estariam no padrão.** (MELO; LOPES, 2014, p. 544, grifos nossos).

Relatos como esse em que uma negra não consegue se enxergar como tal, mas como gostaria de ser ou como a sociedade gostaria que ela fosse, revelam uma prática comum no universo das mulheres negras: a autonegação da própria identidade na busca de aceitação e de enquadramento aos padrões pré-estabelecidos biológica e socialmente. Os estereótipos não perdoam: um branco meio sujo – relacionando à cor preta da pele negra, à sujeira e à falta de higiene pessoal, uma prática comum entre os racistas e que será tratada no campo semântico “cor da pele representada por objetos e substâncias”, estão presentes na narrativa. Isso ocorre porque,

A questão racial na diáspora africana no Brasil ainda é complexa, pois é senso comum a ideia de que somos determinados biologicamente, que a cor da pele diz quem somos e consequentemente os direitos e as oportunidades a que temos acesso. (MELO; MOITA LOPES, 2014, p. 554).

Acreditam que agindo dessa maneira ficarão mais próximas do polo branco e finalmente serão aceitas. O que dificilmente ocorrerá, conforme podemos notar na narrativa da respondente C **“Preta querendo ter cabelo liso: o cabelo é meu! eu decido como quero, ligou ou não!”** (RESPONDENTE C, 2020, p. s/d, grifos nossos).

O comentário crítico dos familiares da Respondente nos revela que mesmo com a imitação dos traços fenotípicos brancos, como no caso do alisamento capilar, as mulheres negras são rejeitadas e ridicularizadas. E essa percepção demora a chegar na vida de muitas negras. Elas nascem negras, mas não se aceitam como tal e passam a praticar o pior tipo de racismo que existe - se é que dá para mensurar a gravidade de cada tipo de racismo -, **o auto-racismo**, isto é, o racismo praticado contra si próprio. Uma negra que se nega ou mesmo se odeia por causa de seus traços físicos. Por extensão, também poderíamos nomear de auto-racista a negra que odeia a si própria e também a outras pessoas como ela, isto é, negras. Até parece absurda a ideia, mas infelizmente ela é corrente em nossa sociedade. Os reflexos da rejeição racista são tão nefastos que é comum pessoas discriminadas fazerem uso da mesma prática contra si própria e contra seus semelhantes, o que continua sendo considerado crime de racismo do mesmo modo como ocorre com pessoas não negras. Assim, uma negra que pratica racismo contra outras negras, valendo-se de sua condição física, moral, social etc., não tem o direito e nem a desculpa de propagar atos de discriminação racial. “Eu sou preta, por isso, posso te chamar de neguinha do Codó.” Definitivamente, não! Frases comuns como:

“Mulher, você nem é tão preta assim, você é morena. Não se rebaixe dessa maneira.” são racistas mesmo sendo ditas por uma pessoa negra.

A **terceira frente** também é constituída por mulheres negras, contudo, estas não se escondem atrás de categorias que buscam camuflar o preto de sua pele ou as demais características inerentes à mulher negra. Seus cabelos são utilizados tanto para fins estéticos quanto políticos e de reconstrução de sua identidade, a qual foi desmerecida durante séculos e séculos. Esta mulher não se intimida diante das discriminações raciais, ao contrário, ela reivindica para si e para os seus o princípio da equidade racial. Seus corpos, suas roupas e acessórios, suas escolhas lexicais e suas práticas em todas as esferas sociais testemunham suas origens afrodescendentes. Ela não aceita o branqueamento social imposto e ao ser chamada de morena rebate imediatamente “Eu sou negra [...]” (RESPONDENTE D, 2020). Militam contra o racismo, orgulham-se de seus descendentes históricos e se sentem honradas ao serem comparadas a eles, como afirma a Respondente I:

Numa certa ocasião, quando o IFPA Campus Castanhal, era denominado Escola Agrotécnica Federal de Castanhal produziam um jornalzinho clandestino chamado Venéfico, que costumava fazer críticas à gestão e a pessoas consideradas ameaças para o grupo que supostamente produzia o referido jornal, muito embora não assumisse. Em uma dessas edições, eu fui chamada de "**Representante de Zumbi**", numa “matéria” que trazia a figura de uma **mulher negra com características físicas com intenção de me ridicularizar e despertar chacota. Ser chamada representante de Zumbi foi uma honra**, mas senti que minha militância no Movimento Social Negro e conhecimento sobre a legislação de combate ao racismo, **causou despeito em quem fez aquela matéria**. (RESPONDENTE I, 2020, grifos nossos).

Conforme podemos observar, a respondente foi ridicularizada e chacoteada por ser uma negra que milita no Movimento Social Negro e que conhece a legislação de combate ao racismo. Foi denominada de representante de Zumbi, líder do maior quilombo brasileiro na época do Brasil colonial, o quilombo de Palmares. Mulheres como a respondente I representam com eficiência a terceira frente da luta ideológico-identitária ocorrida em nossa sociedade. Mulheres assim, preferem renunciar a relacionamentos abusivos a ter que negar a si própria como ocorreu com a respondente K.

O sonho de quase toda moça é casar e viver o felizes para sempre, logo no meu primeiro ano de casamento aconteceu uma situação que **me deixou muito constrangida**: estávamos conhecendo os vizinhos e tinha um **bem negro** e o meu esposo naquele momento **ficou muito feliz e surpreso de vê-lo** e disse pra mim que não sabia que tinha pessoas **mais pretas do que eu, fiquei arrasada...** mas não parou por aí, quando engravidei da minha primeira filha ele, como sabia que eu entendia de genética, vivia me perguntando que **cor a criança iria nascer**. Isso me deixava **triste e abatida**, mas eu não dizia nada com medo de ofender. **Hoje sou divorciada**. (RESPONDENTE K, 2020, grifos nossos).

Nesta narrativa podemos observar uma série de atitudes racistas cometidas pelo esposo da respondente:

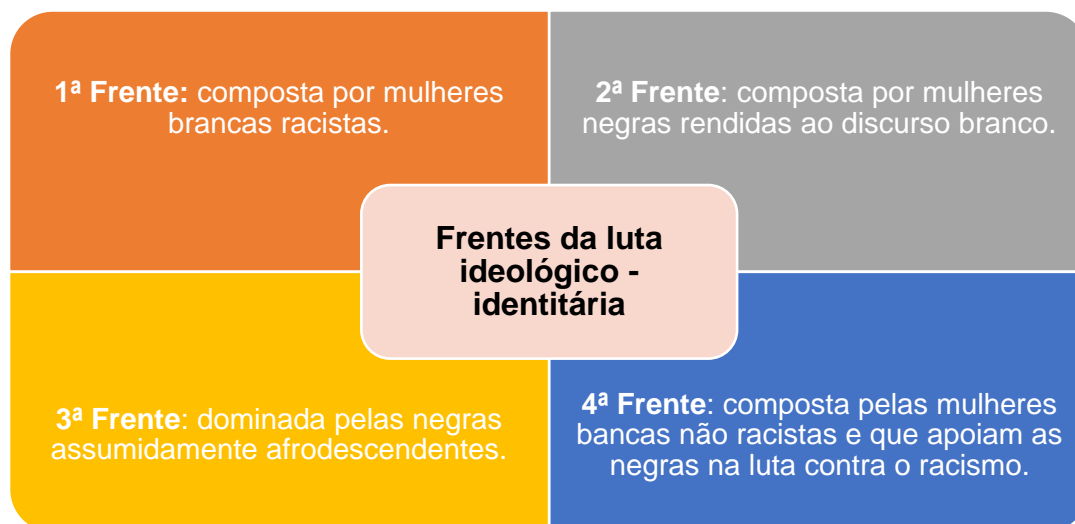
- 1) *Ele ficou muito feliz e surpreso ao descobrir que existia outra pessoa mais preta que sua esposa.* Depreende-se do contexto que o marido era infeliz ou contrariado por imaginar que sua esposa era a pessoa mais preta que ele conhecia.
- 2) *Ele perguntava constantemente qual seria a cor de seu filho, uma vez que ele era branco e a esposa negra.* Pressupõe-se que o marido temia que seu filho ou filha nascesse da cor da esposa.

Nas duas situações podemos observar o sofrimento enfrentado pela esposa negra. Na primeira, ela diz que ficou arrasada e na segunda, triste e abatida. Apesar dos sentimentos negativos sentidos e descritos pela respondente, podemos observar que ela conseguiu sair da situação de discriminação racial a que era submetida pelo esposo, já que sua narrativa é concluída com a frase: “Hoje sou divorciada”. (Respondente K, 2020.). Assim agem as mulheres que compõe a terceira frente.

Por fim, a **quarta frente** desta luta ideológico-identitária pertence às mulheres brancas não racistas. Aquelas que reconhecem seus privilégios com relação à mulher negra e a apoia – de seu lugar de fala e de ação. Não faz uso de vocabulário injurioso e racista. Compreende que é preciso ser bem mais que um não racista.

Apresentamos a seguir, em versão de infográfico, o resumo das quatro frentes que compõem a luta ideológico-identitária das relações etnicorraciais envolvendo o público feminino.

Mapa mental 01 – frentes ideológico-identitárias



Fonte: Pesquisadora (2021)

Como vimos até agora, a luta física para alisar o cabelo dá luz a uma luta ideológico-identitária composta por quatro frentes. Nesse viés, o cabelo torna-se um símbolo de resistência contra o racismo que atinge as negras.

O cabelo crespo na sociedade brasileira é uma linguagem e, enquanto tal, ele comunica e informa sobre as relações raciais. Dessa forma, ele também pode ser pensado como um signo, pois representa algo mais, algo distinto de si mesmo. Assim como a democracia racial encobre os conflitos raciais, o estilo de cabelo, o tipo de penteado, de manipulação e o sentido a eles atribuídos pelo sujeito que os adota podem ser usados para camuflar o pertencimento étnico/racial, na tentativa de encobrir dilemas referentes ao processo de construção da identidade negra. Mas tal comportamento pode também representar um processo de reconhecimento das raízes africanas assim como de **reação, resistência e denúncia contra o racismo**. E ainda pode expressar um estilo de vida. (GOMES. 2006, p.8).

Um corte de cabelo, um penteado ou um processo químico capilar adotado por uma mulher negra jamais será considerado apenas um processo neutro relacionado à estética. O cabelo afro, crespo por natureza, é político. Sempre foi e provavelmente sempre será. Quando em África, "Os cabelos indicavam a posição social, a identidade étnica, a origem, a religião, a riqueza e a idade. Criando deste modo, formas únicas para cada clã ou tribo." (FREITAS, 2015, p. s/d). A autora ainda nos informa que "Na época da escravidão **os fios crespos dos negros eram raspados e este ato equivalia à mutilação**, uma vez que os cabelos eram a marca da sua identidade." (Idem. 2015, p. s/d, grifos nossos). Ao contrário do que se possa imaginar, até hoje, mulheres negras são atacadas na tentativa de obrigá-las a rasparem seus cabelos, como podemos observar na narrativa da respondente H:

Sim, sofri **violência física e verbal** por ser negra no meu período estudantil **colaram chiclete no meu cabelo** enquanto jogavam piadas sujas apenas pelo fato de eu possuir características de pessoas negras me colocaram vários apelidos tendo como base a cor da minha pele ou o meu cabelo.

Sujinha/fedida: Minha pele é escura, mas não é suja e nem fedida.

Preta/pobre: Associam pessoas negras à pobreza devido ao legado de escravidão e sofrimento que temos, mas a minha cor não define o meu patrimônio.

Macaca: Nas redes sociais já fui comparada a um macaco por causa da minha cor. (Respondente H, 2020, grifos nossos.).

Na violência física descrita pela respondente, “colaram chiclete no meu cabelo” fica evidente o objetivo de induzir a uma raspagem capilar, já que esta constitui a única maneira de remover o chiclete dos cabelos. Desse modo, a “sujinha, fedida, preta, pobre e macaca”, conforme a apelidavam, não tinha o direito de deixar seus cabelos crescerem, estes deveriam ser raspados, para tanto, fornece-se alguns “incentivos”, cola-se chiclete para não haver outra saída e atribui-se apelidos depreciativos para “destruir” sua autoestima.

Devido a isso e a muitos outros acontecimentos, os movimentos reivindicatórios protagonizados pelos afrodescendentes envolviam o cabelo como forma de restaurar uma identidade positiva para eles de forma a respeitar suas características naturais. O movimento jamaicano *rastafári* com seus “Dread Looks”, iniciado em 1930, o Black Power surgido nos Estados Unidos em 1960, e assim por diante. No Brasil, está em alta o movimento denominado de transição capilar o qual consiste no abandono dos alisamentos e na recuperação dos cachos.

Pesa sobre as mulheres negras o fato de que a adoção de um visual capilar, independentemente de qual seja, vai sempre contribuir com uma das frentes ideológicas que envolvem as questões etnicorraciais e aquelas que optam pelo enfrentamento aos estereótipos precisam estar preparadas para enfrentar discriminações, práticas racistas que envolvem vocábulos e expressões como os coletados por esta e outras pesquisas. Algumas mulheres assumidamente negras recusam-se a militar pela causa utilizando-se de seu cabelo como instrumento de combate. Verificamos esse fato na resposta da respondente C, a qual repetimos nesse trecho: “na infância! ouvia xingamento de alguns familiares da minha mãe (sou filha adotiva)! Tipo: **Preta querendo ter cabelo liso: o cabelo é meu! eu decido de**

quero ligou⁷⁶ ou não! (Respondente C, 2020, p. s/d, grifos nossos) e da respondente P: “O que aquela **negra quer com cabelos loiros**. É negra mais é bonita. **Negra loira** (por ter pintado os **cabelos de loiros**, como se isso fosse uma especificidade de pessoas brancas)” (Respondente P, 2020, p. s/d, grifos nossos). Atitudes como essas revelam mais um tipo de racismo, o *racismo Capilar*, que ridiculariza e rebaixa os traços capilares de pessoas negras enquanto exalta o das pessoas brancas.

Desse modo, observamos que as respondentes até se consideram negras, mas se negam a assumirem o cabelo naturalmente crespo. Pensamos, então, em elaborar mais uma frente ideológico-identitária, entretanto, acreditamos que as mulheres que agem dessa maneira, ainda estão em processo de autoaceitação. Como afirma a célebre expressão de Zumbi dos Palmares, “Nascer negro é consequência, ser negro é consciência” (ALEPA, 2020, p. s/d).⁷⁷ Assim, ela se encontra em fase de transição da segunda para a terceira frente. Passaremos agora ao próximo campo semântico desta pesquisa.

7.7 Campo semântico: cor da pele representada por substâncias e objetos pretos

Quadro 53 - Narrativa

Respondente Q: Em uma conversa entre colegas e um deles fez um comentário (piada) em relação a minha cor, me sentir ofendida, porém não demonstrei, pois para ele era só uma brincadeira. E já fui chamada de **tição**.

Fonte: Pesquisadora (2021)

Quadro 54 - Vocábulo coletados

	Piche	Tição	MS DOS	
--	-------	-------	--------	--

Fonte: Pesquisadora (2021)

Todos os itens representados pelos vocábulos indicados pelas respondentes possuem coloração preta ou estão relacionados a ela. Entre eles, somente MS DOS

⁷⁶ Deixamos o texto da respondente tal qual foi escrito no formulário, contudo interpretamos a última frase como se ela estivesse escrita da seguinte maneira: “eu decido se quero liso ou não!” por acreditar que houve erro de digitação.

⁷⁷ Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/noticia/4556/> Acesso em: 22 mai. 2022.

não consta no dicionário Aulete, contudo somente o verbete *Tição* apresenta, entre seus conceitos, quatro acepções pejorativas relacionada à temática em estudo. Vejamos:

- **Piche**

Quadro 55 – Verbetes

Piche
sm.
1. Resina pegajosa de cor negra, que se obtém a partir da destilação do alcatrão ou da terebintina; PEZ
[F.: Do ing. <i>pitch</i> . Hom./Par.: <i>piche(s)</i> (sm.[pl.]), <i>piche(s)</i> (fl. de <i>pichar</i>).]

Fonte: Aulete on-line (2021)

O verbete já traz em sua única acepção a indicação da cor preta o que faz com que ele seja relacionado a pessoas negras. Quando pesquisamos o significado do verbete *Negro* no mesmo dicionário encontramos “1. A cor do carvão, **do piche**, do ébano; PRETO” o mesmo ocorre quando pesquisamos *Preto* “1. A cor do carvão, **do piche**, do ébano.” (AULETE, 2021, grifos nossos). Em ambos os casos encontramos o verbete *Piche*. Desse modo, apesar de não verificarmos na entrada do próprio verbete acepções que o relacionem a pessoas negras, como ocorre nos demais verbetes que acabamos de indicar⁷⁸, é perfeitamente possível relacioná-lo a pessoas negras. Tanto é que as respondentes indicaram o vocábulo como ofensa dirigida às mulheres negras.

Quadro 56 – Indicação de acepções e abonações

Análise referencial	Abonações
Piche 1. Pej. Diz-se com mulher negra na intenção de ofender através da comparação a uma substância escura e pegajosa que serve para preparar o chão das ruas para serem transitadas ou pisoteadas.	1. Desgruda de mim piche do cão. Não quero sujar meu sapato novo.

Fonte: Pesquisadora (2021)

- **Tição**

Quadro 57 – Verbetes

Tição
sm.

⁷⁸ No verbete **negro** encontramos: **2.** Indivíduo de pele escura; PRETO e, no verbete **preto**: **3.** Pej. Indivíduo de pele escura. (AULETE, 2021)

1. **Pedacço de lenha acesa ou quase toda queimada:** "Por toda a parte ia uma barafunda de vultos e de vozes, de **tições** desgarrados das fogueiras..." (Henrique Galvão, *Curica*)
2. **Fig. Pej. Pessoa de pele negra.**
3. **Fig. Pessoa muito suja.**
 [Pl.: -ções]
 [F.: Do lat. *titio, onis.*]
- Tiçãõ apagado**
- 1 **CE Depr. Pop. Pessoa de pele negra vestida de preto.** [O uso desse termo, nessa acp., pode denotar preconceito.]
- Tiçãõ do inferno**
- 1 **Pessoa de má índole, ruim, perversa.**

Fonte: Aulete on-line (2021)

A primeira acepção do vocábulo se limita a descrever fisicamente a estrutura do objeto, o que já nos permite, por analogia, relacioná-lo às mulheres negras devido a cor preta, já que um pedaço de lenha queimada fica preta ao tornar-se carvão. Essa conclusão ganha ainda mais força quando encontramos na segunda acepção uma figura pejorativa associada à expressão “pessoa de pele negra”, isto é, o substantivo *Tiçãõ* tem como um de seus significados pessoa de pele negra, por isso, é comum chamar as mulheres negras de tição o que é considerado uma agressão pela respondente M. A agressão se torna ainda mais depreciativa quando lemos a terceira acepção que diz: Pessoa muito suja. Por extensão, depreendemos que as pessoas negras são muito sujas. Observe que na expressão há um intensificador, que nos faz concluir que os negros não são apenas sujos, eles são MUITO sujos. O próprio verbete *Preto* já indica essa informação no oitavo conceito: “8. Sujo, emporcalhado” (AULETE, 2020) enquanto o verbete *Negro* traz a mesma informação na nona acepção: “9. Que se acha sujo, encardido” (IDEM, 2020), ambos discutidos no campo semântico categoria de identificação de cor da pele e da raça.

O fato é que desde o período colonial se atribui a cor da pele das pessoas negras a falta de higiene, a sujeira. Devido a isso, muitas empresas de produtos de limpeza se aproveitavam dessa realidade para promover suas vendas. A propaganda abaixo é da marca de sabão inglesa, *Pears*. Nela, podemos observar explicitamente na parte não verbal do texto que o uso do sabonete proporcionaria o branqueamento da pele das pessoas negras.

Imagem 09 – Anúncio do sabonete Pears 1890



Fonte: História em Rede (2019)

Identificamos também essa mesma situação com outras marcas de sabão, conforme podemos observar abaixo:

Imagem 10 – Anúncio do sabonete Vinólia



Fonte: História em Rede (2019)

Na imagem acima vemos uma menina branca dizendo literalmente a um garoto negro: “Seu garoto sujo! Porque você não se banha com sabonete Vinolia?”⁷⁹ Claramente a pergunta induz à conclusão de que a cor de pele das pessoas negras é preta por falta de higiene e, ao contrário do que podemos imaginar, mesmo depois de

⁷⁹ Tradução nossa.

131 anos – a contar da data de publicação do anúncio contido na imagem 15, as empresas de produtos de limpeza ainda se utilizam do mesmo subterfúgio. Aliás, nem precisávamos buscar exemplos tão antigos para mostrar esta nefasta realidade. A recente propaganda do sabonete Dove, veiculada no ano de 2017, já seria suficiente. Vejamos:

Imagem 11 – propaganda racista de sabonete



Fonte: Jornal do comércio (2017)⁸⁰

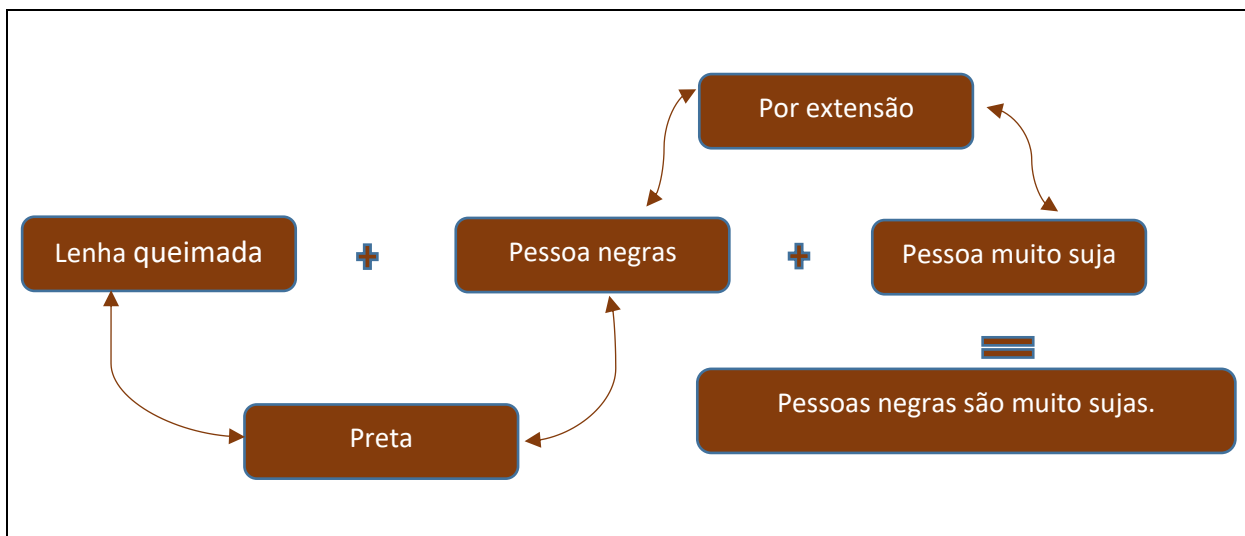
Na propaganda vemos a transição de uma mulher negra para uma mulher branca por causa do uso de um sabonete. Dito de outra forma, a negrura da pele de uma mulher negra pode ser retirada por um ato higiênico. Basta lavar com sabonete que a sujeira da pele – cor preta – sai e dá lugar a uma pele branca, sinônimo de limpeza, padrão de higiene.

Propagandas como essas e muitas outras podem causar sérios prejuízos à saúde mental de pessoas negras, sobretudo de crianças, as quais podem acreditar que um banho bem tomado poderá trocar a cor de sua pele, o que jamais ocorrerá. A busca pela “troca” de cor da pele advém do sentimento de autonegação presente na vida das pessoas negras. Um sentimento imposto pela sociedade etnocêntrica que considera as pessoas negras indesejáveis e sujas. Podemos observar essa ideia na narrativa da respondente H, que ao ser apelidada de sujinha e fedida justifica: “Minha pele é escura, mas não é suja e nem fedida.” (RESPONDENTE H, 2020, grifos nossos.). Isso contraria a concepção de pessoas racistas que creem que um sabonete proporcionaria uma espécie de “metamorfose” capaz de trocar a cor da pele de uma pessoa!

Elaboramos um mapa mental para resumir as informações conceituais do verbete até a terceira acepção.

⁸⁰ Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/10/economia/589920-dove-pede-desculpas-por-propaganda-acusada-de-racismo.html

Quadro 58 - Mapa mental do verbete *Tição*



Fonte: Pesquisadora (2021)

O dicionário ainda apresenta duas expressões que contribuem para a constatação do racismo do verbete *Tição*:

- **Tição apagado** - 1 CE Depr. Pop. Pessoa de pele negra vestida de preto. [O uso desse termo, nessa acp., pode denotar preconceito.]
- **Tição do inferno** – 1 Pessoa de má índole, ruim, perversa.

O **tição apagado** significa pessoa de pele negra vestida de preto e **tição do inferno** pessoa de má índole, ruim e perversa. Nesse contexto, até mesmo os racistas negacionistas provavelmente conseguirão fazer, por analogia ou por extensão, a relação implícita que resulta em: Pessoas negras vestidas de preto são de má índole, ruins e perversas.

O dicionário ainda disponibiliza aos usuários, um mapa mental para o verbete *Tição* em que é possível aprofundar as pesquisas sobre ele. Vejamos:

Quadro 59 – Mapa mental do verbete *Tição*



Fonte: Aulete (2021)

No mapa, observamos a associação de novos verbetes, *Combustível* – facilmente associado à função da lenha queimando; *Pretidão* – relacionado à pele negra e suja e, *Satã* – correlacionado à expressão *Tição do inferno*, moradia de satã.

Não elaboraremos o quadro de acepções e abonações para o verbe *Tição* porque o dicionário, felizmente, já contemplou as expectativas em relação à temática investigada. Aquele ou aquela que optar por chamar uma mulher negra de *tição* não poderá se esconder atrás da desculpa de que foi apenas uma brincadeirinha. O próximo verbe a ser analisado é *MSDOS*, vejamos:

- **MS DOS**

O substantivo *MSDOS* não consta no dicionário adotado para essa investigação. O termo pertence à área da informática e significa *Microsoft Disk Operating System*, um comando usado para entrar e sair de um diretório. Mas que relação um comando computacional tem com o racismo? a relação está na cor da tela que surge ao acessarmos os diretórios. A tela fica automaticamente preta com letras brancas. Não fica difícil perceber que os elementos utilizados para expressar o racismo considera o contexto em que as pessoas vivem. Neste caso, certamente a respondente pertence a um dos cursos da área de informática ofertados pelo *Campus Castanhal* – local da pesquisa. Nesta área são ofertados vários cursos técnicos e superiores. Observemos abaixo uma tela com acesso ao *MSDOS*:

Imagem 12 - Exemplo de acesso ao MSDOS

```

h=C:\WINNT\system32;C:\WINNT;C:\WINNT\System32\Wben
HEXT=.COM;.EXE;.BAT;.CMD;.UBS;.UBE;.JS;.JSE;.WSP;.WS
CESSOR_ARCHITECTURE=x86
CESSOR_IDENTIFIER=x86 Family 6 Model 5 Stepping 3, G
CESSOR_LEVEL=6
CESSOR_REVISION=0503
granFiles=C:\Program Files
MPT=$P$G
LOCAL_DIR=C:\WINNT
tenDrive=C:
tenRoot=C:\WINNT
P=C:\DOCUME~1\ADMINI~1\LOCALS~1\Temp
=C:\DOCUME~1\ADMINI~1\LOCALS~1\Temp
RDOMAIN=MARCV1
RNAME=Administrator
RPROFILE=C:\Documents and Settings\A
ir=C:\WINNT
>

```



Fonte: <https://www.tecmundo.com.br/>

Como podemos observar, a tela fica completamente preta. O *MS DOS* por si somente não expressa racismo, mas quando o relacionamos à cor de uma pessoa

verifica-se a intensão do falante. A de dar ênfase à cor da pessoa, desprestigiando-a, inferiorizando-a porque toda a carga semântica negativa do verbete *Preto e Negro* recai sobre *MSDOS*, que também é preto.

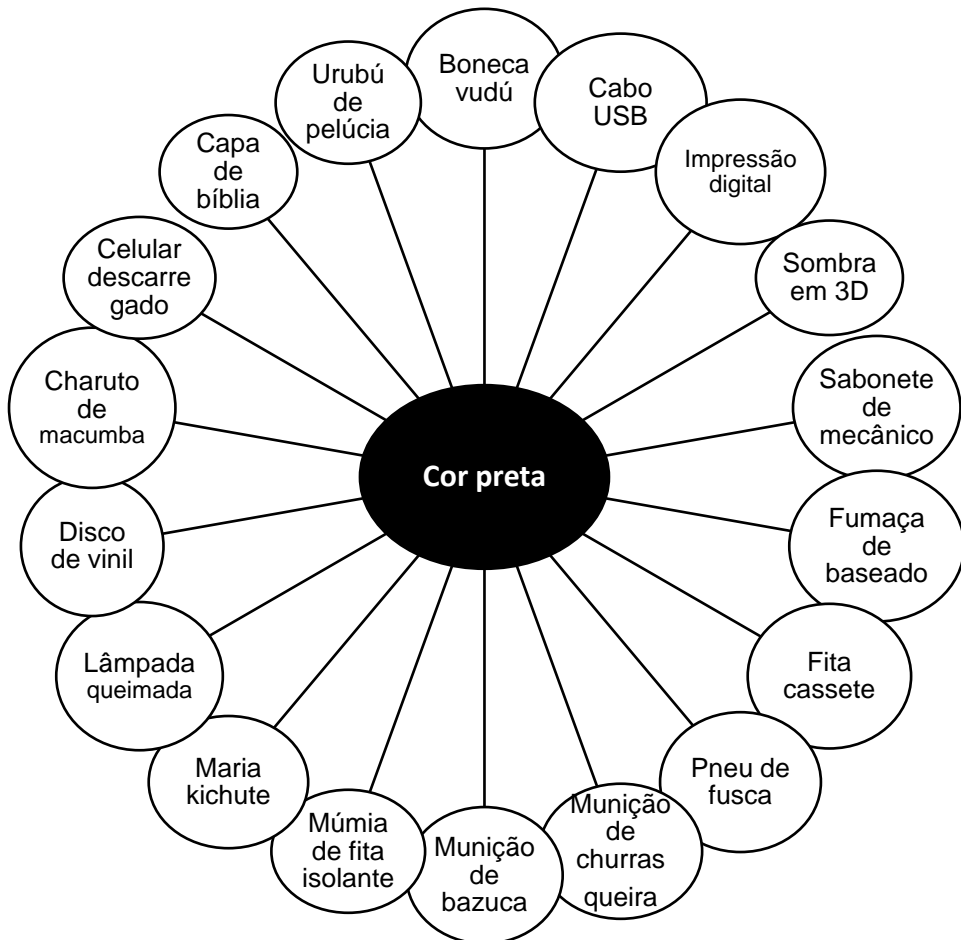
Quadro 60– Indicação de acepções e abonações

Análise referencial	Abonações
MSDOS 1. Fig. Pej. Pessoa de pele negra. 2. Fig. Pessoa muito suja e escura.	1. Não fui eu professora. Foi a MSDOS aí quem reclamou.

Fonte: Pesquisadora (2021)

Por sua vez, as expressões coletadas que se enquadram no campo semântico substâncias e objetos totalizam dezenove. Todas ligadas por um elemento comum e central: a cor preta, conforme podemos observar no mapa mental abaixo:

Mapa mental 02 - Expressões coletadas



Fonte: Pesquisadora 2021

Algumas das expressões já soam pejoratividade direta. É o caso de Maria kichute, Múmia de fita isolante, Munição de churrasqueira, francesinha de mecânico e Sabonete de mecânico. A intenção agressiva nestas expressões é explícita. Mesmo sem um contexto, fica claro o tom jocoso relacionado às mulheres negras. Nas demais expressões ainda é necessária uma reflexão considerando a temática do racismo para verificar as evidências de discriminação.

Contudo, independente do objeto ou substância, pessoas racistas sempre encontrarão uma maneira de relacionar tudo que estiver ao seu alcance e que possui cor preta a uma carga semântica negativa para utilizá-las contra mulheres negras. Quando esse “novo” sentido é atribuído ao objeto, faz-se necessária a ocorrência de esclarecimentos a respeito para evitar que a comum desculpa da “falta de intenção” ou “isso é mi, mi, mi porque não existe racismo no Brasil” seja lançado por terra. Conforme já mencionamos em nosso aporte teórico:

Não é só o sentido que está além da palavra. O sentido não é o elemento final dessa cadeia. Além da palavra estão as expressões dos objetivos e os motivos. Além da palavra estão os afetos e as emoções. Sem a exploração das relações da palavra com o motivo, a emoção e a personalidade, a análise do problema de Pensamento e Linguagem fica incompleto. (LURIA, 1987, p. 369)

Desse modo é preciso nomear, classificar como expressões racista ou de cunho pejorativo tudo que representa o racismo.

7.8 Campo semântico: cor da pele representada por alimentos pretos

Analisaremos a partir de agora, vocábulos e expressões que representam a mulher negra por meio de alimentos.

Quadro 61 - Narrativas

Respondente K: Sim, filha de pais negros me lembro que ainda bem pequena eu brincando com outras crianças começaram a encostar o braço delas no meu e diziam vamos ver quem tem o **braço mais preto**? Crianças sem malícia, mas elas sabiam que a minha cor era diferente, daí perguntei um dia pra minha mãe porque **eu tinha a pele escura** aí ela disse: tinha um grande rio e todos tinha que passar por ele só que para os primeiros a água estava **limpa** nós ficamos por **último** e **quase não tinha mais água só lama** ficamos dessa cor...

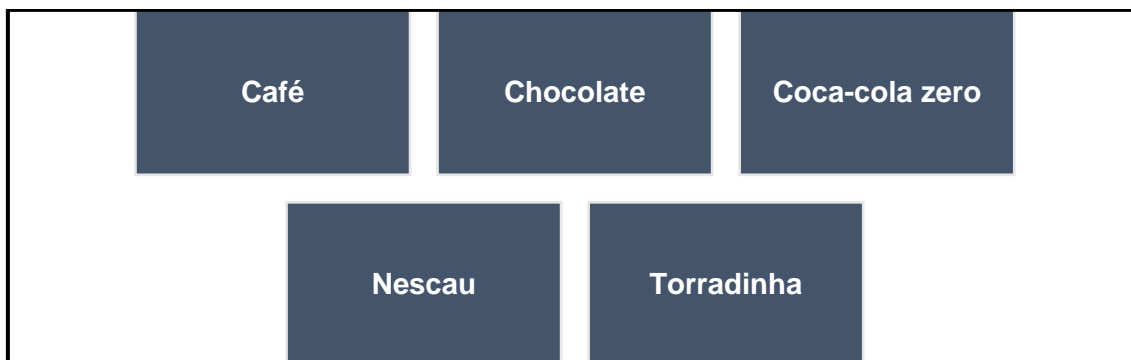
Vivi outra situação na escola, como estudante, os meus colegas a todo momento me lembravam que eu era **negra**. Década dos anos 80, eu era **filha do Pelé**, irmã da Sandra de Sá.

Quando tocava o sinal pra ir embora eu saía rápido porque uns meninos ficavam falando o tempo todo "**nega do cabelo duro que não gosta de pentear**".... Passei pelo ensino médio numa grande ansiedade de entrar na faculdade, porque os meus pais adotivos falavam sempre **preto e feio não tem vez o que diferencia é o estudo**, o que eu não esperava era ser a única negra na sala do Curso de Ciências Naturais. Um dia fiquei muito triste e chorei o professor do nada quando eu cheguei na sala disse chegou o "**bolo de chocolate**", no momento fizeram silêncio e olharam pra mim. Na sala e o que mais me chamava atenção nele era a forma de falar de situações no mercado de trabalho onde quase que sempre as pessoas de cor tinham menos privilégio.

O sonho de quase toda moça é casar e viver o felizes para sempre, logo no meu primeiro ano de casamento aconteceu uma situação que me deixou muito constrangida: estávamos conhecendo os vizinhos e tinha um bem negro e o meu esposo naquele momento ficou muito feliz e surpreso de vê-lo e disse pra mim que não sabia que tinha pessoas mais pretas do que eu, fiquei arrasada... mas não parou por aí, quando engravidei da minha primeira filha ele, como sabia que eu entendia de genética, vivia me perguntando que cor a criança iria nascer. Isso me deixava triste e abatida, mas eu não dizia nada com medo de ofender. Hoje sou divorciada.

Respondente R: Sim, lembro quando fazia o ensino fundamental maior na cidade do meu município, porém fora da minha comunidade de origem, lembro de um colega que em um dia de apresentação de seminários **me chamou de café**, sendo que junto que comigo apresentou uma colega de pele com menos melanina, porém não branca, era sobre história a explanação, não lembro bem, mas tinha relação com café, então um colega disse que deu certinho a dupla, pois me denominou de café e minha colega de leite, fiquei triste, envergonhada, porém continuei a apresentação, mesmo sem saber o que fazer ou falar para ele. O mais incrível foi que o professor que estava na sala conosco não fez simplesmente nada, não interviu de nenhuma forma. Para além desse lembro dos preconceitos que sofri com relação a minha maneira de falar quando iniciei meus estudos na cidade. Enquanto estudava no campo, praticamente dentro da minha comunidade nunca vivenciei tal situação, porém a mudança de estudo para a cidade, mesmo ainda criança, adolescente me mostrou uma nova realidade. Já depois de adulta, lembro de uma única vez em um consultório, sendo que fui bater um raio x da boca e a moça que estava me atendendo disse que a foto estava muito escura, porém não se retardou em me dizer que não estava falando aquilo por conta da minha cor rrsrs, enfim esse é o Brasil racista que vivemos aonde as pessoas racistas se colocam no lugar de dissimuladas e acreditam que nós pretos somos burros e que não sabemos reconhecer um ato, uma atitude racista.

Quadro 62 - Agrupamento dos vocábulos coletados



Quadro 63 - Expressões coletadas



Fonte das imagens: geradas pelo PPT Windows 2020.

Para a análise dos vocábulos e expressões racistas, representados por alimentos de cor preta, não será apresentado o quadro com os verbetes do dicionário Aulete, devido nenhum deles possuir acepções que se relacionem às relações etnicorraciais. Todavia, vale ressaltar que nem por isso a forma de utilização deixa de ser racista.

Todos os vocábulos e expressões indicados pelas respondentes apresentam basicamente a mesma cor, isto é, pertencem ao gradiente preto que carrega consigo conotação semântica negativa. Ao se chamar alguém de Café, Chocolate, Bolo de chocolate, Coca-Cola zero, Nescau ou Torradinha procura-se equiparar a cor do produto à cor da pele da pessoa. Isso fica mais evidente quando observamos as expressões coletas que são formadas basicamente com os mesmos vocábulos como, por exemplo, chocolate quente e Maria café. A expressão pode apresentar vários sentidos, como indicar alguém que gosta muito de tomar café, todavia, se fosse este o caso, a respondente não ficaria ofendida ao ser apelidada pela expressão. O mais provável é que a expressão se refira à cor da pele da respondente, inclusive, na narrativa, podemos observar que a respondente R foi chamada de café enquanto sua colega de aula, de leite. Café, que é preto para indicar a negra, e o leite, que é branco, para a branca.

Tudo isso, fica ainda mais grave quando são utilizadas expressões ainda mais apelativas. Vejamos:

- **Beirada de pizza** – a pizza não indica a cor preta, contudo, quando se aponta a borda, que normalmente fica queimada e preta por receber mais calor, denotamos o tom jocoso.
- **Chopp de petróleo** – na região em que foi coletado os dados, nomeia-se de chopp o picolé artesanal preparado dentro de sacos plásticos pequenos. Na

expressão coletada, podemos perceber o tom irônico e a intenção agressiva de humilhar as mulheres negras. Conforme sabemos, não existe chopp de petróleo. O objetivo é simplesmente dar ênfase, mais uma vez, à cor escura da substância que é imprópria ao consumo humano. O mesmo ocorre com as expressões “**Picolé de asfalto**” e “**Musse de graxa**”.

7.9 Campo semântico: cor da pele representada por situações negativas, lugares e deslocamentos

Analisaremos agora os vocábulos e expressões pertencentes ao campo semântico cor da pele representado por situações negativas, lugares e deslocamentos. Vejamos as indicações das respondentes:

Quadro 64 - Agrupamento dos vocábulos coletados



Fonte: Pesquisadora (2021)

O primeiro vocábulo a ser analisado neste campo semântico será *Antimatéria*. Uma palavra pouco comum, mas que foi indicada pelas respondentes como sendo pejorativa. Observemos o que o dicionário indica como conceito para o termo em questão:

- **Antimatéria**

Analisaremos a seguir o verbete *Antimatéria* indicado pelas respondentes como xingamento dirigido às mulheres negras.

Quadro 65 – Verbetes Antimatéria

<p>Antimatéria</p> <p>sf.</p> <p>1. Fís. Inversão elétrica hipotética da matéria comum constituída de átomos. [Tal matéria seria formada por antipartículas.]</p> <p>[F.: <i>ant(i)- + matéria.</i>]</p>

Fonte: Aulete on-line (2021)

Para o verbete *Antimatéria* o dicionário apresenta apenas uma acepção indicando que se trata de uma inversão elétrica hipotética da matéria comum. Dito de outra forma, significa o inverso da matéria. Desse modo, é necessário sabermos o conceito de matéria para compreendermos a definição de antimatéria. No mesmo dicionário observamos que a matéria é a “1. Substância de que algo (objeto, ser vivo, fluido etc.) é constituído.” (AULETE, 2021, p. s/d). Conforme informamos anteriormente, a antimatéria seria o inverso da matéria, isto é, o seu contrário. O que já é denotado pela formação da palavra que nasce da união do prefixo grego *anti-*, cujo significado é ‘do lado contrário’, com o substantivo matéria ‘substância de que algo é constituído.” No contexto da nossa pesquisa, a respondente indicou como vocábulo racista esse termo, mas não disponibilizou justificativa e nem a narrativa relatando como ela foi chamada pelo termo, o que dificulta a análise. Contudo, podemos depreender que se uma negra é xingada de antimatéria, que constitui o inverso da matéria, a branca torna-se automaticamente a matéria, já que uma corresponde especificamente ao inverso da outra.

De fato, os atributos físicos que caracterizam o negro, e mais particularmente a cor da pele, expressam as representações que, historicamente, associam a essas características físicas atributos morais e/ou intelectuais que vão corresponder, no espectro das tipificações sociais, àquilo que se instaura **na dimensão do distante**, ou seja, àquilo que expressa o que está além do conjunto dos valores nos quais os indivíduos se reconhecem. Nessa rede, **negro e branco se constituem como extremos**, unidades de representação que correspondem ao *distante* — objeto de um gesto de afastamento — e ao *próximo*, objeto de um gesto de adesão. (NOGUEIRA, 1998, p. 46, grifos da autora).

Nesta relação de lados opostos, melhor dizendo, de extremos, as representações identitárias são dissemelhantes. Assim sendo, enquanto a mulher branca (matéria) agrega adjetivos como humanidade, pureza, bondade, intelectualidade, beleza etc., a negra (antimatéria) seria a representação do contrário de tudo isso, já que seu copo negro carrega em si todos os antônimos de tais representações. Isso ocorre porque “a cultura necessita do negativo, do que é recusado, para poder instaurar, positivamente, o desejável. Tal processo inscreve os negros num paradigma de inferioridade em relação aos brancos.” (IDEM, 1998, p. 46). E ao que tudo indica, é justamente isso que incomoda a respondente e quase todas as mulheres negras.

Quadro 66 – Indicação de acepções e abonações

Análise referencial	Abonações
<p>Antimatéria</p> <p>1. Pej. Mulher de pele negra.</p> <p>2. Pej. Diz-se com o objetivo de dar ênfase aos vários distanciamentos sociais existentes entre mulheres brancas e negras. (oposições sociais, históricas, econômicas etc.)</p> <p>3. Que anuncia subjetivamente existência negativa a pessoas negras.</p>	<p>1. Bom dia, antimatéria.</p> <p>2. Acabou de chegar a antimatéria da turma de física.</p>

Fonte: Pesquisadora (2021)

- **Apagão**

De acordo com as respondentes, *Apagão* pode ter sentido pejorativo e pode ser usado como xingamento para mulheres negras. Vejamos o que diz o dicionário a respeito do vocábulo.

Quadro 67 – Verbetes Apagão

<p>Apagão</p> <p>Bras.</p> <p>sm.</p> <p>1. Colapso parcial ou total no fornecimento de energia elétrica a grandes áreas, esp. urbanas, ou a toda uma cidade, um estado, país etc.</p> <p>2. P.ext. Colapso generalizado em um serviço ou atividade, em um sistema de fornecimento, distribuição ou controle, que se dá quando uma falha localizada acarreta outras falhas (<u>apagão aéreo</u>)</p> <p>[Pl.: -gões.]</p> <p>[F.: Do esp. <i>apagón</i>.]</p> <p>Apagão aéreo</p> <p>1 Colapso total ou parcial nos sistemas de transporte aéreo de uma região, ou de todo um país, devido a problemas de controle de voo, atrasos e cancelamentos de voos programados, dificuldades logísticas de atendimento nos aeroportos etc.</p>
--

Fonte: Aulete on-line (2021)

As três acepções do verbete em estudo indicam que o vocábulo *Apagão* significa uma espécie de colapso. Este colapso pode ser parcial ou total, independente disso, todo colapso representa uma crise, uma falência. Relacionado à mulher, pode indicar várias coisas. O agressor pode estar relacionando a escuridão causada pela falta geral de energia à cor da pele da mulher negra ou ele pode estar relacionando uma situação negativa a uma pessoa negra. Chegou o **apagão!** Para dizer que: Chegou o problema geral da humanidade. Prática muito comum em nossa sociedade que faz uso de expressões cristalizadas como:

- A coisa está preta! – para representar uma situação difícil.
- Lista negra. – para indicar uma relação de desafeto, algo ou alguém indesejado etc.
- Mercado negro. – para indicar clandestinidade ou ilegalidade.
- Ovelha negra. – para indicar pessoa problemática.
- Sexta-feira negra. – para indicar um dia ruim.

Quadro 68 – Indicação de acepções e abonações

Análise referencial	Abonações
Apagão 1. Pej. Utilizado como insulto para agredir mulheres negras equiparando-as a um colapso.	1. Cala a boca, apagão do cão! 2. 1. Fica na tua, apagão da meia noite!

Fonte: Pesquisadora (2021)

• Meia-noite

Veremos a seguir o verbete *Meia-noite* que foi indicado como pejorativo pelas respondentes da pesquisa.

Quadro 69 – Verbetes

Meia-noite
sf. 1. Hora que marca o fim de um dia e o começo de outro, correspondendo às 24 horas. [Pl.: meias-noites.]

Fonte: Aulete on-line (2021)

Para o vocábulo *Meia-noite* o dicionário apresenta apenas uma acepção. Ela delimita o horário que intermedia o início e o fim de um dia. É provável que a pejoratividade do vocábulo esteja atribuída à escuridão que ocorre nesse período, isto é, na relação da escuridão que ocorre no período com a cor da mulher negra, ambos enegrecidos.

Quadro 70 – Indicação de acepções e abonações

Análise referencial	Abonações
Meia-noite 1. Pej. Utilizado com o objetivo de equiparar a escuridão da meia-noite a cor da pele das mulheres negras.	1. Liga a lâmpada, pessoal. Acabou de chegar à meia-noite .

Fonte: Pesquisadora (2021)

- **Submundo**

Veremos agora o verbete *Submundo* considerando o viés do dicionário, bem como o das respondentes.

Quadro 71 – Verbetes Submundo

<p>Submundo sm. 1. Esfera (social, econômica ou cultural) considerada inferior (em relação a outras tidas como superiores): <i>O submundo do cinema ofende a nação.</i> 2. O mundo da delinquência ou do crime organizado (<u>submundo do crime</u>). 3. O conjunto dos marginais ou delinquentes que o constituem. [F.: <i>sub-</i> + <i>mundo</i>.]</p>
--

Fonte: Aulete on-line (2021)

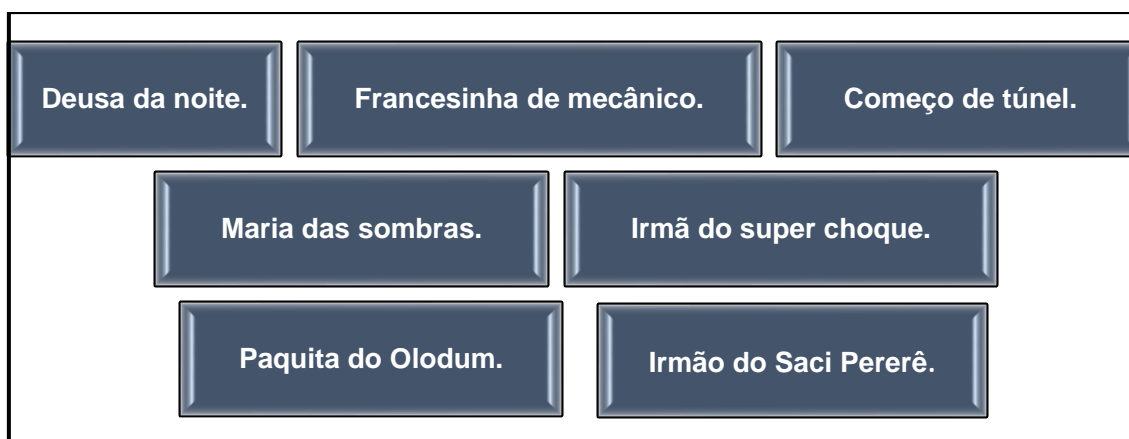
Submundo representa mais um vocábulo atribuído à mulher negra para designar-lhe o sentido de inferioridade, negatividade e delinquência. Fato comum em muitas expressões que são usadas cotidianamente em nosso país, conforme mencionamos no verbete anterior.

Quadro 72 – Indicação de acepções e abonações

Análise referencial	Abonações
<p>Submundo 1. Pej. Utilizado com o objetivo de inferiorizar mulheres negras atribuindo-lhes uma semântica negativa relacionada à delinquência.</p>	<p>1. Lá vem a submundo, pessoal. Escondam suas bolsas.</p>

Fonte: Pesquisadora (2021)

Quadro 73 - Expressões coletadas



Fonte: Pesquisadora (2021)

Todas as expressões coletadas dão ênfase à cor da pele da mulher negra. Vejamos:

1. **Deusa da noite** – o substantivo deusa está relacionado à divindade religiosa, a algo sobrenatural. A expressão *Deusa da noite* equivaleria, por exemplo, à *Deusa do amor*, *Deusa da fertilidade* entre outras. Na mitologia grega, a *Deusa da noite* é a personificação da noite. No contexto das relações etnicorraciais, podemos depreender que se faz alusão à cor da pele da mulher negra.
2. **Francesinha de mecânico** – Entende-se por francesinha a pintura das unhas que leva uma faixa branca apenas nas pontas. Mecânico, por sua vez, é um profissional que atua na reparação de motores de automóveis, motocicletas, isto é, de máquinas e equipamentos mecânicos, entre os quais é comum o uso de graxa e outras substâncias que ficam acumuladas nas mãos, sobretudo embaixo das unhas do profissional, o que dá origem a uma “faixa” empretecida na extensão das pontas das unhas semelhante à francesinha que a manicure produz. Daí, surge, por analogia, a expressão depreciativa *Francesinha de mecânico*.
3. **Começo de túnel** – o túnel pode ser conceituado como uma passagem subterrânea que normalmente tem pouca iluminação, ou seja, é escuro. A escuridão é percebida logo que se entra no local. Assim, quando alguém é chamado de começo de túnel, objetiva-se ressaltar sua escuridão.
4. **Maria das sombras** – as sombras representam um espaço escuro. A expressão *Maria das sombras* pode ter, pelo menos, duas conotações. Ela pode indicar uma mulher que vive em um lugar sombrio e/ou de forma sombria ou que possui um corpo negro como as sombras.
5. **Irmã do super choque** – trata-se de um super-herói negro de um desenho animado que leva o mesmo nome. Ele tem uma irmã, também negra, chamada Sharon. A intenção de chamar uma mulher de irmã do super choque é a mesma de chamá-la de negra.
6. **Paqueta do Olodum** – o vocábulo *Paqueta* refere-se às assistentes de palco da apresentadora Xuxa. Eram adolescentes e jovens que cantavam, coreografavam e davam assistência à apresentadora, enquanto Olodum é uma escola de tambores afro-brasileiros. Desse modo, presume-se que a paqueta do Olodum seria uma mulher jovem e negra.

7. **Irmã do Saci Pererê** – Saci Pererê é um personagem negro do folclore brasileiro. Ele é deficiente físico, possui apenas uma perna. Neste caso, a irmã do Saci Pererê seria também uma mulher negra, por isso a respondente indicou o verbete como racista. Apesar das expressões indicadas pelas respondentes estarem descontextualizadas por falta das narrativas, podemos mencionar um exemplo coletado no site do MPDF para servir de amostra. Vejamos: “Denúncia de injúria racial contra acusada que injuriou a esposa de seu ex-marido. A acusada a chamou de "cachorra, preta, macaca, **saci-pererê**".⁸¹ Entre os insultos direcionados a uma mulher negra consta Saci-pererê. Podemos fazer a mesma relação com a irmã do Saci-pererê.

7.10 Campo semântico: cor da pele representada por animais

Quase todos os vocábulos e expressões deste campo semântico foram coletados nas respostas da questão 12, por isso temos apenas uma narrativa das respondentes para contextualização da análise.

Nesta subseção, faremos uma única análise para todos os vocábulos, uma vez que todos pertencem à família dos macacos. Esta informação está explícita nas acepções de cada verbete indicado pelo dicionário Aulete, com exceção apenas de *Chita*. Contudo compreendemos que ela também faz parte do mesmo universo dos macacos por estar se referindo à personagem *Chita* contracenada por um chimpanzé que atuava nos filmes da série Tarzan.

Quadro 74 - Narrativa

Respondente H: Sim, sofri violência física e verbal por ser negra no meu período estudantil colaram chiclete no meu cabelo enquanto jogavam piadas sujas apenas pelo fato de eu possuir características de pessoas negras me colocaram vários apelidos tendo como base a cor da minha pele ou o meu cabelo.

Sujinha/fedida: Minha pele é escura, mas não é suja e nem fedida.

Preta/pobre: Associam pessoas negras à pobreza devido ao legado de escravidão e sofrimento que temos, mas a minha cor não define o meu patrimônio.

Macaca: Nas redes sociais já fui comparada a um macaco por causa da minha cor.

Fonte: Pesquisadora 2020.

⁸¹ Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdf-menu/nucleos-e-grupos/nucleo-de-enfrentamento-discriminacao-ned/8330-denuncias-2016> Acesso em: 15 Jan.2021.

Quadro 75 – Agrupamento dos vocábulo coletados



Fonte: Pesquisadora (2021)

Quadro 76 – Verbetes

<p>1. Chimpanzé s. m. (zool.) macaco antropoide africano das florestas equatoriais da África (<i>Anthropopithecus troglodites</i> ou, em classificação hoje desusada, <i>Simia satyrus</i>). Outras espécies: <i>A. niger</i>, também denominada <i>chimpanzé-preto</i>, e <i>A. calvus</i>, de crânio calvo e muito alto. [A cabeça é mais arredondada que a do gorila e as orelhas são grandes. Raramente permanece ereto, e ao andar emprega as mãos. É mais arborícola que o gorila, e facilmente domesticável quando novo.] Também lhe chamam <i>jocó</i> e <i>pongo</i>. (Fig.) Pessoa muito feia, desajeitada. F. conguês.</p>
<p>2. Chita sf. 1. Tecido de qualidade inferior, feito de algodão e gr. estampado em cores 2. Bras. Bot. Nome comum a diversas plantas do gên. <i>Oncidium</i> da fam. das orquídeas, com flores em geral amarelas e cujo colorido lembra o tecido a2g. 3. Bras. Cujo pelo tem pequenas manchas (diz-se de boi ou cavalo); CHITADO [F.: neoárico <i>chhit</i>, este do sânsc. <i>chitra</i> 'matizado'.]</p>
<p>3. Gorila sm. 1. Zool. Grande macaco da fam. dos pongídeos (<i>Gorilla gorilla</i>), com até 1,90m de altura e 200kg de peso, encontrado nas florestas da África Central. 2. Bras. Pej. Pop. Guarda de segurança pessoal de personalidades públicas, como grandes políticos e empresários de renome. 3. Bras. Pej. Pop. Militar adepto de golpes de estado, ger. de tendências direitistas. 4. Bras. Pej. Pop. Indivíduo violento, muito forte e ger. abrutalhado. [F.: Do lat. cien. <i>Gorilla</i>.]</p>
<p>4. Macaca sf. 1. Zool. Fêmea do macaco. 2. Zool. Designação comum aos primatas antropoides do gênero <i>Macaca</i>, como o macaco <i>Rhesus</i>. 3. N.E. lct. Espécie de linguado (<i>Solea lascaris</i>), usado como alimento ou como isca para peixes maiores. 4. Bras. Fig. Pej. Mulher feia. 5. Bras. Pop. Má sorte sistemática, infelicidade; urucubaca; MACACOA [Antôn.: sorte] 6. N.E. Chicote de cabo curto e grosso para açoitar animais. 7. CE Vaca que não deu cria. 8. Lus. Fig. Pop. Jogo da amarelinha; ACADEMIA 9. Lus. Fig. Pop. Carteira de notas [F.: Do tax. <i>Macaca</i> < port. <i>macaca</i>] Estar com a macaca 1 Pop. Estar exageradamente agitado. 2 Estar muito nervoso ou irritado. Macaca de auditório 1 Antq. Pessoa que participa de programa de televisão, como parte da plateia presente no local da transmissão ou gravação, e que se comporta de modo agitado, gritando ou aplaudindo entusiasticamente os artistas que se apresentam. 2 Fig. Joc. Admirador(a) entusiasta</p>

Mencionamos anteriormente que na situação de escravizados os negros eram destituídos de sua humanidade. Às vezes objetos, às vezes animais, mas nunca seres humanos. Porque se assim o fossem seriam dotados de direitos, assim como os brancos e isso não poderia acontecer porque prejudicaria financeira e socialmente a seu senhor, seu proprietário. Na situação de seres humanos, os negros não poderiam ter donos. Afinal, permite-se possuir um cavalo, um boi, um cão, mas uma pessoa, jamais! Seria contra os padrões do cristianismo - religião adotada pelos invasores.⁸² Por isso, para explorar desumanamente as pessoas negras, arrancam-lhe a humanidade. Equiparavam-nos aos animais a ponto de deixar marcas de apropriação em seus corpos negros, assim como se faz aos bois, hoje em dia, em que marcam suas peles a ferro quente com as iniciais ou símbolos que representem o proprietário. Tal fato permitia ao “bom homem de Deus’ dormir tranquilamente sabendo que não explorava nenhum de seus irmãos, mas um negro ou negra desprovidos de alma, vontade, inteligência e, conseqüentemente, de direitos por não serem humanos.

Comparar negras a macacos tem a mesma perspectiva: rebaixar a pessoa para um nível aquém da humanidade para, então, violentá-la. Uma prática histórica de exploração praticada inicialmente no período colonial por meio do escravismo.

A instituição da escravidão construiu, para os negros, a representação segundo a qual eram seres que, pela sua “*carência de humanização*” (porque portadores de um corpo negro, que expressava uma “*diferença biológica*”), inscreviam-se na escala biológica num ponto que os aproximava dos animais e coisas, seres esses que, legitimamente, constituem objetos de posse dos “*indivíduos humanos*”. (NOGUEIRA. 1998, p. 103, grifos da autora).

Desse modo, a “*carência de humanização*” tolhia todos os direitos dos negros deixando em seu lugar apenas deveres. O leite materno da negra servia para prover o sustento dos filhos brancos de sua senhora, enquanto os seus próprios filhos definhavam de fome sem ter um lugar propício para reclinar sequer a cabeça. Os que sobreviviam eram vendidos pelo melhor preço. Assim, a negra, inumana, era impedida de constituir família.

⁸² Vale ressaltar que a prática escravista não foi exclusividade dos povos cristãos. Várias outras organizações com denominações religiosas distintas também se apropriaram de pessoas para o mesmo objetivo. CARVALHO (2022). Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/comercio-escravos-na-Africa.htm> Acesso em: 22 mai. 2022)

Até hoje a negra precisa lutar para ser reconhecida como humana, como pessoa, como mulher. Mas perde, socialmente, esse status ao ser xingada de macaca. “A designação ‘*macaco*’ vem ocupar o lugar de seu nome próprio, pois toda denominação ocupa o lugar do nome próprio do sujeito.” (NOGUEIRA, 1998, p. 100, grifos da autora). Conforme vimos anteriormente, “o processo de nomeação em qualquer língua resulta de uma operação perceptiva e cognitiva.” (BIDERMAN, 1996, p. 27). Isto significa dizer que a agressão de chamar uma mulher de macaca é percebida e aprendida por quem fala e por quem ouve. E o que podemos aprender com isso?

As negras introjetam que pertencem a uma categoria diferente das pessoas brancas, uma categoria inferior que lhe é imposta devido a seus corpos negros, pois, como já afirmamos em nosso aporte teórico, o nome representa a essência do ser, uma vez que sua escolha não se realiza de forma arbitrária devido à existência de uma espécie de vínculo essencial entre o nome e a coisa ou objeto ao qual ele nomeia e designa, não havendo assim, separação entre palavra e referente. Nesta perspectiva, o nome é parte vital do ser. (BIDERMAN, 1998). Compreendido dessa forma, constitui um crime grave nomear uma mulher de macaca ou qualquer uma de suas espécies.

[...] a denominação “*macaco*”, atribuída ao sujeito negro, é peculiar, e se distingue de outras formas de injúria que, denominando o “*defeito*” moral, atingem o espírito. Esta designa como defeito seu próprio corpo, pela alusão à cor e, pela associação que aí se dá entre “*cor negra*” e “*macaco*”, não só despossui o sujeito de sua identidade mas, inclusive, nesse caso, de sua própria humanidade.

Tal denominação se traduz, para o sujeito negro, como uma mensagem perversa, que lhe diz que ele, negro, perante o conjunto dos humanos brancos, está na posição de um animal (inferior, portanto, no plano biológico). (NOGUEIRA, 1998, p.102.)

Esse fato é de conhecimento tanto das pessoas negras quanto das brancas. Basta observar os contextos em que as ofensas ocorrem. Eles não deixam espaço para dúvidas. A pessoa que agride uma mulher negra nomeando-a de macaca tem plena consciência de que a está rebaixando para um nível inferior ao seu. Justamente por isso, opta por estes vocábulos que carregam consigo toda a realidade maligna do processo escravista brasileiro ao qual as negras foram submetidas. Apoiamo-nos novamente em nosso aporte teórico que confirma justamente esta situação.

[...] o significado é tributário de uma realidade que o antecede e precede, realidade essa que nossa percepção/cognição percebe e interpreta, criando o objeto mental ou unidade cultural ao qual atribuímos um nome, isto é, a palavra ou significante. Assim o referente e o universo de que ele procede geram o fenômeno da significação. (BIDERMAN, 1998, p.92).

O fenômeno da significação aqui foi gerado de uma realidade factual passada que é de conhecimento de todos: no período escravista os negros e negras eram considerados objetos e animais, isto é, foram objetificados e animalizados e isso se reflete nas escolhas lexicais dos racistas contemporâneos.

Para encerrar a análise dos vocábulos deste campo semântico apresentaremos o quadro com as acepções seguidas de suas respectivas abonações. Como todos os vocábulos giram em torno das várias espécies de macacos, adotamos a mesma acepção para eles. As abonações, por sua vez, serão diferentes porque, conforme mencionamos anteriormente, elas são coletadas nas narrativas das respondentes e, em sua falta, em notícias ou processos judiciais disponíveis na internet. Assim, teremos significantes distintos, mas significados coincidentes.

Quadro 77 - Indicação de acepções e abonações -

Análise referencial	Abonações
<p>Chimpanzé 1. Pej. Utilizado com o objetivo de agredir pessoas negras rebaixando-as ao nível dos animais. Animalização de pessoas negras.</p>	<p>1. Essa nega pensa que é gente? Esse Chimpanzé dos infernos.</p>
<p>Chita 1. Pej. Utilizado com o objetivo de agredir pessoas negras rebaixando-as ao nível dos animais. Animalização de pessoas negras.</p>	<p>1. Cala a boca sua macaca chita. 2. Cadê o Tarzan, chita?</p>
<p>Gorila 1. Pej. Utilizado com o objetivo de agredir pessoas negras rebaixando-as ao nível dos animais. Animalização de pessoas negras.</p>	<p>1. Macaco, preto, fedorento, gorila, vagabundo! 2. Quem essa gorila pensa que é?</p>
<p>Macaca 1. Pej. Utilizado com o objetivo de agredir pessoas negras rebaixando-as ao nível dos animais. Animalização de pessoas negras.</p>	<p>1. Orangotango, macaca. Ela está no lugar errado, deveria voltar para a África. Da próxima vez trago umas bananas para ela. 2. King Kong, macaca! 3. Urubua. Macaca. Te odeio, sua macaca, galinha de macumba, custa o que custar, vocês três vão me pagar. 4. Negra imunda, nega sem vergonha, puta preta, macaca. Não deveria existir negro no mundo. 5. E você, sua nega, safada, sua macaca! Vou te matar, sua rapariga!" 6. Sua macaca, além de preta é feia e fedorenta.</p>

	Obs.: Todas as abonações do verbete “Macaca” foram retiradas de processos disponíveis no site do Ministério Público do DF. ⁸³
--	---

Fonte: Pesquisadora (2021)

Quadro 78 - Agrupamento das expressões coletadas



Fonte: Pesquisadora (2021)

As expressões coletadas também inserem as mulheres negras em uma esfera aquém da humanidade.

1. **Fúria da noite** – expressão que faz parte do universo juvenil. O Fúria da Noite é um dragão de cor preta que protagoniza o seriado *Dragões* exibido pela Netflix.
2. **Galinha de despacho e galinha preta** – expressões sinonímicas porque a galinha apropriada para a prática do despacho deve ser preta. No contexto das relações etnicorraciais envolvendo afrodescendentes, o despacho pode ser entendido como um tipo de oferenda a Exu que normalmente é colocada em cachoeiras ou encruzilhadas para que se obtenha dos orixás algum tipo de malefício para alguém. Desse modo, o ato de insultar uma mulher chamando-a de galinha preta ou galinha de despacho objetiva, além de animalizá-la, retirando sua humanidade, também torná-la indesejável.

Segundo Nogueira (1998, p.40), “Quando alguém representa o não viável o não desejável (por exemplo, “burro”, “vagabundo”, etc.), ele deve ser *distanciado*, sempre em tons ofensivos.” E é justamente desse modo que ocorre com as mulheres negras. Elas são distanciadas das pessoas “dignas” por meio de graves insultos.

⁸³ Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/nucleos-e-grupos/nucleo-de-enfrentamento-discriminacao-ned/8330-denuncias-2016> Acesso em: 05 Ago. 2021.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de desenvolver um estudo a respeito de vocábulos, expressões e sentenças preconceituosos, utilizados contra mulheres negras, nasceu da indignação causada ao observar e vivenciar práticas linguísticas racistas, que se concretizam por meio do uso de escolhas lexicais pejorativas, serem consideradas atitudes normais no cotidiano acadêmico e social.

Os resultados obtidos, por meio da análise dos dados coletados e consolidados pelo referencial teórico, apontam que a sociedade brasileira tem dificuldades em reconhecer o alto grau de racismo operante no país. O racismo é cotidianamente auto-negado, já que só é reconhecido na atitude do outro, o que denota a falta de auto-reconhecimento do problema por um número expressivo de brasileiros.

Essa autonegação do sujeito racista se esconde, muitas vezes, atrás de dissimulações linguísticas como: *Eu não quis dizer isso. Foi só uma brincadeirinha. Ninguém pode provar que chamar seu cabelo de bucha é uma atitude racista, onde está escrito isso?* Fingem, dissimulam e escapam as punições que deveriam receber por praticar injúrias raciais, ou melhor, racismo linguístico contra pessoas negras.

Vimos que é necessário discutir o poder da palavra, a força que advém dos vocábulos, das expressões e das sentenças, considerando o contexto das relações étnico-raciais. É preciso revelar que o código linguístico sempre propaga concepções históricas e culturais, e está a serviço de quem o domina que normalmente é quem dispõe de poder. Observando por esta ótica, podemos afirmar que a linguagem garante a imposição e a manutenção de ideologias. As organizações frasais, as escolhas lexicais e semânticas podem favorecer o surgimento ou o apagamento de qualquer coisa, pessoa ou situação. Tal fato pode ser constatado quando discutimos acerca do sexismo linguístico quando privilegia substantivos masculinos para representações gerais. Isso geralmente causa o apagamento ou a invisibilidade feminina, assegurando assim, o sexismo linguístico e, conseqüentemente, o social.

Vocábulos, expressões e sentenças racistas **excluem** das pessoas negras as possibilidades de participação social efetiva (*Aqui não é o seu lugar, negra!*), **invisibilizam** atributos positivos (*Serviço de nega é assim. Podre!*), **rebaixam** inferiorizando traços físicos, morais e psicológicos (*Negra suja, mau caráter, louca.*), **marginalizam** através de estereótipos (*Toda negra é ladra! / Toda negra é quente!*).

Identificamos aqui algumas das expressões racistas enraizadas em nossa língua e amplamente utilizadas pelos discentes do *Campus* Castanhal e pela população em geral, mas silenciadas em nossos manuais escolares e emudecidas em nossa prática docente. Não se trata aqui de ensinar o significado dessas e de muitas outras expressões semelhantes, pois quase todo mundo as conhece e as utiliza, indiscriminadamente. A intenção é discutir a temática buscando combater, por meio de esclarecimentos e interdições, as concepções distorcidas acerca da mulher negra. Não é ignorando ou omitindo nos materiais didáticos tais vocábulos e expressões que eles desaparecerão, mas é mostrando, demonstrando e discutindo a gravidade e a criminalidade de seu uso que eles poderão ser evitados. Para tanto, faz-se necessária ampla exposição dos campos semânticos racistas para posterior reelaboração de percepções individuais e coletivas que aborem os usos racistas dos verbetes no contexto das relações étnico-raciais os quais atravessam todos os espaços sociais, inclusive em escolas e academias.

É preciso compreender que vocábulos, expressões e sentenças possuem natureza social. Seus vários significados são circunstanciais, pois são construídos considerando aspectos culturais, religiosos e históricos. O contexto se torna elemento indispensável para o entendimento daquilo que foi expresso, comunicado. Desse modo, ele deve servir de base para a formulação dos significados ou dos vários conceitos existentes.

Cada vocábulo, expressão ou sentença, constitui uma espécie de construção social compreendida pelos falantes que se posicionam conforme o poder que dispõe. “Na verdade, toda palavra contém duas faces. Isto é, determinado pelo fato de que ela procede de alguém. É o produto da interação entre o falante e o ouvinte” (BAKHTIN, 1981, p.113). Neste processo interativo não há espaço para achismos ou “desintenções” já que o contexto determina “entendimentos gerais entre as pessoas que se comunicam” (EDWARDS; MERCER, 1992, p. 63). Na opinião de Foucault (1971, p. 11), nós “sabemos muito bem que não somos livres para dizer qualquer coisa, que não podemos falar qualquer coisa quando e onde queremos, e que uma pessoa, em resumo, não pode falar qualquer coisa.” É necessário, portanto, que tenhamos, no mínimo, bom senso em nossas escolhas lexicais. Bom senso para ponderar as palavras, isto é, os vocábulos e expressões utilizadas no processo comunicativo. Quanto a aqueles que ignoram tais fatos que são normalmente os que

detêm maior poder considerando as relações étnico-raciais – os não negros -, faz-se necessário responsabilizá-los por seus atos linguísticos discriminatórios.

Criminalizar aqueles que têm voz, mas a utiliza para suprimir os que estão abaixo de si nas relações desiguais de poder por seus atos expressivos e ao mesmo tempo “conceder” a fala aqueles que foram e ainda são silenciados, em suma, frear racistas e emancipar vítimas. Despertando responsabilidade e sororidade em uns e a criticidade e autonomia em outros. Igualar, considerando a equidade, os turnos de fala e escuta. Discutir, pautados na história e cultura de nosso país, as várias acepções que contrariam a dignidade da mulher negra e coibir sua utilização, pelo menos em espaços formais como a sala de aula, por exemplo: Evite falar assim, é crime. Você está desrespeitando/agredindo sua colega.

A identificação e análise de vocábulos e expressões que manifestem significados e sentidos segregacionistas precisa ser prática constante no ambiente acadêmico. Os que praticam tais atos precisam ser responsabilizados e coibidos para o bem daqueles que sofrem tais violências. Segundo a análise dos dados, podemos levantar que:

- um grande número de pessoas ainda crê que os traços biológicos devem determinar a identidade do sujeito, bem como, seu lugar na sociedade. Dessa maneira, a cor da pele, a estrutura capilar, por exemplo são considerados fatores determinantes para ascensão ou queda social.
- os efeitos semânticos herdados do período escravocrata ainda perduram de modo ativo em nossa linguagem cotidiana e delegam às mulheres negras o papel de incompetentes, vulgares, criminosas, desprovidas de higiene pessoal, autocuidado entre outros.
- muitas mulheres negras ainda se submetem ao branqueamento social na tentativa de ser melhor aceita em ambientes privilegiados. Existe, ainda, um número expressivo e crescente de mulheres que se assumem como sendo negra e militam contra a prática social do racismo.
- em se tratando de mulheres brancas, a maioria valoriza e defende sua posição privilegiada considerando-a natural. Elas não se incomodam ao observar que em seu ambiente de trabalho não existe uma única colega negra na mesma função que a sua, ao contrário, até considera natural, afinal ela não tem culpa de ter nascido branca. Suas atitudes linguísticas ratificam seu lugar privilegiado.

- as relações étnico-raciais assimétricas de poder são construídas por meio da linguagem e são asseguradas por atitudes práticas pautadas em estigmas, estereótipos e preconceito racial que “concedem” aos não negros posições privilegiadas de destaque e/ou poder.

Apesar de todo esse quadro negativo e não negro, conclusões como a de Cameron et al. (1992, p. 19) ainda permitem-nos sentir esperança: “o poder não é monolítico”, ele “não vai somente em uma direção”.

Quanto aos nossos objetivos iniciais de pesquisa, consideramos alcançados, uma vez que desenvolvemos um estudo dos vocábulos, expressões e sentenças racistas utilizados contra alunas e servidoras negras do *Campus* Castanhal do Instituto Federal do Pará – IFPA, à luz da semântica-lexical e do conceito interno das participantes da pesquisa. Foram coletados vários vocábulos, expressões e sentenças considerados racistas pelas respondentes, os quais foram organizados em campos semânticos para realização da análise. Elencamos as palavras mais frequentes que expressam discriminação racial na visão de alunas e servidoras negras da instituição pesquisada, quando necessário, elaboramos definições para os vocábulos coletados, os quais também foram contextualizados nos usos sociais das respondentes.

Além disso, evidenciamos as marcas pejorativas de uso nos vocábulos e expressões elencados, tanto as dicionarizadas - neologismo semântico-, quanto as não dicionarizadas - neologismo lexical, e por fim, acreditamos que tudo isso pode, de algum modo, contribuir com a elaboração de recursos didáticos, sobretudo das obras dicionarísticas de língua portuguesa, no sentido de fornecer definições para os vocábulos coletados, com as marcas de uso devidamente apontadas, uma vez que apresentamos uma proposta de um microparadigma lexicográfico que pode alertar os consulentes a respeito do racismo que está atrelado à palavra definida.

A possibilidade de contribuir com a elaboração de recursos didáticos que abordem o racismo é de suma importância, uma vez que grande parte do alunado brasileiro que frequenta escola pública só dispõe de tais recursos para sua formação no ambiente escolar.

A presença dessa discussão nos recursos didáticos apresenta o potencial para possibilitar a existência de vozes que foram silenciadas historicamente uma vez que expõe os usos sociais da linguagem pelo viés das pessoas que sofreram ou sofrem o racismo e não pelos praticantes, como quase sempre ocorre. A menina que se sentia ofendida ao ser xingada de macaca, gorila, tiziu, entre outros, poderia identificar em

seu livro didático ou em seu dicionário, por exemplo, que aquilo é racismo, um tipo de crime e teria um argumento sólido para se defender.

Nesse mesmo contexto, não poderíamos deixar de mencionar o papel do professor, posto que a abordagem docente também faz toda diferença. O professor representa uma autoridade no ambiente escolar. O fato dele discutir o racismo linguístico durante as aulas também forneceria elementos essenciais aos alunos afrodescendentes, dentre eles, podemos mencionar uma maior confiança para a prática da autodefesa contra as agressões raciais. Tudo isso delega a esta pesquisa um impacto educacional, social e político. **Educacional** porque o chão da escola pode constituir um espaço de escuta e combate das vítimas de racismo; **social** porque as vozes ouvidas pertencem a parcela marginalizada socialmente que obterão, por meio dos resultados da pesquisa, um instrumento de luta coletiva, **político** porque a possibilidade de discussão coletiva sempre envolverá iniciativas de cunho político. O racismo não constitui problema individual e sim, coletivo. Como tal, deve ser combatido coletivamente.

Ao finalizar esta tese a qual constitui a primeira parte de nosso trabalho, enquanto pesquisadora e professora, esperamos encontrar aceitabilidade prática que forneça espaço para sua publicação e utilização nos diversos seguimentos educacionais. Esperamos, ainda, que os resultados obtidos proporcionem atos coletivos de justiça as vítimas de racismo dentro e foram do ambiente escolar.

Em contrapartida às respondentes desta pesquisa, objetiva-se, ainda, ofertar uma apresentação com os resultados obtidos, os quais também serão disponibilizados no site pessoal da pesquisadora (em construção). Esse site não só disponibilizará esta investigação, mas também servirá de instrumento de coleta de dados para investigações posteriores que abordem o racismo linguístico.

REFERÊNCIAS

Não se esqueça de que o pensamento se modela graças à palavra, e que só existe o que tem nome.

M^a. Angeles Calero.

Almeida, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Papyrus, 2000.

ASSUNÇÃO, Carlos; ARAÚJO, Carla. **Variações conceptuais sobre o léxico na segunda metade do séc. XX**. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es › descarga › artigo>. Acesso em: 18 fev. 2019.

AULETE. **Dicionário Caldas Aulete Digital**. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/l%C3%A9xico>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.

BARBOSA, Maria Aparecida. **Léxico, produção e criatividade**. São Paulo: Global, 1981.

BARBOSA, Maria Aparecida. **Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação**. 1991. Disponível em: https://filologiauefs.files.wordpress.com/2018/03/barbosa_lexicologia-lexicografia-terminologia-terminografia-ii-simpc3b3sio-e28093-brasc3adlia-1990.pdf Acesso em: 21 abr. 2019.

BARROS. Irany Gomes Et al. **Racismo linguístico – reinvenção**. 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/474156816/Irany-Gomes-Barros-etall-pdf> Acesso em: 21 abr. 2019.

BASILIO, M. **Em torno da palavra como unidade lexical: palavras e composições**. Revista Veredas - UFRJ. v 4, n. 2 jul/dez 2000. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo110.pdf> Acesso em: 14 jan. 2020.

BASÍLIO, M. **Metonímia e metáfora em construções lexicais no português do Brasil**. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/446/328> Acesso em: 14 jan. 2020.

BASÍLIO, M. **O conceito de vocábulo na obra de Mattoso Câmara**. D.E.L.T.A., v. 20, SPE, 2004.

BASILIO, Margarida. **Formação e classes de palavras do português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

BELTRÃO, K., ALVES, J.E.D. **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX**. Cadernos de Pesquisa, FCC, São Paulo, V. 39, n. 136, jan/abr 2009.

BEZERRA, Nathalia. **Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade**. Conferência Internacional sobre os Sete Saberes, 2010, Disponível em: <<http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/420-07082010-184618.pdf>>. Acesso em: 10 Mar. 2020.

BIDERMAN, M. T. C. **Dimensões da palavra**. Filologia e Lingüística Portuguesa, n. 2, 1998.

BIDERMAN, M. T. C. **Léxico e vocabulário fundamental**. Alfa (UNESP), v. 40, 1996.

BIDERMAN, M. T. C. **Terminologia e lexicografia**. 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49147/53230> Acesso em: 19 abr. 2020.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Dicionário didático de português**. 2.Ed. São Paulo, Ática, 1996.

BLUTEAU, R. **Vocabulário português e latino**. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8v., 2 supl.

BORTONI – RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

BRANDÃO, Roberta. **Um vírus e duas guerras**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/no-para-crime-de-feminicidio-aumentou-100-na-pandemia/> Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

BRASIL. **A Abolição no Parlamento: 65 anos de luta**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 21 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 21 mar. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2004.

BRASIL. **Lei 7.716/89 de 05 de janeiro de 1989.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm Acesso em: 21 mar. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 2.040 - Lei do Ventre Livre.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 21 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 3.270/1885 - Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm Acesso em: 21 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9459.htm Acesso em: 21 mar. 2019.

BRASIL. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 27 jul. 2018.

PENHA, Maria da. **Sobrevivi... posso contar.** 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

BRUSCHINI, Maria Cristina A; ROSEMBERG, Fúlvia. **Trabalhadoras do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

Butler, Judith. **Discurso de ódio.** Editora Unesp. Edição do Kindle.2021

CABRÉ, M.T. 1993. **La terminología: teoría, metodología, aplicaciones.** Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.

CABRÉ, M.T. **La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones.** Ciência da Informação, v.24, n.5, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/487> Acesso em: 12 ago. 2018.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Questões de morfologia e fonologia.** Campinas: 2002.

CAMPOS, Luiz Augusto. **Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica**. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/8YsCLH9MsCZ3dPWC47JLmFd/?format=pdf&> Acesso em: 21 set. 2018.

CARNEIRO, Suelaine. **Mulheres negras na educação: desafios para a sociedade Brasileira**. In: Gênero e Educação: Fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais Coedição: Ação Educativa; CLADEM – Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher; ECOS – Comunicação em Sexualidade; Geledés – Instituto da Mulher Negra e Fundação Carlos Chagas.

CARREIRA, Denise. **Relatório internacional sobre a importância de investir na educação de meninas e mulheres**. 2016. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/fundo-malala-lanca-relatorio-internacional-sobre-a-importancia-de-investir-na-educacao-de-meninas-e-mulheres/> Acesso em: 23 jun. 2019.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. 2005. Disponível em: https://enriquedussel.com/txt/Textos_200_Obras/Aime_zapatistas/Poscolonialidad_ni_nos-Castro_Gomez.pdf Acesso em: 12 jun. 2019.

CASTRO, Maria Célia Dias de; SANTOS, Gisélia Brito dos. **Um estudo endo e exoecológico da palavra-chave *pena***. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/papeis/article/view/2351> Acesso em: 30 mai. 2022.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2001.

CAVOUR, Renata Casemiro. **Mulheres de Família: Papéis e Identidades da Prostituta no Contexto Familiar**. 2011. Disponível em: http://ppg.psi.puc-rio.br/uploads/uploads/1969-12-31/2011_21ed4a8967072abee57193cd5073a224.pdf Acesso em 03 mai 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e racismo**. revista Princípios nº 29 - maio/julho. 1993. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/29/cat/1868/cultura-e-racismo.html> Acesso em: 01 ago. 2019.

COMTE, Augusto. **Catecismo Positivista**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

CORREIA, Margarita. **A discriminação racial nos dicionários de língua: tópicos para discussão, a partir de dicionários portugueses contemporâneos**. São Paulo: Alfa, 2006.

CORREIA, Margarita. **Língua Portuguesa: descrição e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CORREIA, Margarita. **Os dicionários portugueses**. Lisboa: Caminho, 2009.

COUTINHO, I. de L. **Gramática Histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, L.F. Lindley. **Nova Gramática da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

Dahia, S. L. M. (2008). **A mediação do riso na expressão e consolidação do racismo no Brasil: Sociedade e Estado**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/4K46WkfCfTVQ8x9Fx6K3Cmn/?lang=pt> Acesso em: 12 mai 2019.

DI FELIPPO, A; SILVA, Bento Carlos Dias. **Dos olhares sobre o léxico: diferenças e semelhanças**. Disponível em: <https://1library.org/document/q263rjez-dos-olhares-sobre-o-lexico-diferencas-e-semelhancas.html> Acesso em: 23 jan. 2019.

DIJK, Teun A. Van. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2018.

DUBOIS, J; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLESI, C.; MARCELLESI, J.B. et MEVEL, J.P. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1993.

FARHAT, Alfredo. **A mulher perante o direito**. São Paulo: Ed. Universitária de Direito, 2001.

FAULSTICH, E. A. **Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina**. Ci. Inf. Brasília, v. 24, n. 3, p. 281-288, set./dez, 1995.

FERNANDES, Fernanda. **A história da educação feminina**. 2019. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina> Acesso em: 21 mar. 2020.

FERRAZ, Aderlane P. **A inovação lexical e a dimensão social da língua**. IN: O léxico em estudo. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2018. Versão on-line.

FIORIN, José Luiz. **Tendências da análise do discurso**. 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636834> Acesso em: 12 abr. 2018.

FRANÇA. Ana Lúcia Gonçalves de. **O turismo em Porto de Galinhas PE: políticas de desenvolvimento e o desafio da sustentabilidade**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7394256-O-turismo-em-porto-de-galinhas-pe-politicas-de->

[desenvolvimento-e-o-desafio-da-sustentabilidade-ana-lucia-goncalves-de-franca.html](#) Acesso em: 23 de ago. 2019.

FREITAS, Janaína. **Beleza negra: história, encantos e glamour**. Disponível em: <https://www.hairbrasil.com/imprimir/article/beleza-negra-historia-encantos-e-glamour>. Acesso em 12 ago. 2021.

G. Haensch-L.Wolf-S.Ettinger-R.Werner: **La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Editorial Gredos, Madrid, 1982.

GARCIA, Othon M. (1992). **Comunicação em Prosa Moderna**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 15a. edição.

GASPARIN, João Luiz. **A construção dos conceitos científicos em sala de aula**. Disponível em: <http://docplayer.com.br/22216197-A-construcao-dos-conceitos-cientificos-em-sala-de-aula.html> Acesso em: 12 jun. 2019.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel; Silveira, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1995.

GODOI, Eliamar. **Para a construção de um glossário na obra Sousandradina: uma contribuição**. 2007. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFU_19c800b05652b8ff75a3baac615e434f . Acesso em: 01 Mar 2019.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC. 1988.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar**. 2006. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA_ID3427_01112019103659.pdf. Acesso em 12 ago. 2021.

GROSFOGUEL, Ramón. **Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas**. In CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramon (coords.) El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

GUATTARI, E; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Cor e raça: Raça, cor e outros conceitos analíticos**. In Raça: novas perspectivas antropológicas / Livio Sansone, Osmundo Araújo Pinho (organizadores). 2 ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

HAENSCH, G. et. al. **La lexicografía: de la Lingüística Teórica a la Lexicografía Práctica**. Madrid: Gredos, 1982.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ILARI, Rodolfo. **A lingüística e o ensino da língua portuguesa**. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

Instituto Maria da Penha. **Tipos de Violência**. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 22 out. 2019.

JANSON, Tore. **A história das línguas: uma introdução**. Parábola. São Paulo, 2015.

JSILVA, Martiniano. **Origens, modalidades e formas de racismo**. 1994. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/34/cat/1777/origens-modalidades-e-formas-de-racismo-.html> Acesso em: 01 ago. 2019.

KRIEGER, Maria da Graça. **O termo: questionamentos e configurações**. 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49146/53228> Acesso em: 21 abr. 2020.

KRIEGER, Maria da Graça. **Políticas públicas e dicionários para escola: O Programa Nacional do Livro Didático e seu impacto sobre a lexicografia didática**. Cadernos de Tradução: Florianópolis, v.2, n.18, jul./dez.2006.

KRIEGER, Maria da Graça.; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à Terminologia: teoria & prática**. São Paulo: Contexto, 2017.

LACERDA, M. B. **Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16570/16570_1.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAPA, Manuel Rodrigues. **Estilística da língua portuguesa**. Coimbra: Coimbra Editora Ltda, 1975.

LEAL, Maria do Carmo. **A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LybHbcHxdFbYsb6BDSQHb7H/?lang=pt&format=pdf>
Acesso em: 03 mar. 2020.

LURIA, Alexander Romanovich. **Diferenças culturais de pensamento**. In, VYGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R., LEONTIEV. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. 7.ed. São Paulo: Icone, 2001.

MATTOS, C. L. G. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MELO, Glenda Cristina Valim de; MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Performance narrativa de uma blogueira: “tornando-se preta em um segundo nascimento”**. 2014. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/article/viewFile_ Acesso em: 12 ago. 2021.

MENDES, Adriana Pereira et al. **Dossiê mulher 2020**. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2020.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. 2003. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59> Acesso em: 03 jan. 2020.

NASCIMENTO, G. **Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento. 2019.

NÓBREGA, Manoel da. **Cartas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do Corpo Negro**. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/56821369/corpo-negro.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

NUNES, José Horta. **Constituição do cidadão brasileiro: discursividade da moral em relatos de viajantes e missionários**. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). Língua e cidadania. 1ed. Campinas: Pontes, 1996.

NUNES, José Horta. **Dicionários: História, leitura e produção**. Revista de Letras. Taguatinga, Distrito Federal. v.3. n.1/2. p.16, dez. 2010.

O'NEIL, Paul; MASSINI-CAGLIARI, Gladis. **A discriminação e o preconceito linguísticos no português brasileiro e outras línguas: sugestões e**

recomendações. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/13117> Acesso em: 12 fev. 2021.

ONUMULHERES. **Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim.** 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2018.

OSÓRIO, Rafael G.. **O sistema de classificação de “cor ou raça” do IPEA.** Texto para Discussão n. 996. 2003.

POLGUÉRE, Alain. **Lexicologia e semântica lexical: Noções fundamentais.** São Paulo: Contexto, 2018.

PONTES, A. L. **Dicionário e leitura.** In: Formação continuada de professores da rede pública – Português. Fortaleza: Universidade Aberta do Nordeste/Fundação Demócrito Rocha/Governo do Estado do Ceará, 2000.

PRETA. **Tornando-se preta num segundo nascimento.** Disponível em: <http://eumulherpreta.blogspot.com/2009/10/tornando-se-preta-num-segundo.html> Acesso em: 21 jan. 2020.

RANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

REY, Alain. **Le lexique: images et modèles. Du dictionnaire à la lexicologie.** Paris. Armand Colin. 1977.

REY, Alain: **La terminologie: noms et notions. Collection Que sais-je?** 1979. nº 1780.

REY-DEBOVE, Josette. **Léxico e dicionário.** Alfa. São Paulo. Vol. 28. 1970.

RIBEIRO, A. I. M. **Mulheres educadas na Colônia.** In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RIO-TORTO, Graça. **O Léxico: semântica e gramática das unidades lexicais.** 2006. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/13412/1/O%20L%C3%A9xico%20%3A%20sem%C3%A2ntica%20e%20gram%C3%A1tica%20das%20unidades%20lexicais.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. **História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados.** In Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.

SANTOS, Diego Junior da Silva. **Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar**. 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/3667>
Acesso em: 17 jul. 2019.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CEAO, CED, 1995.

SILVA, Augusto Soares da. **A semântica do deixar: uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical**. Portugal: Calouste Gulbenkian, 1999.

SIMÕES, S.M.F.; SOUZA, I.E. de O. **Um caminhar na aproximação da entrevista fenomenológica**. Ribeirão Preto: Latino enfermagem, 1997.

TAVARES, Vitor. **Porque o cabelo é tão importante no movimento negro**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56670268>_ Acesso em: 29 jul. 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1996.

UNESCO. **Debate sobre igualdade racial, gênero e mercado de trabalho é realizado em Brasília**. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/single-view/news/debate_on_racial_equality_gender_and_jobs_is_hosted_in_bras/ Acesso em 12 ago. 2021.

VAIANO, Bruno. **O experimento psicológico com bonecas que venceu a segregação racial nos EUA**. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/o-experimento-psicologico-com-bonecas-que-venceu-a-segregacao-racial-nos-eua/>
Acesso em: 29 mai. 2022.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VILELA, Mário. **Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário e gramática**. Coimbra: Livraria Almedina, 1995.

WADE, P. **Race and ethnicity in Latin America**. London: Pluto Press, 1997.

WELKER, Herbert Andréas. **Dicionários: Uma pequena introdução à lexicografia**. Brasília, Thesaurus. 2004.

XATARA, C. M.; RIVA, H. C.; RIOS, T. H. C. **As dificuldades na tradução de idiomatismos.** Cadernos de Tradução (UFSC), Florianópolis, v. 8, 2002.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS - PPGL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA COLETA DE DADOS

Título do projeto de pesquisa: Palavras de dor: estudo léxico – semântico de vocábulos e expressões preconceituosos utilizados contra alunas e servidoras negras do Campus Castanhal do Instituto Federal do Pará – IFPA

Pesquisador responsável: Robervânia de Lima Sá Silva

Orientadora: Dr.^a Karylleila dos Santos Andrade

Co-orientadora: Dr.^a Ana Cláudia Castiglione

Instituição a que pertence o pesquisador responsável: Universidade Federal do Tocantins

Telefones para contato: (94) 99157-9853

Voluntários: alunas e servidoras negras do Instituto Federal do Pará – Campus Castanhal.

Prezadas alunas e servidoras,

Apesar do racismo contra as mulheres negras no Brasil ter sido praticado desde a sua chegada ao país, na condição de escrava, a grave desigualdade racial, social, educacional e econômica ocorrida entre brancos e negros em todas as esferas da sociedade brasileira por causa dele - do racismo - é negada até hoje.

Muitos brasileiros admitem que a nossa sociedade é racista, mas a grande maioria daqueles que praticam tal fato, não se assume como o sendo. Segundo Santos (2005, p.14) “89% dos brasileiros concordam que a sociedade é racista e somente 10% admitem ser, eles mesmos, racistas”. Assim, os dados mostram que os brasileiros não reconhecem que a sua própria prática é racista, mas somente a prática do outro. Seria, neste caso, um racismo “sem racista auto-identificado, auto-reconhecido” (SANTOS, 2005, p.14).

Dessa forma, acreditamos que o nosso problema de pesquisa que gira em torno do racista sem auto-identificação que faz uso constante de vocábulos e expressões discriminatórios está presente na Instituição de Ensino a ser investigada, bem como, na maioria das instituições brasileiras de ensino, contrariando o que diz as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em seu Artigo 5º da Resolução nº 1, de 17 de junho 2004 que afirma que

Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, PALAVRAS que impliquem desrespeito e discriminação. (BRASIL, 2004, p. 32, grifo nosso).

Devido a tudo isso, o presente trabalho objetiva investigar os principais vocábulos e expressões racistas utilizados contra alunas e servidoras negras do Instituto Federal do Pará. Os dados serão coletados por meio deste questionário que você acabou de abrir em seu smartphone. Contudo, para que você possa fazer uso dele, é necessário que, antes, aceite os termos da pesquisa. O objetivo do questionário é COLETAR SITUAÇÕES DISCRIMINATÓRIAS QUE VOCÊ TENHA VIVENCIADO OU VIVIDO. VOCÊ PODERÁ CONTAR EPISÓDIOS EM QUE SOFREU BULLYING, PERSEGUIÇÃO, EXCLUSÃO E/OU SITUAÇÕES CONSTRANGEDORAS E HUMILHANTES DEVIDO SER NEGRA OU PARDA. Você poderá ainda, listar palavras e expressões que considere discriminatórios, mas lembre-se de justificar o porquê de você se sentir ofendida com eles.

Vamos às condições?

- 1º. Você concorda em ceder os dados fornecidos para que a pesquisadora analise e conclua sua pesquisa;
 - 2º. Sua participação nesta pesquisa é voluntária e você poderá desistir, caso haja necessidade ou interesse, em qualquer momento, mas lembre-se: os dados que já foram registrados não serão apagados e serão analisados normalmente por esta pesquisadora;
 - 3º. Sua identidade será preservada na elaboração da tese, mas você poderá fazer leitura da tese que conterà os testemunhos e listas de termos preconceituosos seus e das demais pessoas que responderam o questionário. Os sujeitos da pesquisa serão organizados por uma sequência numérica que respeitará a ordem de preenchimento do formulário;
 - 4º. Você permite a publicação dos resultados da pesquisa em qualquer meio, desde que sua identidade seja preservada;
 - 5º. Você é aluna ou servidora negra ou parda do Instituto Federal do Para – Campus Castanhal;
- Castanhal, 02 de abril de 2019.

Robervânia de Lima Sá Silva

Aluna do Programa de Pós-Graduação em Letras: doutorado em Ensino de Língua e Literatura
Matrícula: 2017234279

Li e concordo

ANEXO B - QUESTIONÁRIO

Três histórias para o mesmo tipo de crime

Antes de responder ao questionário da pesquisa, sugerimos a leitura de três histórias envolvendo crime de racismo. Você poderá ler todas ou pelo menos uma. Elas servirão de modelo para que você faça o relato de alguma situação semelhante, vivida ou presenciada por você.

História 1

Enfermeira diz que sofreu racismo em hospital e delegacia de Manaus

Por Henderson Martins

(...)

Francineth disse que as ofensas ocorreram quando cumpria as normas internas da emergência pediátrica do hospital.

(...)

Foi o momento que a mãe da criança começou a chamá-la de MAL-HUMORADA, MAL-EDUCADA, DE ENFERMEIRA PRETA E QUE NÃO SABIA O QUE ESTAVA FAZENDO LÁ, QUE NÃO ENTENDIA O PORQUÊ DE TRABALHAR NO LOCAL, QUE NÃO TINHA O DIREITO DE ESTAR ALI, NÃO ERA O SEU LUGAR. “QUANDO UMA COLEGA FOI TIRAR A PULSÃO DA CRIANÇA, ELA FALOU PARA TÉCNICA: ‘OLHA ESSA ENFERMEIRA PRETA AI, ESSA PRETA NOJENTA’. ELA FOI FALANDO PELO CORREDOR E A NOSSA AGENTE DE LIMPEZA OUVIU QUANDO ELA DISSE: ‘POR ISSO QUE NÃO GOSTO DE PRETA, PRETO QUANDO NÃO SUJA NA ENTRADA, SUJA NA SAÍDA’. Nunca fui tão humilhada. Minha vontade era apenas de chorar. E chorei muito. Mesmo assim, fui no mesmo dia ao 29º DP registrar o B.O por injúria racial”, disse.

Também na delegacia, Francineth diz ter sofrido nova discriminação. Segundo ela, o atendente, ao ouvir o relato do caso, disse: “ESSE CASO NÃO É INJURIA RACIAL, POIS VOCÊ É PRETA MESMO”.

(...)

Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/enfermeira-depoe-sobre-caso-de-racismo-em-hospital-e-delegacia-de-policia-em-manaus/>

História 02

Racismo no Metrô de Salvador

Crianças negras são atacadas por seguranças do Metrô da Bahia

Duas meninas de três anos foram xingadas por seguranças do metrô de Salvador (BA) na noite da última terça-feira (28). Um segurança branco, na presença de outros dois seguranças negros, gritou que as meninas eram “BUCHA UM e BUCHA DOIS” quando elas passavam nas catracas da Estação Rodoviária. Em seguida, o segurança branco começou a dar risada. O xingamento comparava o cabelo delas com lâ de aço usado para limpeza.

Disponível em: <https://www.causaoperaria.org.br/criancas-negras-sao-atacadas-por-seguranças-do-metro-da-bahia/>

História 03

Uma das três jovens que acusam um metalúrgico de racismo, após receberem xingamentos de “macacas” e “chitas” nesta terça-feira (27), em Piracicaba (SP), afirma que não aceita a liberação do suspeito após o pagamento da fiança. A estudante de 16 anos disse estar revoltada com a liberdade concedida ao rapaz e que gostaria de ao menos um dia de prisão para o homem. Ele irá responder a inquérito policial por injúria racial, e não por racismo, e nega qualquer ofensa relacionada à cor da pele delas.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/devia-ficar-presos-diz-jovem-xingada-de-macaca-por-suspeito-de-racismo/>

Questionário

4. Nome:
5. Curso ou Cargo *
6. Em relação ao preconceito racial, você acha que:
 - e) Ele existe, mas é ignorado
 - f) Ele existe, mas ninguém declara
 - g) Ele existe e é amplamente discutido
 - h) Ele não existe no Brasil
4. Você acredita que a linguagem pode expressar racismo contra as mulheres negras?
 - c) Não
 - d) Sim
5. Você acredita que a linguagem usada no dia a dia escolar tem o poder de influenciar as questões de racismo.
 - c) Não
 - d) Sim
6. Qual é o seu ponto de vista com relação às expressões que inferiorizam a mulher negra? (Me respeita que eu não sou tuas negas/ Preta suja!/ Macaca de circo./É preta, mas é bonita...)
 - d) Considero normal, pois é só brincadeira popular, uma piada
 - e) Considero uma atitude racista
 - f) Não sei dizer
7. Em relação ao seu ambiente institucional, você percebe diferenças no tratamento dado a mulheres brancas e negras?
 - c) Não
 - d) Sim
8. Para você, há segregação racial no IFPA Campus Castanhal?
 - c) Não
 - d) Sim
9. Quanto aos professores:
 - d) Posicionam-se de forma neutra quanto às questões de discriminação racial
 - e) Procuram combater o preconceito e a discriminação racial contra mulheres negras
 - f) Praticam discriminação racial contra mulheres negras
10. Quanto a cor de sua pele, a estrutura de seu cabelo, nariz etc., você:
 - e) Gosta de ser negra ou parda apesar de todas as dificuldades enfrentadas.
 - f) Não gosta de ser negra ou parda por causa de todas as dificuldades enfrentadas
 - g) Não gosta de ser negra ou parda por que acha pessoas assim feias
 - h) Se pudesse, mudaria todos os aspectos físicos que te caracterizam como sendo negra ou parda
11. Você já sofreu algum tipo de racismo? Já foi xingada por ser negra? Conte-nos *
12. Faça uma lista das palavras e expressões que te ofendem enquanto mulher negra. Não se esqueça de explicar o motivo pelo qual você se sente ofendida. *

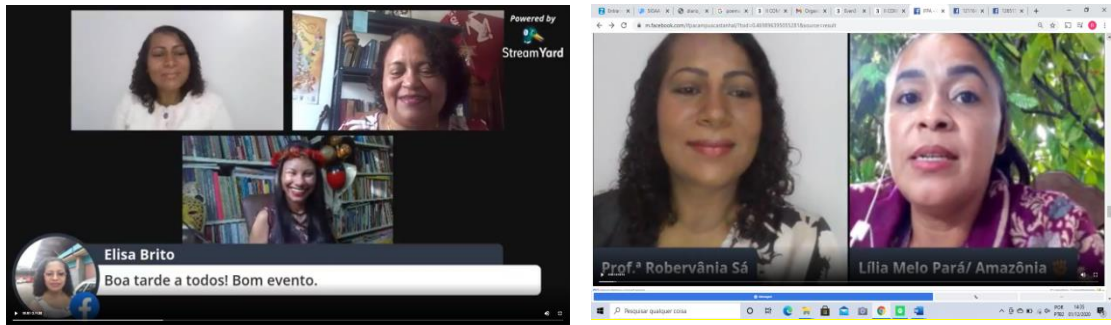
ANEXO C – IMAGENS DO PROCESSO DE COLETA DE DADOS

Imagem A - Cartaz do evento e Imagem B - mesa de abertura



Fonte: Neabi - Castanhal

Imagens C e D - Conferência de abertura e mediação da 3ª mesa



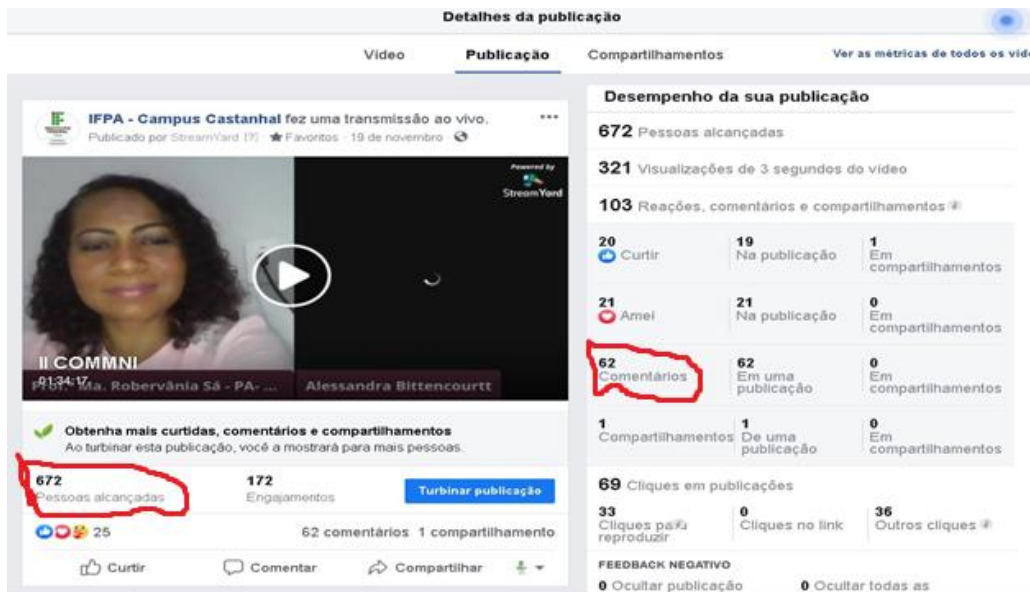
Fonte: Neabi - Castanhal

Imagem E – 4ª Conferência: Desconstruindo o racismo linguístico



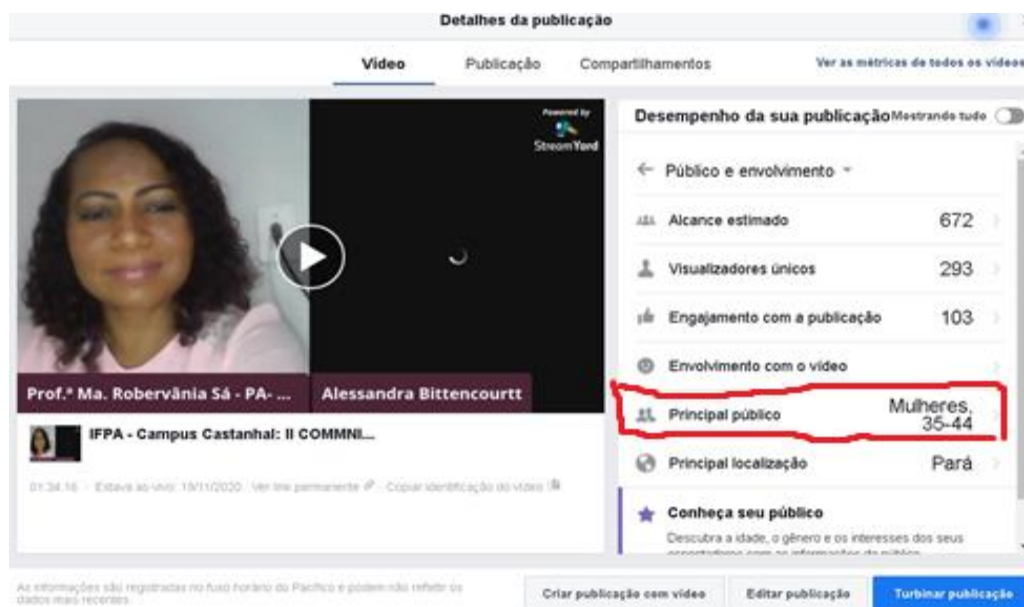
Fonte: Neabi – Castanhal

Imagem F – Desempenho da publicação da conferência no II COMNI



Fonte: Neabi – Castanhal

Imagem G – Desempenho da publicação da conferência no II COMNI



Fonte: Neabi – Castanhal

